



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO / CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE**

JOÃO MAURÍCIO SANTANA RAMOS

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL
EM UM ASSENTAMENTO DO MST:
CONTRIBUIÇÕES PARA A AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL**

Salvador
2010

JOÃO MAURÍCIO SANTANA RAMOS

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL
EM UM ASSENTAMENTO DO MST:
CONTRIBUIÇÕES PARA A AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José F. Nunes

Salvador
2010

R175

Ramos, João Maurício Santana

Formação profissional para a construção civil em um assentamento do MST: contribuições para a autoconstrução habitacional / João Maurício Santana Ramos. 2010.

227 f.: il

Orientador Prof. Dr. Eduardo José F. Nunes

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

1. Formação Profissional - Bahia 2. Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra 3. Thaba 4. Autoconstrução I. Título.

CDD 373.24

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL EM UM
ASSENTAMENTO DO MST: CONTRIBUIÇÕES PARA A AUTOCONSTRUÇÃO
HABITACIONAL"**

JOÃO MAURÍCIO SANTANA RAMOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 30 de setembro de 2010, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Eduardo José Nunes Fernandes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional.
Universidade de Barcelona.



Prof. Dr. Marcos Jorge Almeida Santana
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Engenharia Civil.
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.



Prof. Dr. Jorge Luis Zegarra Tarqui
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, por ter me concedido essa oportunidade de aprendizado e sabedoria e perseverança para concretizá-la.

Aos amigos do plano espiritual, pelo suporte energético e direcionamento.

A meus pais e irmãos, por serem estrutura na minha vida.

Ao professor Antônio Dias, por ter me estimulado a ingressar no PPGEduc e me orientado quanto ao processo seletivo.

Ao professor Eduardo Nunes, pela orientação, apoio, compreensão e paciência.

Aos professores Jorge e Marcos Jorge, pelas valiosas contribuições na pré-banca.

À amiga Debbie, parceira de jornada neste mestrado, pelo incentivo e companheirismo permanentes.

Aos amigos de sempre, por serem inspiração e estímulo, ainda que distantes: Leandro e sua companheira Rafaela, Agnes, Adriana, Yuri.

Aos amigos do grupo espiritualista, pelas boas vibrações e por compartilharem suas experiências em uma caminhada que já vem de datas imemoráveis.

Ao amigo Maurício Galvão, pelo estímulo constante e para tudo, e por me demonstrar o que é disciplina e determinação (“a palavra convence, o exemplo arrasta”).

A Davi e Luan, por terem emprestado, em seus nomes, livros das bibliotecas da UFBA para eu construir o referencial teórico.

A Fred, por ter me acompanhado nas viagens a Água Fria, e ter feito o registro fotográfico e em vídeo.

Aos amigos do Thaba, por todo o aprendizado profissional e pessoal, pelo estímulo e compreensão para que eu concluísse essa pesquisa.

Às lideranças e assentados do Menino Jesus, por terem colaborado tão generosamente nessa pesquisa.

Só aprende aquele que se apropria
do aprendido transformando-o em apreendido,
com o que pode por isso mesmo reinventá-lo;
(só aprende) aquele que é capaz de aplicar
o aprendido-apreendido
a situações existenciais concretas.

Paulo Freire

Não temos valor por aquilo que aprendemos,
mas somente pelo que fazemos.

Proudhon

RAMOS, João Maurício Santana. *Formação profissional para a construção civil em um assentamento do MST: contribuições para a autoconstrução habitacional*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

RESUMO

Esta pesquisa, do tipo estudo de caso, visa identificar quais as contribuições trazidas por cursos de formação profissional de pedreiros, carpinteiros, encanadores, eletricitas e pintores, ministrados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular (Thaba) entre novembro de 2006 e março de 2007 a um grupo de 48 assentados do Movimento de Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no município de Água Fria – BA, de modo que estes assentados pudessem construir, em regime de autogestão, as 212 casas do assentamento. A metodologia da pesquisa compreendeu a construção de referencial teórico, e coleta e análise de dados de campo. A construção de referencial teórico possibilitou a compreensão acerca dos campos temáticos eleitos: “formação profissional” (contribuições de Saviani, Meszáros, Gallo, e Codello), “processos educativos do MST” (contribuições de Menezes Neto, Fernandes, e Gohn), e “autoconstrução e mutirão habitacional” (contribuições de Bonduki, Cardoso, Abiko e Coelho, Lopes e Rizek, Malard). A partir do aporte teórico, percebeu-se que: as demandas colocadas pelo mercado de trabalho atual à educação encontram resposta nos ideais da politécnica; o MST, em suas ações educativas, defende a adequação do projeto pedagógico da escola ao contexto do assentamento onde está localizada, mas procura uniformizar a educação oferecida aos assentados, por meio da adoção de princípios filosóficos e pedagógicos e por meio da valorização da educação pelo e para o trabalho e da educação para a cooperação; os mutirões representam uma possibilidade de acesso das populações menos favorecidas à moradia, ainda que gere um sobretrabalho às pessoas, e também representam um processo educativo que contempla todos nele envolvidos. Para a coleta de dados de campo, foram analisados documentos do Thaba (planos e propostas de trabalho e relatórios), realizaram-se reuniões junto aos assentados formados, aos educadores e coordenadores do Thaba (utilizando a técnica do grupo focal), e foram aplicados questionários junto a lideranças regionais do MST. A análise dos dados obtidos em campo permitiu comprovar: o atendimento dos cursos do Thaba às demandas do mercado de trabalho; a correlação entre os cursos do Thaba e os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST; o impacto negativo que exerceu a baixa escolaridade dos aprendizes na sua formação profissional; a aprendizagem significativa ocorrida junto aos assentados, promovida nos cursos do Thaba, verificada na aplicação, em outro sistema construtivo, de saberes adquiridos em um sistema construtivo, verificada na transferência de conhecimento para pessoas que não participaram dos cursos e verificada na solução de problemas enfrentados durante a construção; a educação para a cidadania que ocorre nas deliberações entre os assentados; a necessidade da atuação de agentes da sociedade civil junto aos assentados, para dinamizar o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: MST. Thaba. Formação profissional. Autoconstrução. Mutirão.

RAMOS, João Maurício Santana. *Vocational training for construction in a MST settlement: contributions to self-help housing*. Thesis (MA) – Post-Graduate Program in Education and Contemporary Society, University of Bahia, Salvador, 2010.

ABSTRACT

This research, type of case study, aims to identify the contributions brought by vocational training of masons, carpenters, plumbers, electricians and painters, administered by the Housing Center for Research and Extension (Thaba) between November 2006 and March 2007 to a group of 48 settlers from the Movement of Landless Rural Workers (MST) in the town of Agua Fria - BA, so that these settlers could build, in a self-managed way, the 212 houses in the settlement. The research methodology involved the construction of theoretical framework, and collection and analysis of field data. The construction of the theoretical framework enabled the understanding of the thematic areas chosen: "vocational training" (contributions of Saviani, Meszaros, Gallo, and Codello), "MST's educational processes" (contributions of Menezes Neto, Fernandes, and Gohn), and "self-construction and collective effort for housing" (contributions of Bonduki, Cardoso, Abiko and Coelho, Lopes and Rizek, Malard). From the theoretical framework, it was noted that: the demands placed by the current job market for education are answered by the ideals of the polytechnic; the MST, in its educational activities, supports the appropriateness of school's pedagogical project to the context of the settlement where the school is located, but seeks to standardize the education offered to settlers, through the adoption of philosophical and pedagogical principles and through the enhancement of education through and for work and education for cooperation; the collective effort represents a possibility of access of disadvantaged populations to housing, yet it manages a surplus labor to the people, and also represents an educational process that includes everyone involved. To collect the field data, Thaba documents (plans and work proposals and reports) were analyzed, meetings were held with the settlers formed, educators and coordinators of Thaba (using focus group technique), and questionnaires were applied to MST's regional leaders. Analysis of data obtained in the field has demonstrated: the attendance of Thaba's courses to the demands of the labor market; the correlation between Thaba's courses and philosophical and pedagogical principles of MST's education; the negative impact exerted in apprentices' vocational training by their low educational level; significant learning occurred among the settlers, encouraged in Thaba's courses, verified in applying, in another building system, the knowledge acquired in a constructive system, verified in the transfer of knowledge to people who did not attend the courses and verified in the solution of problems encountered during construction; education for citizenship which takes place in the deliberations among the settlers; the need for action of civil society actors together with the settlers, to foster their development.

Keywords: MST. Thaba. Vocational training. Self-construction. Collective effort.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
Ceped	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
Codefat	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EPI's	Equipamentos de proteção individual
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fundep	Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibra	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDE	Índice de Desenvolvimento Econômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inda	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITCP/Uneb	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Mirad	Ministério Extraordinário para a Reforma e o Desenvolvimento Agrário
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAC	Programa Aprendendo e Construindo
PIB	Produto Interno Bruto
Planfor	Plano Nacional de Formação Profissional
Planhap	Plano Nacional de Habitação Popular
Proex	Pró-Reitoria de Extensão
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Senar	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Senat	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sest	Serviço Social de Transporte
Supra	Superintendência de Política Agrária
Tahba	Tecnologias Alternativas para Habitação de Baixo Custo
Thaba	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular
UDR	União Democrática Ruralista
Uneb	Universidade do Estado da Bahia
Urbis	Habitação e Urbanização da Bahia S/A

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 – Localização do Município de Água Fria no Estado da Bahia	74
Mapa 2 - Municípios do entorno de Água Fria	75
Mapa 3 - Ligação rodoviária entre Água Fria e grandes cidades	75
Mapa 4 – Projetos de assentamento de reforma agrária identificados (2005).....	76
Fotografia 1 - Ligação rodoviária entre a sede do município de Água Fria e a vila do Assentamento Menino Jesus.....	77
Fotografia 2 - Vista aérea da vila do Assentamento Menino Jesus.....	78
Fotografia 3 - Grupo focal do dia 09 de maio de 2009.....	81
Fotografia 4 - Grupo focal do dia 16 de maio de 2009.....	82
Fotografia 5 - Casa em tijolo ecológico, no assentamento	108
Fotografia 6 - Casa em bloco cerâmico tradicional, no assentamento	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Segmentação da construção habitacional.....	62
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. EDUCAÇÃO, TRABALHO E AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO THABA	19
1.1. RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO AO LONGO DOS TEMPOS..	19
1.1.1. Do comunismo primitivo à separação entre educação e trabalho	19
1.1.2. Do surgimento do capitalismo à politecnia	21
1.1.3. As novas demandas educacionais trazidas pelas novas formas de organização do trabalho no século XX	25
1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	29
1.2.1. Aspectos históricos	29
1.2.2. Níveis da educação profissional	31
1.3. O THABA – SUAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PESQUISAS EM SOLO-CIMENTO	32
1.3.1. O surgimento	32
1.3.2. Pesquisas com solo-cimento.....	33
1.3.3. As ações de formação profissional	35
1.3.4. Os cursos do Thaba e a politecnia	39
2. PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST	41
2.1. HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL	41
2.2. ALÉM DA TERRA	47
2.3. EDUCAÇÃO DO MST	49
2.3.1. Princípios filosóficos e pedagógicos	51
2.3.2. Educação pelo e para o trabalho, e para a cooperação	53
2.4. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MST, A POLITECNIA E OS CURSOS DO THABA	55
3. AUTOCONSTRUÇÃO, MUTIRÃO E EDUCAÇÃO.....	58
3.1. DOS GRANDES CONJUNTOS HABITACIONAIS ÀS FORMAS ALTERNATIVAS DE GESTÃO HABITACIONAL	58
3.2. DEFINIÇÕES	60
3.3. IMPORTÂNCIA DA AUTOCONSTRUÇÃO E DO MUTIRÃO PARA O ACESSO À MORADIA	61
3.4. SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA.....	64
3.5. MUTIRÕES E EDUCAÇÃO	66
3.5.1. Gestão dos mutirões	67
3.5.2. Dinâmica dos mutirões	69
3.5.3. Uma avaliação dos mutirões.....	71
4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA CONSTRUÇÃO CIVIL E AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS	73
4.1. O MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA	73
4.2. O ASSENTAMENTO MENINO JESUS	76
4.3. O PERCURSO DA PESQUISA	78
4.3.1. Campos temáticos e categorias de análise.....	78

4.3.2.	Descrição dos procedimentos metodológicos adotados	79
4.4.	O INÍCIO DA AUTOCONSTRUÇÃO DAS CASAS	83
4.5.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS.....	86
4.5.1.	Equipe do Thaba.....	86
4.5.2.	Definição da metodologia dos cursos.....	87
4.5.3.	Seleção de educandos	88
4.5.4.	Canteiro-escola	89
4.5.5.	Projetos executivos das casas	91
4.5.6.	Programação de aulas, conteúdos e recursos empregados	91
4.5.7.	A relação entre educadores e aprendizes	93
4.5.8.	Dificuldades nas aulas teóricas.....	94
4.5.9.	Bolsa-auxílio.....	96
4.5.10.	Outras transformações promovidas pelos cursos	97
4.5.11.	Avaliação dos aprendizes	99
4.5.12.	Avaliação do curso	102
4.6.	PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DO RESTANTE DAS CASAS	103
4.7.	A AUTOCONSTRUÇÃO DO RESTANTE DAS CASAS	105
4.7.1.	Mudança do sistema construtivo e da organização para construção das casas	105
4.7.2.	Aprendizagem significativa.....	115
4.7.3.	Demanda por ações que promovam o desenvolvimento local	116
5.	CONCLUSÕES.....	119
	REFERÊNCIAS	125
	APÊNDICE A – PERGUNTAS NORTEADORAS PARA OS GRUPOS FOCAIS COM OS ASSENTADOS	132
	APÊNDICE B – PERGUNTAS NORTEADORAS PARA O GRUPO FOCAL COM INTEGRANTES DA EQUIPE DO THABA.....	133
	ANEXO A - TRANSCRIÇÃO DO PRIMEIRO GRUPO FOCAL COM ASSENTADOS	134
	ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DO SEGUNDO GRUPO FOCAL COM ASSENTADOS	166
	ANEXO C - TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL COM INTEGRANTES DA EQUIPE DO THABA.....	203
	ANEXO D - QUESTIONÁRIO APLICADO A ANTÔNIO DE ARAÚJO FILHO, DIRIGENTE REGIONAL DO MST À ÉPOCA DOS CURSOS MINISTRADOS PELO THABA EM ÁGUA FRIA	216
	ANEXO E - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 1 (SEM ESCALA).....	219
	ANEXO F - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 1-R (SEM ESCALA).....	220

ANEXO G - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 2 (SEM ESCALA).....	221
ANEXO H - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 2-R (SEM ESCALA).....	222
ANEXO I - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 3 (SEM ESCALA).....	223
ANEXO J - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 3-R (SEM ESCALA).....	224
ANEXO K - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 4 (SEM ESCALA).....	225
ANEXO L - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 4-R (SEM ESCALA).....	226
ANEXO M - ETAPAS CONSTRUTIVAS DAS CASAS DO LOTEAMENTO MENINO JESUS (SEM ESCALA).....	227

INTRODUÇÃO

A luta dos movimentos sociais do campo vai da conquista da terra àquelas questões da maioria dos brasileiros, integrantes das classes menos favorecidas: habitação, saúde, educação, transporte, infra-estrutura, e crédito para produção. A questão da habitação conta com o apoio de crédito oriundo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e apresenta duas formas de encaminhamento: a construção coletiva, mediante mutirão, ou a contratação de construtoras. A primeira alternativa pode levar a edificações com problemas construtivos, devido à baixa qualificação da mão-de-obra disponível. A segunda opção geralmente tem como resultado habitações com área reduzida e baixa qualidade construtiva, já que as empresas de construção seguem a lógica do mercado capitalista, visando o lucro, e desconsiderando as demandas dos assentados com respeito à moradia (segundo depoimento de Antônio de Araújo Filho, dirigente regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, no Anexo D).

A baixa qualificação da mão-de-obra é uma realidade que a construção civil enfrenta há alguns anos. O Brasil é o segundo país com maior dificuldade para os empregadores encontrarem profissionais adequados a suas demandas, segundo Barsan (2010). E o setor mais carente de mão-de-obra qualificada é a construção civil. Esses dados foram obtidos mediante pesquisa realizada pela Manpower, empresa de âmbito mundial na área de recursos humanos. Barsan (2010) também sinaliza que a valorização da formação universitária, em detrimento de cursos técnicos e de aperfeiçoamento, criou um gargalo na geração de empregos no Brasil. Assim, investimentos em formação profissional devem estar entre as prioridades do Governo e da iniciativa privada. Mas também é preciso oferecer vagas gratuitas, pois quem está desempregado não tem como pagar por um curso de formação.

Atento a esta questão, o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular (Thaba), ligado à Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), atua desde 1998 na formação de profissionais para a construção civil, ministrando cursos de pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista e pintor.

O Thaba, convidado por lideranças do Assentamento Menino Jesus, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Água Fria – BA, entre novembro de 2006 e fevereiro de 2007 ofereceu cursos a 48 assentados, de modo que eles pudessem construir, em regime de autogestão, as 212 casas do assentamento. Também realizou a capacitação da organização local do assentamento, para o gerenciamento da construção da vila agrícola, envolvendo ações relacionadas ao suprimento, execução, acompanhamento e controle de todas as etapas construtivas.

Um ano após o término dos cursos, sabia-se que os assentados já haviam construído 154 das 212 casas. Dessas 154 habitações, 22 haviam sido iniciadas antes dos cursos do Thaba, quatro foram construídas durante os cursos, e 128 foram construídas após os cursos, sendo 29 destas em tijolo ecológico e 99 em bloco cerâmico tradicional.

Diante do exposto, coloca-se o objetivo geral deste estudo de caso: **identificar e analisar as contribuições trazidas pela formação profissional promovida pelo Thaba para a autoconstrução das casas do assentamento MST em Água Fria – BA.** Para atingi-lo, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) compreender como se deu a construção das casas, antes e depois dos cursos do Thaba no assentamento;
- b) coletar e analisar impressões dos assentados e dos técnicos do Thaba acerca da intervenção realizada;
- c) analisar como foi desenvolvida a metodologia dos cursos.

A escolha por este tema – formação profissional para a construção civil – e por este objeto – o curso para os assentados em Água Fria, e seus desdobramentos – deveu-se à formação do pesquisador em Arquitetura e Urbanismo e aos seus doze anos de trabalho junto ao Thaba, onde pôde acompanhar o surgimento da metodologia de curso ministrado aos assentados, trabalhar em algumas experiências de planejamento participativo e em ações de desenvolvimento local e organização comunitária.

A opção por realizar a pesquisa dentro dos moldes do estudo de caso deveu-se à singularidade do objeto. Por um lado, o Thaba ministra cursos de formação profissional para a construção civil desde 1998, enfocando a questão da empregabilidade¹ e da inserção dos aprendizes no mercado de trabalho; junto ao MST, o objetivo não era a empregabilidade, mas a capacitação dos assentados para que construíssem as casas da vila agrícola. Por outro lado, o MST tem algumas experiências de autoconstrução de casas; no Assentamento Menino Jesus, a autoconstrução iniciou com problemas, e somente ganhou impulso após a formação profissional promovida pelo Thaba. O interesse do estudo de caso – de um caso, especificamente –

[...] incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.17).

Pretende-se, com a realização da pesquisa, deixar registrada a experiência do Thaba e dos assentados em Água Fria, e formatar um material de referência que possa vir a embasar iniciativas semelhantes. Além disso, esta pesquisa também se justifica pela importância do MST, pelas condições de moradia geralmente insatisfatórias nos assentamentos – condições que podem ser melhoradas por meio de mutirões assistidos –, e pela importância dos processos educativos dentro deste movimento.

A importância do MST está no fato de que este é o maior movimento social popular organizado do Brasil, e talvez da América Latina (GOHN², apud RODRIGUES, 2003, p. 29). O MST tem a capacidade de estabelecer redes de sociabilidade e de participação no campo, integrando ex-camponeses, lavradores sem terra própria para plantar, trabalhadores expulsos de suas terras devido à construção de barragens, e trabalhadores que viviam nas periferias de grandes cidades. E a participação de pessoas

[...] até então excluídas de qualquer forma de identidade ou cidadania, através de movimentos sociais, e de um sem-número de programas, contribui para alargar a vida democrática local e para construir uma nova identidade para aquelas pessoas: a de cidadãos com direitos. O MST tem contribuído para a construção de uma identidade que é peculiar aos trabalhadores sem-

¹ A empregabilidade é um conceito que ganhou espaço e centralidade a partir dos anos 1990, reconhecida como um conjunto de políticas destinadas a diminuir os riscos sociais do desemprego, grande tormento do fim de século. Representava um consenso entre as administrações neoliberais e seus opositores. Entendia-se que eram três os elementos que, articulados, permitiriam superar a crise do desemprego: a redução dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente (GENTILI, 2002, p. 52).

² GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

terra, com força política, e com reconhecimento até internacional [...] (GOHN, 2003, p. 155).

O MST também se destaca por representar, no Brasil, a maior frente de resistência ao capitalismo agrário, que busca ter o controle das terras por meio do agronegócio.

O MST é o movimento camponês mais atuante na luta pela terra no Brasil. Nessas três décadas de existência do Movimento³, dezenas de outros movimentos surgiram. Em 2008, o número de movimentos camponeses na luta pela terra era noventa e três (Massaretto⁴, 2008). O crescimento do número de movimentos intensifica a disputa territorial que tem à frente o MST, que é responsável por 63 por cento das famílias que lutaram por terra nos últimos sete anos (FERNANDES, 2008, p.82).

Assim, o movimento nascido em 1984 mantém-se resistente, mesmo frente a diversos cenários que atravessou. O MST, assim como outros movimentos sociais do campo, no Brasil e no mundo, vêm sendo destruídos e recriados

[...] continuamente por diversas formas: por políticas de compra de terras para pequenos agricultores, com apoio do Banco mundial, pelo arrendamento de terras pelos grandes proprietários e pelas ocupações de terras, que ocorrem na América Latina, na África e na Ásia. A diminuição da população camponesa em todo o mundo não pode ser compreendida sem a análise das políticas agrícolas que os excluem, das políticas de desenvolvimento urbano que estão produzindo cidades insustentáveis e da territorialização das multinacionais que controlam cada vez mais a terra e a água nos países em desenvolvimento. De fato, em quase todos os países do mundo, ele é tratado como resíduo de uma sociedade que se modernizou. Todavia, as teses do fim do campesinato insistem em querer ignorar o sentido da sua resistência e também não explica como ficaria o mundo sem a existência do campesinato. [...] Caminhando na contra-corrente das teses do capitalismo agrário, compreendemos o campesinato como uma forma de organização e desenvolvimento fundamental para a construção de um mundo mais justo (FERNANDES, 2004, p.2).

A habitação e a organização espacial dos assentamentos ficam em segundo plano nas ações de especialistas em solo, vegetação, hidrologia e agricultura, entre outros profissionais que se ocupam com as questões do território rural ou com a reforma agrária. As políticas destinadas ao campo “apresentam um nítido desconhecimento da habitação social, desde os parâmetros do parcelamento do solo, à definição do local de moradia, dos equipamentos necessários de uso coletivo, do sistema viário e de transportes, às possibilidades de infraestrutura” (BORGES et al, 2010, p. 3).

Antônio de Araújo Filho, dirigente regional do MST, também denuncia problemas nas habitações dos assentamentos, que geralmente

³ Fernandes considera o nascimento do movimento em 1978, quando aconteceram as primeiras lutas e reuniões.

⁴ MASSARETTO, Nívea. **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: organização do cadastro de movimentos socioterritoriais**. Presidente Prudente: NERA, 2008.

são residências pequenas para comportar famílias grandes, ainda estas famílias demoram muito tempo para acessar o crédito de moradia, vivendo em moradias temporárias que acabam virando definitivas, e muitos recebiam os créditos e só reformavam as habitações antigas, tanto que hoje a demanda por reforma habitacional é tão grande quanto a construções novas (Anexo D).

A prática de mutirões assistidos para a construção de moradias, que possibilita ganhos em área construída e qualidade das habitações, é pouco comum no movimento. Ou acontece a autoconstrução, ou são feitas cooperativas, ou são contratadas construtoras, que executam projetos padronizados e sem a participação dos assentados nas decisões. Entretanto,

[...] o processo de planejamento, projeto e gestão da construção e melhoria das habitações constitui parte complementar à reforma agrária sob dois aspectos: 1º. Pela melhoria das condições de vida dos assentados; e 2º. Pela utilização de métodos organizativos que priorizem o coletivo, num processo de educação política de seus participantes (BORGES et al, 2010, p. 4).

Complementando, falando agora da relevância da educação no MST, pode-se afirmar que a mesma, “[...] em suas diferentes dimensões – escolar, de adultos, política, religiosa, sindical, etc. –, tem um lugar central no movimento dos sem-terra” (GOHN, 2003, p. 145). Por um lado, a educação formal, escolar, em seus diversos níveis, busca atender às demandas do movimento, formando pessoas que venham contribuir com as questões relacionadas aos camponeses. Por outro lado, a educação informal, que se dá por meio de marchas, de ocupações, da realização da mística e de outras manifestações, termina por envolver crianças, jovens e adultos, fortalecendo os ideais do movimento e a sua própria luta. Este

[...] exercício constante dos cidadãos nas lutas e reivindicações populares torna-se um aprendizado tão rico para sua vida quanto o aprendizado escolar. É possível, mesmo, afirmar que se trata de uma experiência educativa mais ampla do que a discussão pedagógica escolar (MENEZES NETO, 2003, p. 25).

O texto desta dissertação está dividido em quatro capítulos. No primeiro deles, analisa-se a relação entre trabalho e educação desde o comunismo primitivo até os dias atuais, passando pelo surgimento do ensino profissionalizante e pela politécnica, enquanto concepção pedagógica de Proudhon e enquanto resposta da educação aos atuais chamamentos que lhe faz o mundo do trabalho. Por fim, relatam-se as experiências do Thaba com o solo-cimento (material escolhido pelas lideranças do assentamento de Água Fria para a construção das casas da agrovila) e com a formação profissional para a construção civil, associando-se esta proposta educacional aos conceitos da politécnica.

O segundo capítulo descreve a história da luta pela terra no Brasil ao longo do tempo, e mostra que esta luta desdobrou-se em outras questões, como educação, moradia, crédito para

produção, saúde, transporte... A partir daí, analisa a Educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, abordando seus princípios filosóficos e pedagógicos, a educação pelo e para o trabalho e a educação para a cooperação.

O terceiro capítulo discorre acerca das diversas soluções para a questão habitacional encontradas ao longo do século XX no Brasil. Também nele são definidos “autoconstrução” e “mutirão”, e são abordadas as possibilidades educativas contidas nestes dois processos de acesso à moradia, que é portadora de um grande significado simbólico na vida das pessoas.

O quarto capítulo registra a análise dos dados colhidos na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Inicialmente, são caracterizados o município de Água Fria e o Assentamento Menino Jesus. Registra-se, então, como se deu o percurso da pesquisa, abordando aspectos metodológicos. Depois, relata-se como aconteceu a construção das casas antes da chegada do Thaba, como foram os cursos de formação profissional para os assentados, e como se deu a autoconstrução das casas.

Por último, apresentam-se as conclusões da pesquisa.

1. EDUCAÇÃO, TRABALHO E AS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO THABA

Neste capítulo, faz-se uma análise de como se processou a separação entre educação e trabalho e de como se deu o surgimento do ensino profissionalizante. Fala-se também da politecnia, enquanto concepção pedagógica de Proudhon e enquanto resposta da educação aos atuais chamamentos que lhe faz o mundo do trabalho. Por fim, relatam-se as experiências do Thaba com o solo-cimento (material escolhido pelas lideranças do assentamento de Água Fria para a construção das casas da agrovila) e com a formação profissional para a construção civil, associando-se esta proposta educacional aos conceitos da politecnia.

1.1. RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO AO LONGO DOS TEMPOS

Para melhor compreender as questões contemporâneas acerca da relação entre educação e trabalho, faz-se necessário analisar como esta relação evoluiu desde as sociedades primitivas até os dias atuais.

1.1.1. Do comunismo primitivo à separação entre educação e trabalho

Nas sociedades humanas primitivas, trabalho e educação não se separavam. O ser humano, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, precisa adaptar a natureza a si, para satisfazer suas necessidades e garantir sua existência. A este constante processo de adaptação chama-se trabalho, e os homens primitivos aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la, aprendiam a trabalhar trabalhando. Eles

[...] transferiam seus saberes profissionais por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição, pelas quais repassavam conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes servissem e facilitassem o cotidiano. Com sua cognição e tecnologia acumuladas, as populações pré-históricas e as civilizações que as seguiram produziram soluções para enfrentarem desafios impostos pelo ambiente no qual estavam inseridos [...] (WITTACZIK, 2008, p. 77).

Pode-se dizer, portanto, que a produção do homem equivalia à formação do homem, e que a educação surgiu no mesmo momento em que surgiu o homem.

Nestas sociedades, prevalecia o modo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Eram populações sem divisão de classes. Na tribo, a terra era de propriedade coletiva, e os homens, juntos, produziam e se educavam, em um processo único.

O aumento da produção levou à divisão do trabalho, e à apropriação privada da terra. Com isso, ruiu a unidade das sociedades primitivas, e surgiram duas classes básicas: a dos proprietários, e a dos não-proprietários do principal meio de produção: a terra.

Como o homem não tem sua existência garantida sem adaptar a natureza para satisfazer suas necessidades, ele não pode viver sem trabalhar. Contudo, a partir do surgimento da propriedade privada, tornou-se possível à classe dos proprietários viver sem trabalhar, na medida em que vivia do trabalho “[...] dos não proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor” (SAVIANI, 2007, p. 155). Esta era a realidade da Grécia Antiga e da Roma Antiga, que contrapunham, se um lado, a aristocracia proprietária das terras, e, do outro lado, os escravos, que predominantemente realizavam o trabalho.

Com o surgimento do escravagismo, fruto da divisão social em classes, também se dividiu a educação. Uma das vertentes da educação destinava-se à classe proprietária, enfocando atividades intelectuais, o bom uso da palavra e exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. A outra vertente era reservada aos escravos e serviçais, e continuava atrelada ao processo de trabalho.

A primeira das vertentes originou a escola, como é conhecida hoje. A palavra escola vem do grego, e significa, etimologicamente, lugar do ócio, do tempo livre. Assim, designava um espaço destinado às pessoas com tempo livre, e neste espaço desenvolveu-se

[...] uma forma específica de educação, em contraposição àquela inerente ao processo produtivo. Pela sua especificidade, essa nova forma de educação passou a ser identificada com a educação propriamente dita, perpetrando-se a separação entre educação e trabalho. (SAVIANI, 2007, p. 155)

Portanto, pode-se afirmar que a institucionalização da educação correspondeu ao surgimento da sociedade de classes. A partir dessa institucionalização, a escola foi se aperfeiçoando e complexificando, até tornar-se, na contemporaneidade, o modelo principal de educação, e servir de parâmetro para todas as outras formas de educação.

Com o declínio do modo de produção escravagista e a instalação da sociedade feudal, surgiu um novo tipo de escola, que trazia forte influência da Igreja. Esta concepção opunha-se à escola grega, que tinha presença marcante do Estado.

Tanto na Antiguidade, quanto na Idade Média, os trabalhos manuais não demandavam preparo escolar: a formação dos trabalhadores acontecia no próprio exercício das suas funções. Mesmo no artesanato medieval, com seu alto grau de especialização, o aprendizado acontecia nas corporações de ofícios, onde o aprendiz trabalhava junto com o oficial, que era chamado “mestre de ofícios”.

1.1.2. Do surgimento do capitalismo à politecnia

O advento do modo de produção capitalista representou nova ruptura na educação, trazendo de volta o protagonismo do Estado, mas também a idéia de escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória. Este modelo confere

[...] peso decisivo, senão exclusivo da escola na responsabilidade pela reprodução do modo de produção capitalista. E a via para o cumprimento desse papel reprodutor é o desenvolvimento da escola como uma instituição apartada do trabalho produtivo (SAVIANI, 2007, p. 157).

De fato, especialmente nos últimos 150 anos, a educação institucionalizada prestou-se

[...] ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (MESZÁROS, 2005, p. 35).

A sociedade capitalista surgiu a partir do excedente de produção do mundo feudal. Neste último, a economia era de subsistência; somente ocorrendo uma eventual sobra frente às necessidades de consumo é que aconteciam trocas. Todavia, o aumento da produção dinamizou a economia medieval, ativou o comércio, e incentivou a produção intencionalmente destinada à troca, o que originou a sociedade capitalista. Neste novo modelo

social, o eixo do processo produtivo desloca-se “[...] do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, que converte o saber de potência intelectual em potência material” (SAVIANI, 2007, p. 158).

Marx, em *O capital*, descreve o impacto que a decadência do sistema feudal, com a correspondente acumulação primitiva ou original do capital, causou na vida dos vassalos:

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura crescente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados do seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias (MARX⁵, apud MESZÁROS, 2005, p. 38).

Neste novo cenário, tornou-se necessário a todos os membros da sociedade o domínio da cultura intelectual, cujo componente mais elementar é o alfabeto. O melhor caminho para proporcionar o contato com essa cultura era a escola, que passou a ser reconhecida como a principal forma de educação. A Revolução Industrial, que viria consolidar este cenário, também sedimentou a importância dada à escola.

O surgimento da indústria moderna levou à crescente simplificação dos ofícios. A utilização de máquinas, que faziam a maior parte das tarefas antes manuais, reduziu a necessidade de qualificação específica. “Pela maquinaria, que não é outra coisa senão trabalho intelectual materializado, deu-se visibilidade ao processo de conversão da ciência, potência espiritual, em potência material” (SAVIANI, 2007, p.158).

Assim como a introdução das máquinas possibilitou a materialização do intelecto no processo produtivo, a escola assumiu o papel de difundir a cultura intelectual na sociedade. A Revolução Industrial levou os principais países a organizar os sistemas nacionais de ensino, de modo a generalizar a escola básica. Assim sendo, pode-se afirmar que a Revolução Industrial foi correspondida por uma Revolução Educacional, que elevou a escola ao patamar de forma mais importante de educação.

Se, por um lado, o surgimento das máquinas reduziu a necessidade de especialização, por outro tornou necessário um patamar mínimo de qualificação geral. Essa necessidade foi resolvida no currículo da escola elementar, que familiarizou os indivíduos com os códigos formais, e os tornou aptos ao convívio com as máquinas, operando-as sem muitas

⁵ MARX, Karl. *O capital*. V. 1, livro primeiro, tomo 2, capítulo XXIV. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 265-266.

dificuldades. Entretanto, além de operar as máquinas, eventualmente eram necessários reparos, manutenção, ajustes a novas situações. Essas eram tarefas específicas, que demandavam um preparo intelectual específico. Foi assim que surgiram os cursos profissionais, no ambiente das empresas ou do sistema de ensino, mas tendo como referência o padrão escolar e visando atender às necessidades do processo produtivo. O sistema de ensino, portanto, dividiu-se entre as escolas profissionais e as escolas de formação geral:

Estas, por não estarem diretamente ligadas à produção, tenderam a enfatizar as qualificações gerais (intelectuais), em detrimento da qualificação específica, ao passo que os cursos profissionalizantes, diretamente ligados à produção, enfatizaram os aspectos operacionais vinculados ao exercício de tarefas específicas (intelectuais e manuais) no processo produtivo considerado em sua particularidade (SAVIANI, 2007, p. 159).

John Locke, filósofo britânico do liberalismo, no século XVII, propôs a criação de oficinas para os filhos dos pobres desde a primeira infância, com o argumento de que

Os filhos das pessoas trabalhadoras são um corriqueiro fardo para a paróquia, e normalmente são mantidas na ociosidade, de forma que geralmente também se perde o que produziriam para a população até eles completarem doze ou catorze anos de idade. Para esse problema, a solução mais eficaz que somos capazes de conceber, e que portanto humildemente propomos, é a de que, na acima mencionada lei a ser decretada, seja determinado, além disso, que se criem escolas profissionalizantes em todas as paróquias, as quais os filhos de todos, na medida das necessidades da paróquia, entre quatro e treze anos de idade ... devem ser obrigados a freqüentar (LOCKE⁶, apud MESZÁROS, 2005, p. 41-42).

Para os detentores dos meios de produção da época, a educação profissional deveria focar unicamente as noções técnicas, pois eles entendiam que “[...] era supérfluo e até perigoso ensinar a ler, escrever e, especialmente, fazer contas aos operários [...]” (MANACORDA⁷, apud WITTACZIK, 2008, p. 79). Bloqueando o acesso à instrução dos operários, os “patrões” mantinham-nos com salários injustos, em instalações insalubres, e com carga de trabalho excessiva.

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) defendia o socialismo libertário, opondo-se ao autoritário, defendido por Marx. Conhecedor dos valores essenciais do trabalho, sejam morais ou educativos, é considerado o verdadeiro teórico da filosofia do trabalho. Atento às questões dos trabalhadores de sua época, desenvolveu uma concepção pedagógica que denominou “politecnia”. Para ele,

⁶ LOCKE, John. Memorandum on the reform of the poor law. In: BOURNE, R. H. Fox. **The life of John Locke**. Londres: King, 1876, p.383.

⁷ MANACORDA, M. A. **História da educação**: da Antigüidade aos nossos dias. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 287.

[...] o trabalho é o centro da vida dos homens desde que eles estejam orgulhosos daquilo que dê sentido, interesse e dignidade à sua própria vida. Portanto, é, dessa forma, indispensável que a função primária da instrução escolar seja exatamente aquela de preparar os jovens para uma vida de trabalho (CODELLO, 2007, p. 96).

A politecnia abre-se em duas frentes:

[...] o aprendizado de múltiplas técnicas de produção, que permite uma ativa e conscientemente crítica à inserção do indivíduo no mundo do trabalho; e a apreensão da realidade político-social, também ela multiplicidade, o que permite uma atividade consciente e crítica no mundo social (GALLO, 2007, p. 62).

Proudhon opunha-se à separação entre trabalho manual e intelectual, e entre teoria e prática. Por meio da integração entre oficina e escola, buscava transformar o trabalho, restituindo-lhe características humanas, criatividade e alegria.

A instrução politécnica deveria ocupar o lugar do ensino médio, depois de a criança ter apreendido as linguagens que permitem seu relacionamento com o ambiente que lhe cerca. Os jovens seriam inseridos no mundo da produção,

[...] tomando contato com o trabalho e com as ciências que desvendam seus segredos. Com a idade adulta, seria um operário completo, consciente de si, do mundo, da sociedade e de todo o processo de produção material, capaz de dominá-lo e não ser dominado automaticamente por ele. Mas a educação deveria se estender por toda a vida das pessoas, garantindo uma permanente inserção crítica e ativa na realidade (GALLO, 2007, p. 62).

As atribuições deveriam ser abordadas em grau crescente de dificuldade. A metodologia consistia em “[...] fazer o aluno percorrer a série inteira de exercícios profissionais, dos mais simples aos mais complicados, fazendo de modo com que seja possível extrair de tudo isso o significado racional e social que está implícito” (CODELLO, 2007, p. 101). Além disso, os ideais de Proudhon eram contrários à restrição do indivíduo dentro dos limites de uma única formação, para não condená-lo a desenvolver, por toda a vida, o mesmo trabalho. Ao contrário, a educação deveria ser libertadora, emancipatória, e buscava-se atingir esses objetivos mediante a abordagem de diversas especialidades profissionais.

Proudhon defendia a total inserção dos aprendizes no ambiente de produção. Propunha, até mesmo, que os alunos deveriam ser aprendizes já assalariados. Seu pensamento pregava que a aprendizagem não deveria “[...] ser isolada e fictícia, mas realística, prática, inserida no contexto produtivo” (GALLO, 2007, p. 61).

A primeira experiência de aplicação da politecnia digna de nota deu-se no Orfanato Prévost, em Cempuis, na França, entre 1880 e 1894. Lá, a educação das crianças contava com instrumentos de aplicação profissional – como balanças, microscópios, lunetas, etc. – que iam

desenvolvendo suas habilidades manuais e sensitivas. Entre os dez e treze anos, passavam a ter um período de estudos de nove horas diários, sendo três delas nas oficinas (sapataria, imprensa e encadernação, forja, carpintaria, costura, lavanderia), com troca semanal de atividades, duas horas em trabalhos coletivos, e quatro horas em aulas teóricas. Esta introdução ao mundo do trabalho permitia aos jovens o contato com praticamente todos os campos de trabalho disponíveis na época. Depois deste período, os estudantes podiam escolher com mais segurança a área de maior identificação, para aprofundar os estudos e se profissionalizar nos anos seguintes (GALLO, 2007, p. 63-66).

Saviani (2007, p. 162-165) aponta que, na contemporaneidade, o significado semântico do termo “politecnia” não corresponde mais a seu significado etimológico. Semanticamente, politecnia significa “[...] fundamentos científicos das múltiplas técnicas que caracterizam a produção moderna” (p. 164). Na tradição socialista, entretanto, a palavra passou a significar “[...] a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo” (p. 162). Nosella (2007) também discute o significado do termo, pontuando a diferença entre o significado semântico do termo e as reais demandas apresentadas à educação contemporânea.

1.1.3. As novas demandas educacionais trazidas pelas novas formas de organização do trabalho no século XX

À época de Marx, acreditava-se que as crises cíclicas do capitalismo levariam às condições para viabilização da revolução proletária. A grande depressão de 1929 alterou a crença burguesa de que era capaz de controlar as crises capitalistas. Sob os impactos dessa crise, Keynes publicou, em 1936, a *Teoria geral do emprego, juros e dinheiro*. Nesta obra, ele se apropriou das análises de Marx, mas, ao invés de enxergar nas crises a necessidade de superação do capitalismo, buscou apontar mecanismos que evitassem as crises, ou que as mantivessem sob controle, mediante a regulação estatal da economia e o funcionamento da economia de mercado baseada na propriedade privada. A retomada do crescimento econômico, com marcante presença do Estado, após a Segunda Guerra mundial, parecia dar razão a Keynes. Entretanto, na década de 1970, o capitalismo viveu nova crise, colocando em questão a sua teoria (SAVIANI, 2002, p. 18-20).

No período de crescimento de recuperação e crescimento econômico que se estendeu de pós-1929 à década de 1970, o processo produtivo e a organização do trabalho seguiam os ideais do taylorismo⁸-fordismo⁹: economia de escala, produção em série para consumo em massa, emprego de um grande contingente de trabalhadores. Este período, caracterizado por um relativo equilíbrio social, propiciou o

[...] desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, cujo resultado se materializou num avanço tecnológico de tal proporção que deu origem a uma nova “revolução industrial”: a revolução microeletrônica, também denominada “revolução da informática” ou “revolução da automação” (SAVIANI, 2002, p. 21).

Enquanto a primeira revolução industrial realizou a transferência das funções manuais para as máquinas, a nova revolução transpôs para as máquinas as próprias funções intelectuais, com a automatização, a auto-regulação da produção. Esta nova conjuntura, denominada toyotista¹⁰, permitiria ao homem mais tempo livre para o cultivo do espírito por meio das artes, da ciência e da filosofia. Entretanto, as relações sociais vigentes – baseadas na propriedade privada dos meios de produção – tolhem essa potencialidade, dificultando a generalização da incorporação maciça de tecnologias avançadas aos processos produtivos.

Nesse contexto, a educação, que poderia explorar o máximo das potencialidades individuais, conduzindo as pessoas à evolução de suas faculdades intelectuais, é colocada diretamente sob as determinações de funcionamento do capital. O toyotismo defende a politecnicidade, a formação integral do homem, em todas as suas dimensões, a transdisciplinariedade, o resgate da separação entre teoria e prática, a superação da fragmentação do trabalho. Apropria-se de concepções pedagógicas do socialismo, estabelecendo, dessa forma, uma ambigüidade no seu discurso e na sua prática. Ele termina por criar uma confusão no entendimento dos sujeitos, que passam a imaginar que as políticas

⁸ Modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que é considerado o pai da administração científica. Caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional. Pregava a racionalização do trabalho, que é tão somente a divisão de funções dos trabalhadores.

⁹ Idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, o fordismo é um modelo de produção em massa que revolucionou a indústria automobilística a partir de janeiro de 1914, quando introduziu a primeira linha de montagem automatizada. Ford utilizou à risca os princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor e desenvolveu outras técnicas avançadas para a época.

¹⁰ O toyotismo é um modo de organização da produção capitalista originário do Japão, resultante da conjuntura desfavorável do país. O toyotismo foi criado na fábrica da Toyota no Japão (dando origem ao nome) após a Segunda Guerra Mundial. Está baseado na produção flexível à demanda, na multifuncionalização da mão-de-obra, em sistemas de qualidade total, no sistema “just in time” (produzir o necessário, na quantidade necessária e no momento necessário), na personalização de produtos de acordo com o gosto do cliente e no controle visual para supervisionar a produção.

e propostas pedagógicas finalmente contemplam os interesses dos trabalhadores, no que diz respeito à democratização (KUENZER, 2002, p.78).

Na base taylorista/fordista, as propostas pedagógicas ora focavam os conteúdos, ora focavam as atividades, sem articular conteúdo e métodos, conseqüentemente sem propiciar o domínio intelectual das práticas produtivas. A concepção de conhecimento era linear e fragmentada: cada objeto constituía um campo, uma especialidade, e se desvinculava dos demais objetos. Os conteúdos eram repetidos ano após ano, articulados com cópias e questionários. Objetivava-se desenvolver a memorização e a disciplina, características fundamentais a trabalhadores que executavam, ao longo de sua vida produtiva, as mesmas tarefas com pequenas variações, dentro de processos tecnológicos de base rígida (KUENZER, 2002, p.83-84).

As mudanças ocorridas a partir da década de 1990 – globalização da economia, reestruturação produtiva, neoliberalismo – representaram novas demandas do capitalismo à escola. A crescente incorporação de ciência e tecnologia aos processos produtivos configura uma aparente contradição: quanto mais as tarefas são simplificadas, mais conhecimento é requerido do trabalhador, o que implica em maior escolaridade exigida, com constantes ações de formação continuada. As “capacidades” do sistema taylorista/fordista mudam, e passam a ser chamadas “competências”: em vez de habilidades psico-físicas, buscam-se desenvolver competências cognitivas complexas (KUENZER, 2002).

Do ponto de vista curricular, a educação da era toyotista compreende – a partir dos ideais da politecnia – a ineficácia de informações meramente conteudistas e desarticuladas. Propõe “[...] ações que, permitindo a relação do aluno com o conhecimento, levem à compreensão das estruturas internas e das formas de organização, conduzindo ao ‘domínio intelectual’ da técnica, expressão que articula conhecimento e intervenção prática” (KUENZER, 2002, p. 89).

Com a introdução das tecnologias de ponta no processo produtivo, alguns teóricos prevêem o fim do trabalho. Todavia, presencia-se, na contemporaneidade, que o sistema metabólico do capitalismo precisa cada vez menos do trabalho estável e tem crescentemente demandado formas de trabalho parcial e terceirizado. As máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho; em vez disso,

[...] a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina resultante desse

processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (ANTUNES, 2002, p. 41).

Além das áreas industriais informatizadas, o trabalho intelectual tem sido requerido também nos setores de serviços e de comunicação, entre outros. O setor de serviços “[...] mescla e confunde atividades fundamentalmente distintas (abarcando desde a elaboração de programas de informática até as tarefas de limpeza [...])” (CASTELLS, 1992, p.7). Estas esferas – não diretamente produtivas, mas que usualmente desempenham atividades relacionadas ao trabalho produtivo – revelam outras características importantes do trabalho no mundo contemporâneo:

[...] o trabalho imaterial expressa a vigência da esfera informacional da forma-mercadoria. Ele é expressão do conteúdo *informacional* da mercadoria, exprimindo as mutações do trabalho operário no interior das grandes empresas e do setor de serviços, onde o trabalho manual direto está sendo substituído pelo trabalho dotado de maior dimensão intelectual (ANTUNES, 2002, p. 42).

Antunes (2002) aponta, diante do exposto, que, em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou da substituição da produção pela informação, assiste-se à crescente inter-relação “[...] entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital” (ANTUNES, 2002, p. 43).

Kuenzer (2002), de forma semelhante a Antunes (2002), também assinala a exclusão do trabalhador do mercado formal, que lhe confere direitos e melhores condições de trabalho, e o surgimento de alternativas de inclusão deste trabalhador no mundo do trabalho, contudo sob precárias condições: desemprego e recontração com salários mais baixos, prestação de serviços em empresas terceirizadas, ou prestando serviços na informalidade. A este processo, a autora chama “exclusão includente”. A sua contraposição acontecerá pela “inclusão excludente”:

[...] estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente (KUENZER, 2002, p. 92-93).

Faz-se necessário, também, o aprofundamento dos educadores no entendimento da pedagogia socialista, para evitar que estas novas facetas da pedagogia capitalista sejam confundidas com a pedagogia verdadeiramente emancipatória:

Naturalmente, reinsisto, o empresário moderno aceita, estimula e patrocina o treino técnico do “seu” operário. O que ele necessariamente recusa é a sua *formação* que, envolvendo o saber técnico e científico indispensável, fala de sua presença no mundo. Presença humana, presença ética, aviltada toda vez que transformada em pura *sombra* (FREIRE, 2008, p. 102).

1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

1.2.1. Aspectos históricos

A educação profissional brasileira foi instituída em 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha, com a criação de 19 de Escolas Aprendizes Artífices, para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização. Entretanto, é a década de 1930 que é considerada o marco histórico da educação profissional no Brasil, pois a industrialização do País possibilitou a instalação de cursos superiores para formar recursos humanos que atendessem aos processos produtivos. De igual importância foi a década de 1940, quando a formação profissional ganhou novo impulso graças à criação do Sistema S (WITTACZIK, 2008, p. 79-80). Hoje, o Sistema S é formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Social de Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Custeado por recursos públicos gerados mediante deduções obrigatórias das folhas de pagamento dos trabalhadores, o Sistema S é, paradoxalmente, controlado somente pelas confederações patronais da indústria e do comércio. A gestão do sistema, sua estrutura e os seus programas, cursos e eventos são controlados pelos empresários. Aliás,

[...] todo o sistema de formação profissional do Brasil foi criado sob a gestão dos empresários e com a chancela e guarda do Estado se, contudo, contar com a participação crítica dos trabalhadores e das suas entidades de classe. Nem sequer o ideário do “*tripartismo* societário” (trabalhadores, Estado e

empresários), colaboracionista por excelência, se constituiu no Brasil (THOMAZ JÚNIOR, 2000, p. 6).

Frigotto (2007, p. 4) concorda com essa afirmação, declarando que nunca se colocou como necessidade, para a classe dominante brasileira, “[...] uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores, a fim de prepará-los para o trabalho complexo que é o que agrega valor e efetiva competição intercapitalista”.

No regime militar, o Sistema S foi fortalecido por meio da criação, em 1975, do Sistema nacional de Emprego (Sine), que concedia incentivos fiscais a empresas com relocação de recursos em programas que visavam diminuir o desemprego.

A perda de exclusividade do Sistema S nas ações de formação profissional dá-se com o surgimento de outros atores em cena, inclusive da iniciativa privada. Organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina apontaram, em relatórios, a defasagem da estrutura do Senai frente às exigências do mercado de trabalho.

Em 1988, um somatório de esforços do Estado, de setores do empresariado e de segmentos do movimento sindical culminou com institucionalização do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no texto da constituição. A regulamentação do FAT aconteceu em janeiro de 1990, junto com a criação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). A partir daí, foram executados programas de formação profissional com este financiamento.

Em 1995, foi lançado o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), como política estatal de formação profissional. Em 2003, esta proposta foi reestruturada no Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Silva e Invernizzi (2008) denunciam a falta de uma política de Estado no governo Lula, que conduz à

[...] dispersão da oferta de recursos e sobreposição dos recursos existentes entre programas de educação profissional, qualificação, requalificação e resgate social de jovens e adultos em situação de risco e exclusão, que garantem pouca efetividade social do ponto de vista da inclusão e emancipação humana (p. 111-112).

Podem-se identificar três linhas programáticas que direcionam a atual política governamental de educação profissional e tecnológica. A primeira delas compreende ações dos Conselhos Estaduais e Municipais do Trabalho, financiadas pelo FAT, no âmbito do PNQ. A segunda linha diz respeito aos programas que de fato vinculam educação profissional

e educação básica, como o Programa Nacional de Reforma Agrária (Pronea), o Programa de Expansão da Educação Profissional, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A terceira linha engloba ações originadas no Plano Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (SILVA; INVERNIZZI, 2008, p. 112).

1.2.2. Níveis da educação profissional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9394/96, estabelece a educação profissional como uma das modalidades da educação, nos seus artigos 39 a 42. A regulamentação desses artigos deu-se em 1997, por meio do Decreto Federal nº. 2208. Foram, aí, estabelecidos três níveis de educação profissional:

- a) Nível básico – Os cursos deste nível independem de escolaridade anterior, não estão sujeitos a regulamentação curricular, devem oferecer certificado de qualificação profissional, e podem ser oferecidos por empresas, escolas, sindicatos, etc.
- b) Nível técnico – Seus cursos devem possuir estrutura organizativa e curricular independente do nível médio, podem ser oferecidos concomitante ou sequencialmente ao nível médio, e seu diploma somente é conferido àqueles que também concluírem o ensino médio.
- c) Nível tecnológico – Corresponde ao nível superior da área tecnológica, e seus cursos destinam-se aos egressos dos níveis médio e/ou técnico.

Em 2004, o Decreto Federal nº. 5154 alterou o decreto anterior. Ele manteve as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, mas definiu que a educação profissional seria desenvolvida por meio de cursos e programas de

- a) Formação inicial e continuada de trabalhadores – Com o objetivo de qualificar para o trabalho e elevar o nível de escolaridade do trabalhador, estes cursos devem ser preferencialmente oferecidos em articulação à Educação de Jovens e Adultos, conferindo certificados de formação inicial ou continuada àqueles que tiverem aproveitamento nos estudos.

- b) Educação profissional técnica de nível médio – São cursos articulados ao ensino médio, sendo-lhes concomitante ou subseqüentemente oferecidos.
- c) Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação – Estes cursos destinam-se aos que já concluíram o ensino médio.

1.3. O THABA – SUAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PESQUISAS EM SOLO-CIMENTO

Desde 1998 o Thaba promove a formação de profissionais para a construção civil: pedreiros, carpinteiros, encanadores, eletricitas e pintores. Esta experiência, aliada às pesquisas em solo-cimento, desenvolvidas nas décadas de 1970 e 1980, levaram as lideranças do Assentamento Menino Jesus a convidar o grupo para ministrar os cursos que são objeto dessa dissertação. Assim, apesar de este capítulo tratar de educação e formação profissional, neste tópico também serão abordadas essas pesquisas realizadas pelo grupo a partir de 1975 e ao longo da década de 1980.

As informações registradas neste tópico foram obtidas a partir da análise de relatórios do Thaba e da memória do pesquisador – que integra o núcleo desde a época do surgimento da metodologia dos seus cursos profissionalizantes – e de conversas informais com outros membros do Thaba.

1.3.1. O surgimento

O Thaba foi criado em agosto de 1975, com o nome Programa de Tecnologias da Habitação, mediante convênio firmado entre o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Governo do Estado da Bahia, e com a interveniência da Habitação e Urbanização da Bahia S/A (Urbis), do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco) e do Sindicato da Construção Civil de Salvador. O órgão executor do convênio era o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped), instituição da administração estadual vinculada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. O Thaba configurou-se como um projeto de pesquisa,

com o objetivo de desenvolver alternativas tecnológicas que atendessem aos programas habitacionais populares. Três eram as suas linhas de atuação:

- a) Novos materiais de construção: investigando solo compactado e estabilizado, fibras vegetais, concreto leve e concreto celular, resinas, produtos orgânicos, argila expandida, resíduos industriais; desenvolvendo tecnologias para melhorar materiais de construção já existentes no mercado.
- b) Sistemas construtivos e de urbanização: desenvolvendo sistemas construtivos adequados aos materiais pesquisados, soluções construtivas e urbanísticas adequadas às características e localização do terreno, tecnologias de pré-moldados; identificando possibilidades de promoção da participação, como a autoconstrução.
- c) Mercado de materiais de construção: analisando o mercado vigente, sua estrutura empresarial e de preços; identificando deficiências nos processos produtivos, e apontando melhorias correspondentes; identificar tendências, potenciais de expansão, alternativas de comercialização e de abastecimento.

Estas linhas de trabalho foram definidas por influência do Plano Nacional de Habitação Popular (Planhap) e pelas deficiências identificadas nos diversos seguimentos da construção civil na Região Metropolitana de Salvador. A estruturação das linhas deu-se em parceria com a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder), órgão designado pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia para coordenar o Planhap na Bahia.

1.3.2. Pesquisas com solo-cimento

Dentre os vários trabalhos realizados pelo Thaba, as experiências que investigaram o solo-cimento e suas tecnologias construtivas foram relevantes, e serviram de embasamento para os cursos de formação profissional ministrados no Assentamento Menino Jesus, objeto dessa dissertação. Já o primeiro projeto de pesquisa do Thaba – denominado Projeto Tecnologias Alternativas para Habitação de Baixo Custo (Tahba) – enfocou o estudo do solo estabilizado compactado para execução de paredes, e o desenvolvimento de sistemas construtivos que empregassem o solo-cimento. A primeira fase desse projeto encerrou-se em 1977, quando foram elaborados os relatórios *Tratamento estatístico da dosagem do solo-*

cimento, Solo-cimento na habitação popular, e Manual prático da construção com solo-cimento.

Em 1978, teve início a segunda fase do projeto Thaba, com o objetivo de estudar o comportamento estrutural e a impermeabilização das paredes em solo-cimento compactado, e de aperfeiçoar e desenvolver alternativas a este sistema construtivo. Teve como resultado a elaboração do relatório *Solo-cimento na habitação popular – fase 2*, e a publicação de artigo no Boletim Ceped volume 5, nº 173. Neste mesmo ano, por ocasião do Seminário Sobre Barateamento da Construção Habitacional, promovido pelo BNH em Salvador, o Thaba elaborou e publicou o *Manual de construção com solo-cimento*, e o *Manual prático de construção com solo-cimento*, com o título *Cartilha de construção de paredes com painéis monolíticos com solo-cimento*.

Os resultados nas pesquisas com solo-cimento levaram à concretização de outras parcerias, para realização de novos estudos e transferência de tecnologia. Entre 1978 e 1982, o Thaba teve apoio do Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares, e posteriormente do Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação – ambos ligados ao Ministério de Educação e Cultura – para pesquisar o fissuramento de painéis em solo-cimento, e desenvolver sistemas construtivos adequados à construção de escolas. Este trabalho resultou na publicação do texto *Solo-cimento na construção escolar*, e possibilitou a construção de mais de 40 escolas na Bahia, com recursos repassados pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, e outras na região Nordeste, em projetos com as Secretarias de Educação de cada Estado.

Outro trabalho significativo, utilizando a tecnologia do solo-cimento, foi a construção de 34 casas no município de São Felipe – Bahia, em regime de mutirão, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília. O objetivo era verificar a incidência do barbeiro, transmissor da doença de chagas, em habitações com paredes em solo-cimento. Esta experiência, além de comprovar que as construções em questão não serviam de abrigo para o barbeiro, possibilitou a vivência do mutirão aos técnicos do Thaba, e a construção de uma fábrica de farinha comunitário no município.

Ao longo de toda a década de 1980, além dos projetos de pesquisa, o Thaba dedicou-se à transferência da tecnologia do solo-cimento, por meio da construção de escolas, micropostos de saúde e um hospital. Realizou, em todo o Brasil, vários cursos e palestras de alternativas tecnológicas, participou de seminários, deu assistência técnica para construção de casas e escolas em regime de administração direta e mutirão.

Em 1989, com o apoio da Caixa Econômica Federal, o Thaba concluiu um ciclo de pesquisa acerca do solo-cimento,

[...] avaliando em todo o território nacional, um número significativo de construções com paredes de tijolos, blocos e painéis monolíticos de solo-cimento, comprovando a eficiência do material quanto ao uso proposto e identificando aspectos importantes no uso e transferência de alternativas tecnológicas (BARROS et al., 1990).

1.3.3. As ações de formação profissional

As atividades de transferência de tecnologia, as experiências de mutirões, e a elaboração de cartilhas de construção, com uma linguagem que fosse de fácil entendimento a populações carentes, serviram de referência para a estruturação da metodologia de formação profissional para a construção civil do Thaba, que viria a ser elaborada a partir de 1998, com o projeto piloto Cesta de Materiais de Construção.

Em setembro de 1993, o Thaba foi desvinculado do Ceped, e passou a integrar a Pró-Reitoria de Extensão da Uneb, o que

[...] possibilitou a sua atuação em projetos de extensão voltados para as comunidades de baixos recursos, ainda na área de habitação. Durante essa experiência tornou-se claro para a equipe que, embora a conquista da moradia digna proporcionasse às pessoas sentimentos de pertinência social, dignidade humana, era necessária a busca pelo trabalho e renda que possibilitasse, a essas pessoas, o acesso a outros benefícios, além da moradia (RELATÓRIO..., 2005, p. 2).

Em 1994, realizou, em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador, mutirão na Baixa do Camurujipe, no bairro de São Caetano, periferia da cidade, às margens da BR-324. Neste trabalho, foram construídas 124 casas, com a participação de cerca de 300 mutirantes.

No final do ano 1998, o Thaba envolveu-se em dois grandes projetos: a incubação de cooperativas populares, e a qualificação profissional para a construção civil. Isso levou uma parte da equipe a criar a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Estado da Bahia (ITCP/Uneb), dando continuidade à proposta de geração de trabalho e renda.

Em 1998 e 1999, o Thaba realizou, em parceria com a Conder e a Caixa Econômica Federal, o projeto piloto Cesta de Materiais de Construção, no bairro Cajá, em Lauro de Freitas – Bahia. Esta foi a primeira experiência de formação profissional para a construção

civil do grupo. Ofereciam-se três cursos: pedreiro e pintor, carpinteiro, encanador. Os aprendizes do curso de pedreiro e pintor também poderiam fazer o curso de carpinteiro ou o de encanador, mas não os dois, já as atividades destes cursos aconteciam no mesmo horário. Na ocasião, estruturou-se a metodologia dos cursos, com aulas teóricas no início do turno, ministradas no canteiro-escola, seguidas da imediata aplicação prática dos conteúdos abordados, na construção de habitações populares, cujos materiais de construção eram financiados pela Caixa Econômica Federal.

A seleção dos aprendizes consistia em uma semana de atividades anterior ao início dos cursos, onde eram explicadas as atividades dos cursos e as atribuições das profissões em que os aprendizes pretendiam atuar. Participando dessas atividades, as pessoas que não tinham aptidão profissional por si só desistiam da carreira pretendida, o que diminuía a evasão nos cursos. As normas e procedimentos do canteiro-escola, e outras orientações quanto a relações interpessoais, horários, cuidados com materiais e fardamentos eram registradas no *Regimento do Curso*, que era discutido com os aprendizes nos primeiros dias de aula.

O canteiro-escola era quase sempre uma estrutura de caráter provisório, erguida especificamente para funcionamento dos cursos profissionalizantes. Suas instalações eram compostas por sala de acompanhamento sócio-pedagógico, sala de aula, almoxarifado, oficina e sanitários. Existiam, no canteiro-escola, normas de conduta e procedimentos para retirada de materiais e ferramentas e para devolução de materiais, que visavam simular o funcionamento de um canteiro de obras usual, possibilitando aos aprendizes uma vivência semelhante à experiência profissional.

Os cursos eram divididos em dois módulos: o módulo básico, que era oferecido em todos os cursos, e o módulo específico de cada profissão. Compunham o conteúdo do módulo básico: noções de matemática, estudos sociais, ética, participação comunitária e mercado de trabalho. O módulo específico contemplava aulas teóricas – com informações básicas sobre a profissão e sua atuação, segurança no trabalho, uso e manuseio de ferramentas de trabalho, iniciação a leitura e interpretação de projetos, orientações para quantificação de materiais e serviços, emprego de materiais de construção e noções básicas de transporte e estocagem – e aulas práticas – na execução de todas as etapas construtivas de casas populares. As aulas eram dadas por licenciados em construção civil pela Uneb.

Nas atividades práticas, organizados em equipes, os aprendizes podiam vivenciar e participar todas as etapas construtivas e relacionadas à profissão escolhida, ao longo da execução de casas populares, sob o acompanhamento dos educadores e de monitores –

profissionais experientes da construção civil, selecionados na comunidade de implantação do projeto, que também passavam por um processo de formação continuada nos cursos. O cronograma dos cursos seguia o cronograma físico da construção. Para possibilitar maior vivência prática e aprofundar o aprendizado, eram desenvolvidas atividades nas oficinas. Neste projeto piloto, a equipe do Thaba pôde mensurar a quantidade média de serviços necessária ao aprendizado das profissões de pedreiro, carpinteiro, encanador e pintor. Como material didático para os cursos, o Thaba elaborou a *Cartilha do Pedreiro*, rica em ilustrações e com linguagem acessível aos aprendizes.

Uma grande preocupação das atividades práticas do projeto piloto residiu na ergonomia. Cuidados com a o carregamento e transporte de materiais, com a postura corporal nas diversas fases da construção, com o manejo das ferramentas, eram repassados aos aprendizes, e constantemente abordados pelos educadores e monitores, até a assimilação destes conteúdos.

Os aprendizes recebiam uma bolsa-auxílio, para custear as despesas com transporte. Os dias de falta eram descontados no pagamento da bolsa, já que não havia gasto com transporte para o aprendiz. A intenção era aproximar a experiência no curso da realidade profissional, onde os dias de não-comparecimento são descontados da remuneração.

Além das atividades profissionalizantes, os cursos também ofereceram o acompanhamento sócio-pedagógico, realizado por técnicos da área social. Neste item foram abordadas questões como relações interpessoais, cidadania, drogas, violência, sexualidade e outras demandadas pelos aprendizes, propiciando uma formação mais ampla. Atividades de integração também aconteceram ao longo do curso, como torneio de futebol e reuniões festivas.

A avaliação era processual, observando-se o desempenho e o desenvolvimento de cada aprendiz ao longo das atividades dos cursos. Apontamentos diários eram feitos pelos educadores e monitores. Além das atividades relativas a cada profissão, eram observados, na avaliação, quesitos como responsabilidade, relações interpessoais, capacidade de trabalhar em grupo, cuidados com materiais e ferramentas, na perspectiva da formação profissional coerente às exigências do mercado de trabalho. Eventualmente, utilizava-se também o recurso da prova escrita. Ao final do curso, os aprendizes que obtiveram média seis e frequência mínima de 75% das aulas recebiam o *Certificado de qualificação*, enquanto que àqueles que não atingiram a média, mas tinham a frequência mínima, era conferido o *Certificado de participação*.

Os bons resultados do projeto piloto levaram à realização do Programa Aprendendo e Construindo (PAC), em parceria com a Conder e a Secretaria de Trabalho e Ação social do Governo da Bahia, entre os anos 1999 e 2003. Este programa foi implantado em onze municípios baianos: Camaçari, Eunápolis, Alagoinhas, Paulo Afonso, Valença, Nazaré, Barreiras, Ilhéus, Ipiaú, Salvador e Simões Filho. Ao longo do PAC, o Thaba elaborou a *Cartilha do Encanador*, a *Cartilha do Carpinteiro*, e a *Cartilha do Pintor*. Ao fim deste trabalho e somando a experiência do projeto piloto, haviam sido emitidos, pela Uneb, 3 935 certificados, sendo 3 184 certificados de qualificação, o que representa aproximadamente 81% de aprovação entre os aprendizes. Além disso, foram construídas 427 casas, ao longo das atividades práticas dos cursos.

No ano 2003 o Thaba passou a ser um núcleo da Proex, sendo denominado, a partir de então, Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular.

No ano 2005, o Thaba ministrou cursos profissionalizantes nas comunidades Bate-Facho e Alto do São João, no bairro Imbuí, em Salvador – BA. Esta experiência trouxe dois diferenciais para o núcleo: pela primeira vez ofereceu-se o curso de eletricista, e todos os aprendizes tiveram acesso, além do curso de eletricista, à formação nas profissões de encanador e pintor. Este novo formato dos cursos do Thaba objetivou propiciar uma formação mais completa aos aprendizes, já que é comum ser requisitado, no mercado de trabalho informal da construção civil, que um único profissional tenha conhecimento das diversas profissões.

Em seguida, houve os cursos profissionalizantes para os assentados do Menino Jesus. Pela primeira vez, e em consonância com as duas experiências anteriores, alterou-se o cronograma de atividades dos cursos, para que cada aprendiz pudesse obter a formação nas cinco profissões: pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista e pintor. Esta concepção, de formar um profissional polivalente, que possa obter uma melhor colocação no mercado de trabalho, é adotada pelo núcleo até hoje.

Depois dos cursos ministrados no Assentamento Menino Jesus, entre 2007 e 2010 o Thaba continuou promovendo a formação profissional para a construção civil, em parceria com a Petrobras. Aconteceram cursos em Ilha de Maré (Salvador – BA), Ilha d’Ajuda (Jaguaripe – BA), Moreré, Monte Alegre, Boipeba e Garapuá (essas últimas quatro localidades em Cairu – BA), com a construção de casas populares e de centros comunitários nas aulas práticas. Outro parceiro foi a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia, na formação profissional de jovens em situação de risco, por meio do projeto Jovens

Construtores, nos anos 2009 e 2010. Nas aulas práticas desse projeto, promoveram-se a reforma de alguns prédios e a construção de novas edificações no Centro Social Urbano de Castelo Branco, em Salvador – BA.

Presentemente, as principais linhas de atuação do THABA são: formação profissional para a construção civil; organização comunitária; elaboração participativa de projetos de interesse social; educação ambiental. A sua equipe de profissionais é formada por engenheiros, arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, psicólogos, licenciados em construção civil, entre outros profissionais, possibilitando ao núcleo o desenvolvimento de ações interdisciplinares junto a comunidades de baixa renda, que objetivam amadurecer e consolidar metodologias integradas de planejamento participativo no fortalecimento do potencial e das perspectivas de desenvolvimento dessas comunidades, subsidiando decisões conceituais para formulações políticas, diretrizes administrativas e programas de autogestão, que visem à qualidade sócio-ambiental urbana, adotando-se as concepções de processos de co-gestão, de parceria com entidades sociais, de participação comunitária, de geração de trabalho e renda e de qualidade ambiental.

1.3.4. Os cursos do Thaba e a politecnia

Podem-se apontar muitas aproximações entre os a proposta pedagógica do Thaba e as demandas que o mercado de trabalho coloca à educação nos dias atuais, demandas estas que encontram correspondência na politecnia.

O canteiro-escola, onde acontecem as aulas teóricas, aliado às aulas práticas dos cursos, representa a integração entre escola e oficina. Essa concepção permite a aplicação dos conceitos teóricos na prática profissional, e também possibilita que das vivências práticas sejam feitas novas formulações teóricas.

O processo seletivo, ao apresentar os candidatos às atividades do curso e às atribuições da profissão pretendida, guarda alguma semelhança com a experiência do Orfanato Prévost, que oferecia às crianças vivências nos diversos campos de trabalho, para que elas pudessem escolher com mais propriedade a área onde queriam se especializar.

A múltipla formação conferida a um mesmo aprendiz – pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricitista e pintor – é consonante aos ideais de Proudhon, opostos à limitação do indivíduo ao

exercício de uma única profissão ao longo de sua vida. Proudhon acreditava que o ser humano deve desenvolver as várias dimensões de sua existência, e que o trabalho deve ser instrumento de desenvolvimento dessas potencialidades.

Ao incluir, no módulo básico dos cursos, conteúdos como mercado do trabalho, ética, participação social e estudos sociais, e ao trabalhar, por meio do acompanhamento sócio-pedagógico, questões como cidadania e violência – entre outras –, o Thaba possibilita que o aprendiz amplie sua visão consciente e crítica do mundo.

Ao abordar, no módulo específico dos cursos, conteúdos como leitura e interpretação de projetos e noções de quantificação de serviços e de elaboração de orçamentos, o Thaba reaproxima o trabalho manual do trabalho intelectual, une teoria e prática, possibilitando que o aprendiz construa a sua autonomia no mundo do trabalho.

A bolsa-auxílio para custear o transporte também está de acordo com as idéias de Proudhon, na medida em que ele defendia que o ambiente de aprendizagem representasse a mais real inserção dos aprendizes no ambiente profissional.

O acompanhamento sócio-pedagógico, que facilita as relações interpessoais, e os critérios de avaliação, que incluem critérios como responsabilidade e capacidade de trabalhar em grupo, demonstram o cuidado em formar profissionais aptos a se adaptarem aos requerimentos do mercado de trabalho corrente.

Conclui-se, portanto, que a proposta pedagógica do Thaba apresenta muitas coincidências com a proposta da politecnia. Ambas articulam teoria e prática, opõem-se ao conhecimento linear e fragmentado, simulam a realidade profissional no ambiente de aprendizagem, e buscam a formação de aprendizes autônomos e com uma percepção consciente e crítica do mundo.

2. PROCESSOS EDUCATIVOS DO MST

Este capítulo descreve a história da luta pela terra no Brasil ao longo do tempo, e mostra que esta luta desdobrou-se em outras questões, como educação, moradia, crédito, saúde, transporte... A partir daí, analisa a educação do MST, abordando seus princípios filosóficos e pedagógicos, a educação pelo e para o trabalho e a educação para a cooperação.

2.1. HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Para compreender como se dão os processos educativos no MST, é preciso, antes, compreender o movimento, do seu surgimento à sua atual atuação na sociedade. Para tanto, traça-se aqui o panorama histórico da luta pela terra no Brasil, utilizando-se principalmente os dados obtidos no sítio do Incra (especificamente na seção “Histórico do Incra”), nos registros de Menezes Neto (2003), nos registros de Fernandes (2003, 2004, 2008) e nos registros de Gohn (2003).

Desde 1530 a questão fundiária faz-se presente no Brasil, com a criação dos primeiros latifúndios: as capitanias hereditárias e o sistema de sesmarias – grandes glebas distribuídas pela Coroa portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las, mediante o pagamento de um sexto da produção.

A Independência do Brasil, em 1822, trouxe um quadro de grande violência para o campo, no que diz respeito à posse de terras: a troca de donos das terras deu-se sob a lei do mais forte. Os conflitos aconteciam entre proprietários e grileiros, apoiados por bandos armados, e não envolviam trabalhadores rurais, já que estes eram praticamente todos escravos. Só em 1850, o Império editou a Lei das Terras, numa tentativa de ordenar a situação. Entretanto, esta legislação reforçou o poder dos latifundiários, pois se tornaram ilegais as

posses de pequenos produtores, na medida em que houve a proibição da ocupação de áreas públicas, e a determinação de que a aquisição de terras somente poderia acontecer mediante pagamento em dinheiro.

A distribuição de terras também não mudou com a instauração da República, em 1889: o poder político permaneceu entre os latifundiários, os temidos coronéis do interior. Na Primeira República ou República Velha (1889-1930), houve a incorporação de grandes áreas ao processo produtivo agrícola, com a importante participação de imigrantes europeus e japoneses. O número de propriedades e de proprietários aumentou, em relação às décadas anteriores, mas, em sua essência, a estrutura fundiária manteve-se inalterada.

Em 1946, já na redemocratização após a era Vargas, surgiram os primeiros sindicatos rurais legalizados, e, no Nordeste, as primeiras Ligas Camponesas, fundadas sob a influência do Partido Comunista. Até os anos 1950, a maior parte das leis de proteção ao trabalhador rural – incluídas na Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943 – não foram colocadas em prática, devido às ações dos grandes proprietários de terra.

No início da década de 1960, as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país. Entre todas, foi a reforma agrária que polarizou as atenções. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (Supra), com a atribuição de executar a reforma agrária. No mesmo ano, 100 sindicatos rurais pediram seu registro ao Ministério do Trabalho, após a facilitação, pelo governo federal, do reconhecimento dessas entidades. Em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), congregando as Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais, assinalando o início da disputa política pelo poder entre os trabalhadores do campo, movida pelas entidades legais (os sindicatos) e as entidades ilegais (as Ligas Camponesas). Neste momento as ligas entram em crise, com desavenças internas e perda do seu raio de ação nas políticas rurais para setores da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro.

Com o golpe militar de 1964, a política de modernização do campo brasileiro, adotada pelo governo, beneficiou as grandes indústrias químicas, de máquinas e implementos agrícolas, com a substituição do homem pela máquina e a conseqüente migração das populações do campo para as cidades. As Ligas Camponesas foram perseguidas, e os sindicatos foram vinculados ao Estado. As principais lideranças sindicais, políticas e sociais foram presas ou exiladas. Contraditoriamente, logo no início, o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. O Estatuto da Terra foi editado (Lei nº

4504/64) e foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra. O Decreto 59456/66 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não saiu do papel. O Estatuto da Terra teria o capítulo da política agrícola executado a todo vapor, enquanto o capítulo da reforma agrária seria ignorado. Em 09 de julho de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Ibra com o Inda, mediante o Decreto nº. 1100.

No final anos 1970, surgiu, principalmente no Sul do País, uma nova organização de luta pela reforma agrária, e que viria a ser um dos movimentos mais organizados e combativos dessa década e da seguinte: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1984, o MST realiza o I Encontro Nacional, que contou com sindicalistas, agentes de pastoral e militantes da reforma agrária. É importante lembrar que no ano anterior havia sido fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com participação expressiva dos camponeses.

Também na década de 1980 houve uma significativa ampliação e fortalecimento dos órgãos estaduais que se ocupavam assuntos fundiários. Quase todos os Estados contavam com este tipo de organização e as ações estaduais somadas conseguiram beneficiar um número de famílias bastante próximo daquele atendido pelo governo federal. Entre 1964 e 1984, foram assentadas cerca de 115 mil famílias, em 185 imóveis, numa área de cerca de 13,5 milhões de ha.

No fim da década de 1980, o País mobilizou-se para elaborar a nova Constituição. A discussão acerca da propriedade da terra, entre outras questões levantadas pelos trabalhadores, esteve na pauta, em um intenso debate político e ideológico, resultando na extinção do Incra, em 1987. Os latifundiários organizaram-se na União Democrática Ruralista (UDR), para defender seus interesses na Assembléia Constituinte, em oposição à reforma agrária, e não ocultavam a possibilidade do uso da violência na defesa de suas propriedades. A UDR saiu vitoriosa da Constituinte, porém desgastada em função dos métodos arbitrários e violentos por ela utilizados. O Mirad também foi extinto, em 1989, ficando a reforma agrária sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recriou o Incra, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária mantiveram a reforma agrária quase paralisada.

Ao término da década de 1980, os movimentos sociais sofrem nova retração. Desta vez, não por conta da repressão, mas sim devido ao novo movimento do capital, traduzido no neoliberalismo, que, com sua ideologia individualista, configurou um novo período político, trazendo “[...] o desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a privatização de grande parte de empresas estatais” (FERNANDES, 2003, p. 35).

No governo Collor (1990-1992), praticamente inexistiu uma política agrária; as ações estavam concentradas na inserção do País no mercado globalizado, mediante reformas neoliberais, como a abertura do mercado nacional às importações e a implantação do Programa Nacional de Desestatização. A luta pela reforma agrária sofreu uma retração, acontecendo até mesmo a invasão de diversas secretarias pela Polícia Federal, com a prisão de diversas lideranças do MST. O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária: foi elaborado um programa para o assentamento de 80 mil famílias em caráter emergencial, mas só foram atendidas 23 mil famílias, em 152 projetos, numa área de 1,229 milhão de hectares.

No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), as medidas de cunho neoliberal tiveram continuidade. Neste período, os movimentos sociais e sindicais, à exceção do MST, desenvolveram uma nova forma de atuação, mais centrados nas questões éticas e difusas – como os movimentos de meninos e meninas de rua, de aposentados, contra a violência, contra a fome – em detrimento das questões econômicas. Também houve o crescimento das organizações não governamentais (ONG’s), e das parcerias entre estas e o poder público, priorizando as mudanças pontuais, em vez da transformação global.

Em 29 de abril de 1996, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, vinculado diretamente à Presidência da República, ao qual imediatamente se incorporou o Incra. Em 14 de janeiro de 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o Incra está vinculado hoje.

Em seu primeiro mandato, Fernando Henrique realizou uma ampla política de assentamentos rurais. O presidente defendia a tese de que, no Brasil, não havia latifúndios, nem tantas famílias acampadas; assim, bastava assentar as famílias já acampadas, para resolver o problema agrário. Entretanto, este pensamento foi derrubado pelos massacres de Corumbiara – RO, em 1995, e de Eldorados dos Carajás – PA, em 1996, bem como pelo crescimento do número de famílias acampadas, que passou de 20 mil em 1994 para 76 mil em 1998.

No seu segundo mandato, FHC mudou a postura, adotando uma política agrária extremamente repressora, definida por duas medidas provisórias. Em uma delas, determinava que famílias participantes de ocupações de terra não poderiam ser assentadas. Na outra, determinava que terras ocupadas por uma vez não poderiam ser vistoriadas por dois anos, e, se ocupadas mais de uma vez, não poderiam ser vistoriadas por quatro anos.

Além disso, o Banco da Terra, implantado por FHC para compra de terras e criação de assentamentos, teve atuação mais forte que a desapropriação de terras, no segundo mandato. Este governo também arruinou a política de crédito especial para a reforma agrária, instituída no governo Sarney, e a política de assistência técnica, aumentando o empobrecimento de centenas de milhares de famílias assentadas.

Apesar de afirmar ter realizado a maior reforma agrária da História até então, com mais de 300.000 famílias assentadas,

essa realidade produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a cento e vinte mil famílias, e a precarização dos assentamentos implantados, que foram plantados como projetos incompletos, que além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento (FERNANDES, 2004, p. 15).

Depois de ter concorrido nas eleições de 1989, 1994 e 1998, tendo ficado sempre em segundo lugar, Lula foi eleito Presidente do Brasil em 2002, e reeleito em 2006. Na década anterior, o modelo agroexportador foi ampliado pelas corporações nacionais e transnacionais, em um amplo sistema chamado agronegócio, que reunia, “de formas diferenciadas, os sistemas agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico” (FERNANDES, 2008, p. 75). Desta forma, no governo Lula

os movimentos camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com latifúndios. Esta confrontação está associada ao processo de globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países e da criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina (FERNANDES, 2008, p.75).

Este confronto com estruturas transnacionais não diz respeito somente aos movimentos que lidam com a questão agrária, mas sim a todos os movimentos sociais, que

terão de enfrentar o dilema de atuar, agir no cotidiano, mas pensar globalmente, porque são “empurrados” para esse novo contexto. Os transgênicos não entraram na agenda dos movimentos sociais rurais por mero diletantismo ou necessidade própria – foi a conjuntura histórica que levou a esta luta, à articulação espaço-tempo, vida cotidiana e movimento social (GOHN, 2008, p. 40-41).

A participação do MST na Via Campesina, o que lhe possibilita ter contato com a luta de movimentos camponeses de todo o mundo contra seu inimigo comum – o agronegócio –, contribui para que o movimento possa acompanhar as mudanças políticas dos cenários onde atua. Se na década de 1980 o principal obstáculo à reforma agrária eram os ruralistas, na primeira década do século XIX é o agronegócio.

O agronegócio faz partes das forças que apóiam o governo Lula, e o presidente já fez algumas declarações de admiração por este sistema. Para continuar a garantir esse apoio político, o Governo não tem desapropriado terras nas regiões de interesse do agronegócio, mesmo “em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio” (FERNANDES, 2008, p. 80).

Para dar resposta aos camponeses sem-terra, o Governo tem se aproveitado de sua experiência na implementação de assentamentos, e tem investido na regularização fundiária de terras de camponeses na Amazônia, em detrimento da desapropriação de latifúndios para a criação de novos assentamentos da reforma agrária. Esta postura do Governo trouxe um problema para os movimentos camponeses que lutam pela questão agrária: a criação de assentamentos por meio da regularização fundiária aumenta em muito o tempo de acampamento das famílias, o que faz com que muitas delas abandonem o movimento, diminuindo a pressão sobre o Governo. Além disso, o Bolsa Família, um auxílio mensal concedido pelo Governo a famílias carentes, também contribui para a diminuição da força dos movimentos.

Por outro lado, o refinanciamento de dívidas do agronegócio, bem como programas de crédito e custeio, tem intensificado a dinâmica desse sistema, que avança sobre terras da Amazônia e do Centro-Sul. Isto acontece porque a fronteira agrícola do Brasil ainda está aberta, e

possibilita o aumento dos territórios do campesinato e do agronegócio. Este é um elemento paradoxal da reforma agrária no Brasil. A reforma agrária é compreendida pelas mudanças na estrutura fundiária de um país. No caso do Brasil, esta mudança está ocorrendo, mas a desconcentração fundiária não. O Brasil amplia o território agrícola e a concentração de terras (FERNANDES, 2008, p. 82).

Para quando se aproximar o fechamento da fronteira agrícola brasileira, pode-se prever o acirramento da disputa territorial. Esta disputa hoje pende entre a produção de agroenergia e de commodities para a indústria alimentícia, pelo agronegócio, e a produção agrícola, pelos movimentos camponeses e pela Via Campesina.

Para efetivamente realizar a reforma agrária, é preciso que o Governo a entenda como política de desenvolvimento territorial, e não como política compensatória, o que passa necessariamente por

desconcentrar a estrutura fundiária, o que nunca aconteceu em mais de quinhentos anos de história do Brasil. Todos os governos, até então, conceberam a reforma agrária como política compensatória, de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses (FERNANDES, 2003, p. 39).

Prova de que a reforma agrária não é vista como política de desenvolvimento é a distribuição espacial pulverizada de assentamentos cercados de latifúndios por todos os lados, pois o que determinou a sua localização foram as lutas dos movimentos do campo, e não um projeto do Estado. Esta condição de isolamento dos assentamentos impõe-lhes “maiores dificuldades de organização, inserção, enfrentamento e resistência ao mercado” (FERNANDES, 2003, p. 39).

E não basta assentar os sem-terra. Depois de realizado o assentamento, é preciso cuidar para que não aconteça a “expropriação dos camponeses, por meio de políticas de desenvolvimento territorial, como crédito, garantia de preços, orientação técnica e tecnológica, educação, infra-estrutura, entre outras” (FERNANDES, 2004, p. 19).

2.2. ALÉM DA TERRA

Por ocasião do 1º Encontro Nacional, em 1984, na cidade de Cascavel (PR), o MST definiu seus objetivos gerais:

- 1-Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- 2-Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- 3-Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária;
- 4-Organizar os trabalhadores rurais na base;
- 5-Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
- 6-Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- 7-Articular-se com trabalhadores da cidade e da América Latina (MST¹¹, apud MENEZES NETO, 2003, p. 50).

Este mesmo encontro apresentou as reivindicações do movimento:

¹¹ O autor não informa, nas referências do livro, nenhuma publicação de autoria do MST.

- 1-Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;
- 2-Estabelecimento de are máxima para as propriedades rurais;
- 3-Desapropriação de todos os latifúndios;
- Desapropriação das terras das multinacionais;
- 5-Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em áreas da região;
- 6-Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;
- 7-Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;
- 8-Mudança da política agrícola do governo, dando prioridade ao pequeno produtor;
- 9-Fim da política de colonização (MST¹², apud MENEZES NETO, 2003, p. 51).

Pode-se notar que, à época do surgimento do MST, todos os esforços estavam voltados para a questão agrária. Entretanto, este cenário seria modificado ao longo do tempo. Já nos anos 1990, o movimento lutava por mudanças mais amplas que a divisão de terras. No 3º Congresso Nacional, em 1995, ou seja, onze anos após o primeiro congresso, foram apresentados os novos objetivos do movimento:

- 1-Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- 2-A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;
- 3-Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
- 4-Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5-Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;
- 6-Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST¹³, apud MENEZES NETO, 2003, p. 55).

Ainda neste encontro foi apresentado um resumo de projeto de reforma agrária:

- 1-Modificar a estrutura de propriedade da terra;
- 2-Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
- 3-Garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
- 4-Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;
- 5-Levar a agroindústria ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos, especialmente para a juventude;
- 6-Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;
- 7-Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;

¹² Idem.

¹³ Idem.

8-Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (MST¹⁴, apud MENEZES NETO, 2003, p. 55-56).

Surgiram aí preocupações com temas como justiça social, igualdade de direitos, combate à discriminação, desenvolvimento auto-sustentável, educação, cultura, lazer. O movimento percebeu que o foco exclusivo na

[...] posse da terra seria uma luta suicida no atual estágio do capitalismo globalizado. Os trabalhadores do campo necessitam de crédito, postos de saúde, política habitacional, lazer, cultura, escolas, eletricidade, estradas, tecnologia, etc., e estas são conquistas que se efetivam no campo político, no campo das políticas públicas [...]. Portanto, é crucial para o MST manter-se como um movimento político, buscando atuar de forma mais perene nas políticas públicas. (MENEZES NETO, 2003, p. 62-63).

Assim, após a conquista da terra, a luta pela autonomia dos camponeses passa por questões diversas, e comuns à maioria dos brasileiros. O MST entende a reforma agrária como uma reivindicação além

[...] da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato (FERNANDES, 2008, p.76).

2.3. EDUCAÇÃO DO MST

O surgimento das ações do MST voltadas a questões educacionais decorreu da percepção da necessidade de consolidar a educação nos assentamentos, como é possível notar no depoimento de João Paulo Stedile¹⁵, um dos líderes do movimento:

No campo temos problemas muito mais graves do que a distribuição de terra, como por exemplo, a educação. Procuramos destacar a conquista da educação nos assentamentos, para que os agricultores percebam que o conhecimento vale hoje tanto quanto a terra. Claro que a terra é a base para se fazer a mudança (apud MENEZES NETO, 2003, p. 98).

As escolas do MST, como a maioria das escolas de classes populares no Brasil, têm carências materiais. Buscam estabelecer novas relações sociais e pedagógicas, baseadas nos interesses dos trabalhadores. A proposta educativa do movimento é dinâmica, sendo

¹⁴ Idem.

¹⁵ Menezes Neto não deixa claro em qual das duas publicações consta a citação: STEDILE, J. P. João sem terra. **Atenção**, ano 2, n. 6 ou STEDILE, J. P. O MST é um movimento social. **Cadernos do terceiro mundo**, n. 197, nov./dez. 1996.

constantemente adaptada à realidade geográfica, política, econômica, social e cultural de cada assentamento: seguindo a unidade de princípios pedagógicos, o projeto educacional é adaptado à realidade de cada assentamento.

O MST atua na área educacional desde o fim dos anos 80, quando foi criado o seu Setor de Educação. Hoje, existem cerca de 1.350 escolas do ensino fundamental, com 3.900 educadores de crianças e adultos, trabalhando com uma média 150 mil educandos. Há escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, cursos profissionalizantes de técnico em cooperativismo, supletivos e cursos superiores. Assim como outros setores do movimento,

o setor de educação está organizado desde a escala local, o acampamento e do assentamento, às escalas regionais, estaduais e nacional. E mantém relações com governos nessas escalas para o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas aos acampamentos e aos assentamentos (FERNANDES, 2004, p. 11).

Os sem-terra percebiam que as articulações com as diversas esferas governamentais, aliada à sua organização nacional, conferiam força ao movimento. Eles “compreendiam que um movimento camponês organizado em escala local ou regional teria menos possibilidades de enfrentamento com o capital” (FERNANDES, 2004, p.4).

Há escolas mantidas pelo poder público e outras mantidas pelo movimento. Há também cursos superiores frutos de convênios com universidades, que formam profissionais para atender às demandas do MST (ARRUDA, 2008; BORGES, 2006; FERNANDES; THOMAS JÚNIOR, 2007; PEREIRA, 2007). O MST propõe que a escola seja mantida pelo poder público, mas com projeto pedagógico elaborado pela comunidade onde se insere. Mas ainda há prefeituras que se opõem a dar autonomia pedagógica ao movimento.

Outro ponto polêmico é a designação de professores para escolas de assentamento. Além da precariedade das condições de vida e de trabalho não serem atraentes para a maioria dos educadores, um concurso público pode selecionar profissionais que não atendam à metodologia adotada pelo movimento. Há inclusive registro de educadores que maltratam filhos de assentados (DIP, 2008). Por isso, o MST sustenta que

os professores tenham uma formação especial, direcionada à realidade do campo, pois entende que o professor sem vínculos sociais e culturais com o campo, desvinculado das lutas pela reforma agrária, tenderia a reproduzir a “ideologia da desvalorização da cultura do campo”. Nesse sentido, propõe como medida emergencial a qualificação de educadores leigos vinculados às lutas e à cultura do campo (MENEZES NETO, 2003, p. 100).

Mesmo com todos os esforços, o MST está longe de satisfazer as demandas educacionais em seus assentamentos e acampamentos. Estima-se que apenas 10% desses

assentamentos tenham sua população em idade escolar atendida. É preciso lembrar que MST é um movimento de trabalhadores que busca a sua sobrevivência e que tem preocupações com a educação; ademais, “nem é atribuição de um movimento social resolver um problema dessa ordem de grandeza, ou seja, oferecer escola de qualidade para todas as crianças e adultos do campo” (MENEZES NETO, 2003, p. 99).

O MST, ao utilizar o ambiente escolar para fortalecer o movimento, realizando a sua mística e utilizando a bandeira, o hino e palavras de ordem na sala de aula, é acusado de “privatização” da escola pública, sob a alegação de que este fato abre precedentes para que partidos políticos, igrejas, entre outras organizações, também se utilizassem do ambiente escolar para divulgar seus ideais. Entretanto, este fato precisa ser

analisado sob o prisma da disputa política. O MST, ao “ocupar terras”, coloca a questão do direito ao trabalho na agenda política e ao “ocupar escolas” está exercendo pressão política sobre os governos – federal, estaduais e municipais – para que o direito de toda criança, jovem ou adulto do campo à educação seja assegurado (MENEZES NETO, 2003, p. 100-101).

Como a maioria dos assentamentos só possui escolas do ensino fundamental, as crianças precisam ir para a cidade, completar os estudos, e sofrem preconceito e discriminação por parte dos colegas, que os chamam "camponesinhos sem terra", e por parte dos professores. Para serem aceitos pelos novos colegas, os jovens terminam incorporando outra cultura e ignorando os valores do MST (DIP, 2008).

2.3.1. Princípios filosóficos e pedagógicos

O MST tem a preocupação de que o projeto pedagógico de cada escola respeite a realidade do assentamento onde se localiza, mas também quer garantir a unidade da educação oferecida aos assentados, que dever ser “pensada como totalidade para o desenvolvimento territorial, voltado para a formação humanista, técnica e política dos sem-terra” (FERNANDES, 2004, p.11). Busca-se sempre

dar uma formação às crianças a partir da valorização do homem e da vida no campo. Ensinam-se técnicas e procedimentos agrícolas desde tenra idade, e toda a alfabetização tem como exemplo a realidade imediata que vivenciam. Busca-se desconstruir ou reverter a tendência, dominante no campo e nas práticas escolares tradicionais, de desvalorização do homem do meio rural, a glorificação das cidades e a sua visualização como o ponto máximo de realização do homem do campo, com a sua ida para a cidade (GOHN, 2003, p. 146).

Nesse sentido, em 1997 foi publicado, em Porto Alegre, o Caderno de Educação n. 8, denominado “Princípios da Educação no MST”, no qual se faz uma análise política e social do projeto pedagógico do movimento. O texto está dividido em duas partes: “Princípios filosóficos” e “Princípios pedagógicos”. Os primeiros dizem respeito à visão de mundo do movimento, e à suas concepções da pessoa humana, da sociedade e do que seja a educação, remetendo aos objetivos estratégicos da educação no MST. Os segundos demarcam a maneira de fazer e de pensar a educação, para que os princípios filosóficos sejam concretizados; estabelecem, para a proposta educacional adotada,

elementos que são essenciais e gerais [...], incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que possa haver prática diferenciada a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos (PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST¹⁶, apud MENEZES NETO, 2003, p. 105).

Os princípios filosóficos então apresentados em cinco tópicos: 1) Educação para a transformação social; 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas; 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana.

Já os princípios pedagógicos subdividem-se em 13 tópicos: 1) Relação entre teoria e prática; 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos/das estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/educadoras; 12) Atitude e habilidades de pesquisa; 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Para não se distanciar do objeto deste trabalho, serão feitas algumas considerações apenas acerca dos conceitos que dizem respeito à educação pelo e para o trabalho, e para a cooperação.

¹⁶ PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST. **Cadernos de educação n. 8**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, jul. 1996.

2.3.2. Educação pelo e para o trabalho, e para a cooperação

No meio rural, a presença do trabalho no cotidiano da criança e do jovem, bem como a proximidade com o local de trabalho dos pais, fazem com que o vínculo entre educação e trabalho seja claramente perceptível. Além disso, há a exploração do trabalho infantil, que deve ser combatida: sob o argumento da pobreza e da sobrevivência, com maior frequência que no meio urbano, a criança e o jovem – precocemente, este – são incorporados ao mundo do trabalho.

Diante desta realidade, e da necessidade de valorização do meio rural frente ao ambiente urbano, é imperativo que o trabalho esteja inserido nas atividades educativas:

Os pontos principais da proposta do MST na área da Educação formal, escolar, são: a escola de um assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural; a criança deve ser capacitada para a cooperação; a direção da escola deve ser coletiva e democrática; a escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento; o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade; o coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno; o professor tem que ser um militante; a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística pela luta popular; e a escola também é lugar de viver e refletir uma nova ética. Como podemos observar, a proposta pedagógica do MST é essencialmente política (GOHN, 2003, p. 146).

A esse respeito, a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa (Fundep), instituição sem fins lucrativos com sede em Três Passos – RS, criada em 1989 para atender às demandas educacionais das populações do campo, publicou em 1994, pela Editora Vozes, o livro *Coragem de Educar*, onde afirma que

ainda não se descobriu instrumento pedagógico mais eficiente do que o trabalho; é através dele que se forja nossa consciência, nossos comportamentos ideológicos, nossa visão de mundo. Portanto, a vivência de novas relações de trabalho, onde os trabalhadores possam ser, enquanto coletivo, os sujeitos do processo produtivo, é condição objetiva da re-educação pessoal e deve ser experimentado por todas as pessoas, desde crianças (Fundep¹⁷, apud MENEZES NETO, 2003, p. 107).

Este pensamento é reproduzido nos Princípios da Educação no MST: “É o trabalho que gera riqueza; que nos identifica como classe; e que é capaz de construir novas relações sociais e também novas consciências, tanto coletivas como pessoais” (apud MENEZES NETO, 2003, p. 114). O movimento defende que a escola selecione conteúdos e ações ligados ao trabalho, já que as práticas educativas devem estar atentas às exigências sempre mais complexas do

¹⁷ FUNDEP. *Coragem de educar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

mundo do trabalho. Defende também que o trabalho seja visto como gerador de riqueza, mas que pode produzir relações de exploração ou igualitárias.

Além da vinculação ao trabalho, essenciais no projeto pedagógico do MST são as ligações entre a educação e a política e entre a educação e a economia. Na relação com a política, afirma que a educação é sempre uma prática política, e sustenta que devem ser discutidas as injustiças e as necessárias mudanças pessoais e sociais, embasadas pelo estudo da história e da economia crítica e problematizadora. Na relação com a economia, propõe o conhecimento das diferentes formas de relação econômica, pois estas são necessárias para que se estabeleçam novas relações sociais.

Outro elemento previsto pelo projeto pedagógico do MST como fundamental para a construção de novas relações sociais é a cooperação, pois por meio desta o enfrentamento das diversas questões do assentamento – trabalho, comercialização, moradia, saúde, transporte, entre outras – seria mais fácil. Para que sejam superadas as barreiras do individualismo e do isolamento, coloca-se “a necessidade de uma formação intencionalmente voltada para a cultura da cooperação e para a incorporação criativa das lições da história da organização coletiva do trabalho” (PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST¹⁸, apud MENEZES NETO, 2003, p. 108).

O estímulo à autogestão dos estudantes, que devem colaborar na administração coletiva da escola, também contribuiria para a vivência da cooperação, na medida em que pode desenvolver

a capacidade de agir por iniciativa própria, ao mesmo tempo que respeitando as decisões tomadas pelo seu coletivo ou por outro a que esteja subordinado; a busca de soluções para os problemas sem esperar salvação de fora; o exercício da crítica e da auto-crítica; a capacidade de mandar e de obedecer ao mesmo tempo, ou seja, de assumir ora posições de comando, ora posições de comandado; a atitude de humildade, mas também de autoconfiança e ousadia; o compromisso pessoal com os resultados de cada ação coletiva e o compromisso coletivo com a ação de cada pessoa e a solidariedade em vista dos objetivos comuns; a capacidade de trabalhar os conflitos que sempre aparecem nos processos coletivos (PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST¹⁹, apud MENEZES NETO, 2003, p. 117).

Para todas as práticas educativas, o MST propõe a permanente associação entre teoria e prática, defendendo

¹⁸ PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST. **Cadernos de educação n. 8**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, jul. 1996.

¹⁹ Idem.

que a prática social dos/das estudantes seja a base do seu processo formativo, seja a matéria-prima e o destino da educação que fazemos. Queremos também que o próprio curso seja lugar privilegiado de práticas, e que o estudo e a elaboração teórica sejam considerados práticas, ou seja, que impliquem ação do educando/educanda, e não na sua audiência passiva na aula ou nos textos (PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST²⁰, apud MENEZES NETO, 2003, p. 110-111).

O projeto pedagógico possibilita que a teoria venha antes da ação, ou o inverso. No primeiro caso, o processo é chamado de “ensino”, fica a cargo do educador, e resulta em saberes teóricos denominados “saber”. Na situação inversa, o processo é chamado de “capacitação”, acontece mediante situações reais ou criadas especialmente para a prática educativa, e resulta em saberes práticos, denominados “saber-fazer” (habilidades e capacidades) ou “saber-ser” (comportamentos e atitudes). O movimento defende que se devem combinar “ensino” e “capacitação” nas práticas pedagógicas.

Um ponto importante é que todas as ações educativas do movimento têm o objetivo de reforçar suas bandeiras de luta, conferindo uma melhor capacitação aos camponeses e aos dirigentes, que continuarão integrando seus quadros, em vez de buscar novas colocações no mundo do trabalho. Os processos formativos do MST não podem ser confundidos com ações de algumas organizações sindicais nem

com as medidas governamentais que visam construir a “empregabilidade”. O investimento do MST nos seus cursos de formação técnica profissional está diretamente vinculado às lutas mais gerais do Movimento. Ou seja, o investimento do MST na formação profissional é direcionado para a formação do sujeito coletivo, capaz de participar das decisões técnicas e das lutas sociais, e não para promover a formação individual para a “empregabilidade” (MENEZES NETO, 2003, p. 19).

2.4. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MST, A POLITECNIA E OS CURSOS DO THABA

É necessário, neste momento, fazer um comparativo entre as práticas de formação profissional do Thaba, apresentadas no capítulo anterior, e a proposta pedagógica do MST, já que os cursos que são objeto desta pesquisa aconteceram em um assentamento do movimento. Inicialmente, porém, será realizada uma análise das semelhanças entre a politecnia e a educação do MST.

²⁰ Idem.

Percebe-se uma aproximação entre a proposta pedagógica do movimento e os valores da politecnia, abordados no capítulo anterior. Os cinco tópicos dos princípios filosóficos da educação do MST, expostos na folha 52 desta dissertação, são muito coincidentes com os objetivos da politecnia, tal como ela é entendida na atualidade: esta concepção visa transformar as relações sociais (tópicos 1 e 5) por meio de uma educação emancipatória, que reconstrua a união entre escola e trabalho (tópico 2), que possibilite o amplo desenvolvimento de todas as faculdades humanas (tópico 3) e que imprima nos indivíduos uma consciência crítica acerca da sociedade e de seu lugar no mundo. Também pode-se dizer que o tópico 4 dos princípios filosóficos é coerente com a politecnia, já que ela foi originalmente proposta por um socialista libertário – Proudhon –, muito embora seus valores sejam hoje defendidos pela educação da era toyotista.

Quanto aos princípios pedagógicos do MST, muitos deles enquadram-se na proposta da politecnia. Quando se pensa nos tópicos acerca da relação entre teoria e prática, da combinação metodológica entre processos de ensino e capacitação, da realidade como base de produção do conhecimento, de conteúdos socialmente úteis, da educação para o trabalho e pelo trabalho, a associação entre os princípios pedagógicos do movimento e a politecnia é imediata. Os tópicos que versam sobre os vínculos entre educação e política, economia e cultura podem ser entendidos em correlação com a formação crítica do ser humano defendida pela politecnia. Por outro lado, os demais tópicos dos princípios pedagógicos (9 a 13) dizem respeito às demandas do MST, mas não encontram paralelo na politecnia.

Se há semelhanças entre a educação do MST e os ideais da politecnia, é de supor que haja também uma correspondência entre a educação do MST e os cursos do Thaba. No que diz respeito aos princípios filosóficos da pedagogia do movimento, as afinidades acontecem na medida em que o Thaba almeja promover uma educação libertadora (tópicos 1 e 5), que alie teoria e prática na formação profissional (tópico 2) e que auxilie a construção da consciência crítica do ser humano (tópico 3).

Quanto aos princípios pedagógicos, notam-se também analogias com os cursos do Thaba. Depois de analisada, acima, a relação entre a pedagogia do MST e a politecnia, fica fácil estabelecer a conexão entre os cursos do Thaba e a educação do movimento. Acrescenta-se que, além dos tópicos dos princípios pedagógicos do MST correlatos à politecnia, apontados acima, podem-se estabelecer relações entre o tópico de gestão democrática e a discussão do Regimento do Curso realizada pelo Thaba: é apenas um item da metodologia do núcleo, mas que confere maior participação dos aprendizes na definição das normas dos cursos. Outro

ponto de aproximação acontece entre o tópico sobre combinação de processos pedagógicos coletivos e individuais e as atividades práticas dos cursos, que são realizadas em equipe, mas com o acompanhamento individualizado dos aprendizes por parte dos educadores e monitores.

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a politecnia, a educação do MST e os cursos do Thaba guardam muitas semelhanças entre si. Assim, os cursos do Thaba atendem à pedagogia do MST.

3. AUTOCONSTRUÇÃO, MUTIRÃO E EDUCAÇÃO

Este capítulo versa sobre como as soluções para a questão habitacional foram modificadas ao longo do século XX no Brasil. Também aqui são definidos “autoconstrução” e “mutirão”, e são abordadas as possibilidades educativas contidas nestes dois processos de acesso à moradia, que é portadora de um grande significado simbólico na vida das pessoas.

3.1. DOS GRANDES CONJUNTOS HABITACIONAIS ÀS FORMAS ALTERNATIVAS DE GESTÃO HABITACIONAL

O enfrentamento da questão habitacional a partir da década de 1920 contou com a contribuição da Arquitetura Moderna: utilizando os princípios do fordismo, ela adotava a construção em massa, racionalizada, empregando a padronização e a pré-fabricação, reduzindo o custo final e democratizando a aquisição de moradias mínimas, mas erguidas com princípios de qualidade, salubridade e funcionalidade. O Estado desempenhou papel preponderante nessa questão, com a construção de conjuntos habitacionais de grande porte (CARDOSO; ABIKO, 2006, p. 5).

A crise habitacional que atingiu os não-proprietários nas principais cidades brasileiras na década de 1940 teve suas origens em um conjunto de fatores. O crescimento demográfico das grandes cidades, devido ao processo de industrialização que o País vivia, foi um destes fatores, que por si só demandaria a produção de novas moradias. A construção de novas habitações pela iniciativa privada, entretanto, encontrava-se desestimulada por conta do controle estatal dos aluguéis e das restrições governamentais ao financiamento de incorporações e edifícios. Por outro lado, as iniciativas habitacionais públicas sempre foram insuficientes. Para fechar o quadro, agravando a situação, havia uma escassez de materiais de

construção devido à Segunda Guerra Mundial e o contexto que ela gerou: escassez generalizada, câmbio negro e especulação de bens de consumo populares. Foi este cenário que levou os trabalhadores a construírem suas próprias casas, com recursos próprios, em favelas e loteamentos da periferia (BONDUKI, 1998, p. 247-248).

A partir da década de 1960, começaram a surgir críticas aos princípios modernistas na arquitetura e no urbanismo, incluindo a questão habitacional. Os grandes conjuntos habitacionais, que antes eram a solução, passaram a ser vistos como problemas, devido à “[...] monotonia dos espaços e da estética, não-diferenciação das soluções impedindo a afirmação da individualidade de cada família, espaços coletivos sem atrativos, problemas sociais recorrentes, etc.” (CARDOSO; ABIKO, 2006, p. 6).

A partir do fim da década de 1960, e ao longo de toda década seguinte, houve forte debate acerca de soluções alternativas aos programas habitacionais então adotados. Surgiram aí as propostas de construção por ajuda mútua e a urbanização de favelas.

Na primeira metade da década de 1970, desenvolveu-se uma política massiva de remoção de favelas para conjuntos habitacionais nas periferias, sob a responsabilidade do Banco Nacional de Habitação (BNH). Tal política foi alvo de duras críticas dos pesquisadores, que indicaram seus problemas: destruição das redes sociais locais, dificuldade de acesso ao trabalho, e, em médio prazo, o retorno à favela. Essas críticas, aliadas à crescente força de movimentos sociais urbanos, levou o BNH a redefinir sua forma de intervenção em favelas na segunda metade dessa década, assinalando uma passagem significativa no enfrentamento da questão da moradia popular. Continuava a existir em paralelo, entretanto, a construção de conjuntos habitacionais periféricos às grandes cidades.

Na década de 1980, ocorreu uma mudança definitiva nos programas habitacionais. A crise do BNH (devido à inadimplência de mutuários já contemplados e à diminuição dos recursos do FGTS, retirados pelos trabalhadores vítimas do crescente desemprego) levou a sua extinção, em 1986. A partir daí, à Caixa Econômica Federal foi atribuído o desenvolvimento da política habitacional brasileira (GOMES et al, 2003). Conseqüentemente, houve a descentralização das ações no domínio da moradia de interesse social, e a progressiva iniciativa e autonomia das administrações municipais. As populações ganham em participação nas definições dos programas, impulsionadas pela legitimidade e pelo vigor dos movimentos populares de moradia. Os modelos alternativos de intervenção passaram a ser hegemônicos: a urbanização de favelas no Rio de Janeiro, o mutirão autogerido em São Paulo, a regularização fundiária e urbanística em Recife e Belo Horizonte, as cooperativas habitacionais de Porto

Alegre. Em paralelo, os governos estaduais também vão perdendo importância na questão habitacional, devido ao enfraquecimento das Companhias Estaduais de Habitação, que eram braços do BNH. Exceções a esse enfraquecimento são Ceará e São Paulo, que desenvolveram programas com recursos próprios, e a Bahia, que desenvolveu programas com recursos federais (CARDOSO; ABIKO, 2006, p. 7-8).

A década de 1980 também mostrou uma maior estruturação dos movimentos populares em torno da habitação, que passaram a contar com assessorias técnicas de grupos de profissionais, principalmente nas áreas de Arquitetura, Engenharia e Direito, e organizados em organizações não-governamentais (ONGs). Das lutas populares da década de 1980, a que reivindicada moradia foi a principal (GONH, 2003, p. 138-139).

Os programas tradicionais de habitação demandavam, na sua gestão, apenas a administração dos recursos e o controle técnico da obra nos quesitos de projeto, materiais e execução. Tudo isso era feito na esfera da arquitetura e da engenharia. Os programas alternativos apresentam novos desafios, já que incorporam a participação de outros atores e requerem a solução de problemas que a arquitetura e a engenharia por si só não solucionam. O mutirão, por exemplo, precisa de organização do trabalho realizado pelas famílias nas suas horas livres. Se for um mutirão autogerido, a complexidade aumenta, já que os moradores assumem a gestão de desenvolvimento do projeto e de controle da obra.

3.2. DEFINIÇÕES

Cabe, nesse momento, diferenciar autoconstrução de mutirão. A autoconstrução, que também pode ser denominada “autoconstrução espontânea”, “autoconstrução individual”, “autoconstrução do tipo auto-ajuda” ou “auto-ajuda”

consiste em um processo de produção de moradias em que a família, de posse de um lote urbano (obtido no mercado formal ou informal), constrói ela mesma sua residência, por seus próprios meios e recursos, utilizando como mão-de-obra o trabalho de seus próprios membros, de parentes e amigos e também mão-de-obra contratada. Pode-se dizer que é um processo onde o morador produz a sua própria moradia (VIDAL, 2008, p. 48).

Por outro lado, o mutirão,

também conhecido como sistema de ajuda mútua, é uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organizado da comunidade – os

chamados mutirantes – para a construção de suas próprias moradias (ABIKO; COELHO, 2006, p. 8).

Podem ser encontradas expressões mais específicas, como “construção autogerida”, que é “a construção, reforma ou ampliação de moradia gerenciada pelas próprias famílias, sem contratação de construtora. A família escolhe o terreno, cota materiais, contrata a mão-de-obra e encarrega-se do financiamento” (MENDES, 2006, p. 6). Outra expressão bastante específica é “autoconstrução assistida”. Neste conceito,

famílias contam com assessoria técnica de organizações não-governamentais, do poder público ou de instituições de ensino, que garantem a qualidade da obra e ajudam a minimizar desperdício. Pode incluir assessoria para compra de lote para evitar assentamento em áreas irregulares ou sem infra-estrutura (MENDES, 2006, p. 6).

Nesta pesquisa, serão utilizados apenas os termos “autoconstrução” e “mutirão”, referindo-se, respectivamente, aos processos individuais e coletivos de acesso à moradia.

3.3. IMPORTÂNCIA DA AUTOCONSTRUÇÃO E DO MUTIRÃO PARA O ACESSO À MORADIA

A autoconstrução – que diminui a participação remunerada de arquitetos, engenheiros e construtoras na edificação de moradias de interesse social – é um fato explícito no Brasil:

A produção de grande parte das moradias (e das cidades) se dá sob relações de sobrevivência ou pré-capitalistas, com todas as conseqüências que essa condição de mercadoria informal acarreta, num meio onde se banaliza o consumo de bens modernos. [...] Os mais importantes programas de política habitacional empreendidos no Brasil (período dos IAPs e período do BNH) não lograram reverter a tendência de crescimento das favelas e da periferização urbana (MARICATO, 2001, p. 129).

Tão vultoso é o fenômeno da autoconstrução que, associado ao mutirão, coloca construtoras e governo à margem da produção habitacional. O quadro 3.1 ilustra pesquisa realizada em 2005, reveladora de que a autoconstrução e mutirão são responsáveis por 77% das unidades habitacionais produzidas, reformadas ou ampliadas, e por 67% do investimento realizado no setor.

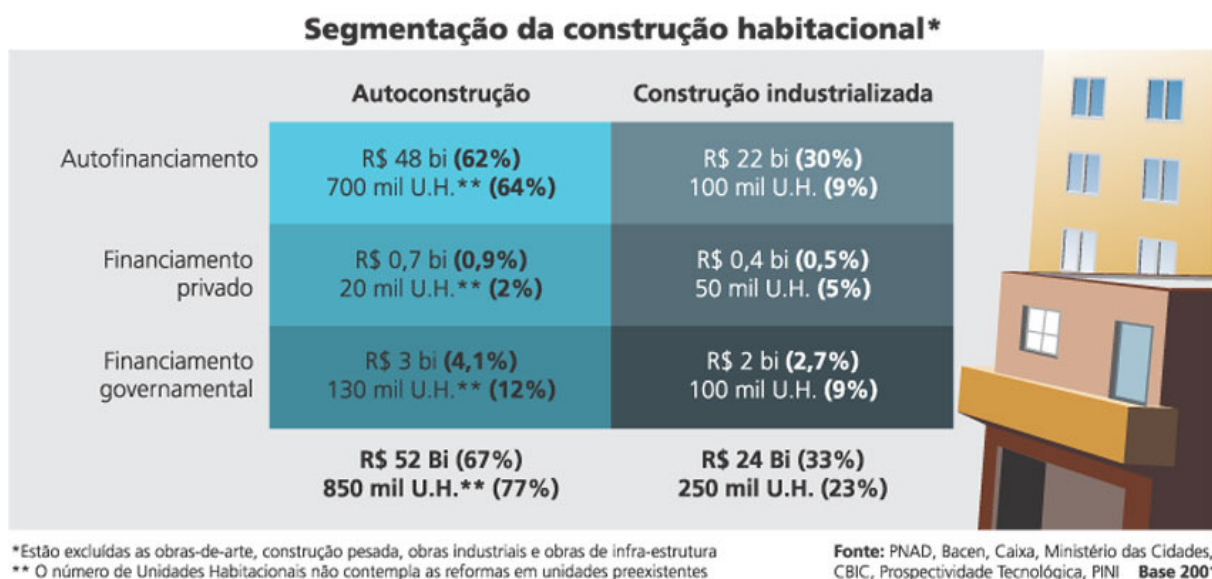


Tabela 1 - Segmentação da construção habitacional

Fonte: Construção Mercado n. 55, fev. 2006.

Observação: construção industrializada é aquela realizada por construtoras.

Esta realidade é impulsionada pelos programas governamentais de crédito para aquisição de materiais de construção, e provoca acalorados debates no meio da construção civil. O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo acredita que a autoconstrução é sinônimo de informalidade, desperdício e baixa qualidade. Por outro lado, a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção entende que a autoconstrução não é totalmente informal (já que alguns materiais de construção, como cimento, aço e PVC, são totalmente tributados nas fábricas) e representa uma forma legítima que a população encontrou para ter acesso à moradia (MENDES, 2006).

Autoconstruir termina por ser um processo bastante demorado e desgastante, já que para a sua realização é utilizado o tempo livre da família: os finais de semana e os períodos de férias. Além de ser determinada pelo ritmo do tempo livre do trabalhador, a autoconstrução depende da disponibilidade de dinheiro dos integrantes do grupo familiar. Normalmente, os ganhos “extras”, como o terço de férias e o décimo terceiro salário, são empregados na habitação. Também é usual fazer um financiamento em um dos depósitos de material de construção existentes no próprio bairro (GOMES et al, 2003, p. 5).

O tempo de trabalho empregado na autoconstrução “não é calculado monetariamente, não entra no cômputo do salário, mas faz parte do tempo de trabalho necessário para a garantia de abrigo, faz parte do tempo de descanso que é usado para o trabalho e também do

desgaste do trabalhador, e da super-exploração da força de trabalho.” (RODRIGUES²¹, apud GOMES et al, 2003, p. 5). Assim, o sobretrabalho é um elemento relevante no processo de autoconstrução, e conduz à exclusão da moradia no cálculo dos gastos do salário. A autoconstrução torna-se economicamente interessante por não contabilizar os custos de mão-de-obra assumidos pelo trabalhador.

Em São Paulo, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) têm se valido do mutirão – que é, de fato, a autoconstrução coletiva, organizada e assistida – para prover habitações de interesse social, já que esse sistema tem custo menor para a companhia e permite o atendimento de mais famílias. Os custos dos programas Pró-lar Autoconstrução e Pró-lar Mutirão Associativo são, respectivamente, R\$ 14 mil e R\$ 24 mil por unidade, enquanto que as obras realizadas no sistema de Empreitada Global, o valor por unidade, na mesma base de comparação, gira em torno de R\$ 35 mil. Entre março de 1995 e março de 2001, das 136 mil unidades produzidas pela companhia, 11% foram no regime de mutirão. De março de 2001 a 2005, a participação das moradias construídas em mutirão cresceu 23% (MENDES, 2006).

Alguns pensadores também criticam a adoção do mutirão como política pública habitacional. Eles argumentam que a universalização dessa proposta pressupõe que a maior parte da força de trabalho esteja desempregada, e que possa utilizar suas horas de folga para construir a própria habitação – o que não é desejável. Também afirmam que o mutirão serve à reprodução do capital, já que este se reproduz mediante o rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho – são empregados recursos da própria classe trabalhadora na produção de sua habitação. Ainda alegam que o sobretrabalho no mutirão é absurdo, já que as pessoas estão desempregadas, mas atuam no mercado informal, e o tempo que deveria ser destinado ao seu descanso é empregado na construção coletiva. Asseguram que é falsa a criação do sentimento de comunidade, porque é gerado pela necessidade, e este vai se esvaziando com o término da construção. Por fim, afirmam que a moradia produzida não tem valor de troca, mas somente valor de uso, em função de que seu custo é basicamente força de trabalho do proprietário (e isso não se constitui em mercadoria), e em função de que a renda é muito baixa nas populações pobres (e isso não permite a existência de um mercado imobiliário) (LOPES; CIBELE, 2006, p. 46; OLIVEIRA, 2006).

Outra corrente de pensadores afirma que as habitações construídas em mutirão possuem, sim, valor de troca, e que há um mercado imobiliário nas classes pobres. Afirmam também

²¹ RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988, p.32.

que a obtenção da moradia transforma a vida das pessoas, gera para elas um que não pode ser medido por índices (FERRO, 2006; LOPES, 2006; LOPES; CIBELE, 2006, p. 46; OLIVEIRA, 2006). Asseguram que, por mais que a autoconstrução seja onerosa ao futuro proprietário,

[...] a ênfase neste aspecto obscurece o fato de que a obtenção da casa própria representava para os trabalhadores uma melhoria efetiva das suas perspectivas de vida, proporcionando-lhes condições mais favoráveis para sobreviver numa sociedade em que os direitos sociais inexistem ou são pouco respeitados (BONDUKI, 1998, p. 308).

3.4. SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA

A construção da casa própria tem um forte significado simbólico para seus futuros habitantes. A casa serve de mediador na experiência do ser humano com o mundo. Ela representa a estabilidade humana, onde cada um cria sua ordem em contraposição à desordem exterior. Traz em si pensamentos, memórias e sonhos (MALARD et al, 2006, p. 121-122). Diante desta carga simbólica, é natural que as pessoas empreendam grandes esforços na obtenção da casa própria, que é a possibilidade maior de realização desses símbolos:

Ao contrário de todas as outras ocupações (aluguel, cessão), apenas a casa própria auto-empresada permite que a família possa incorporar trabalho e recursos para remoldar e melhorar permanentemente o espaço físico, de modo que este reflita e expresse o cotidiano familiar. Na casa alugada ou cedida, é a própria família que se adapta – seus hábitos, costumes e modo de morar, assim como seus objetos – a cada moradia que consegue obter. Isso explica porque parte significativa da população de baixa renda prefere a casa auto-empresada à casa padronizada nos conjuntos habitacionais construídos por órgãos governamentais (BONDUKI, 1998, p. 308).

Quanto mais houver recursos próprios ou crédito contratado, a pessoa terá mais liberdade e autonomia para adquirir a sua habitação. Pode escolher o bairro do seu agrado, o tipo de morada, seus aspectos interiores e exteriores, analisar a acessibilidade e o conforto ambiental do imóvel. Comumente, são feitas modificações na nova moradia, para que se torne mais adaptada ao gosto e ao modo de vida do proprietário. Quando a opção é por construir uma casa, a liberdade é maior ainda, indo desde a escolha do terreno e contratação do arquiteto à escolha dos materiais de acabamento. Neste caso, o futuro morador participa de todas as etapas de decisões acerca de sua habitação. Além dessa experiência – quer seja a compra, quer seja a construção – possuir uma grande carga simbólica, representa, também, “[...] um aprendizado e um crescimento pessoal, pois tomar decisões sobre coisas

fundamentais – como é o caso de estabelecer uma moradia permanente – significa comprometimento, envolvimento e aderência” (MALARD et al, 2006, p. 122).

Por outro lado, os que não possuem tantos recursos, quando têm a possibilidade de acesso à casa própria, geralmente não escolhem nada. “Dessa forma, ficam privados da oportunidade de estabelecer comprometimentos e relações de aderência, o que leva à alienação” (MALARD et al, 2006, p. 123). Algumas vezes, quando são beneficiados por programas habitacionais, ainda precisam arcar com conserto de erros técnicos das moradias que lhes são destinadas. Quando a casa é erguida em autoconstrução, a experiência também possibilita um aprendizado e um crescimento pessoal, pois o grande esforço empregado

extrapola a questão da renda familiar e expressa, entre outras coisas, a coesão familiar, a habilidade de obter o apoio de parentes e amigos, a capacidade de poupança e sacrifício, a superação das crises familiares e das doenças, a abdicação dos pequenos prazeres e facilidades da vida urbana, o bom gerenciamento das contas domésticas, a habilidade de fazer bons negócios na compra do terreno e dos materiais de construção, de atrair amigos, colegas, parentes ou profissionais informais para ajudar na construção – enfim, a oportunidade de alcançar sucesso como fruto de diferentes arranjos e expedientes de organização da vida cotidiana de trabalho e sobrevivência. É este êxito, resultante de um conjunto de fatores mais amplo que o nível salarial, que possibilita a realização do projeto da casa própria e seu melhoramento (BONDUKI, 1998, p. 310).

Outros fatores que motivam a aquisição da casa própria são a condição de estabilidade e a possibilidade de destinação recursos que seriam empregues no aluguel para outros fins, que agreguem valores à qualidade de vida:

De acordo com os dados disponíveis, a possibilidade de melhoria das condições de vida e de progresso de suas famílias foi muito maior do que a dos que continuaram morando em casas de aluguel. É por isso que, [...] à medida que surgiu uma tradição de auto-emprego, que os loteamentos foram sendo incorporados às redes de serviços públicos e que se desenvolveram práticas culturais enraizadas nesse modo de vida, a aspiração de obter a casa própria generalizou-se entre a população de baixa renda, que passou a buscá-la sem medir sacrifícios (BONDUKI, 1998, p. 308).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as pessoas sentem-se mobilizadas para a aquisição da moradia própria, devido à carga simbólica, à condição de estabilidade, e às possibilidades de crescimento que ela encerra. Tal mobilização é uma condição bastante favorável para o estabelecimento de situações de ensino/aprendizagem, especialmente quando há participação do futuro morador no processo de tomadas de decisões acerca da edificação.

3.5. MUTIRÕES E EDUCAÇÃO

A noção generalizada de educação, em que ensinar corresponde a transmitir, e aprender corresponde a receber, foi modificada pelos movimentos populares. Eles têm funcionado como verdadeiras escolas e, participando deles, as pessoas se educam:

As pessoas aprendem a resolver dificuldades da vida e o *Movimento Popular* é o lugar de somar esforços. Mesmo as pessoas que pouco tempo tiveram de estudos são convidadas a somar esforços e resolver dificuldades. É por esses caminhos que o movimento popular vai inovando a educação. Ele vai resolvendo as dificuldades da vida. No bairro ou na favela. Esse movimento vai transformando o bairro, vai melhorando as condições e esse é o jeito de aprender. Nesse caminho nasce a Educação Popular. Através da Educação Popular as pessoas do bairro ou da favela aprendem a transformar suas dificuldades em melhor viver. Essa educação acontece ao mesmo tempo em que a cidade muda de cara e vira melhor viver. O movimento popular é a escola viva onde isso ocorre. Mesmo que as pessoas não se dêem conta, elas estão na escola, elas aprendem que é possível enfrentar dificuldades (FREIRE; NOGUEIRA, 2007, p. 66).

Os mutirões são resultado das reivindicações dos movimentos populares por moradia. Representam uma conquista, diante das suas lutas por mudanças nas políticas públicas de habitação e por maior participação popular nos processos decisórios concernentes a estas políticas. Por isso, significam uma experiência educativa para os que neles atuam.

As pesquisas realizadas em conjuntos habitacionais cujos projetos contaram com algum grau de participação comunitária demonstram que, apesar de estes empreendimentos ainda apresentarem alguns problemas, eles oferecem às populações de baixa renda condições melhores do que os empreendimentos não-participativos: espaços internos e externos mais generosos, materiais de melhor qualidade, maior zelo na execução e urbanização adjacente mais generosa (MALARD et al, 2006, p. 118). Entretanto, a simples adoção de práticas participativas não é garantia de bons resultados:

[...] tudo depende da instrução e condução do processo, capacidade organizacional do grupo, existência de entidades qualificadas para assessoramento técnico, disposição e infra-estrutura institucional instalada para a gestão partilhada dos recursos etc. (LOPES; RIZEK, 2006, p. 72).

Ilustrativo da afirmação acima é o comparativo de resultados em mutirões habitacionais participativos no Nordeste e no Sul do Brasil. No Nordeste, onde as carências são maiores e o quadro é mais dramático, as experiências não tiveram tão bom desempenho quanto no Sul, onde os municípios apresentam situação relativamente mais confortável. Pode-se inferir que tal discrepância deve-se,

[...] por um lado, ao volume de recursos – financeiros, técnicos e administrativos – de que esses municípios dispõem para atender às suas necessidades; por outro lado, no caso do Nordeste, é também consequência da cultura política local, onde as práticas clientelistas estão mais enraizadas no cotidiano e correspondem a mecanismos ainda não superados de reprodução do poder, em nível local. Essas hipóteses também são válidas para alguns municípios dormitórios em periferias metropolitanas [...] (CARDOSO, 2006, p. 78).

Ainda ocorre um pequeno grau de participação das comunidades nas decisões de projetos, planejamento e execução dos empreendimentos a elas destinados. Esta pequena participação decorre de dois fatores principais. O primeiro deles é o controle excessivo do poder público que promove o empreendimento, e toma para si o controle das decisões. O segundo fator é a falta de conhecimentos técnicos e administrativos dos beneficiários, que lhes deixa sem argumentos contra as explicações que lhes são apresentadas. O controle excessivo do poder público decorre justamente da fraqueza nas argumentações vindas da comunidade, e gera atitudes autoritárias; por outro lado, a comunidade, fragilizada politicamente diante dos subsídios que recebe, torna-se subserviente (MALARD et al., 2006, p. 118-119). Ricci (2006, f. 44) aponta que os processos de aprendizagem que acontecem nas vivências coletivas possuem desafios que precisam ser vencidos:

[...] a democratização e horizontalização da relação entre os técnicos e gestores do governo e a população; a decodificação dos conceitos técnicos necessários à compreensão das questões a serem discutidas e a tomada de decisão através de uma linguagem popular [...].

É preciso, pois, quebrar o círculo vicioso entre autoritarismo e subserviência:

Entre as ações que podem ser desenvolvidas para habilitar as pessoas à tomada de decisões e fomentar suas atitudes participativas, quebrando esse círculo, está a educação. Assim, o processo de projeto e construção de moradias deve se constituir numa oportunidade de aprendizado e de formação para o exercício pleno da cidadania (MALARD et al., 2006, p. 119).

3.5.1. Gestão dos mutirões

Abiko e Coelho (2006, p. 8-9) registram três tipos básicos de gestão no processo construtivo por mutirão:

- d) o mutirão por gestão institucional ou administração direta – quando o agente público (prefeitura, governos estadual ou federal) elabora os projetos, fornece a equipe técnica e gerencia os recursos (financeiros e não-financeiros) empregados;

- e) o mutirão por co-gestão – quando o poder público repassa os recursos financeiros para uma associação comunitária, que contratam assessorias técnicas que elaboram os projetos e responsabilizam-se por sua execução;
- f) o mutirão por autogestão – quando a comunidade, por meio de sua associação, age como responsável pela administração geral do empreendimento e gestão dos recursos, ainda que haja assessorias técnicas.

Lopes e Rizek (2006, p.57), por outro lado, discordam da associação entre mutirão e autogestão:

[...] apesar de o mutirão constituir prática corrente como cultura de ajuda mútua no Brasil, ele não guarda absolutamente nenhuma referência anterior ao que se compreende por autogestão: gestão autônoma de processos produtivos que implica a organização coletiva e participada dos mecanismos de administração dos recursos, sejam eles quais forem [...].

O termo “autogestão” nasceu a partir da experiência de gestão de uma fábrica da Iugoslávia, a partir de 1951. De 1958 em diante, o termo passou a ser usado nos meios acadêmico e sindical, para designar uma nova forma de organização política, econômica e social (MARTINS, 2002, p. 3). Algumas experiências autogestionárias históricas, entretanto, datam de épocas anteriores, como a da Comuna de Paris em 1871, o movimento machnovista na Ucrânia em 1917 e boa parte da Espanha entre 1936 e 1939. A autogestão não pode ser confundida com a co-gestão, que se refere a formas avançadas de participação, com co-decisão em determinadas matérias e direito de consulta em outras. “Autogestão não é participação. Por autogestão se entende um sistema no qual a coletividade se auto-administra. Portanto, não se trata de participar de um poder, mas sim de ter um poder” (MOTTA, 1984, p.3).

De fato, apesar de existirem experiências em outros países com características de fato autogestionárias (LOPES; RIZEK, 2006, p.53-54; VIDAL, 2008, f. 56-61), e que serviram de modelo e estímulo para implantação desse sistema no Brasil, a adaptação à realidade do País e a adoção de mutirões autogestionários como programa de governo levaram os mutirões a assumirem contornos que os distanciam da autogestão propriamente dita:

[...] lá, organização sindical; aqui, movimento popular; lá, um plano e uma lei que regulam a produção autogestionária de moradia em todo o país; aqui, programas que não compõem sequer uma política habitacional local; lá, cooperativas que, juridicamente, permitem o mútuo coletivo, a propriedade comum e sua comercialização regulada; aqui, associações comunitárias que mal e mal mantêm sua condição como agente promotor que apenas atua como mediador temporário entre o agente financeiro e o mutuário final (LOPES; RIZEK, 2006, p. 58).

Além da assessoria técnica, é usual estes empreendimentos contratarem mão-de-obra para somar aos esforços dos mutirantes, permitindo “aumentar a produtividade nos canteiros, ao se encarregar de serviços especializados ou ao preparar, durante a semana, o serviço que será executado pelos mutirantes nos fins de semana” (ABIKO; COELHO, 2006, p. 12).

3.5.2. Dinâmica dos mutirões

Lopes e Rizek (2006, p. 48-49) apontam três aspectos em que os mutirões participativos diferem das práticas mais antigas de provimento da habitação popular:

- a) novos processos de gestão popular dos fundos públicos – articulação de procedimentos autogestionários de administração de obras e o estímulo à organização comunitária por meio de associações, contribuindo para o maior controle popular sobre investimentos públicos;
- b) novos procedimentos tecnológicos – desenvolvimento de projetos e execução de obras sob os princípios de redução de custos, racionalidade produtiva e qualidade da moradia;
- c) novas formas de prática política social – disseminação do saber técnico, novas relações entre proprietário e moradia, modificação das relações de gênero, estímulo à vida coletiva organizada, relacionamento diferenciado entre sociedade civil e estado.

Abiko e Coelho (2006) descrevem as diversas etapas que configuram a construção em mutirão: motivação, provisão do terreno, provisão de projetos, licenciamento da obra, financiamento da obra, processo de construção, processo de fiscalização da obra, financiamento do mutuário, processo de entrega. Apresentam-se a seguir aquelas etapas onde há maior envolvimento coletivo, com onde há possibilidades de realização de processos educativos mais intensos:

- a) Motivação – Existem três possibilidades para atendimento das populações no sistema de mutirão. Na primeira delas, a comunidade, por meio de uma associação, organiza-se e solicita formalmente o empreendimento. A segunda possibilidade refere-se à inscrição individual de famílias, para posterior seleção mediante uma lista de interessados graduados segundo critérios que indiquem sua situação. Na

terceira possibilidade, o programa é quem mobiliza a população a ser contemplada, a exemplo do que ocorre em urbanizações de favelas. Nos três casos, é importante ter uma lista criteriosamente hierarquizada de suplentes, pois as dificuldades do processo ou o simples desinteresse podem levar a desistências.

- b) Provisão de projetos – É preciso lembrar, na elaboração de projetos, que o processo construtivo adotado deve ser compatível com a mão-de-obra mutirante, que normalmente é pouco qualificada e com forte presença feminina. Além disso, devem-se considerar a possibilidade de ampliação, melhoria ou adaptação do imóvel, de acordo com a necessidade de cada família
- c) Processo de construção – O estabelecimento do regulamento da obra, por meio de discussão e aprovação em assembléia, é fundamental para o bom andamento dos trabalhos. No regulamento devem estar estabelecidos, entre outros tópicos, horário de trabalho e reuniões, distribuição de tarefas, hierarquias, responsabilidades, punições e questões de segurança e higiene. Outra oportunidade para conscientização coletiva trazida pela construção em mutirão é a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis, como reciclagem e utilização eficiente de materiais e energia, reúso de água, tanto durante a obra como no período de pós-ocupação. Estas ações podem ser viabilizadas mediante parcerias com universidades, fundações e entidades de classe.
- d) Processo de fiscalização da obra – É importante que os futuros proprietários, que são os principais interessados nas moradias, acompanhem de perto todas as fases construtivas, ao lado da assessoria técnica, da provedora, dos financiadores e de outros eventuais parceiros.
- e) Processo de entrega – A escolha das unidades habitacionais por cada família preferencialmente não deve ocorrer antes do término da execução, para evitar preferências durante a construção. Os critérios para definição de qual unidade será ocupada por cada mutirante podem ser a necessidade e/ou o tempo e a participação nas atividades do mutirão. Deve-se evitar a entrega das unidades por etapas, para que as famílias já beneficiadas não sejam desestimuladas a contribuir na construção das demais unidades.

3.5.3. Uma avaliação dos mutirões

Lopes e Rizek (2006) realizaram uma pesquisa visando à avaliação de algumas experiências de mutirões autogeridos no Brasil, de modo a contribuir para a formulação de programas públicos habitacionais nessa modalidade. Suas conclusões vão desde aspectos técnicos a administrativos e sociais, e não constituem recomendações práticas, mas sim constatações críticas que podem auxiliar a repensar a prática dos mutirões. Apresentam-se, aqui, as considerações feitas pelos autores que se aproximam do debate acerca de práticas educativas contemporâneas.

Os autores denunciam que os mutirões são um sinal de esvaziamento das funções do Estado. A prática dos mutirões, defendidos pelos movimentos sociais pela moradia dos anos 80, na medida em que é apropriada pelo Estado, que

[...] a transforma num programa que lhe possibilita ampliar – às custas dos pobres – sua capacidade de produção habitacional ao mesmo tempo em que restringe ainda mais o volume de investimentos na produção de moradia para os pobres, não seria uma inverdade afirmar que este não seria mais que um dos mecanismos que participam do sucinto ajuste entre as novas formas de organização estrutural do Estado e as distintas modalidades de amortecimento das demandas públicas, sem que se manifeste qualquer vestígio autoritário ou laivos de improbidade diante de suas atribuições (LOPES; RIZEK, 2006, p. 51).

Lopes e Rizek asseguram que a experiência de participação nos mutirões é, de fato, transformadora na vida das pessoas:

[...] aqueles que deles participam não saem ilesos. É freqüente, por exemplo, a alteração do posicionamento pessoal e subjetivo das mulheres no contexto do grupo e, por decorrência, ante o grupo social do qual faz parte: nas formas de corresponder-se com seu companheiro – ou de deixar de se corresponder –, de articular-se como profissional ou mesmo de afirmar-se como condutora de sua própria vida (LOPES; RIZEK, 2006, p. 71-72).

Por outro lado, essa experiência transformadora é em parte dilapidada devido à carga de trabalho a que estão submetidos os mutirantes, na medida em que

[...] os procedimentos autogestionários para produção da moradia estão inextricavelmente justapostos ao modo de organização da força de trabalho: trabalho gratuito que custa caro, como sobretrabalho, ao futuro morador. Assim, grande parte da potencialidade emancipatória que se poderia esperar do processo produtivo é arrimada pela conjugação perversa de mecanismos de rebaixamento relativo do montante de recursos necessário à reprodução do sujeito ali envolvido (LOPES; RIZEK, 2006, p. 57-58).

Os mutirões autogestionários, que foram considerados inovadores na década de 1980, precisam ser repensados à luz dos novos paradigmas, e de acordo com a atual visão do mundo. É preciso renovar a inovação.

4. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA CONSTRUÇÃO CIVIL E AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS

Este capítulo trata dos cursos ministrados pelo Thaba no Assentamento Menino Jesus, e de como se deu a construção das casas após os cursos. Antes, porém, faz-se uma caracterização do município de Água Fria, e do próprio assentamento, para que se conheça o contexto onde essas ações ocorreram. Também fica aqui registrado como foi o processo de coleta de dados junto aos assentados.

4.1. O MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA

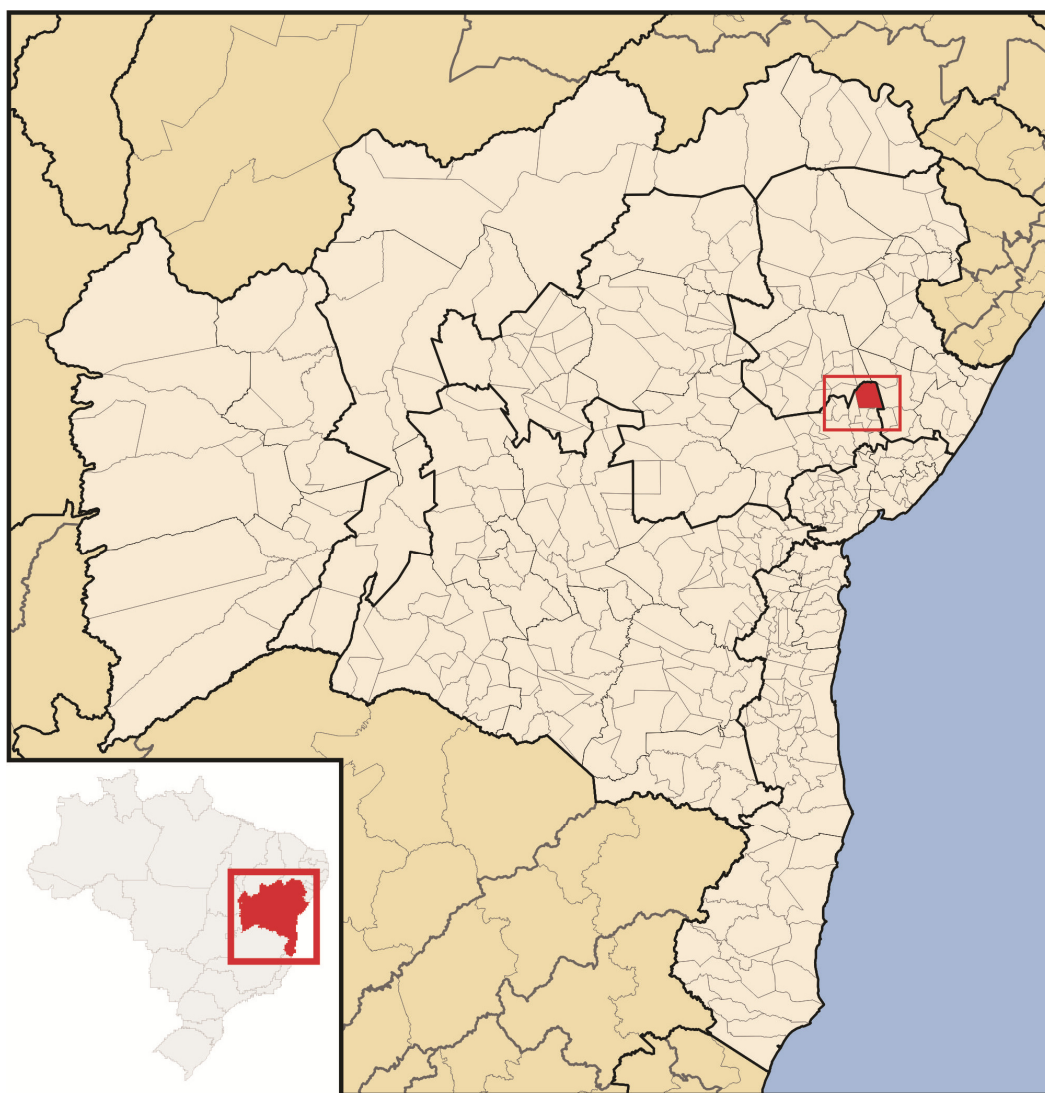
O município de Água Fria foi criado em 1962, a partir do desmembramento do vizinho Iará. Situa-se na microrregião de Feira de Santana, a segunda maior cidade da Bahia, e na mesorregião do centro-norte baiano. Possui área de 643 km² e uma população de 15.824 habitantes (estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2008), o que resulta numa densidade de 23,5 hab/km². Seu clima é sub-úmido a seco. Possui o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 40.746.000,00, o que implica o PIB per capita de R\$ 2.703,00 (dados do IBGE em 2005).

Dentre as atividades econômicas do município, podem-se destacar a criação de aves (frango), e a agricultura, com a maior parte das terras dedicadas ao cultivo de mandioca, milho e feijão.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Água Fria está abaixo dos índices baiano e brasileiro: em 2000, apresentava IDH de 0,57, enquanto que a Bahia tinha 0,69, e o Brasil 0,77. Entretanto, se estes dados forem comparados com as informações de 1991,

quando Água Fria tinha IDH de 0,46, a Bahia de 0,59, e o Brasil de 0,70, percebe-se que o ritmo de crescimento do município é maior que o do Estado e o do País: 23,28%, 16,61% e 10,06%, respectivamente.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) adota o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) com o objetivo de comparar os municípios e de acompanhar a sua evolução. Dentre os 417 municípios baianos, Água Fria ocupa a 320ª posição no IDE, e a 388ª posição no IDS (dados de 2000).



Mapa 1 – Localização do Município de Água Fria no Estado da Bahia

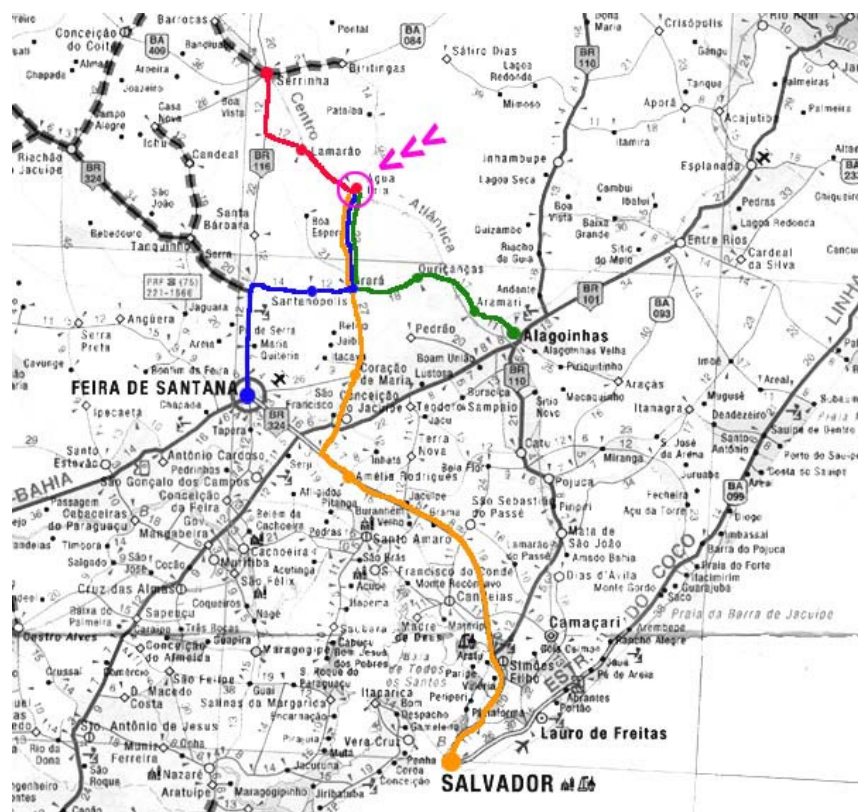
Imagem disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bahia_Municip_AguaFria.svg, editada por João Maurício Santana Ramos.



Mapa 2 - Municípios do entorno de Água Fria

Imagem disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bahia_Municip_AguaFria.svg, editada por João Maurício Santana Ramos.

Para ir a Água Fria, partindo de Salvador, é necessário seguir 86 km pela BR-324, depois pegar a BA-084, passar por Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e Irará e, então, chega-se ao município. São 125,78 km de distância, que podem ser feitos em cerca de 1hora30min, de carro. As maiores cidades do entorno de Água Fria são Feira de Santana, Alagoinhas e Serrinha, que distam, aproximadamente e respectivamente, 67 km, 67 km, e 42 km da sede do município.

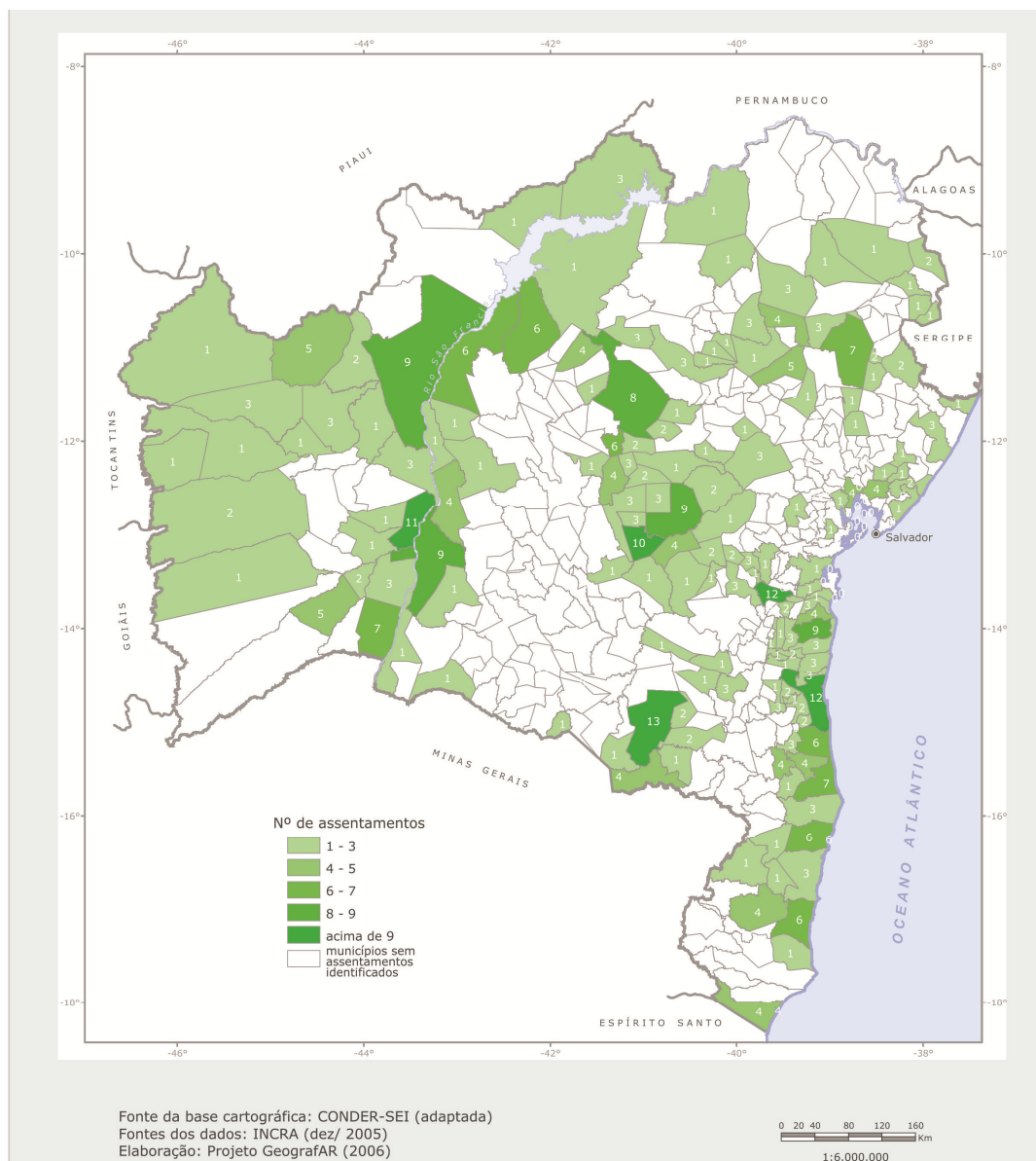


Mapa 3 - Ligação rodoviária entre Água Fria e grandes cidades

Imagem disponível em <http://cajufest.com.br/chegar.htm>.

4.2. O ASSENTAMENTO MENINO JESUS

O Assentamento Menino Jesus localiza-se na Regional Recôncavo, que abrange o recôncavo baiano e parte do semi-árido. O MST, na Bahia, está dividido em oito regionais: Recôncavo, Chapada Diamantina, Norte, Oeste, Sudoeste, Baixo Sul, Sul, e Extremo Sul. Cada regional possui uma secretaria, que serve como apoio para os assentados; cada assentamento, por sua vez, possui um coordenador, um vice e um secretário, que têm como objetivo coordenar o assentamento, e está organizado em núcleos de família, sendo cada núcleo composto por dez famílias (RODRIGUES, 2003, f. 30).



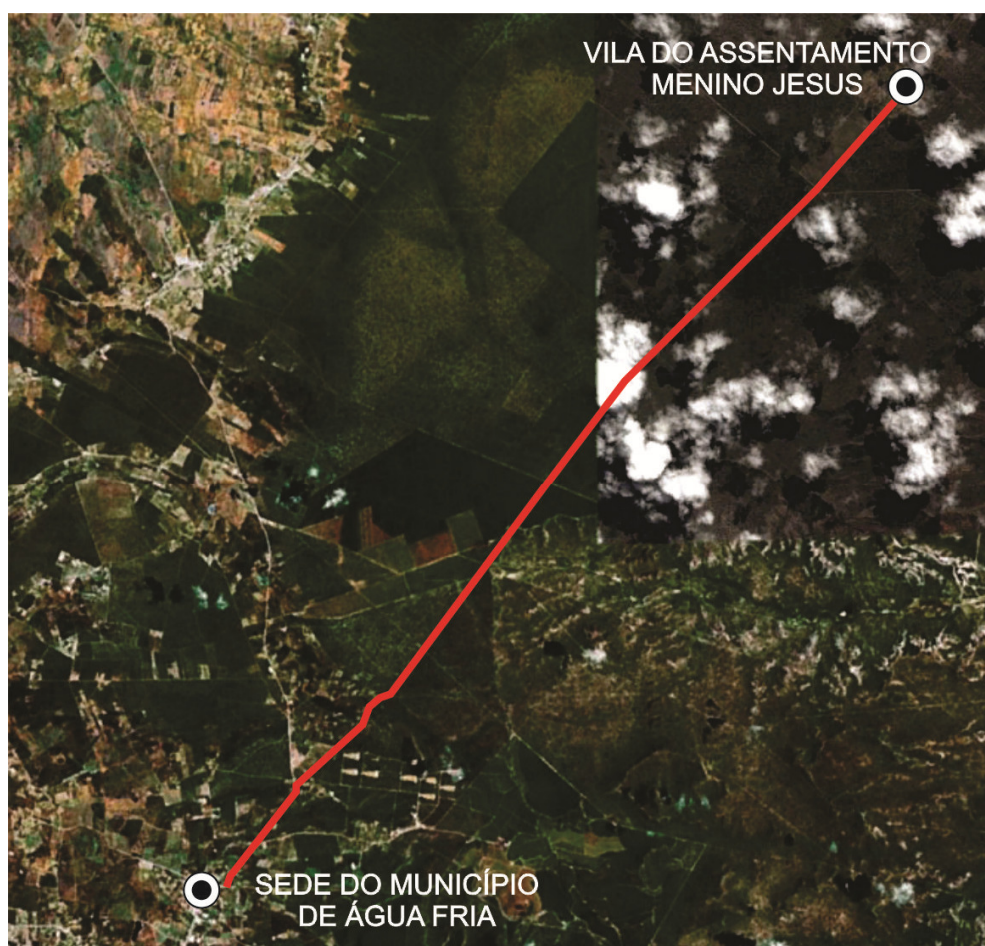
Mapa 4 – Projetos de assentamento de reforma agrária identificados (2005)

Imagem disponível em http://www.geografar.ufba.br/imagens/Bahia_ass_2005.pdf

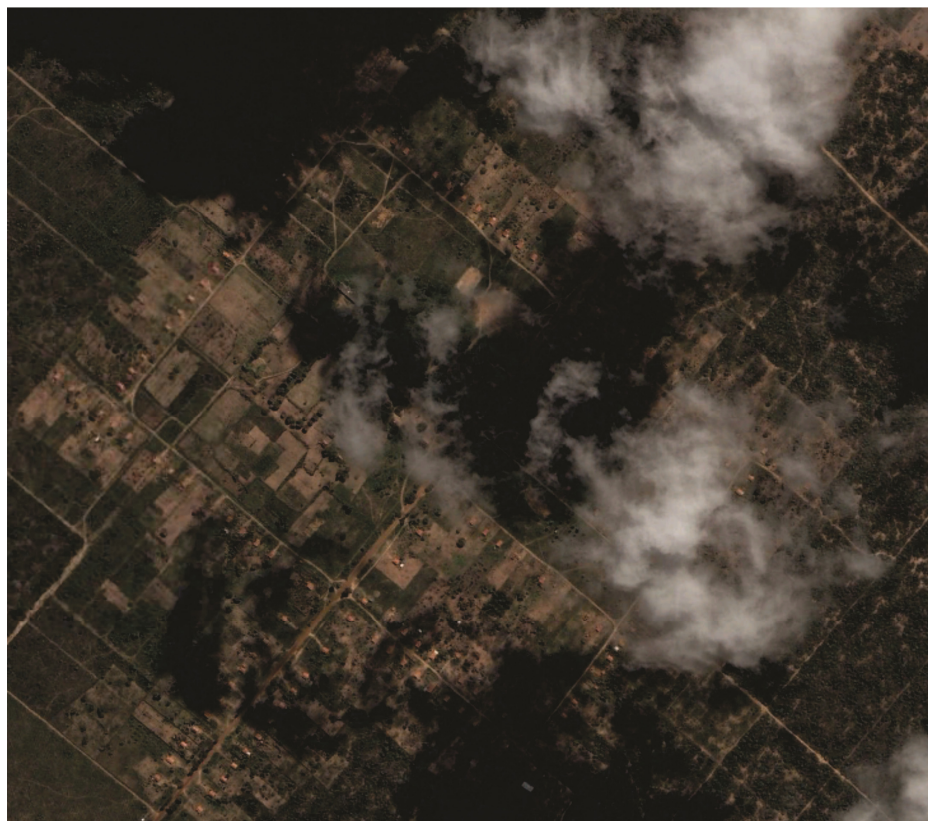
O Assentamento Menino Jesus teve sua origem com a ocupação, por 120 famílias, da Fazenda Paracatu, antiga fábrica de artefatos de sisal falida havia 12 anos, no dia 20 de dezembro de 1998. No período de ocupação, chegou a abrigar até 500 famílias, mas, depois da avaliação do Incra em 2003, 185 famílias foram assentadas. Hoje, são 212 famílias, cabendo a cada família uma média de 40 ha para o lote e um hectare para a agrovilva.

Possui uma área de 13000 ha, sendo 900 ha de eucalipto, e um solo de baixa fertilidade. É uma região de transição fito ecológica, entre mata atlântica, caatinga e serrado. O clima é típico de semi-árido, com médias de temperatura anuais superior a 25°C, chuvas com distribuição irregular e escassas (cerca de 750 mm/ano).

Na velha estrutura da Fazenda Paracatu, funcionam a sede da Associação dos Assentados, a Igreja e a escola. O assentamento possui setores específicos – Produção, Educação, Saúde, Juventude, entre outros – responsáveis pela organização local.



Fotografia 1 - Ligação rodoviária entre a sede do município de Água Fria e a vila do Assentamento Menino Jesus
Imagem disponível no Google Earth.



Fotografia 2 - Vista aérea da vila do Assentamento Menino Jesus

Imagem disponível no Google Earth.

O nome do assentamento vem da época da ocupação da fazenda: havia muitas crianças na ocasião, inclusive com menos de um ano de idade, e era muito próximo do Natal. Assim, definiu-se, em assembléia, pelo nome Menino Jesus.

4.3. O PERCURSO DA PESQUISA

4.3.1. Campos temáticos e categorias de análise

Para abordar o objeto dessa pesquisa, construiu-se um referencial teórico acerca dos seguintes campos temáticos:

- a) formação profissional;
- b) processos educativos do MST;
- c) autoconstrução e mutirão habitacional.

Destes três campos temáticos surge uma série de categorias, que serão analisadas ao longo da pesquisa.

4.3.2. Descrição dos procedimentos metodológicos adotados

Os dados acerca dos cursos foram obtidos mediante análise de documentos do Thaba, e realização de pesquisa de campo. Os documentos consultados abrangeram o plano de trabalho dos cursos ministrados no assentamento, relatórios de atividades realizadas e a proposta de acompanhamento técnico para construir o restante das casas, após os cursos. Para realizar a pesquisa de campo junto aos assentados, e junto aos educadores do Thaba, optou-se como ferramenta o grupo focal. Ainda na pesquisa de campo, também foi aplicado um questionário ao dirigente regional do MST à época dos cursos, Antônio de Araújo Filho.

O grupo focal “é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para reunir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (POWEL; SINGLE²² apud GATTI, 2005, p. 7). O grupo é conduzido por um moderador, cujas atribuições são manter a produtividade da discussão, evitar dispersões do foco, e garantir que todos possam expressar suas opiniões, evitando a monopolização da discussão por alguns participantes. Um roteiro de perguntas ou tópicos (APÊNDICES A e B), elaborado para nortear a discussão, é fundamental para que o moderador conduza os trabalhos, mas deve ser encarado com flexibilidade, pois no debate podem surgir tópicos que não estavam previstos inicialmente, e que contribuirão para a pesquisa. O moderador deve evitar posicionar-se na discussão, emitindo opiniões ou fazendo sínteses; deve, sim, fazer fluir a discussão entre os participantes da atividade, sempre tendo em vista que o grupo focal não é uma entrevista em grupo: é uma conversa coletiva, onde há condições para que cada um coloque seu ponto de vista, construa análises, críticas e outras perspectivas acerca do tema abordado (GATTI, 2005, p. 8-9; 32-35).

O grupo focal é uma atividade coletiva, assim como foram os cursos, e da mesma forma que são as práticas do MST. Alguns outros motivos que levaram à escolha desta ferramenta (GATTI, 2005, p. 10-13; 67-71):

²² POWELL, R. A.; SINGLE, H. M. Focus Groups. *International journal of quality in health care*, v.8, n. 5, p. 449.

- a) facilita a expressão de idéias e experiências que poderiam ficar pouco desenvolvidas em entrevistas individuais;
- b) encoraja a conversação aberta sobre tópicos embaraçosos para as pessoas;
- c) possibilita compreender diferenças e divergências, contradições e contraposições;
- d) utiliza a linguagem e a cultura cotidianas;
- e) possibilita o surgimento de questões que não haviam sido previamente formuladas, e o seu imediato debate;
- f) possibilita a obtenção de dados mais consistentes, a partir das interações grupais.

Antes da realização dos grupos focais, o pesquisador esteve no assentamento no dia 17 de abril de 2009, a fim de explicar, aos assentados, o objetivo da pesquisa e a forma como ela seria realizada, para que concordassem ou não em participar do processo. Participaram desta reunião, que foi bastante breve, 19 assentados, o pesquisador, e o técnico em construção civil Joaquim Frederico Fontes, também integrante do Thaba, e que acompanhou de perto os cursos de formação profissional ministrados no assentamento.

Foram realizados dois grupos focais com os assentados: um no dia 09 de maio e outro no dia 16 de maio de 2009. As questões norteadoras da discussão nos grupos direcionaram os trabalhos para que no dia 09 fossem debatidos os acontecimentos relacionados à construção das casas e anteriores ao curso, bem como os fatos relativos aos próprios cursos, e para que no dia 16 fosse abordado processo de construção das casas em autogestão, posterior ao curso. É importante registrar que houve uma relação de confiança entre os participantes dos grupos focais e o pesquisador, devido ao fato de este integrar a equipe do Thaba. Antes dos três encontros acima relatados, o pesquisador somente havia estado no assentamento por ocasião da entrega das casas construídas durante os cursos, ou seja, praticamente inexistiu o seu contato com os assentados. Como o Thaba goza de prestígio no assentamento, a coleta de dados foi bastante favorecida.

O encontro do dia 09 foi agendado para as 09h00min, na escola do assentamento. Depois seria servido um almoço, em uma das casas da vila agrícola, por recomendação das lideranças locais, para estimular a participação dos assentados, mas que também serviria como forma de confraternização, após os trabalhos. Chovia muito na ocasião, e, por conta disso, o local de realização do grupo focal foi transferido para a casa onde seria servido o almoço. Foi necessário que o pesquisador fosse buscar os assentados em suas casas, por conta

da chuva, o que gerou um grande atraso para o início da discussão: o grupo focal só teve início por volta das 12h00min, e foi finalizado pouco depois das 14h00min, com duração aproximada de 2h05min. Participaram deste grupo focal 15 assentados, o pesquisador, o orientador Prof. Dr. Eduardo Nunes, e o técnico em construção civil Joaquim Frederico Fontes. As informações colhidas foram de grande valia para pesquisa, e muito esclareceram sobre as percepções dos assentados acerca dos cursos ministrados pelo Thaba. Ao término do debate, estavam todos cansados e com muita fome. Agendou-se o segundo e último grupo focal para o sábado seguinte, dia 16, às 10h00min, no mesmo local de realização do primeiro debate, e o almoço foi imediatamente servido.



Fotografia 3 - Grupo focal do dia 09 de maio de 2009

Fotografia: Joaquim Frederico Ferreira Fontes (2009)

No dia 16, não chovia. Entretanto, mais uma vez foi necessário buscar os assentados em suas casas, e os trabalhos novamente foram iniciados por volta das 12h00min. Conforme Gatti (2005) havia advertido em seus escritos, alguns dos participantes do primeiro encontro ausentaram-se, e havia, desta vez, novos participantes, o que demandou uma breve explicação sobre o que havia ocorrido na semana anterior, e sobre como a conversa deveria transcorrer. Esta mudança na formação do grupo não chegou a atrapalhar a coleta de dados, e mais uma

vez foram obtidas informações relevantes, desta vez acerca do processo de construção em autogestão das casas. O debate teve duração de cerca de 2h10min, encerrando-se pouco depois das 14h00min. Participaram deste grupo focal 13 assentados, o pesquisador, e o técnico em construção civil Joaquim Frederico Fontes.



Fotografia 4 - Grupo focal do dia 16 de maio de 2009

Fotografia: Joaquim Frederico Ferreira Fontes (2009)

Os dois grupos focais foram filmados e gravados em dois MP3 players, para evitar a perda de dados. Foram transcritos (ANEXOS A e B), e a partir daí procedeu-se à análise das categorias de interesse. Durante a realização dos grupos focais, notou-se que as falas dos assentados presentes complementavam-se, havendo raras contradições e, quando estas ocorriam, eram desfeitas com o prosseguir do debate; por isso, e em razão do grande número de participantes, optou-se por omitir a identificação dos sujeitos, nas duas transcrições e no texto deste trabalho.

No dia 10 de agosto de 2010, no escritório do Thaba, realizou-se um terceiro grupo focal, dessa vez com algumas pessoas da equipe do Thaba que participou dos cursos ministrados em Água Fria. Estiveram presentes a assistente social Rosângela Jacó, o

licenciado em construção civil Gilberto Oliveira, o engenheiro de produção civil Adilson Arruda, e a arquiteta Lícia Andrade, coordenadora do Thaba. A reunião teve início por volta das 12h00min, e durou cerca de 45 minutos; foi gravada em um MP3 player, e posteriormente transcrita (ANEXO C), para análise. Nesta transcrição, diferentemente da postura adotada com os grupos focais realizados com os assentados, optou-se por identificar os atores, dada a especificidade de suas formações e de seus papéis nos cursos.

4.4. O INÍCIO DA AUTOCONSTRUÇÃO DAS CASAS

As lideranças do Assentamento Menino Jesus optaram por empregar o crédito para habitação, oriundo do Incra, em um mutirão, de modo a obter casas mais amplas. À época dos cursos, o crédito era aproximadamente R\$ 5 mil reais por família. O custo unitário básico de construção (por m²) na Bahia (CUB-BA), que não computa em seu cálculo benefícios e despesas indiretas (BDI) nem lucro das empresas, em janeiro de 2007²³, no padrão casa popular, era R\$ 581,92. Tomando-se por base este parâmetro, seria possível construir um imóvel com área de 8,59 m². Por meio do mutirão, foi possível construir casas com 50,30 m², ou seja, uma área quase cinco vezes maior.

Ao todo, seriam construídas 212 casas na vila agrícola. Escolheram como tecnologia construtiva um sistema de tijolos de solo-cimento compactados modulares, a serem fabricados no próprio assentamento. Esta tecnologia foi denominada “tijolo ecológico” pela empresa que a desenvolveu, a Sahara, por não haver queima na produção dos tijolos: feitos a partir de uma mistura de arenoso (retirado de jazidas locais), cimento e água, a cura, ou secagem, acontece ao longo de sete dias. Eliminada a queima, diminui-se o desmatamento e a emissão de carbono na atmosfera. Segundo o dirigente regional do movimento Antônio de Araújo Filho (ANEXO D), a idéia de utilizar o tijolo ecológico surgiu a partir da construção da Escola Nacional Florestan Fernandes do MST em São Paulo, onde foi usada a mesma tecnologia. Outras razões que levaram à definição deste sistema construtivo foram:

- a) montar uma estrutura permanente de profissionais em construções alternativas através da capacitação e profissionalização de assentados na construção civil;

²³ Fonte: <<http://www.sinduscon-ba.com.br/conteudo/cub/001/cub/000038.pdf>>. Acesso: 13 set. 2010.

- b) geração de emprego e renda para famílias dos assentados através da continuidade da fabricação dos tijolos para venda a terceiros;
- c) apelo ecológico por utilizar produto menos agressivo ao meio ambiente;
- d) fazer com que os assentados gerissem os recursos evitando atravessadores e assim ampliar a aplicação dos recursos nas residências;
- e) baixar custo de mão-de-obra através da mão-de-obra familiar e coletiva;
- f) a experiência educativa de autogestão e organização do trabalho;
- g) valorizar a opinião e a participação da família assentada na construção da sua residência.

Os assentados não dominavam esta técnica construtiva, e, no processo de ajustes ao sistema construtivo, foram utilizadas outras duas formas de tijolo, até chegarem ao modelo definitivo. A primeira opção de forma foi um tijolo maciço; depois, um tijolo furado, e pequeno. Depois, o tijolo furado, e nas dimensões (25x12,5x6,75) cm. Este tijolo é produzido em um formato que, segundo a empresa, propicia a diminuição do tempo de execução (pois a fabricação é feita como em uma linha de montagem), a redução do gasto com a massa de revestimento (por ser mais regular que o bloco convencional) e do peso da construção (pois o tijolo possui furos). Além disso, a construção com o tijolo ecológico proporciona maior conforto termo-acústico. No assentamento em questão, definiu-se que a organização produtiva para a fabricação dos tijolos, na quantidade necessária à construção de uma casa, seria de responsabilidade da família proprietária, e que seriam prioritariamente construídas as casas pertencentes à famílias que fabricassem seus próprios tijolos.

Os assentados depararam-se com alguns problemas durante a construção:

- a) o traço da mistura entre arenoso, cimento e água não era adequado ao tipo de arenoso encontrado no local, e o tipo de cimento adquirido não era o indicado para se fazer a mistura, o que levou à produção de tijolos frágeis;
- b) a solução adotada para fabricação dos tijolos, por cada família proprietária, levava à não uniformidade dimensional do tijolo, pela operação incorreta das máquinas compactadoras, e a uma acentuada descontinuidade na fabricação dos tijolos, pela inexistência de um cronograma com metas previamente estabelecidas e equipes regulares de produção;
- c) os ineficientes armazenamento e controle dos materiais adquiridos levaram a perdas;

d) a falta de domínio sobre a tecnologia levou a sérios problemas nas construções.

Para tentar superar as dificuldades, dez dos assentados foram à fábrica da Sahara, em São Paulo, para conhecer a fábrica e o processo de fabricação dos tijolos. Ainda assim, os problemas persistiram. Estes problemas, com a conseqüente não-consecução da construção das casas, terminaram por causar desânimo e descrédito entre os assentados, conforme o testemunho abaixo, colhido no primeiro grupo focal:

[...] Aí quando o veio o nosso prejuízo, quando veio o quebra-cabeça. Porque tentava de uma forma, não dava certo, tentava de outra forma, não dava certo. E aí, com o isso, o pessoal foi entrando em contradição, porque... porque foi surgindo prejuízo, “perca” de tempo, “perca” de material, e aí o pessoal começou a... a perder a paciência.

Diante destas dificuldades, com a construção de 22 casas em andamento, em março de 2006 as lideranças locais procuraram o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular (Thaba), ligado à Pró-Reitoria de Extensão (Proex), da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). A idéia era que o Thaba ministrasse cursos de formação profissional, enfocando as atividades de pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricitista e pintor, utilizando a tecnologia do tijolo ecológico, de modo que os agricultores qualificados pudessem reproduzir o conhecimento adquirido, construindo as casas populares da vila agrícola. Também seriam realizados, pelo Thaba, o ajuste de traço para os tijolos fabricados em solo-cimento, o treinamento para a correta fabricação dos tijolos, e a implementação dos apropriados armazenamento e controle de estoque de materiais de construção. Em paralelo a estas ações, ao longo dos cursos, seriam construídas quatro unidades habitacionais, com aproximadamente 50,00 m² cada uma delas. Os assentados não foram consultados ou avisados dessa solicitação feita ao Thaba, de acordo com o depoimento colhido no primeiro grupo focal com os assentados:

Levamos um pouco assim de surpresa, porque na verdade ele não falou “vai vir um curso”, entendeu? O pessoal veio aí, o Thaba veio, pesquisou a área, ninguém sabia de nada. Ninguém sabia. Aí, foi quando o pessoal reuniu, teve uma assembléia que o pessoal reuniu, aí ele chegou, o pessoal já estava presente, né?, e veio e falou: “nós vamos trazer um curso de qualificação pra poder ajudar vocês construírem as casas de vocês. A intenção é ajudar vocês, e dar uma experiência pra quem não sabe, pra quem não teve a oportunidade de aprender, e também dar um impulso nas casas”.

Após visitar o assentamento e conhecer um pouco da história de luta desse grupo de agricultores, o Thaba ponderou que a tecnologia tradicional de construção, utilizando blocos cerâmicos convencionais, seria mais adequada para erguer as casas, por propiciar uma execução mais rápida, por não ser necessário empregar tantos esforços na fabricação de

tijolos, e por possibilitar futuras ampliações dos imóveis facilmente realizáveis. Entretanto, as lideranças do assentamento optaram por manter a tecnologia do tijolo ecológico. A partir desta definição, o Thaba elaborou uma proposta de trabalho, usando esse sistema construtivo, para formar 48 assentados nas profissões da construção civil: pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricitista e pintor. Os recursos financeiros necessários à execução dos cursos foram viabilizados pela Petrobras, dentro de suas ações de responsabilidade social, mediante o Convênio nº 2700.0025485.06.4, que teve interveniência financeira da Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco.

4.5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS

4.5.1. Equipe do Thaba

Esta foi a equipe do Thaba que participou dos cursos ministrados em Água Fria, com as respectivas formação profissional (à época²⁴) e função desempenhada:

- a) Adilson Brito de Arruda Filho – Licenciado em Construção Civil – Educador
- b) Cláudio Santana de Oliveira – Licenciado em Construção Civil – Educador
- c) Gilberto Alves Oliveira – Licenciado em Construção Civil – Educador
- d) Maria Rosângela dos Santos Lemos Jacó – Assistente Social – Educadora
- e) Joaquim Frederico Ferreira Fontes – Técnico em Construção Civil – Apoio
- f) Lícia Edna Zellely Matos Andrade – Arquiteta – Coordenação Pedagógica
- g) Rubens José Ferreira Barros – Engenheiro Civil – Coordenador

Todos estes profissionais haviam participado anteriormente do Programa Aprendendo e Construindo, uma grande experiência de formação profissional para a construção civil promovida pelo Thaba e apresentada no Capítulo 1 desta dissertação. O Thaba acredita que, em projetos como o de Água Fria,

²⁴ Após os cursos promovidos no assentamento, Adilson de Arruda Filho e Cláudio Santana de Oliveira graduaram-se em Engenharia de Produção Civil.

[...] que se propõe inovador na sua linguagem e abrangente na sua formação, é fundamental uma equipe multidisciplinar, interagindo em suas áreas de conhecimento, propiciando aos treinandos uma aprendizagem integrada e uma visão mais ampla da sua profissão (BARROS; ANDRADE, 2006, p. 10).

4.5.2. Definição da metodologia dos cursos

A metodologia dos cursos ministrados no Assentamento Menino Jesus só foi completamente delineada após algumas reuniões, das quais participaram lideranças locais e os profissionais do Thaba. Nestes encontros, definiram-se o tipo de tecnologia, o modelo espacial das unidades habitacionais, o número de assentados a serem qualificados, os cursos a serem ministrados, o regime de trabalho, dentre outros procedimentos. Esta prática, de dialogar com os diversos envolvidos nas ações de formação profissional, é recorrente para o Thaba, conforme pode-se atestar em um dos seus relatórios:

Construir projetos integrando ações com atores diferenciados demanda um tempo próprio, porquanto procedimentos, logística, linguagens, dentre outros fatores, só são apreendidos com o decorrer de uma série de discussões, onde os conflitos e as dúvidas, oriundos de diferentes vivências, são contrapostos à metodologia de desenvolvimento dos cursos (BARROS; ANDRADE, 2007a, p. 4).

Dentre as definições tomadas em conjunto, estavam:

- a) utilização de materiais e técnicas construtivas de solo-cimento com um sistema de tijolos inter-travados;
- b) desenvolvimento, pelo Thaba, do projeto executivo das unidades habitacionais, utilizando os modelos já adotados pelos assentados, porém com o cuidado de utilizar uma linguagem que facilitasse a leitura e interpretação dos projetos;
- c) efetivação do processo de seleção dos 48 aprendizes pelo MST, com posterior análise do perfil dos selecionados realizada pelo Thaba;
- d) fornecimento de lanche, almoço, fardamento, equipamentos de proteção individual (EPI's) e kit didático para os participantes dos cursos;
- e) montagem de uma cozinha para atendimento aos participantes do projeto;
- f) construção de quatro unidades habitacionais com aproximadamente 50,00 m² de área construída, ao longo das atividades práticas dos cursos.

4.5.3. Seleção de educandos

Como o processo de construção já havia sido iniciado no assentamento, a equipe do Thaba solicitou aos dirigentes do MST que indicassem pessoas para participar dos cursos, pois eles conheceriam aqueles que, envolvidos no processo, dariam continuidade à construção das casas da vila, depois de findados os cursos. Assim, estabeleceram-se os critérios para admissão nos cursos: compromisso com o movimento, e idade superior a 16 anos – este último já é praxe nos cursos do Thaba, por se tratar de cursos profissionalizantes para a construção civil.

Nesta experiência de Água Fria, não foi exigido um pré-requisito que normalmente é colocado nos cursos profissionalizantes ministrados pelo núcleo: primeiro ciclo do ensino fundamental completo. Suspendeu-se este pré-requisito em função das características da população do assentamento, que possuía baixa escolaridade. Essa conjuntura levou à adaptação de alguns conteúdos, como pode se perceber neste trecho do relatório de atividades:

Na avaliação pelo Thaba dos alunos selecionados pelo MST detectou-se entre os matriculados um razoável desnível em relação às dificuldades que poderão enfrentar no processo de aprendizagem, especialmente quanto ao curso de eletricista. Em função desse aspecto, ficou definido que adotariamos um conteúdo pedagógico relacionado à tecnologia a ser aplicada na unidade habitacional a ser construída no assentamento, de razoável simplicidade, possibilitando assim que o aprendiz o leve a estar habilitado na execução desta tipologia construtiva (BARROS; ANDRADE, 2007a, p. 5).

Para as 48 vagas oferecidas nos cursos, as lideranças indicaram 48 assentados. Assim, não foi necessário fazer uma seleção de educandos. Na primeira semana de atividades, para verificar a aptidão dos educandos para as profissões da construção civil, foram desenvolvidas atividades com o objetivo de avaliar as dificuldades/identidades do educando com os cursos. Contudo, o mais fundamental nesse processo de seleção foi a participação do coletivo de famílias e da coordenação do MST, visto que se pretendia que, com este aprendizado, os assentados qualificados nos cursos profissionalizantes estivessem comprometidos com a continuidade do projeto, trabalhando na construção de todas as casas da vila do Assentamento Menino Jesus. Os assentados indicados, após essa semana de atividades, decidiram participar de todos os cursos que seriam ministrados pelo Thaba.

Após esta primeira semana de atividades, foram constituídas quatro equipes de trabalho, cada uma com 12 aprendizes. Cada uma dessas equipes ficou responsável pela construção de

uma casa, dentro da programação das atividades práticas. A formação das equipes ficou a cargo dos educadores do Thaba, mas havia a possibilidade de reformulação, ao longo do processo, como atesta a assistente social do núcleo:

A gente separou Chico da esposa, justamente porque a gente levava em consideração que, se os dois ficassem juntos, o rendimento não fosse tão bom. E no final do primeiro mês a gente viu que não deu certo. E, quando a gente juntou os dois, o rendimento mudou, né? Embora ela tivesse a postura de ser sempre a ajudante dele, mas ela teve um rendimento melhor do que quando tava antes, na equipe separada dele.

Esta atitude de rever os próprios atos, que nasce da autoconfiança, é uma característica que deve estar presente nos processos educativos com características democráticas:

Creio que uma das qualidades essenciais que a autoridade docente democrática deve revelar em suas relações com as liberdades dos alunos é a segurança em si mesma. É a segurança que se expressa na firmeza com que atua, com que decide, com que respeita as liberdades, com que discute suas próprias posições, com que aceita rever-se (FREIRE, 2008, p. 91).

Cada equipe de trabalho tinha um líder, que era escolhido semanalmente. A proposta era que todos da equipe pudessem ser o líder ao menos uma vez, mas algumas pessoas recusaram-se terminantemente, e outras tiveram que ocupar a função por mais de uma vez. Ao líder cabia ir ao almoxarifado, retirar as ferramentas e materiais necessários às atividades do dia.

Com o desenrolar das atividades de formação profissional, entretanto, foram ocorrendo desistências entre os inicialmente matriculados. Para preencher estas vagas, coube às lideranças do assentamento indicar novos nomes.

4.5.4. Canteiro-escola

O canteiro-escola compreendia as áreas previstas para realização do acompanhamento sócio-pedagógico dos cursos, sala de aulas teóricas, cozinha e sanitários. Para sua instalação, foram reformadas duas casas, já existentes, com pintura e colocação de portas e janela, próximas aos lotes em que ocorreram as atividades práticas dos cursos.

Com relação ao almoxarifado, o assentamento já utilizava um galpão, onde eram armazenados os materiais de construção. Contudo, como inexistia uma logística de armazenamento e de controle de estoque, o Thaba introduziu procedimentos com relação aos pedidos de saída de material, e organizou a distribuição interna de ferramentas e materiais conforme o tipo de utilização – esgoto, elétrica, pintura, carpintaria, dentre outras finalidades.

Também foram treinadas duas pessoas, indicadas pelas lideranças locais, para atuarem como almoxarifes, atuando não somente no controle de entrada e saída dos ítems da construção, como também na análise do estoque. Além da obediência aos procedimentos implantados, o Thaba visou o entendimento dos agricultores sobre a importância de um almoxarifado que contribuísse na organização da construção da vila.

O funcionamento do canteiro-escola e do almoxarifado seguiu a dinâmica própria de um canteiro de obras, com procedimentos e normas para retirada de materiais – que deveriam ser anotados pelos almoxarifes – e retirada e entrega de ferramentas – deveriam ter sua saída anotada pelos almoxarifes, e devolvidas lavadas. A obediência a estas regras visava possibilitar aos educandos a experiência de trabalhar em um canteiro de obras real, onde os profissionais têm responsabilidades a cumprir. Estas instalações, somadas às atividades teóricas e práticas dos cursos profissionalizantes, estão em acordo com o pensamento da formação politécnica:

Para a realização da aprendizagem politécnica, não basta uma escola comum, é necessária uma oficina-escola, onde a manipulação das coisas seja possível, onde a aplicação prática dos conhecimentos teóricos seja imediata e onde do próprio trabalho prático se possa chegar à formulação e ao entendimento de novos conceitos teóricos (GALLO, 2007, p. 58).

A estruturação da cozinha teve um aspecto estratégico no desenvolvimento do curso: não só forneceu, aos educandos, refeições que lhes possibilitaram realizar as atividades práticas, mas também possibilitou a aproximação de pessoas e o estreitamento de relações, já que as refeições eram feitas em conjunto. Para o funcionamento da cozinha, o primeiro passo foi organizar um cardápio que pudesse atender em torno de 60 pessoas entre educandos, educadores e apoio, que satisfizesse os costumes alimentares locais, e que correspondesse às necessidades nutritivas de todos os envolvidos. O segundo passo foi estabelecer um horário de funcionamento disciplinado e regras de higiene rígidas. Foram definidas pelo MST três pessoas que ficaram responsáveis pelas atividades da cozinha, com a supervisão do Thaba. Para o funcionamento da cozinha, o suprimento de alimentos foi realizado semanalmente pela equipe do Thaba, e foi adquirida, pelo projeto, uma série de equipamentos – fogão, panelas, pratos, talheres, dentre outros. A cozinha servia o café da manhã, o lanche da manhã, o almoço e o lanche da tarde; fazer estas refeições sempre juntos propiciou aos educandos uma maior união.

4.5.5. Projetos executivos das casas

Antes de o Thaba chegar ao assentamento, já haviam sido definidas, para a construção das habitações, quatro opções de plantas. O Thaba optou por trabalhar a partir dessas plantas, porque as “experiências desse núcleo comprovam que o envolvimento da comunidade na criação dos projetos das unidades habitacionais dá início a um processo de fortalecimento de identidade com relação a sua futura moradia, reduzindo possíveis insatisfações com o imóvel” (RUBENS; ANDRADE, 2006a, p. 6).

Entretanto, só havia o desenho das quatro opções de plantas das habitações, e, tanto para que os educandos pudessem acompanhar os cursos, quanto para a construção das casas, foi necessário desenvolver o projeto executivo completo das casas, incluindo aí os projetos arquitetônico, hidro-sanitário e elétrico. Além disso, foi necessário ajustar as dimensões das plantas adotadas pelo MST, de modo que as medidas fossem compatíveis com a modulação dos tijolos em solo-cimento (ANEXOS E, G, I e K).

Os quatro modelos de projeto também foram desenhados com rebatimento no seu eixo longitudinal (ANEXOS F, H, J e L), de modo que, em função da forma de implantação da unidade habitacional no lote, pudessem ser obtidas as melhores condições de ensolejamento e ventilação da moradia. Visava-se que os cômodos com permanência humana mais prolongada, ou os cômodos destinados ao repouso, estivessem orientados na direção dos ventos dominantes, de modo a propiciar um melhor conforto térmico à habitação e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida aos seus ocupantes.

4.5.6. Programação de aulas, conteúdos e recursos empregados

As aulas aconteceram entre novembro de 2006 e março de 2007, pelo turno da manhã (das 07h30min às 12h00min) e da tarde (das 13h00min às 17h30min), com carga horária diária de nove horas, às sextas-feiras, sábados, domingos e segundas-feiras, com carga horária total de 504 horas. Estes dias foram definidos junto aos aprendizes e às lideranças, de modo a conciliar as atividades dos cursos com as atividades de plantio e outras ações do MST. Também junto com os aprendizes foi construído o regulamento do curso, prevendo

responsabilidades, tolerâncias, horários, procedimentos, de modo a torná-los co-responsáveis no processo de ensino-aprendizagem.

Para o funcionamento dos cursos, empregaram-se os seguintes recursos, além dos humanos: sala de aula; cartilhas técnicas; equipamentos audiovisuais; material administrativo e didático; EPI's; ferramentas e materiais de construção para as atividades práticas, como também os materiais relativos às unidades habitacionais.

As atividades dos cursos foram divididas entre teóricas e práticas. As atividades teóricas geralmente aconteciam no início do turno de aulas, com a prática correspondente sendo desenvolvida logo em seguida. Dentre as atividades teóricas, além daquelas específicas de cada profissão, foram inicialmente abordadas habilidades básicas, com os seguintes conteúdos e respectivas cargas horárias:

- a) Legislação Trabalhista – acordos coletivos de trabalhos e direitos trabalhistas – 4,5 horas;
- b) Noções de Saúde e Segurança no Trabalho – prevenção, EPI's, acidentes e suas causas, e NR-18 – 4,5 horas;
- c) Leitura e interpretação de projetos de edificações habitacionais – plantas baixas, cortes, fachadas, coberturas, fundações, estrutura e locação – 9 horas;
- d) Produtividade – noções de gestão e organização do trabalho – 4,5 horas;
- e) Matemática Básica – adição, subtração, multiplicação e divisão; noções de medida (comprimento, perímetro, superfície e volume); noções de geometria (estudo da reta, estudo da área, estudo do volume); porcentagem – 18 horas;
- f) Manuseio de calculadora – como ferramenta de trabalho para calcular áreas, volumes e quantificar materiais – 4,5 horas.

Além dessa abordagem inicial das habilidades básicas, nos cursos específicos de cada profissão os conteúdos pertinentes das habilidades básicas eram revisados.

As atividades teóricas de cada profissão deram suporte às atividades práticas, que se concretizaram na construção de quatro unidades habitacionais no assentamento. Cada casa foi erguida por uma equipe de 12 educandos. Os aprendizes puderam vivenciar, acompanhados por educadores e monitores – profissionais experientes da construção civil –, as atividades de pedreiro (como locação, escavação, fundação, marcação e levante de alvenaria, realização de empena, contrapiso, chapisco, reboco, revestimento de piso e parede), carpinteiro (montagem

de telhados, montagem e instalação de portas e janelas, instalação de forro), encanador (marcação e corte de paredes, instalações de água fria e de esgoto, instalação de reservatório e de louças sanitárias), eletricitista (marcação e cortes de paredes, montagem de circuitos, de quadros e de pontos elétricos), e pintor (preparação de superfície, e aplicação de tinta). Além disso, foram abordadas a quantificação de serviços, e o cálculo de orçamentos para cada uma dessas profissões. As aulas de pedreiro totalizaram 198 horas; as de carpinteiro, encanador e eletricitista tiveram a duração 72 horas para cada curso; as de pintor duraram 45 horas.

A programação das aulas obedeceu ao cronograma de execução das casas. Assim, inicialmente tinham vez as aulas do curso de pedreiro e, oportunamente, foram ministrados os cursos de carpinteiro, encanador, eletricitista e pintor, seguindo o andamento da construção dos imóveis, conforme estava registrado na proposta de realização dos cursos:

As sessões de aulas são realizadas em conformidade com o desenvolvimento das atividades construtivas e compatibilizando o volume de serviços com o conteúdo da aprendizagem e do desenvolvimento ergonômico dos alunos aprendizes (BARROS; ANDRADE, 2006, p. 4).

Os cursos de encanador e eletricitista contaram com a realização de oficinas, de modo a possibilitar maior exercício prático dessas profissões. Realizadas logo após as aulas teóricas, nas oficinas os aprendizes tiveram o primeiro contato com ferramentas e materiais relativos a essas profissões, executando atividades práticas, com a montagem de diversos sistemas hidráulicos e circuitos elétricos. Somente após essa experiência é que os aprendizes partiram para executar as instalações nas unidades habitacionais.

4.5.7. A relação entre educadores e aprendizes

Os depoimentos abaixo, colhidos no primeiro grupo focal com os assentados, são indicadores da relação próxima, afetuosa, mas também responsável para com os objetivos dos cursos, que se desenvolveu entre os educadores do Thaba e os aprendizes do Menino Jesus:

O que eu posso falar, assim, é falar bem, né? Que a disciplina era boa, quando alguém atrasava no horário eles tinha que regular, e a gente... Fez com a gente aprendesse muito, né? Ter responsabilidade de chegar cedo, de cumprir os horários tudo certinho. Eles ensinava bem, também, entendeu? Tava ali, quando era dois, três, em cada casa, ensinou muito. Quem não sabia ele dava mais prioridade pra ensinar mais, e nisso a gente aprendeu.

Os professores foram maravilhosos, muito pacientes. Souberam passar mesmo as coisas pra gente, tanto em prática como em teoria.

Os professores estavam ali, pra poder organizar a gente, das melhores maneiras possíveis.

Esta postura dos educadores do Thaba está coerente com o raciocínio que Paulo Freire (2008, p. 41) desenvolve ao tratar da necessidade de se querer bem aos educandos no ato pedagógico:

Na verdade, é preciso descartar como falsa a separação radical entre *seriedade docente e afetividade*. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade.

4.5.8. Dificuldades nas aulas teóricas

Os participantes do primeiro grupo focal relataram dificuldades de entendimento dos conteúdos abordados nas aulas teóricas, especialmente no curso de eletricitista:

Essa parte aí de elétrica, encaenação eu entendo um pouco, mas a gente foi estudar na aula teórica, eu tive bastante dificuldade. [...] E você saber fazer uma instalação numa casa simples é uma coisa, e você ir pra uma aula teórica, como foi passado lá, mesmo, é um pouco difícil. Foi da forma que ele ensinou lá, entendeu? Pra mim, eu tive bastante dificuldade.

Por outro lado, as declarações seguintes revelam que a prática da profissão foi assimilada:

Um aprende na teoria, o outro aprende na prática, né? Eu tenho dificuldade na Matemática. Mas, se for pegar na prática, é pouco tempo, eu tô fazendo tudo, assim.

Na teoria eu não aprendi nada, mas quando eu fui pra prática, lá em casa, mesmo, eu aprendi fazer tudo aquilo que os meninos fez no curso, eu fiz lá em casa.

Os próximos depoimentos exprimem a dificuldade que os aprendizes tiveram na leitura e interpretação de projetos:

Porque, vamos supor, um exemplo: a casa que nós fizemos no curso aqui, foi dois circuitos, não foi? Mas se o cara me der uma planta hoje aqui, eu não quero saber. Eu pego a planta, jogo no mato, pego, estico dois fios aí, saio distribuindo pra tudo quanto é lado aí, e pronto, tá feita a instalação. Mas não é da forma certa. Então, se o cara me der a planta, não vou saber executar o serviço com a planta na mão, quer dizer, da maneira que a planta tá mandando fazer. Eu vou fazer do jeito que eu sei fazer.

Eu não faço pela planta, não. Se eu for fazer, é deficiente.

Se eu pegar o projeto pra fazer, eu não faço, não. De nenhum. Nem de pedreiro, nem de carpinteiro...

O que eu quero dizer, o que todo o mundo quer dizer: que surge a dificuldade pra ler as plantas. Seja ela de qual forma for, porque se eu faço a minha casa de um jeito, não é obrigado ele fazer do mesmo jeito. Plantas diferentes. Então surge essa dificuldade de ler as plantas, entendeu? Agora, por exemplo, a gente tem a capacidade de fazer. Se tiver uma ajuda de alguém ali, no caso, entendeu?

Os assentados reconhecem que estas dificuldades no aprendizado devem-se à falta de conhecimentos básicos, especialmente na Matemática, como é possível verificar nas próximas falas:

Dificuldade é porque... É mais na Matemática, mesmo. Esse negócio é mais na Matemática. Eu sinto bastante dificuldade. Até hoje eu tenho dificuldade em qualquer lugar que eu vou trabalhar em obra, esses negócios aí, que bota pra fazer esses negócios aí [...].

Quem tinha um conhecimento maior pegava tudo. Mas, no caso, eu só tenho o ensino fundamental. Aí, passava nas Matemática o a vale não-sei-quanto, o n vale não-sei-quanto, entendeu? Aí... (risos)

Infelizmente eu não consegui aprender, e não foi por falta de professores. Foi uma deficiência minha, mesmo, de Matemática, que eu tenho.

O educador Adilson Arruda Filho confirma que a baixa escolaridade dos aprendizes, identificada nos primeiros contatos com o grupo, foi determinante para a simplificação dos conteúdos apresentados:

[...] neste projeto a gente não exigiu, ou, melhor, a gente não solicitou nenhum pré-requisito pra esses alunos, e a escolaridade do grupo era muito baixa. Portanto, a gente não poderia se aprofundar muito no curso de eletricista. Então, foi um curso básico de instalações elétricas prediais, vista a clientela, lá. Digamos que, desses 48 alunos, tinha uns quatro a cinco alunos que pudessem ir pro curso mais aprofundado, mas a grande maioria não tinha condições de absorver a grande carga teórica e técnica do curso de eletricista. Então, foi um curso mais básico, pra que eles pudessem aprender, mesmo assim, aprender, e puderem executar as atividades.

O educador Gilberto Oliveira informa que a baixa escolaridade prejudicou o entendimento mais amplo da leitura e interpretação de projetos, assim como de outros conceitos:

Isso daí, como Adilson falou, não teve essa solicitação de escolaridade, aí houve dificuldade em leitura e interpretação de projetos, assim como outros, também, mesmo; Matemática básica, o curso de eletricista, o curso de encanador... Então, acho que foram os pontos onde teve maior problema de dificuldade de aprendizado.

Arruda Filho ressalva que, em outras experiências do Thaba, onde os aprendizes possuíam escolaridade mais alta, tais dificuldades de aprendizagem eram diminuídas:

Em outros cursos, a dificuldade é um pouco menor, que a escolaridade é um pouco mais alta. Mas há alunos, realmente, que conseguem aprender, perfeitamente, há alunos que não conseguem ir tão a fundo. Entendeu? Mas a grande questão do pré-requisito aí é a escolaridade, que isso é um pré-requisito fundamental.

A baixa escolaridade verificada entre os aprendizes é reflexo do déficit educacional do campo e da histórica falta de atenção dos governantes para com a educação do campo:

Questões essenciais como a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, a má distribuição geográfica das escolas, os baixos salários dos professores, os currículos descontextualizados da vida dos povos do campo, e a falta de formação dos elementos disponíveis para o trabalho pedagógico, não faziam parte das preocupações das autoridades educacionais do governo brasileiro, mesmo quando éramos um País essencialmente agrícola. Isso ocorria devido à [...] subordinação do rural ao urbano e à conseqüente desclassificação do homem do campo. Considerado um cidadão de segunda classe (SOUZA JÚNIOR, 2006, f. 6).

Arruda Filho contrapõe a essas dificuldades nas aulas teóricas o objetivo principal do curso de eletricista, que não é de formar eletrotécnicos, mas sim de formar profissionais capazes de compreender os elementos do projeto, identificando seu papel no conjunto da instalação, seu funcionamento e a forma de instalação de cada um destes elementos. Acrescenta que este mesmo raciocínio pode ser estabelecido para todos os outros cursos profissionalizantes do Thaba.

4.5.9. Bolsa-auxílio

Os cursos ministrados em Água Fria não tinham como objetivo incrementar a empregabilidade dos assentados. Pretendia-se, sim, capacitá-los para que construíssem todas as casas da agrovila. Em um curso que visa preparar seus aprendizes para o ingresso no mercado de trabalho, a bolsa-auxílio tem importante significado, pois serve para custear as despesas dos aprendizes com o transporte e para inseri-los no mundo produtivo, simulando uma remuneração. A bolsa-auxílio foi mantida nos cursos do Menino Jesus, ainda que os assentados não tivessem despesa com deslocamento. E isso foi de vital importância para a participação dos assentados nos cursos, conforme ilustra o trecho abaixo, extraído do primeiro grupo focal realizado no assentamento:

Porque muita gente que tava aqui no curso não tinha condições de largar sua família em casa pra vir tomar o curso. Mas, já que surgiu esses R\$ 100,00, veio tomar o curso. Os R\$ 100,00 ajudou, entendeu? Fez com que essa

pessoa viesse. E se não tivesse os R\$ 100,00, aquela pessoa não ia deixar os filhos com fome em casa pra vir fazer curso, entendeu?

Pai de família não pode trabalhar o mês todo, e não receber nada. Aí não dá.

E enquanto ele estava estudando, também, no curso, não tinha como ele trabalhar, ele ganhar em outro setor, pra substituir, né?

O depoimento seguinte, do proprietário de uma das quatro casas construídas ao longo do curso, evidencia a compreensão de que a sua casa e o aprendizado adquirido no curso possuem maior relevância que a bolsa-auxílio:

Pra mim, a bolsa ficava em terceiro lugar, porque assim: primeiro, era a casa, porque era a minha casa que eu tava fazendo; segundo, era o curso, que era bom, que era uma coisa que eu tava fazendo; terceiro, vinha a bolsa. Não desimportante, mas... Porque a bolsa acabava, a experiência não acaba nunca, e minha casa é pra sempre.

4.5.10. Outras transformações promovidas pelos cursos

Ao longo desta pesquisa, foi possível identificar, entre os aprendizes, a ocorrência de algumas transformações que não constavam nos objetivos dos cursos. Uma destas transformações foi a aproximação de pessoas e o estreitamento de relações previamente existentes, como se percebe nas falas transcritas a seguir:

A minha avaliação geral, primeiro, do curso, foi bom até demais, até porque pessoas que não tinham certa amizade, certo vínculo, eu peguei aqui, dentro do curso. Muita amizade, brincava, dava risada, mas tudo dentro das normas, dentro do curso.

Trabalhei, vamos dizer assim, com ele aí, todos eles, a gente era da família, mesmo, e fizemos várias casas aí [...].

Pra mim, não podia ser melhor, de jeito nenhum, que, graças a Deus, todo o mundo começou amigo, terminamos amigos, sempre.

A equipe que trabalhou comigo era boa, era ótima.

A minha avaliação que eu tenho, do curso, foi muito boa, trabalhei com um grupo também excelente, o coroa ali, e o que eu tenho a dizer é que foi produtivo, nós produziu, deu pra aprender várias coisas, e seguir em frente.

O educador Adilson Arruda acredita que esta aproximação das pessoas é fruto da própria dinâmica introduzida pelo curso entre os aprendizes, mobilizando-os em torno de um objetivo comum:

E, também, a própria movimentação que um curso desse dá, que um curso desse proporciona dentro do assentamento, ou seja, você passar quatro meses, quatro dias por semana – sexta, sábado, domingo e segunda –, todos

juntos, de sete da manhã, sete e meia da manhã, até cinco da tarde, isso acaba aproximando as pessoas.

O total envolvimento dos aprendizes com o curso e com as casas que eles estavam construindo foi apontado pelo educador Gilberto Oliveira:

Agora, tem uma característica, no nosso curso, que os alunos, vamos dizer assim, que eles se apegam à construção. Se apegam, assim, com carinho, com aquilo que eles estão fazendo, né? Que eles estão vendo que aquilo é produto deles, né? Principalmente no aprendizado, então acontece muito isso. E lá – foram quatro construções – teve alguns casos específicos, por exemplo: a casa de Antônio, mesmo, quando estava com problema de saúde, a gente percebia que os alunos tinham um maior carinho por aquilo ali, aquele grupo de alunos que estava responsável por aquela construção. Então, justamente por isso. E, em alguns momentos, a gente percebia até que eles cuidavam até do entorno do lote, que ele tinha algumas coisas plantadas lá, e percebia que eles tinham um cuidado.

Os 48 aprendizes estavam organizados em quatro equipes, cada qual com 12 componentes. Cada equipe era responsável pela construção de uma casa. Segundo a assistente social Rosângela Jacó, houve, entre as equipes, um saudável clima de competição – no sentido da obtenção de resultados práticos de maior qualidade – que inclusive estimulou o aprendizado e reforçou a união do grupo:

Embora o fato de serem quatro construções levasse eles a uma competição, mas era uma competição saudável. Então, eles ficavam muito comparando o nível que tava a construção deles pro nível que tava a construção das outras equipes. Mas era uma competição saudável, porque eles conversavam entre si, eles diziam: “não, oh, precisa melhorar o acabamento, você viu o acabamento de não-sei-quem? Ele tá usando esse material. Você não quer tentar também?”. Então, assim: a relação desse grupo, com certeza, mudou do que que era antes, né? Eles começaram a se identificar enquanto grupo, mesmo.

Outra transformação promovida entre os aprendizes, durante o período do curso, foi a diminuição do índice de alcoolismo, conforme informa a assistente social:

E a gente percebeu, logo quando chegou lá, que, assim: o índice de alcoolismo, embora fosse proibido o uso de bebida alcoólica no assentamento, mas a gente percebeu que era muito alto. E, no decorrer do curso, esse índice de alcoolismo, mesmo, no assentamento, com esses alunos que ficaram envolvidos no curso, diminui muito. É porque assim: enquanto eles não estavam fazendo atividade agrícola, eles estavam se qualificando. Então, até nesse sentido, o curso serviu pra poder melhorar a dinâmica deles.

Arruda explica que o consumo de bebidas alcoólicas nas noites de sábado atrapalhou o andamento das tarefas dos domingos, no início do curso. Com o passar do tempo, e o envolvimento dos aprendizes nas atividades educativas, esse quadro desapareceu:

Por exemplo: no primeiro final-de-semana que a gente chegou lá, pra trabalhar sexta, sábado, domingo e segunda, quando nós chegamos no

domingo pela manhã, no primeiro final-de-semana, no domingo pela manhã, houve uma queda altíssima na frequência dos alunos. Digamos, mas de 15, 20 alunos, faltaram no domingo de manhã, devido a alcoolismo. [...] E, um mês depois de iniciadas as atividades, você já via que já tinha caído muito. No domingo, já era uma atividade normal, como era na sexta, no sábado e na segunda. E, depois, ficou um dia normal de atividade para os alunos.

Outro desdobramento das atividades do curso, mas que não estava dentre os seus objetivos – especificamente no assentamento – foi a geração de trabalho e renda. A formação profissional promovida pelo Thaba comumente tem essa meta – a geração de trabalho e renda –, mas no caso de Água Fria buscava-se capacitar os assentados para construir as casas da agrovila. Os participantes do segundo grupo focal estimaram que entre quatro e cinco egressos dos cursos hoje trabalham fora do assentamento, na construção civil, como atesta o depoimento a seguir:

Esse curso ele é bom, bom porque ele aperfeiçoou muitas pessoas aqui dentro, né? E teve deles aí que recebeu até o diploma, e tá desenvolvendo o diploma. Tem muitos dele aí que começou tocar o barco, continuou. Aqueles que quis desenvolver, deu continuidade, e tá aí. No caso, mesmo, tem um rapaz aí, que foi pra lá pro lado do Rio Grande do Sul, como é o nome dele? [...] Já tá no Rio Grande do Sul, trabalhando, em cima da construção civil. Trabalha lá. Então, um menino que não sabia o que era prumo, não sabia como é que fazia um traço de massa, nem nada. Então, o Thaba veio aqui pra dentro, tá entendendo? E aí deu um avanço muito grande, e isso aí foi bom, que o Thaba veio aqui, que incentivou, deu um fogo, tá entendendo?

4.5.11. Avaliação dos aprendizes

Educadores e monitores registraram, para cada aprendiz, o diagnóstico do seu conhecimento nos momentos iniciais do curso, e sua evolução ao longo das atividades propostas. A prova escrita, que pode ser um instrumento complementar de avaliação nos cursos do Thaba, foi descartada na experiência de Água Fria, em função da baixa escolaridade dos educandos. O desempenho de cada aprendiz foi avaliado processualmente, incluindo, nessa avaliação, o compromisso com a aprendizagem e o domínio das técnicas profissionais, conforme atesta o educador Adilson Arruda:

Bem, nesse caso do MST, nós não usamos do recurso da prova escrita, até por causa da questão da escolaridade. Mas a avaliação foi feita, pelo acompanhamento diário do aluno, verificando como estava esse aluno ao entrar no curso, e o desenvolver de cada atividade dele, tanto em sala de aula, quanto na parte prática. Então, essa avaliação foi justamente esse acompanhamento diário e cotidiano desse aluno, em cada atividade a ser feita, vendo não só a questão do desenvolvimento da atividade com as

ferramentas, mas também do desenvolvimento profissional dele, da questão da postura, da atitude que ele tinha perante a equipe, perante a atividade que ele estava exercendo.

Esta concepção está coerente com o pensamento de Antunes (2008, p. 17), que afirma que

[...] uma avaliação do rendimento escolar somente pode ser considerada eficiente quando produto de uma observação continuada ao longo do período escolar e não somente concentrada nos momentos de provas e exames. Essa avaliação pode valer-se dessas provas – com e sem consulta – mas precisa aceitar também os trabalhos realizados individualmente e em grupo; a capacidade do aluno de encontrar e selecionar informações e sua propriedade em associá-las aos saberes que pertencem a sua estrutura cognitiva. Somente com um leque de múltiplos componentes pode o professor, como verdadeiro juiz, proferir um criterioso veredicto.

Avaliou-se, portanto, o desenvolvimento e envolvimento do educando, em todo o processo, acompanhando o seu desempenho, e ao final pontuou-se o seu conhecimento em função do seu nível de aproveitamento. Os educandos que alcançaram média seis foram certificados, pela Uneb, como aptos para o desempenho da profissão relativa aos respectivos cursos. Os educandos que não atingiram a média exigida, mas tiveram uma frequência mínima de 75%, receberam um certificado de participação.

Percebeu-se, entretanto, nas conversas com os assentados, que alguns deles não tinham compreendido todos os critérios de avaliação. Havia, também, algumas insatisfações: alguns dos educandos receberam o certificado de participação, quando acreditavam que – por terem um bom desempenho nas atividades práticas, ou por terem alguma experiência anterior na construção civil – deveriam ter recebido o certificado de qualificação profissional. Este sentimento está presente no depoimento de alguns atores do primeiro grupo focal realizado em Água Fria:

É avaliação dos professor, que viu, achou que eu não tinha capacidade de ser pedreiro, mas antes de eu vir pro curso, eu já fiz minha casa em Salvador, já trabalhei de pedreiro. Não era um pedreiro profissional, que eu não tinha certificado de pedreiro, e tal, mas aqui eu aprendi muito mais. Tanto que eu fiz minha casa [...].

Dona Onildes é uma pessoa que se dedicava bastante na parte de pedreiro. [...] Recebeu acho que de outros, e não o de pedreiro. Carpinteiro, que eu acho que ela nunca subiu em cima de um telhado, ela recebeu. É isso que eu fiquei sabendo, né? Eu acho que um errozinho assim, eu não sei porquê. [...] Eu acho que teve uma falha dentro do curso, alguma coisa que não deu certo pro lado dela, e outros aí também. [...]

A confusão, ou incerteza, entre os assentados, quanto ao sistema de avaliação e às certificações emitidas, percebida na fala acima, também pode ser verificada em outras declarações:

[...] A avaliação teve a parte da dedicação, e também teve algumas faltas, que faltou muito. Tem pessoas que faltou uma etapa inteira. E passou o diploma. Aí ficou uma interrogação.

[...] Como teve muita gente aqui que até hoje eu fico em dúvida. Porque, o que acontece: aqui no curso, tinha muita gente, aqui, que não participava das coisas muito bem, e que recebeu o certificado, aqui.

A assistente social Rosângela Jacó confirma que a avaliação foi feita de forma criteriosa, e que estes critérios foram constantemente lembrados aos aprendizes, ao longo do curso:

Foi uma avaliação processual, né? Além disso, a gente avaliava também a postura na hora da refeição, né? Se ela era cooperativo, se ele ajudava o companheiro, ou se ele só se preocupava consigo. Às vezes, parece que a certificação tá ligada só ao desempenho relacionado à profissão, né? Então, muitos chegaram a pensar assim: “poxa, mas eu já trabalho nisso, então vou receber certificado de qualificação, porque eu só quero aqui pegar o certificado”. Na verdade, durante o processo, eu acredito que ele percebeu que não era só isso, não era simplesmente ter a habilidade da profissão, né? O nosso curso, ele tem que ter o envolvimento, ele tem que ter o compromisso, ele tem que respeitar o companheiro. Então, são quesitos que a gente vai colocando a todo momento, e vai avaliando a cada atividade que ele faz.

Este desenvolvimento da capacidade de relação interpessoal e inserção social, apontado acima por Jacó, e de significativa importância para o assentamento e – em especial – para o grupo que daria continuidade à construção das casas, também é sinalizado por Antunes (2008, p. 22), ao destacar a necessidade de que o educando, ao passar por processos educativos, progrida em questões como

[...] sociabilidade, sensibilidade pelo outro, sentimento de empatia e atitudes de solidariedade, participação, prestatividade, cooperação. É importante que descubra a força social do grupo e domine maneiras cooperativas de integrá-lo, desempenhando papéis diversos e assumindo a dimensão individual de suas responsabilidades coletivas. Em síntese, é essencial que *aprenda a viver com os outros* mesmo com os quais não se nutre sentimentos de afeto e empatia.

Mais uma vez, Arruda sinaliza que a avaliação enfoca valores que vão além das habilidades profissionais:

É justamente isso daí, que alguns achavam que, por estar trabalhando bem com a ferramenta, já estavam sendo profissionais, mas um profissional não é só trabalhar bem com a ferramenta. Toda a questão de postura, de atitude.

Outro fato importante notado em alguns aprendizes foi o medo da reprovação, que os fez evadir do curso na última semana, receosos com o provável recebimento do certificado de participação. Preferiram ser caracterizados como desistentes, a passar, perante o grupo, pelo constrangimento – na percepção deles – de não receber o certificado de qualificação. Mesmo

assim, a sua certificação – de participação – foi realizada. Este medo da reprovação é bem característico da escola brasileira de quarenta anos atrás, “[...] onde o horror da reprovação, além de humilhar e diminuir, segregar e mentir, roubava do aluno um ano inteiro de sua vida” (ANTUNES, 2008, p. 40). Assim, infere-se que os educandos que evadiram do curso – especificamente pelo provável recebimento do certificado de participação – trazem traumas de uma época em que a educação servia unicamente para aprovar ou penalizar: “[...] o importante não era transformar-se e sim passar de ano” (ANTUNES, 2008, p. 41). Atualmente, reconhecidos os malefícios dessa prática, busca-se acabar com a cultura de retenção do estudante, por meio de mecanismos pedagógicos de sedução do educando, instrumentos de reforço na compreensão da aprendizagem significativa, e eficientes sistemas de recuperação (ANTUNES, 2008, p. 41-42). O depoimento de Arruda atesta a preocupação do Thaba em desmistificar o pavor da reprovação:

A gente quer mostrar que não é um constrangimento, mas que ele não obteve o resultado esperado.

4.5.12. Avaliação do curso

Os assentados avaliam positivamente os cursos do Thaba. As falas seguintes exprimem o reconhecimento da importância dos cursos para o crescimento pessoal, para o crescimento dos companheiros e para o desenvolvimento do assentamento:

O curso pra mim foi uma maravilha, que naquele tempo, antes do curso, aqui, ninguém tinha experiência de fazer casa de tijolinho. Tinha pedreiro aqui que vinha de fora, mas não tinha aquela experiência que o curso chegou aqui e deu ao pessoal. E foi uma maravilha. Depois desse curso, a gente já construiu as casas quase tudo aqui, através desse curso mesmo. Quem não era pedreiro, hoje é pedreiro. Mulheres que tem aqui, que não sabia nem o que era pegar numa colher de pedreiro, hoje já sabe suspender uma casa, já sabe botar um cobogó. O pessoal botava aí, às vezes não saía certo, hoje todo o mundo já sabe. Na realidade, abaixo de Deus o curso, foi que profissionalizou todo o mundo aqui, que esse povo que está tudo aqui hoje, se sair aí pra fora, não se bate mais em obra nenhuma. Já sabe fazer o trabalho de qualquer uma construção. Qualquer um profissional que está aqui hoje sabe trabalhar. Então, pra mim, mesmo, o curso foi uma enorme experiência.

E aprendi muita coisa que eu não sabia. Sabia aprender, fazer uma casa, mesmo, só no olhar. Não sabia nem o que era colher de pedreiro; pra mim, colher era de pegar comida pra comer, entendeu? Aprendi muita coisa.

Eu gostei, que foi bom pra mim, não só pra mim, mas pra casa de todos foi bom. Importante, né?

Também aqueles que já tinham alguma prática na construção civil conceituam os cursos como uma experiência que ampliou seu conhecimento:

O sistema de aula aqui, na teoria, na prática, foi muito bom. Não tenho o que dizer. Eu entendia um pouco, não vou dizer que eu sabia muito. Eu vim no trabalho de pegar toda a prática, foi depois do curso. Em primeiro lugar, pedreiro. Segundo lugar a parte hidráulica, que eu já sabia lá fora, mas aqui pra dentro foi bom, que, com a reciclagem, boa pra mim. A parte elétrica eu sabia lá fora, mas aqui foi bom. E a parte de carpinteiro foi ótima. Eu não sabia fazer quase nada, e aprendi aqui dentro do curso. Pra mim, não tenho o que dizer.

O depoimento de Antônio Araújo (ANEXO D), líder regional do MST à época dos cursos, demonstra sua avaliação positiva para a formação promovida pelo Thaba no assentamento:

Foi realizado um trabalho para além da construção de uma vila. Foi organizada a indústria dos tijolos ecológicos, o almoxarifado, o trabalho nas obras, permitindo uma eficiente organização da divisão do trabalho. Houve uma integração solidária entre os profissionais do Thaba e os assentados, que foram profissionais e acima de tudo e demonstraram muita capacidade.

4.6. PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DO RESTANTE DAS CASAS

O projeto da Vila Agrícola Menino Jesus, que seria desenvolvido e gerenciado pela Associação Comunitária dos Agricultores Sem Terra do Assentamento Menino Jesus, teria como produto final a construção de mais 186 casas, de um total de 212 casas, já que 22 haviam sido iniciadas antes dos cursos, e quatro foram construídas durante os cursos. A autogestão na construção das casas traria, além das próprias habitações, outros benefícios para os assentados:

O processo de construção de casas, com o planejamento e construção sendo realizado pelos seus usuários e de forma coletiva, personaliza o espaço da moradia, e contribui na construção das relações e fortalecimento do processo de organização social e política, na dinâmica cotidiana do funcionamento da vila agrícola (BARROS; ANDRADE, 2007c, p. 3).

Como instrumento metodológico à construção do planejamento para autoconstrução das casas, foi estabelecida uma série de reuniões com os agricultores envolvidos nos cursos de formação profissional, em cuja pauta discutiram-se e se avaliaram as etapas construtivas, seu grau de dificuldade e os procedimentos a serem utilizados. Partia-se do princípio que cada etapa tem um início e uma duração, modelando-se essas etapas como um caminho a ser seguido, onde o fim de uma etapa era o início de outra – por exemplo, à limpeza do terreno

seguia a marcação, que era seguida pela escavação, que era seguida pela fundação, e assim por diante. A divisão em etapas da execução das casas foi feita obedecendo a uma correlação ou dependência das atividades existentes no processo construtivo entre elas, e em algumas situações podendo ser realizadas no mesmo período de tempo, agrupando-as em uma rede de atividades. Com esse exercício, foi possível identificar todas as etapas que vem antes de uma dada etapa, até o final de todo processo construtivo das 186 casas.

Associaram-se, nas reuniões de planejamento, as diversas etapas construtivas e a quantidade de recursos, logísticas e técnicas a serem aportados durante o processo de construção das casas. A duração das tarefas e quantidade dos respectivos recursos gastos na construção de uma unidade habitacional foi apropriada durante os trabalhos desenvolvidos pelo Thaba nos cursos profissionalizantes. Assim, baseando-se na produtividade dos aprendizes durante os cursos, foi estimada a duração de cada uma das tarefas e, após discussão e avaliação coletiva, com todos os educandos, estimou-se o prazo de 45 dias corridos para a conclusão de uma unidade habitacional com uma equipe composta por quatro educandos profissionalizados.

A dificuldade para construir esse planejamento junto aos aprendizes residiu justamente no grande número de etapas e no relacionamento de dependência entre as etapas. Para vencer esta dificuldade, a equipe do Thaba formulou um cronograma físico ilustrado, com linguagem simplificada, para que os aprendizes formados pudessem acompanhar todo o processo, de modo a evitar / compensar atrasos que viessem a comprometer os prazos estabelecidos no planejamento.

Após definidas as tarefas, o prazo de conclusão de uma unidade habitacional e o formato das equipes de trabalho, foi iniciado o processo de planejamento da construção coletiva das 186 casas.

O primeiro passo dessa etapa do planejamento foi definir os componentes das equipes de trabalho, buscando-se estruturar grupos de quatro aprendizes e objetivando formar dez equipes de trabalho. Para tanto, solicitou-se que os educandos formassem, a seu gosto, as equipes. A partir daí, os educadores ponderaram, junto com os aprendizes, acerca da formação das equipes, para que houvesse certo equilíbrio entre os grupos, no tocante às habilidades profissionais, o que resultou na redefinição dos grupos.

O segundo passo do planejamento foi construir a seqüência para a construção das 186 casas. Definidas as dez equipes de trabalho, passou-se a construir as frentes de serviço.

Resolveu-se, então, que cada frente de trabalho corresponderia a uma unidade habitacional e cada grupo de trabalho seria responsável pela execução de uma unidade. Conseqüentemente, com esta estruturação foram formatadas duas etapas de construção das casas, uma com 100 unidades e a outra com 86 e, respectivamente, 14 meses de duração para a primeira etapa e 13 meses para a segunda (ANEXO M).

A partir da elaboração deste planejamento, o Thaba formatou uma proposta de assessoria técnica, para acompanhar a execução das casas, e para complementar os recursos financeiros necessários a esta execução. Entretanto, não foi encontrado um parceiro para viabilizar financeiramente a proposta, e os assentados precisaram construir as casas em regime de autogestão, e sem assessoria técnica.

4.7. A AUTOCONSTRUÇÃO DO RESTANTE DAS CASAS

4.7.1. Mudança do sistema construtivo e da organização para construção das casas

Logo que a equipe do Thaba deixou o assentamento, duas importantes mudanças aconteceram no processo de construção das casas: a mudança no sistema construtivo e a reorganização dos aprendizes para execução de todas as habitações.

Logo que foi solicitado para promover os cursos de formação profissional no assentamento, o Thaba advertiu às lideranças que seria melhor construir as habitações utilizando o bloco cerâmico tradicional, pelas razões já expostas no item 3.3. Dentre as razões apresentadas pelas lideranças do MST para a manutenção do tijolo ecológico, estava a mobilização dos assentados em uma atividade coletiva, que promovesse a organização comunitária, como recorda a coordenadora do Thaba, Lícia Andrade, falando da argumentação de Antônio Araújo, dirigente regional do MST à época dos cursos:

Ele colocou uma coisa importante: que o processo de produção, que já tinha sido iniciado, foi fundamental no processo de organização deles. Porque como eles estavam na terra, não tinha financiamento pra fazer a parte de agricultura, ainda, a questão do tijolo ecológico [...] era uma forma de eles se organizarem pra produzir alguma coisa, já que eles não podiam produzir ainda os produtos agrícolas. Então, esse foi um dos motivos que ele manteve, mesmo a gente mostrando pra ele que não ia ter praticamente economia

nenhuma, e ia ter um sobre-trabalho enorme na fabricação desses blocos. Né? Mas ele disse que era importante para o processo de organização dos assentados, que ainda não estava produzindo nenhum produto agrícola.

A fabricação de tijolos – era necessária a quantidade de 8.000 para se construir uma casa – era responsabilidade da família proprietária. Isso causava uma grande rotatividade na operação das prensas dos tijolos, o que demandava o constante treinamento de novas pessoas, e dificultava o controle de qualidade da produção. Algumas famílias passaram a pagar para que outros assentados fizessem seus tijolos, de modo a terem suas casas logo construídas. Pagava-se R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) para a equipe que produzisse 8.000 tijolos, independentemente de quantas pessoas formassem a equipe.

A sobrecarga de trabalho causada pela fabricação dos blocos foi claramente compreendida pelos aprendizes ao longo do curso. Eles também notaram que a casa erguida com blocos cerâmicos tradicionais poderia ser barateada em relação àquela que utilizasse o tijolo ecológico, especialmente se as paredes não fossem rebocadas. Estas percepções estão registradas no trecho do segundo grupo focal, transcrito abaixo:

Porque, no tijolinho, uma casa estava gastando, em média, 65 sacos de cimento. Fora mão-de-obra de construir tijolo, água, é... Óleo de máquina, que a gente tinha que usar o trator pra cavar o barreiro e carregar... Mão-de-obra pra fazer o tijolo... A água, que se gastava muita água pra molhar o tijolo... Energia que o triturador gasta... Ter que esperar uns cinco dias pra poder transportar pro pé da obra... Então, tudo isso, botando em conta, saía muito mais caro. O bloco chega aí, o bloco vem, já chega mesmo no pé da obra, então tem mais economia.

A casa de tijolinho ecológico era 60 sacos, né? E essa casa aqui é 35 sacos pra dar ela pronta. Olha a diferença!

É, começou com 35, mas agora já é 26 sacos pra dar a casa pronta. [...] Porque não tá entrando reboco, nem nada.

À época da conclusão dos cursos pelo Thaba, ou seja, cerca de dois anos após ter início todo o processo de construção das casas no assentamento, somente estavam concluídas, em tijolo ecológico, 37 moradias, e mais 18 estavam sendo executadas. A lentidão do avanço das construções em tijolinho, somada à reprogramação dos recursos financeiros disponíveis e à constatação de que eles não seriam suficientes para construir todas as casas da vila foram determinantes para que a população do Menino Jesus desejasse trocar o sistema construtivo, adotando os blocos cerâmicos tradicionais. Este depoimento colhido no segundo focal ilustra estes fatos:

[...] Fizeram o orçamento, entendeu? O Inca veio, esclareceu também, o Inca chegou, esclareceu, disse: “olhe, se vocês quiser as casa de você, vocês procure uma forma nova, porque essa aí vocês não têm condição de fazer”.

Não tem recurso, o material não dá, nós já tinha mais de dois anos construindo casa, não tinha 50 casa pronta. Entendeu?

A conclusão dos cursos do Thaba coincidiu com a mudança da direção regional do MST. Os assentados aproveitaram-se desta alteração de cenário para propor às novas lideranças a mudança na tecnologia de construção, conforme o testemunho abaixo:

Na verdade, na verdade, mesmo, de um certo modo, desde o início, o pessoal reclamava do tijolo ecológico. Aí, o que aconteceu? Houve uma mudança de direção. O pessoal já tava uns com um pé na frente, outro lá atrás. Pegaram esse ponto fraco da direção, porque o pessoal antes não tava tendo muita liberdade de discussão, entendeu? Pegaram o ponto fraco da direção no momento de remanejamento. Foi na primeira oportunidade que teve, quando o novo dirigente veio, o pessoal pegou e botou ele na parede: “nós não queremos mais essa casa assim, nós queremos de bloco, pra poder adiantar o lado”. Na prática, funcionou assim. Foi tanto que o dirigente, o anterior, se injuriou aí. [...] Aí, quando o dirigente novo chegou, que o pessoal reuniu: “não, nós vamos fazer de bloco”, ele não teve como voltar atrás, porque ele estava chegando, entendeu? Ele não ia contra o povo naquele momento.

Mudou-se o sistema construtivo, mas não foi refeito o planejamento elaborado durante o curso, para que se estabelecesse um novo prazo para conclusão das casas. Os aprendizes formados perceberam que a construção em bloco cerâmico levava cerca de 25 dias para ficar pronta – quase a metade dos 45 dias necessários para se erguer a casa em tijolo ecológico – mas não refizeram o planejamento da construção da vila usando essa nova informação. Foram simplesmente construindo, sem o estabelecimento de metas ou prazos.

O Thaba já esperava esta mudança do sistema construtivo, após a conclusão dos cursos, de acordo com o depoimento da coordenadora Lícia Andrade:

Já era previsto, e a gente tinha sinalizado, mas eles insistiram nesse bloco de solo-cimento, por conta de que era a única coisa que movia eles, de uma forma mais coletiva – não como um todo do assentamento, mas pequenos grupos – e isso ajudava na organização comunitária. Entendeu? Então, a gente viu de forma positiva, porque eles enxergaram... Primeiro, eles mudaram o sistema construtivo pra um sistema mais simples, eles verificavam que eles dominavam – com o curso que eles tiveram, no sistema mais complicado, eles dominavam perfeitamente esse sistema mais simples –, diminuiu o trabalho, porque eles adquiriam o bloco [...]. Inclusive, era mais barato comprar o bloco pronto do que fabricar com todas essas dificuldades. [...]



Fotografia 5 - Casa em tijolo ecológico, no assentamento

Foto: João Maurício Santana Ramos (2010)



Fotografia 6 - Casa em bloco cerâmico tradicional, no assentamento

Foto: João Maurício Santana Ramos (2010)

Pode-se depreender, a partir desse embate acerca do sistema construtivo adotado para as casas do assentamento, que as lideranças locais tinham boas intenções, ao escolher o tijolo ecológico, já que pretendiam que o processo de construção coletiva fortalecesse os vínculos

entre os assentados. Todavia, faltava-lhes o domínio técnico do sistema, de modo a poder construir uma análise coerente de seus prós e contras, e a demora em se obter resultados concretos gerou insatisfação entre os assentados. Ainda assim, as lideranças insistiram por manter o sistema construtivo, até que a substituição da liderança oportunizou a modificação da tecnologia construtiva. Esta postura austera das lideranças pode trazer problemas ao movimento:

O movimento padece também de dificuldades internas. A rigidez das diretrizes dos coordenadores, que procuram implementar as diretrizes programáticas de suas instituições de apoio – Partido, Sindicato ou Igreja –, tem encontrado dificuldade de ser assimilada pela massa de agricultores. Alguns erros básicos da esquerda ainda são repetidos, como o de desconsiderar o peso da tradição e dos costumes no meio popular e tentar implementar práticas novas porque são coletivizantes (GOHN, 2003, p. 150).

A segunda mudança diz respeito à forma em que os aprendizes se reorganizaram para dar continuidade à construção das casas. Pouco depois que o Thaba encerrou suas atividades no assentamento, as equipes formatadas no planejamento da construção das casas não se mantiveram, por falta de afinidade entre seus componentes. Apesar de os aprendizes terem participado da definição das equipes que dariam continuidade à construção das casas, e, aparentemente, concordado com as definições tomadas, problemas de relações interpessoais terminaram por desconstruir os grupos estabelecidos, como atesta o depoimento de Paula, liderança do assentamento:

Porque eu acho uma coisa comigo, porque se eu não me dou bem contigo, não tem mistério de eu ficar contigo, e acabou. Tem que abrir a boca: “olhe, não vai dar certo, professor, com fulano e sicrano”. Tantas vezes, aqui, os companheiros, aqui, que depois do planejamento que teve, ficou alguma zoadinha vaga. Porque: “ah, tirou eu, fulano e beltrano, mas eu não queria trabalhar com fulano, queria trabalhar com cicrano”, você entendeu? [...] Isso não foi dito na hora, então eles aceitaram. Então, o que que acontece? Quando foi depois do planejamento, direitinho, não foi adiante porque eles não queriam Benedito, eles não queriam seu Florêncio, e eles não tiveram a boca de abrir e dizer assim: “olhe, eu não quero ir com Florêncio, não quero ir com Benedito, eu quero ir com fulano e cicrano. Então, quer dizer, que por eles ficar calados, dentro da sala de aula, aí, quer dizer, que surgiram os problemas, e principalmente afetou o grupo. E aí foi bem mais por isso aí, entendeu?

Paula também afirmou que as pessoas tinham preferência por trabalhar individualmente, ao invés de manter a experiência de trabalho em grupo vivenciada no curso:

[...] Mas no dia que o Thaba saiu, que a gente fez uma reunião, aí começou as pessoas mesmo que estavam envolvidas na equipe, começou a desviar um pouco. Cada um queria fazer individual. Acho que algumas pessoas queriam fazer a sua parte individual. Aí desmoronou o planejamento que a gente fez pra conseguir o andamento do processo daqui, do curso. Mas aí, algumas

peças quis fazer individual, suas coisas. Aí, por aí, foi andando muito lento. Algumas pessoas querendo tentar prosseguir aquilo ali, mas não conseguia juntar as pessoas que estavam naquele planejamento.

Essa cultura individualista foi notada pela equipe do Thaba, logo ao iniciar os trabalhos, de acordo com a assistente social Rosângela Jacó:

Bom, quando a gente chegou no assentamento, acreditou que essa relação já estivesse estabelecida, por conta de eles já estarem ali há algum tempo, de eles terem um objetivo comum – que seria a construção das casas do assentamento –, mas a gente percebeu que eles eram muito isolados. [...] A gente já percebia que, assim: dois se conheciam, três se conheciam, mas nem todos tinham esse contato. [...] Vivência de comunidade, eles não tinham.

O estabelecimento de vínculos com outros assentados, na perspectiva de uma vida comunitária e de superação da cultura individualista, parece ser um ponto a ser trabalhado no Assentamento Menino Jesus. A questão é a construção de uma identidade com o local e com os novos vizinhos, a construção de uma história e de uma cultura que torne de fato aquele grupo uma comunidade. Este problema talvez seja também vivenciado em outros assentamentos, já que o grande ideal que mobiliza e une os integrantes do MST é a vontade de trabalhar na terra e, quando se assentam famílias, reúnem-se ali pessoas de origens diferentes, com culturas diferentes. E o estabelecimento de relações sólidas torna-se difícil frente à mudança constante dos tempos modernos:

[...] esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma [...] (MARX; ENGELS, 2001, p. 3).

E a globalização tende a dificultar a construção de identidades:

A categoria de identidade não é, ela própria, problemática? É possível, de algum modo, em tempos globais, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral? A continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais (HALL, 2006, p. 84).

Com a finalidade de superar a cultura individualista, característica das sociedades capitalistas, é que o MST prega a educação para a cooperação. Esta postura é, de fato, estratégica na fundação de vínculos e de novas relações sociais, pois

cada família tem de resolver sozinha os problemas que uma comunidade junta pode resolver com mais facilidade e menos tempo? Trabalho, comercialização, acesso às novas tecnologias, moradia, conquista de escolas, posto de saúde, construção de agroindústria, de uma área de lazer. São estas novas questões do dia a dia dos assentamentos que vêm criando as diversas formas de cooperação que defendemos. Só que muitas vezes elas esbarram na herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo

que ainda carregamos. Por isto a necessidade de uma formação intencionalmente voltada para a cultura da cooperação e para a incorporação criativa das lições da história da organização coletiva do trabalho (PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST²⁵, apud MENEZES NETO, 2003, p. 107-108).

Outro fator de desintegração das equipes formatadas no planejamento para a construção das casas foi o pagamento, feito pelos proprietários dos lotes aos aprendizes formados, para que priorizassem suas casas. Do crédito para habitação oriundo do Incra, o planejamento de utilização das casas previa R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)²⁶ para pagamento de mão-de-obra por unidade habitacional. Contudo, ocorreram alguns casos em que o proprietário oferecia dinheiro extra ao profissional, de modo que a construção de sua casa fosse antecipada:

E também rolava aquela conversinha do dono da casa, que chegava assim, dizer: “venha fazer minha casa que eu te dou 100 contos por fora”. O cara tava no outro grupo, larga e ia fazer a casa do outro. Aí atrapalhou tudo. Houve isso também, que o cara oferecia ao ponto “faça minha casa, que você ganha o dinheiro do movimento, e eu te dou 100 contos por fora, ou 200, ou 150”. Aí o cara pegava os 750, ganhava mais 200, claro que o cara ia fazer, o cara precisava. Desarmava o grupo. O que desarmou mais também foi isso aí, oh. Foi pouca gente aí que deu dinheiro ao cara de fora pra fazer a casa deles, aí? [...]

Com a desarticulação dos grupos, a seqüência de construção das casas, estabelecida entre o Thaba e os assentados no planejamento da autoconstrução da vila, deixou de ser seguida. O critério estabelecido para construção passou a ser as ruas do assentamento: deveriam estar construídas todas as casas de uma rua, para se construir as de outra rua²⁷. Com o andamento dos trabalhos, entretanto, esse critério passou a ser questionado, pois pessoas que não estavam residindo no assentamento estavam recebendo a casa antes de outras que já moravam lá:

A gente estava trabalhando dessa forma. Até a gente estar trabalhando dessa forma, estava ok. Mas eles foi, começou a questionar que tinha fulano que não morava aqui, que recebia bloco, aquela coisa toda, e por um lado, tava certo, porque eu acho que, quem quer terra, tem que estar na terra, não é verdade? Não pode estar simplesmente como os turistas. [...]

²⁵ PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST. **Cadernos de educação n. 8**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, jul. 1996, p. 8.

²⁶ Este valor correspondia à soma dos valores referentes a cada etapa construtiva de uma unidade habitacional: fundação, levante de alvenaria, esquadrias, telhado, etc. Os valores foram definidos pelas lideranças do assentamento, de acordo com os recursos financeiros disponíveis.

²⁷ Exigia-se a participação do proprietário da casa desde a tarefa de descarregar os blocos cerâmicos do caminhão. Aqueles que descarregavam os blocos, e, assim, tinham “o material no pé da obra” – como dizem os assentados – tinham a construção de suas casas priorizadas. Além de descarregar os blocos, o proprietário precisava providenciar areia, que era retirada de locais próximos do assentamento, e água. O restante dos materiais de construção era custeado pelo crédito para habitação, proveniente do Incra.

Por fim, decidiu-se colocar a construção das casas sob a responsabilidade dos núcleos de família:

Aí também a gente fez uma assembléia, porque ficou essa questão, assim, de ter ficado solto, como Pingo falou, aí, as construções. A gente fez a assembléia, e achou melhor colocar pra os núcleos de família. Aí os núcleos, cada grupo de dez, aí essas pessoas, que tinha pedreiro no grupo, aí ia fazendo esse trabalho, de estar construindo a casa daquelas pessoas. Entendeu? Cada grupo de dez se reunia. Por exemplo, o núcleo de família são dez pessoas, dez famílias, dez pessoas; e aí, tinha três pedreiros naquele núcleo, e aí naquele núcleo tinha três pessoas que não tinha casa, não tinha construído a casa ainda; aí saía aqueles pedreiros, junto com o dono da casa também, claro que ele ia ajudar, ia estar fazendo essas casas.

De acordo com o depoimento acima, percebe-se que era necessário o envolvimento do proprietário da casa na construção; geralmente, atuava como ajudante. Entretanto, a decisão de deixar o gerenciamento da construção com os núcleos de família não foi garantia de andamento dos serviços, pois alguns núcleos demoraram a concluir as edificações. Os assentados atribuem essa demora à falta de acompanhamento dos coordenadores dos núcleos, de acordo com os dois depoimentos abaixo:

Porque, assim, depende também de cada coordenador, né? É porque tem aquele coordenador do grupo que pega no pé, mesmo, que está junto, está rente, e outras pessoas que deixa assim, um pouquinho solto, não dá muita “ligança”.

[...] Então, esse coordenador, que ele puxa. Também. Junto com o dono da casa. E aí, se ele, o coordenador, ele organizar o grupo pra fazer a casa, eu estou lá pra ir trabalhar junto, também.

Os assentados reconhecem que o acompanhamento de uma assessoria técnica possibilitaria um aceleração no ritmo de construção das casas:

[...] Então, eu acho que, no meu “a ver”, tá faltando mais, assim, uma aproximação, um desempenho, entendeu? As pessoas que foi capacitado se reunir, até junto mesmo com vocês, porque tem pouco tempo, eu tava falando, falando com os meninos: “oh, eu acharia era tão bom que o pessoal do curso viesse até aqui reunir, entendeu? As pessoas pra ter mais uma fala, um entendimento, pra ver se as coisas mesmo anda”, muito antes de vocês vir. Eu sempre falava de Fred, e dos meninos, pra procurar incentivar as pessoas, entendeu? Acho que está precisando, ainda, é isso, entendeu? [...]

O benefício de uma assessoria técnica como impulso e gerenciamento do trabalho coletivo também é reconhecido por Lícia Andrade, coordenadora do Thaba:

Eu acho que aí, a questão desse trabalho coletivo, de equipe, se tivesse tido um acompanhamento nesse sentido, tinha mais chance do prosseguimento.

Percebe-se que, apesar de organizados, os assentados necessitam de uma motivação externa, para atingirem mais rapidamente seus objetivos. A contribuição de atores externos ao movimento é igualmente apontado por Gohn (2003, p.155), ao afirmar que “os assentados

constroem um saber que é social, a partir de relações com os técnicos do MST e outros agentes da sociedade civil e política. Eles desenvolvem novas formas de organização social [...]”.

Outro fator que levou à demora na conclusão das casas foi o fim dos recursos para remuneração da mão-de-obra. Isso levou a se adotar o regime de mutirão para a construção das últimas casas, mas não havia uma organização para executar os serviços. Uma equipe trabalhou voluntariamente, e outras pessoas, espontaneamente, contribuíam com dias de trabalho, para adiantar os serviços. Como complicador, os proprietários das últimas casas a serem construídas não se mostravam dispostos a contribuir na execução – entediam que era obrigação do movimento entregar-lhes as casas prontas. Isso levou à revolta de alguns assentados:

Então, hoje a gente tem uma média assim, que nós estamos chegando numa reta final, agora, final de quê? Tá beleza? Um final dramático, triste. Porque a maioria tá fazendo isso: cruza os braços, e chega e diz: “não, mas vocês têm que fazer minha casa”, onde nós estamos tendo material posto dentro dos lote, onde nós temos – o almoxarife que está aí, que é o material que mais se usa – é o cimento e bloco, tá pronto. Não falta. Se faltar um dia, no outro dia, dois dias, tá chegando lá. E aí, o companheiro cruza os braços, e diz: “não”, nós temos que fazer. Na minha concepção, no meu pensar, é o seguinte: “não quer?”, “não”. A gente não vamos brigar por quantidade, vamos brigar por qualidade. Que aquele que tá ali, não é uma qualidade boa, tira ele, coloca outro, porque nós temos que partir é o seguinte: acreditar que é uma coisa sem desempenho [...].

A deliberação tomada em assembléia, entretanto, foi por reunir esforços para concluir a construção das casas, e somente depois definir se o proprietário permaneceria no imóvel:

[...] Porque nós tivemos uma reunião e a discussão ficou a seguinte: “depois que fizer a casa, a gente vamos ver se fulano vai morar dentro dela”. Aí, eu discordei na hora, e discordo, todo o tempo eu discordo, porque, depois de pronta, o que é comido é esquecido. Depois que o cara achar a casa pronta, ele vai ter o advogado pra ir lá, alguém vai chegar pra dizer: “não, mas fulano é bonzinho, fulano é isso e aquilo, fulano tem dez anos aqui dentro, fulano tem três anos, fulano foi pra isso, fulano foi pra aquilo”, e deixa ele dentro da casa [...].

Todo este debate acerca do sistema construtivo e da forma de organização para construir as casas mobilizou a população do assentamento e fortaleceu, em seu meio, o espírito democrático, já que “a democracia não se legitima só com o voto, mas sim mediante discussões e decisões coletivas dos membros da sociedade” (GOHN, 2008, p. 55). Entre a democracia direta – a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a ele pertinentes, opção do pensamento socialista – e a democracia representativa – eleição de representantes que deliberam pelos cidadãos, ideologia própria da burguesia – há um continuum de formas

intermediárias; em razão da impossibilidade de realização de assembléias que envolvam toda a população – à exceção do plebiscito, única forma de exercício da democracia direta –, resta, como possibilidade de aprimoramento democrático, a ocupação, via práticas participacionistas, de espaços na esfera das relações sociais, onde o protagonista não é o cidadão, mas sim “*o indivíduo* [...] considerado na variedade de seus *status* e de seus papéis específicos, por exemplo, o de empresário, de trabalhador, de cônjuge, de professor, de estudante [...]” (BOBBIO²⁸, apud RICCI, 2006, f. 26), ou, no caso aqui em análise, no papel de assentados e membros de uma comunidade em processo de consolidação.

Outro aspecto interessante de se observar é o surgimento da preocupação com o planejamento da obra, que fica perceptível ao se compararem os critérios para priorizar a ordem de construção das casas antes e depois dos cursos do Thaba.

Antes dos cursos, eram construídas prioritariamente as casas daquelas famílias que já tivessem produzido seus tijolos ecológicos, o que deixava o processo ser conduzido sem uma visão do todo, e a partir de um critério individualista – a fabricação dos tijolos – ao invés de um objetivo coletivo – a construção de todas as casas da agrovila.

Logo depois dos cursos, eram priorizadas, na construção das casas, aquelas famílias que descarregavam os blocos cerâmicos dos caminhões, segundo testemunho dos participantes dos grupos focais, ou aquelas famílias que ofereciam remuneração extra aos aprendizes qualificados. Esta forma de organização ainda demonstra uma postura individualista, com pouca preocupação com o coletivo. Em seguida, estabeleceu-se como critério construtivo a distribuição espacial das casas, pensando em executar todas as moradias de uma dada rua – o que já denota a preocupação com a logística de distribuição de materiais e de frentes de serviço, e o crescimento do foco no objetivo coletivo. Por fim, definiu-se a construção sob responsabilidade dos grupos de família – o que proporciona maior controle das várias frentes de serviço, já que os coordenadores dos núcleos de família também estariam envolvidos na administração da obra.

Pode-se definir planejamento como o

processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios

²⁸ BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia**. Trad. NOGUEIRA, Marco Aurélio. 8. Ed. São Paulo: Paz e terra, 2000, p. 67.

(materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA²⁹, apud BAFFI, 2002, p. 1-2).

Diante desta definição, fica claro que não houve um planejamento completo para a construção do restante das casas, já que em nenhum momento houve o cuidado dos assentados em estabelecer prazos e etapas. Porém outros quesitos dessa definição foram trabalhados no assentamento: a avaliação do andamento das obras, ainda que informal e não registrada; a previsão de necessidades e a racionalização de emprego de materiais, perceptível na intenção de otimizar a distribuição de materiais de construção. Pode-se deduzir que esta preocupação em programar o modo de construção nasceu a partir das vivências nos cursos do Thaba, especialmente nas atividades de planejamento desenvolvidas. Portanto, ainda que o planejamento elaborado no curso não tenha sido seguido á risca, ele foi útil para os assentados, na medida em que eles puderam aplicar, na autoconstrução das casas da agrovila, alguns dos conceitos abordados no curso.

A primeira etapa da construção das casas da agrovila, com a construção de 198 moradias financiadas inicialmente pelo Incra, foi finalizada em outubro de 2009. Em agosto de 2010 o crédito habitação para a segunda e última etapa, com 14 casas, já havia sido liberado, e a construção estava prestes a ser iniciada. Desta forma, serão construídos os 212 lotes da vila agrícola.

4.7.2. Aprendizagem significativa

No processo de autoconstrução das casas, pôde-se verificar que houve aprendizagem significativa dos conteúdos abordados nos cursos, seja: pela aplicação, em outro sistema construtivo, dos conceitos apreendidos em um sistema construtivo; seja pela adoção de soluções alternativas àquelas vivenciadas nos cursos para problemas enfrentados na construção; seja pelo repasse de conhecimento a pessoas que não participaram dos cursos.

Um exemplo de tomada de solução alternativa, para uma situação já vivenciada no curso, foi a aplicação da argamassa de assentamento sobre os tijolos ecológicos, de modo a se assentar uma nova fiada. No curso, foram utilizadas bisnagas de lona para executar esta tarefa.

²⁹ PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001, p.30.

Na autoconstrução das casas, um dos aprendizes formados teve a idéia de substituir as bisnagas de lona por garrafas plásticas:

Eu tava pegando mais seu Rubens ali, nós com aquela bisnaga, né?, seu Rubens, de lona. Tava o maior horror, nós dois. Aí, eu inventei... Não tem aquelas garrafinhas de “bike”, aquelas garrafinhas de carregar água? Eu tirei aquele bico, botou nessas garrafas dessas pet de guaraná, enchia doze garrafas daquela, era só tirando o bico e... Rapidinho. Nós desenvolveu, não foi? (...) Você ia na obra, só via era a gente com a garrafinha, fazendo o serviço.

O depoimento abaixo ilustra o repasse de conhecimento a um assentado que não participou dos cursos. Ao trabalhar auxiliando a construção da casa de uma aprendiz formada pelo Thaba, ele recebeu orientações que a última tinha apreendido nos cursos:

[...] E ele até que construiu a casa dele também. É daqui do assentamento. E ele construiu a casa dele também, com tijolinho ecológico. Aí, ele foi lá, aí tinha alguma coisa assim, né? Que ele fazia, aí eu falava a ele como era, por causa disso, que eu tinha tomado o curso, né?

Tanto a solução de problemas, quanto a aplicação de conceitos apreendidos a diversos contextos, quanto o repasse de conhecimento são indícios comprovadores da aprendizagem significativa ocorrida nos cursos de formação profissional:

Acreditamos que o processo da verdadeira aprendizagem sensibiliza a memória de longa duração e faz do aluno um solucionador de problemas e uma pessoa capaz de transferir saberes construídos em uma referência para múltiplos contextos de outras referências; estamos convencidos, assim, de que o ensino somente tem sentido quando explora a *aprendizagem significativa* e quando percebe na aprendizagem mecânica apenas um sistema de adestramento eventualmente válido para animais e picadeiros, nunca para alunos e salas de aula (ANTUNES, 2008, p. 15-16).

4.7.3. Demanda por ações que promovam o desenvolvimento local

A pressa pela conclusão das casas levou à participação, na construção, de alguns profissionais de outras localidades, como Pataíba e Coité. A grande preocupação com o término da construção das casas estava no fato de que os assentados somente poderiam obter o crédito financiado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar³⁰ (Pronaf) após a regularização do crédito para habitação obtido junto ao Incra:

³⁰ É um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar,

Que a gente tem que prestar conta aqui pro Governo, de quê? Desse projeto aí, né? Nós tem que prestar conta pro Governo dessa construção das casa. Que, se prestou conta, vem outro. Mas, se nunca prestou conta, não concluiu, como é que vai vir outro? Então, acima de tudo, ou que entra gente, ou que sai, nós tem que construir, pra poder prestar conta pro Governo, pra nós correr atrás de outro projeto.

A demora na conclusão de algumas casas era claramente percebida como prejudicial ao grupo como um todo:

Prejudicando, porque se o Incra vem aqui, e faz uma vistoria na casa de Ninha, e na casa de Ninha está faltando piso, banheiro e fossa, aí chega na casa de Norma, tá ok, né? Daqui a três ou quatro meses, o Incra vai chegar aqui e vai encontrar a casa de Ninha da mesma forma. Aí, a casa de Ninha está prejudicando a comunidade. Como se não bastasse um cidadão, vai fazer dois anos agora, o camarada tá fazendo uma casa. Dois anos! Entendeu? Dois anos, quer dizer... Dois anos fazendo uma casa.[...]

A possibilidade de contratação do Pronaf trazia outra preocupação para os agricultores do Menino Jesus: que os assentados cujas casas ainda estavam por concluir, e que se recusavam a colaborar na construção das próprias casas, fizessem mal uso do recurso do Pronaf. Este sentimento pode ser percebido no trecho do segundo grupo focal, transcrito abaixo:

Se ele não tem coragem de fazer a casa dele, ele tem condições, ele tá preparado pra receber o Pronaf?

Não tá.

Não tá. Um desse não é sem terra. Vai pegar o dinheiro, vai jogar fora.

A demanda por projetos que dinamizem o assentamento, trazendo desenvolvimento, também pôde ser percebida quando os participantes dos grupos focais manifestaram seu desejo de que o Thaba, ou instituições semelhantes, ministrasse outros cursos, conforme os depoimentos abaixo:

E pretendo que eles venham de novo pra cá, pra ter umas outras coisas, né? Pra não acabar só aí.

A gente tá precisando de outro curso desse aqui, porque foi bom demais, foi bom demais, ajudou muito aqui. [...] E se chegar outro curso bom praqui, nós vamos pra cima de qualquer curso bom, que seja bom pra gente. A gente vai pra cima, todo o mundo.

Eu gostei, que foi bom pra mim, não só pra mim, mas pra casa de todos foi bom. Importante, né? Se outro “visse”, ia ser bom, também.

[...] Pra mim foi importante. Se “visse” outro agora, eu ia pegar do início, que era pra praticar mais alguma coisa.

[...] se viesse pra aqui dez cursos daquele, todos os dez eu, com bolsa ou sem bolsa, eu ia pra cima de um curso desse, pra aprender mais, porque o mais sabido do mundo era Salomão, né? Nasceu aprendendo, morreu aprendendo, e não acabou de aprender nunca. Então, se viesse curso pra aqui, eu ia trabalhar pra entrar no curso, pra aprender mais coisas. Ai, que viesse aí um curso aí com outras qualificação diferente de cada! Oxe, eu entrava no curso pra aprender mais. [...]

Ficou claro, também, no segundo grupo focal, que a maior vontade entre os assentados é realmente trabalhar na terra, conforme o trecho abaixo transcrito, que foi seguido de palmas e exclamações de aprovação:

O povo tem que estar pensando em produzir toneladas, gente! Vocês têm que pensar produzir toneladas! Nós tem que mostrar pro Governo que nós pediu a terra pra trabalhar.

Isso aí, o bom é isso.

Portanto, pode-se afirmar a importância, para os assentados, de ações de cunho educativo que estejam relacionadas ao manejo agrícola e às outras questões de luta do movimento, como moradia, educação, comercialização, novas tecnologias, saúde, agroindústria, lazer. Que sejam ações educativas com a intenção de promover o crescimento do assentamento, pois “a educação isoladamente não pode resolver os problemas do campo e da sociedade, mas é um dos caminhos para promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável” (ARROYO³¹, apud SOUZA JÚNIOR, 2006, p. 6).

³¹ ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo**. V. 2. Brasília, 1999, p.130.

5. CONCLUSÕES

O objeto dessa pesquisa – os cursos profissionalizantes ministrados pelo Thaba no Assentamento Menino Jesus – apresenta certo grau de complexidade, possuindo várias dimensões, cada uma com suas respectivas possibilidades de análise. Esta observação dos cursos a partir de diversos prismas é útil para melhor atingir o objetivo geral da pesquisa: identificar e analisar as contribuições trazidas pela formação profissional promovida pelo Thaba para a autoconstrução das casas do assentamento MST em Água Fria – BA.

De modo a sistematizar as várias análises possíveis, adotaram-se como balizadores os objetivos específicos desta pesquisa, expostos na introdução dessa dissertação, mas cuja repetição é conveniente neste momento:

- a) compreender como se deu a construção das casas, antes e depois dos cursos do Thaba no assentamento;
- b) coletar e analisar impressões dos assentados e dos técnicos do Thaba acerca da intervenção realizada;
- c) analisar como foi desenvolvida a metodologia dos cursos.

A primeira análise do objeto relaciona-se ao objetivo específico “a”, e compreende a construção das casas no regime de mutirão como uma atividade coletiva que tem a possibilidade de desenvolver a cooperação, a identidade comunitária, a autogestão e melhorar as condições de habitação dos assentados.

A segunda análise do objeto está ligada aos objetivos específicos “b” e “c”, e parte da visão dos cursos enquanto uma atividade de formação profissional promovida pelo Thaba. Ainda que não houvesse a intenção, no caso específico do Menino Jesus, de gerar trabalho e renda – como é usual nas outras experiências de formação profissional desenvolvidas pelo núcleo –, havia o objetivo de capacitar pessoas para a construção das casas da agrovila, e

essas pessoas deveriam assumir uma postura profissional, no que diz respeito ao trabalho em equipe, à qualidade da construção, à segurança e ao compromisso, entre vários aspectos que podem ser apontados.

A terceira análise do objeto também se vincula aos objetivos específicos “b” e “c”, e percebe os cursos do Thaba em Água Fria como um processo formativo integrado aos propósitos educacionais do MST.

Estas três análises orientaram a construção do referencial teórico, colocado nos três capítulos iniciais deste texto. Agora, cabe realizar o cruzamento do aporte teórico com os dados da pesquisa de campo, de modo a construir percepções acerca do objeto e sugestões de práticas que venham promover o acréscimo qualitativo em futuras ações de formação profissional do Thaba, bem como sugerir possibilidades de pesquisas relacionadas ao objeto aqui estudado.

Apresentam-se, a seguir, as percepções construídas, ordenadas sob o critério de aproximação de idéias, com a intenção de construir uma linha de raciocínio.

- a) Os cursos profissionalizantes do Thaba representam uma adequada resposta educativa às demandas do atual mercado de trabalho. Trazem em si vários aspectos correlatos à politecnicidade: articulam teoria e prática, opõem-se ao conhecimento linear e fragmentado, simulam a realidade profissional no ambiente de aprendizagem, e buscam a formação de aprendizes autônomos e com uma percepção consciente e crítica do mundo.
- b) A formação profissional promovida pelo Thaba entre os assentados enquadra-se no projeto educativo do MST, na medida em que as duas propostas pedagógicas aproximam-se em vários aspectos. Por suas características apresentadas na alínea anterior, os cursos do Thaba atendem a quase todos os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do movimento.
- c) Como os cursos aconteceram no meio rural, é preciso inseri-los no contexto da educação do campo, com sua histórica defasagem e precariedade. Por conta da baixa escolaridade dos aprendizes, foi necessário adaptar a abordagem dos conteúdos, para que fossem mais bem apreendidos. Ainda assim, verificou-se dificuldade de aprendizagem, especialmente no que diz respeito a atividades que envolviam operações matemáticas.

- d) Apesar de não ser objetivo dos cursos ministrados em Água Fria, a formação profissional oferecida pelo Thaba possibilitou a inserção de alguns dos egressos no mercado de trabalho da construção civil. É necessário contrapor esta informação à demora dos assentados em obter recursos do Pronaf e outros créditos do Incra para o desenvolvimento local, porque não haviam concluído das 198 casas inicialmente financiadas pelo órgão, e, desta forma, não haviam prestado contas do crédito habitação recebido. Diante do exposto, uma hipótese provável para explicar a razão pela qual alguns dos egressos se dedicaram a uma atividade profissional distante do mundo agrário – cuja verificação da veracidade não estava incluída nos objetivos dessa pesquisa – pode ter sido a falta de perspectivas de subsistência no assentamento.
- e) Os cursos do Thaba promoveram o desenvolvimento local do assentamento, na medida em que viabilizaram maior qualidade na construção das casas da agrovila. Também se tornaram referência, entre os assentados, das contribuições que ações educativas promovidas por organizações da sociedade civil podem levar ao assentamento, o que gerou uma demanda pela promoção de cursos semelhantes para os camponeses.
- f) A construção das casas no assentamento assumiu, ambigualmente, contornos de mutirão e de autoconstrução, aproximando-se mais desta última modalidade, já que por meio da autoconstrução foi produzida uma quantidade maior de casas. As características de mutirão podem ser percebidas na gestão dos recursos pela associação local, pela participação voluntária das pessoas na execução das últimas casas – ainda que esta participação tivesse baixo nível de organização –, quando já não havia recurso para remuneração de mão-de-obra, e pela responsabilidade atribuída aos núcleos de família em concluir as suas casas, já na etapa final da construção. As características de autoconstrução verificam-se na iniciativa de cada família em erguer sua própria habitação (comumente afastando-se do processo construtivo após a conquista do imóvel) e na exigida participação do proprietário na construção de sua casa, com auxílio na mão-de-obra e provimento de alguns materiais (água e areia).
- g) Por ter assumido características predominantes de autoconstrução, que é um processo individual de conquista da moradia, a execução das casas da agrovila pouco contribuiu para o fortalecimento do sentimento de coletividade e de

identidade comunitária entre os assentados. A experiência maior de trabalho coletivo deu-se entre os aprendizes, mas somente durante os cursos profissionalizantes.

- h) O debate acerca da mudança do sistema construtivo e do planejamento – ainda que incipiente – para construir as casas mobilizou a população do assentamento e contribuiu para o fortalecimento da democracia entre os camponeses do Menino Jesus.

Abaixo, seguem as contribuições identificadas como promovidas pela formação profissional conduzida pelo Thaba aos assentados e que auxiliaram na construção das casas, objetivo geral desta pesquisa:

- a) Capacitação para o exercício das profissões da construção civil – pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista e pintor –, possibilitando a execução de casas com boa qualidade construtiva, com diminuição de desperdícios de materiais – pelas orientações de compra e estocagem, pela aplicação de prumo, esquadro e nível no levante de alvenaria, pela programação de serviços diários, evitando sobras de materiais – e com segurança no trabalho.
- b) Promoção de aprendizagem significativa, ou seja, contextualizada ao sistema de conhecimentos prévios dos aprendizes, o que possibilitou: a aplicação, no sistema construtivo tradicional com bloco cerâmico, dos conceitos estudados com a tecnologia do tijolo ecológico; a transferência de conhecimentos, pelos aprendizes, a pessoas que não participaram dos cursos; e a solução de problemas enfrentados durante o processo produtivo.
- c) Experiência de uma atividade coletiva e organizada em torno de um objetivo comum, promovendo o trabalho em equipe, com aproximação de pessoas e estreitamento de relações previamente estabelecidas, uma experiência marcante que pode servir como referencial na construção de ações coletivas futuras no assentamento.
- d) Aplicação, na construção das casas após os cursos, de questões abordadas no planejamento feito com o Thaba, como avaliação do processo, previsão de necessidades, logística de distribuição de materiais, que possibilitaram um melhor controle da obra, se comparado às condições anteriores à chegada do Thaba ao assentamento.

Diante de tudo aqui exposto, conclui-se que os cursos promovidos pelo Thaba no Assentamento Menino Jesus tiveram acentuada importância, na medida em que agregaram valores fundamentais ao processo de construção das casas da agrovila.

Como a realidade está em contínua transformação, segundo o pensamento dialético, cabe aqui colocar sugestões que venham a contribuir para futuras ações de formação profissional do Thaba, e para futuros mutirões habitacionais assistidos do MST. Apresentam-se, a seguir, as sugestões construídas.

- a) Foi perceptível o ruído na comunicação entre educadores do Thaba e aprendizes, no que diz respeito aos resultados do processo de avaliação e emissão de certificados de qualificação e de participação. De modo a melhorar esta comunicação, especificamente neste ponto relatado, propõe-se a inclusão da auto-avaliação dos aprendizes como mais um instrumento dentro do processo avaliativo. A auto-avaliação, segundo Antunes (2008, p. 34), é “uma maneira de aprender a aprender”. A sua inserção nos cursos do Thaba conferiria maior participação dos aprendizes, não só auxiliando-os na identificação de dificuldades a serem superadas no processo educativo, mas também colaborando para o desenvolvimento da capacidade individual de percepção da sua situação na sociedade. A adoção da auto-avaliação como uma ferramenta pedagógica auxiliar, portanto, conferiria maior democratização às ações educativas do núcleo, e contribuiria para a construção da autonomia dos aprendizes.
- b) Uma possibilidade de pesquisa relacionada ao objeto aqui estudado é o levantamento da atual situação ocupacional de egressos de cursos do Thaba que visaram o aumento da empregabilidade. Alguns possíveis pontos de abordagem seriam: verificar se ocorreu a sua inserção no mercado da construção civil, seja no mercado formal ou informal de trabalho; comparar seu desempenho e sua remuneração, enquanto profissional recém-formado, a outros profissionais recém-formados e a outros profissionais experientes do ramo; identificar desdobramentos do curso na sua vida pessoal; realizar uma avaliação distanciada dos cursos do Thaba, a partir do olhar dos egressos já inseridos no mercado de trabalho.
- c) Outra possibilidade de pesquisa relacionada ao objeto aqui estudado é a análise de mutirões habitacionais em assentamentos do MST. Seguem algumas possíveis abordagens desta pesquisa: identificar quais características do mutirão aproximam-se de processos autogeridos, e quais dos seus aspectos configuram práticas de co-

gestão ou de subordinação; identificar se há, e, em caso positivo, como se dá o fortalecimento da identidade dos assentados para com o assentamento, a partir da experiência do mutirão; identificar quais desdobramentos, nas mais diversas perspectivas, o mutirão gera na vida das pessoas; registrar o processo de gestão do mutirão, apontando entraves encontrados e as respectivas soluções adotadas; analisar percepções dos indivíduos acerca do sobretrabalho gerado pelas atividades do mutirão.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya; COELHO, Leandro de Oliveira. **Mutirão habitacional**: procedimentos de gestão. Porto Alegre: ANTAC, 2006.

ÁGUA Fria (Bahia). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81gua_Fria_%28Bahia%29>. Acesso em: 31 jul. 2009.

ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e superfluidade. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2002, p. 35-44.

ARRUDA, Roldão. União financia universidade para quadros do Movimento dos Sem-Terra. **O Estado de São Paulo**, 27 jul. 2008. Disponível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080727/not_imp212601,0.php. Acesso em: 27 out. 2008.

ATLAS de desenvolvimento humano. Disponível em <http://www.aguafrica.ba.gov.br/porta11/idh/mu_idh_atual.asp?iIdEnt=&iIdMun=100129005>. Acesso em: 16 out. 2008.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Petrópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>>. Acesso em: 13 set. 2010.

BARROS, Rubens José; ANDRADE, Lícia Matos. **Plano de trabalho de cursos profissionalizantes no Assentamento Menino Jesus**. (Eletricista / Pedreiro / Encanador / Carpinteiro / Pintor). Digitado, não publicado. 2006.

_____. **Proposta de gerenciamento**. Projeto: construção da vila agrícola do Assentamento Menino Jesus. Local: Município de Água Fria – Bahia. Digitado, não publicado. 2007c.

_____. **Relatório de atividades**. Convênio Petrobras x FUNDESF nº 2700.0025485.06.4. Assentamento Menino Jesus. Sátiro Dias / Água Fria – Bahia. Atividades realizadas até 19 de dezembro de 2006. Digitado, não publicado. 2007a.

_____. **Relatório de atividades**. Convênio Petrobras x FUNDESF nº 2700.0025485.06.4. Assentamento Menino Jesus. Sátiro Dias / Água Fria – Bahia. Atividades realizadas até 12 de fevereiro de 2007. Digitado, não publicado. 2007b.

BARROS, Rubens José; ANDRADE, Lícia Matos; GUIMARÃES, Suely da Silva; NEVES, Célia. **O Thaba**. Digitado, não publicado. 1990.

BARSAN, Elielson. Há vagas. **Tribuna da Bahia**. Salvador, 24 maio 2010. Cidades, Caderno C, p. 11.

BISPO, Vangilson Ferreira. **História do Assentamento Menino Jesus**. Digitado, não publicado. 2010

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BORGES, Amadja Henrique; MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de Medeiros; CERQUEIRA, Maria Cândida Texeira de. Redesenhando com o MST o habitat da reforma agrária. In: Congresso Internacional Sustentabilidade e Habitação de Interesse Social, 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUCRS, 2010. Disponível em <<http://www.joaobn.com/chis/Artigos%20CHIS%202010/109%20-%20A.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2010.

BORGES, Carla. Cursos da UFG para sem-terra causam reação. **O popular**, 16 maio 2006. Disponível em <http://listas.ufg.br/pipermail/casebh/2006-May/000090.html>. Acesso em: 27 out. 2008.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 08 set. 2010.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 08 set. 2010.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 08 set. 2010.

CARDOSO, Adauto Lucio. Gestão da política habitacional em municípios metropolitanos: uma avaliação. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya (Edit.). **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006, p. 76-115.

CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya. Introdução. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya (Edit.). **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006, p. 5-13.

CARDOSO Fernando de Paula et al. Projeto arquitetônico e participação popular: as dimensões formais, simbólicas e políticas da moradia e da habitação em assentamentos de reforma agrária. **Labor & Engenho**. Campinas, v. 1, n.3, p.70-81, dez. 2009. Disponível em: <www.labore.fec.unicamp.br>. Acesso em: 24 ago. 2010.

CASTELLS, Manuel. A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 5, n. 17, 1992, p. 5-34.

CODELLO, Francesco. **"A boa educação"**: Experiências Libertárias e Teorias Anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. Volume I: a teoria. Tradução de Silene Cardoso. São Paulo: Ícone: Imaginário, 2007.

COMO chegar. Disponível em <<http://cajufest.com.br/chegar.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

DADOS gerais. Disponível em <http://www.aguafrigia.ba.gov.br/portal1/dado_geral/mumain.asp?iIdMun=100129005>. Acesso em: 16 out. 2008.

DIP, Andrea. **Os sem terrinha**. 30 jan. 2008. Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4847>. Acesso em: 27 out. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula**. [2004?]. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/20anosdomsteaperspectivadareforma.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

_____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **OSAL - Observatorio Social de América latina**, ano IX, no. 24, out. 2008, p. 73-85. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2010.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL - Observatorio Social de América latina**, ano IV, no. 11, maio/ago. 2003, p. 31-40. Disponível em <<http://www.cibera.de/fulltext/6/6704/ar/libros/osal/osal11/d1fernandes.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; THOMAS JR, Antonio. **Os Sem Terra na Universidade!** 8 out. 2007. Disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4319>. Acesso em: 27 out. 2008.

FERREIRA, Antônio Leonan Alves. **A dialética formação onilateral / reprodução social dos trabalhadores do MST**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

FERRO, Sérgio. Notas sobre “O vício da virtude”. **Novos estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 76, nov. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000300012&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 02 set. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000300023&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 07 set. 2010.

GALLO, Sílvio. **Pedagogia libertária: Anarquistas, anarquismos e educação**. São Paulo: Imaginário: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2002, p. 45-59.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Anieres Barbosa da; SILVA, Valdenildo Pedro da. Política habitacional e urbanização no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. VII, núm. 146(083), ago. 2003. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146%28083%29.htm>>. Acesso em: 05 set. 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISTÓRICO da questão agrária. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288>. Acessado em: 01 nov. 2009.

HISTÓRICO do Incra. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=36&Itemid=56>. Acessado em: 01 nov. 2009.

IDH – índice de desenvolvimento humano. Disponível em <http://www.aguafria.ba.gov.br/portal1/idh/mu_idh.asp?iIdMun=100129005>. Acesso em: 16 out. 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2002, p. 77-95.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele Saliba. O mutirão autogerido como processo inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya (Edit.). **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006, p. 44-75.

LOPES, João Marcos. O anão caolho. **Novos estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 76, nov. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300011>. Acesso em: 02 set. 2010.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de estilo acadêmico**: monografias, dissertações e teses. 4. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

MALARD, Maria Lucia; SOUZA, Renato C. F. de; SILVA, Margarete M. A.; CONTI, Alfio. Jogando e aprendendo a construir. In: CARDOSO, Adauto Lucio; ABIKO, Alex Kenya (Edit.). **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006, p. 116-135.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, Angela Maria. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 02 set. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. [S.l.]: [s.n.], 2001. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2008.

MENDES, Gustavo. Cesta não resolve. **Mercado Construção**: negócios de incorporação e construção. São Paulo, Pini, fev. 2006. Disponível em <<http://revista.construcaomercado.com.br/negocios-incorporacao-construcao/55/artigo121578-1.asp>>. Acesso em: 10 set. 2010.

MENEZES NETO, Antônio Júlio de. **Além da terra**: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOREIRA, Ruy. Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho. In: **Programa Integrar** – CNM/CUT – Caderno do aluno - Trabalho e tecnologia, 1998, p. 116 - 130. Disponível em <http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/12/Inov_tecno_gest_trab_%20Moreira.doc> . Acesso em: 07 set. 2010.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Administração e participação: reflexões para a educação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022003000200014&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 02 set. 2010.

MUNARIM, Antônio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. 2008. **Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 1, jan./abr. 2008, p. 57-72. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/19/31>>. Acesso em: 03 abr. 2010.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 137-151. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v1234.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos**, São Paulo, CEBRAP, n. 74, mar. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2010.

PEREIRA, Ana Lúcia Nunes. **Educação popular e contemporaneidade**: caminhos, desafios e possibilidades. Dissertação (Mestrado). 2009. 98 f. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

PEREIRA, Camila. Invasão na universidade. A última do MST: cursos exclusivos em faculdades públicas - com o patrocínio do governo. **Veja**, São Paulo: Abril, ed. 2028, ano 40, n. 39, 3 out. 2007, p.72-73. Disponível em <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/educacao/conteudo_254836.shtml>. Acesso em: 27 out. 2008.

PRINCIPAIS datas. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=271&Itemid=287>. Acessado em: 01 nov. 2009.

PROGRAMA Aprendendo e Construindo: Relatório setembro/98 a março/2001. Digitado, não publicado. 2001.

REFORMA agrária. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=269&Itemid=289>. Acessado em: 01 nov. 2009.

RELATÓRIO técnico parcial – Proninc. 2005. Disponível em <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down-sem-1/UNEB.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

RICCI, Mayra Landim. **A formação cidadã e a dimensão educativa participativa: a experiência do orçamento participativo no município de Alagoinhas – BA.** Dissertação (Mestrado). 2006. 169 f. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

RODRIGUES, Rosana Mara Chaves. **O projeto pedagógico do MST: a intenção e o gesto.** Dissertação (Mestrado). 2003. 127 f. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2003.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 152-165. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

_____. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2002, p. 13-24.

SILVA, Marcia; INVERNIZZI, Noela. Qual educação para os trabalhadores no governo do Partido dos trabalhadores? A educação profissional após o Decreto 5154/2004. **Trabalho e educação**, v. 17, n. 3, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Mauro Roque de. **Educação na reforma agrária: uma proposta extensionista da Uneb para a Pronera.** 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

SOUZA, José Nicolau de. **Edurural / NE e a proposta pedagógica adaptada ao meio rural: a teoria se confirma na prática?** 2001. 256 f. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001. Disponível em

<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/524/1/Jose_Nicolau_Souza.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2009.

TEIXEIRA, David Romão. **A necessidade histórica da cultura corporal**: possibilidades emancipatórias em áreas de reforma agrária - MST/Bahia. 2009. 244 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em <http://www.concursos.ufrb.edu.br/publica/components/com_mtree/attachment.php?link_id=38&cf_id=31>. Acesso em 17 ago. 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Qualificação para o trabalho: Adestramento ou liberdade? Uma contribuição para o entendimento dos desafios postos ao movimento sindical diante da reestruturação produtiva do capital. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, v.63, n. 69, ago. 2000. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-63.htm>>. Acesso em: 08 set. 2010.

VIDAL, Fernando Edmundo Chermont. **A autoconstrução e o mutirão assistidos como alternativas para a produção de habitação de interesse social**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=4538>. Acesso em: 02 set. 2010.

WITTACKIZ, Lidiane Soares. Educação profissional no Brasil: Histórico. **E-Tech**: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º sem. 2008. Disponível em <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/21>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

APÊNDICE A – Perguntas norteadoras para os grupos focais com os assentados

Primeiro grupo focal

1. Como acontecia a construção das casas antes do curso do Thaba? Quem construía? De que forma?
2. Como apareceu, ou de quem foi a idéia de utilizar o tijolo ecológico na construção?
3. Antes do curso do Thaba, como acontecia a produção do tijolo ecológico?
4. Antes do curso do Thaba, como era a organização do almoxarifado?
5. Como surgiu a idéia de trazer o Thaba para dar o curso?
6. Como foi a reação das pessoas, com a idéia do curso?
7. Quais foram os critérios para participar do curso? Como foi a seleção das pessoas que participaram do curso?
8. Como foram as atividades teóricas do curso? Quais os pontos positivos e negativos?
9. Como foram as atividades práticas do curso? Quais os pontos positivos e negativos?
10. Qual o significado da bolsa de estudos que os alunos receberam durante o curso?
11. Como foi feito o planejamento para a execução das casas?
12. Qual foi a avaliação geral do curso? O que vocês acharam do curso? O que faltou? O que foi bom? O que pode melhorar?

Segundo grupo focal

13. Como aconteceu a construção das casas após o curso?
 - a. Como foi a direção dos trabalhos?
 - b. As equipes de trabalho foram mantidas?
 - c. As equipes de trabalho foram remuneradas? Como?
 - d. A distribuição das equipes no loteamento foi mantida?
 - e. Quais os critérios para definir a ordem de prioridade na construção das casas?
 - f. Que mudanças aconteceram no cronograma de execução?
 - g. Por que se decidiu mudar a tecnologia, utilizando o bloco cerâmico convencional?
 - h. Que problemas aconteceram ao longo da construção? O que vocês acham que causou esses problemas? Quais as soluções adotadas?
 - i. O fato de alguns membros das equipes terem deixado o assentamento prejudicou a construção das casas? Como essa questão foi resolvida?
 - j. Qual a contribuição do planejamento construído ao longo do curso, para que fossem tomadas as decisões no processo de construção das casas?
14. O curso trouxe alguma mudança na forma de viver dos que participaram das atividades? Quais? Como vocês vêem essas mudanças?
15. O curso influenciou a aproximação entre os moradores do assentamento, ou a dinâmica do loteamento? Como e por quê?
16. O curso, a construção das casas, todo o processo contribuiu de alguma forma para fortalecer a organização de vocês? Como? Por quê?

APÊNDICE B – Perguntas norteadoras para o grupo focal com integrantes da equipe do Thaba

1. Como o Thaba foi convidado a ministrar os cursos em Água Fria?
2. Como foram selecionados os assentados que participariam dos cursos?
3. Alguns alunos queixaram-se da duração do curso, afirmando que conteúdos mais complexos, como o curso de eletricista, mereciam mais tempo. Isso procede? Por quê?
4. Percebe-se que quase a totalidade dos alunos ficou com dificuldade em leitura e interpretação de projetos. A que isso se deve? Em outras experiências de curso, essa situação já se repetiu?
5. Outra área relatada como de dificuldade foi o curso de eletricista. Isso aconteceu em outros cursos, ou foi um caso específico de Água Fria? A que se deve essa dificuldade?
6. Percebe-se que houve uma dinamização nas relações interpessoais, com a aproximação de pessoas, e estreitamento de laços que já existiam. Que comentários podem ser feitos a esse respeito?
7. Como foi feita a avaliação? Houve prova escrita?
8. Que comentários podem ser feitos acerca da insatisfação de alguns participantes, que esperavam receber o certificado de qualificação, e receberam o certificado de participação?
9. Quais os critérios para formação das equipes que dariam continuidade à construção das casas?
10. O que previa o projeto de acompanhamento da construção das casas da vila? Por que ele não foi adiante?
11. Como o Thaba vê a resolução dos assentados em mudar o sistema construtivo?
12. Como o Thaba avalia a autogestão da construção das casas da vila?

ANEXO A - TRANSCRIÇÃO DO PRIMEIRO GRUPO FOCAL COM ASSENTADOS

Participantes:

JM: João Maurício Santana Ramos, pesquisador

EN: Eduardo José Fernandes Nunes, orientador

JF: Joaquim Frederico Ferreira Fontes, técnico em construção civil do Thaba

Falas não identificadas: assentados do Menino Jesus

Local:

Assentamento Menino Jesus, Água Fria – BA.

Data:

09 de maio de 2009

JM: Eu também trabalho junto com a turma, e fiz o desenho das casas que vocês aprenderam aqui no curso, né? Então, depois de dois anos, estou fazendo agora o mestrado. Esse é meu professor, Eduardo, que não veio aqui da outra vez. O objetivo é a gente fazer uma pesquisa aqui pra saber o que vocês acharam do curso, e também pra saber o que vocês fizeram depois do curso: como foi que vocês construíram as casas aqui, que trabalho vocês fizeram fora daqui com o que vocês aprenderam no curso, o que foi que o curso ajudou a melhorar na vida de vocês. É esse o objetivo da pesquisa. Com isso daí, com essa pesquisa que estou começando hoje, vou escrever um livro, a dissertação de mestrado, chama “dissertação de mestrado”, vou escrever um livro, que deve ficar pronto até março do ano que vem. E aí, terminando esse trabalho, escrevendo o livro, que eu vou trazer depois pra vocês aqui uma cópia, pra vocês ficarem também guardado aqui no assentamento, o registro, né, o resultado do que foi o curso e do que vocês conseguiram fazer depois do curso. Tá entendido? Então, todo o mundo concorda em participar aqui? Fred já está filmando ali, já está ligado. Certo? Isso aqui serve pra gravar, certo? Vou deixar um aqui em uma ponta, vou deixar o outro aqui na outra ponta, pra se alguém falar baixinho, a gente não perder nada que ninguém falar. A voz de vocês está aqui, e a imagem está ali, na filmadora. Então, como foi que a gente pensou pra poder organizar melhor a pesquisa? A gente fazer dois encontros. No encontro de hoje, a gente só vai falar do curso. E no próximo encontro, que a gente vai marcar hoje, quando a gente terminar aqui, a gente vai falar do que aconteceu depois do curso. Como foi a construção das casas, tudo o que aconteceu depois do curso fica pra outra reunião. Hoje a gente só vai falar do curso. Pode ter coisas assim, que, pra vocês, seja simples, que seja muito óbvio, que seja na cara. Mas é importante que vocês digam com as palavras de vocês, mesmo que seja uma coisa: “ah, mas ele não sabe disso ainda? Ele não trabalha lá com o pessoal?”. Trabalho, sim. Mas uma coisa é ouvir de Adilson, ouvir de Cláudio, ouvir de Gilberto, e outra coisa é ouvir diretamente de vocês. Então, é importante que vocês digam com as palavras de vocês, certo? E também tem uma outra história: eu tenho aqui umas perguntas, que eu fiz aqui pra poder não me perder, já que eu imagino que aqui vai sair muita coisa boa, mas eu não quero que vocês se prendam assim, somente a essas perguntas. Se quiser falar do curso, mas aí se tiver alguma coisa do curso que não está nas perguntas: “olha, eu lembrei disso aqui que aconteceu no curso, acho importante falar”. E quero que a conversa aqui aconteça não como se vocês estivessem me respondendo, mas como se vocês estivessem conversando entre vocês, lembrando o que aconteceu no curso. Então, por exemplo: seu Florêncio, né isso? Diz: “olhe, aconteceu isso assim, assim assado”, aí seu Zé Carlos: “não, mas eu me lembro que não foi bem assim não, porque...” Então, é a conversa entre vocês. Eu estou aqui só pra poder ouvir, e trouxe as perguntas aqui, só pra poder facilitar. Está entendido?

O curso? O curso pra mim foi uma maravilha, que naquele tempo, antes do curso, aqui, ninguém tinha experiência de fazer casa de tijolinho. Tinha pedreiro aqui que vinha de fora, mas não tinha aquela experiência que o curso chegou aqui e deu ao pessoal. E foi uma maravilha. Depois desse curso, a gente já construiu as casas quase tudo aqui, através desse curso mesmo. Quem não era pedreiro, hoje é pedreiro. Mulheres que tem aqui, que não sabia nem o que era pegar numa colher de pedreiro, hoje já sabe suspender uma casa, já sabe botar um cobogó. O pessoal botava aí, às vezes não saía certo, hoje todo o mundo já sabe. Na realidade, abaixo de Deus o curso, foi que profissionalizou todo o mundo aqui, que esse povo que está tudo aqui hoje, se sair aí pra fora, não se bate mais em obra nenhuma. Já sabe fazer o trabalho de qualquer uma construção. Qualquer um profissional que está aqui hoje sabe trabalhar. Então, pra mim, mesmo, o curso foi uma enorme experiência. Eu mesmo peguei na minha casa mais Maria Pedreiro, fiz minha casa toda, hoje moro e agradeço ao curso. É isso que eu tenho que falar, só falo bem do curso. Sim, que tinha uns colegas da gente assim, às vezes a gente se desentendia uns com os outros, porque um queria ser mais sabido que o outro, outros diziam: “não é por aqui”, daqui a pouco chegava pro acordo, e os mestres aqui tudo ensinando, e deu tudo certo. Foi uma maravilha esse curso.

JM: O senhor começou falando justamente da primeira pergunta que eu tenho que fazer aqui pra vocês. Como era que acontecia a construção das casas antes do curso do Thaba? Quem era que construía? E de que forma construía? Antes do curso chegar aqui, como é que vocês começaram a construir as casas?

A gente começava a construir as casas com bloco grande. Começava com bloco grande, bloco de cimento, pra chegar o ponto de levantar o tijolinho.

JM: Já usava o tijolinho antes de o Thaba chegar?

Tinha o coletivo, também, né, pra ajudar?

JM: O coletivo pra ajudar na construção?

É, fazer o mutirão, pra fazer os blocão, nera? Parece...

Mas depois aquilo não deu certo, não, que saiu tudo errado.

É...

Você lembra que a gente perdeu foi vários tijolinhos, que nós tínhamos um professor que ensinou nós fazer os tijolinho, e saiu tudo errado.

JM: Por que saiu errado?

Porque a temperatura que nós fazia os tijolinho desmanchava tudo, não prestava. Depois, o Thaba aqui foi que consertou tudo.

A primeira etapa do tijolinho, aquilo que eu saiba, era o tijolo “muciço”, né? Aí não deu certo. Não tava mesmo por dentro da coisa, mas não deu muito certo os planos do pessoal. Aí mudou, né? Foi quantas formas de tijolo, foi dois ou três? Dois, não foi?

Três.

Três, né?

JM: Três o quê?

Três formas de tijolo. Teve o “muciço”, que é um tijolo... Acho que era menor, um pouquinho, né?

Era menor, um pouquinho.

JM: Vocês faziam aqui mesmo, também?

Aqui mesmo, tudo aqui mesmo. É. Tudo era feito aqui. Aí teve outro também, teve o segundo... O segundo foi esse de hoje, não, né?

Não.

Era um furadinho no meio, furadinho e pequenininho, assim. Acho que era dez por... por sete, né? E teve esse por último, aí. Foi tudo uma luta, mesmo. Iniciou a obra com coletivos, é... Fazendo mutirão, aí. Foi mais ou menos assim.

JM: E tinha alguém à frente, assim, que eu digo, assim, alguém que já tinha experiência de construção, que tava à frente, que tava organizando, que tava...

Tinha um. Na verdade, era o único que conhecia de perto. Foi quem “rastou” o projeto pra cá. Um rapaz que tinha ali, Cezinha. Mas aí foi aonde a gente se bateu mais, porque quem conhecia, era somente ele que conhecia. Então a gente tinha que seguir ele. Mas aí, quando chegou aqui, ele se bateu no solo. Pra conseguir o traço, a medida certa...

JM: Pra fazer o tijolo?

Pra fazer o tijolo. Aí quando o veio o nosso prejuízo, quando veio o quebra-cabeça. Porque tentava de uma forma, não dava certo, tentava de outra forma, não dava certo. E aí, com o isso, o pessoal foi entrando em contradição, porque... porque foi surgindo prejuízo, “perca” de tempo, “perca” de material, e aí o pessoal começou a... a perder a paciência.

A se desesperar.

Até que, de uma certa forma, tirou uma equipe aqui, foram pra São Paulo, pra conhecer a fábrica de perto, lá dentro da Sahara, passaram uns quatro dias lá, não foi? Tem alguém aqui que foi.

JM: Quem foi?

Eu fui.

Quatro dias na Sahara. Conhecendo lá os projetos, como é que fazia tijolo.

Tipo uma aula, não foi? Um negócio assim.

Foi, pra aprender, conhecimento.

JM: Já era a máquina da Sahara que estava aqui?

É, a máquina da Sahara.

JM: Aí, não estava funcionando e vocês foram lá pra poder aprender.

Pra conhecer lá. Lá fazia as máquina lá, os tijolo... Aí nós aprendeu lá a fazer o solo. Que a massa aqui o traço era errado.

Era onde a gente tava se perdendo: no cimento. Perdia cimento, perdia material. Perdia até tempo, mesmo, porque a gente fazia um barracão. Aí, vamos testar aquele solo de tal lugar. Aí fizemos esse buraco aqui, fizemos aquele lá naquela outra rua, fizemos outro lá pra cima, e não dava certo. Nós não sabemos que o solo era praticamente o mesmo. Só que a gente não tava acertando o traço. Aí, o que acontecia? Mudava o traço, mudava a forma, mudava a umidade, mas nada batia. Aí foi quando o pessoal foi pra lá, conseguiram uma experiência lá...

EN: Quantos foram?

Foi quantos?

Rapaz, dez.

Foram dez pessoas. Aí, com o conhecimento que o pessoal conseguiu lá, foi que começou a andar aqui. Aí, foi quando logo, logo, o pessoal do Thaba veio e aí começou dar impulso, deu impulso maior e, além disso, o conhecimento, como antes eu tava falando, a experiência como pedreiro pra cada um. Por que tem muitos que já trabalhava, já tinha o conhecimento, mas não tinha conhecimento com o material que é o tijolo. Eu já tinha trabalhado com tijolo, mas só fazendo.

EN: Todo o mundo já tinha antes experiência?

Não.

Com bloco, com bloco.

A grande maioria já tinha experiência com bloco, com tijolo não.

Nem todo o mundo.

Eu já tinha trabalhado com tijolinho, mas só fabricando tijolinho. E também era de uma forma diferente, que lá – eu trabalhei em Camaçari – que lá a gente fazia só com areia, e uma pequena dosagem de arenoso, só que ele não desmanchava no tirar da forma. E aí, quando chegou aqui, foi que eu tive a oportunidade de trabalhar como pedreiro, fazendo as casas, foi quando chegou o Thaba. E aí deu uma experiência maior, porque quem não trabalhava, como eu, não trabalhava de pedreiro, era ajudante prático. Mas não pegava na colher. E aí, com o Thaba, que foi pra construir as casas, pra passar a pedreiro, quando mudou pro bloco a diferença foi pouca, porque a única coisa que muda é só o tijolo, né? Porque na construção, de um material para o outro quase não muda nada, porque esquadro é a mesma coisa, nível é a mesma coisa, entendeu?

EN: Perguntar o nome, se apresentar...

JM: Ah, sim, é verdade. Eu também não sei o nome de todo o mundo, não. É bom, mesmo, eu realmente pulei essa... Vamos começar daqui. Diga aí seu nome.

Ednilson, mas todo o mundo me conhece como Pingo.

EN: Tem quanto tempo no assentamento?

Eu? No assentamento eu tenho cinco anos, mas eu já tenho oito no movimento.

JM: Sua casa mesmo foi uma das construídas no curso, não foi? Eu me lembro. Eu estive aqui na sua casa, no dia da entrega das chaves. E o senhor?

Meu nome é Florêncio Augustino Moreira.

EN: E no assentamento?

Cinco anos.

Israel. To aqui desde o início, dez anos.

JM: Desde a ocupação?

Não, a ocupação mesmo eu não vim, não. Eu vim depois.

O meu é Elinaldo Souza Santos, o pessoal me conhece com Naldinho, né? Já estou aqui desde 2002, to aqui até hoje, e estamos aí, daí pra frente. Tocar o barco.

José Carlos de França. O pessoal me conhece como Chico. Estou aqui tem três anos.

Eu sou Antônio Bispo Nascimento, estou aqui com quatro anos.

José Mateus Araújo de Brito, estou aqui com três anos também.

... Estou aqui mais ou menos dois anos e meio, só

Preá, conhecido por Preá.

Meu nome é Dézio Ramos, sou aqui o mais novo que todo o mundo, porque tenho um ano e pouco no assentamento.

Benedito Félix dos Santos, três anos aqui, já, graças a Deus.

José Antônio de Jesus, conhecido por Bicudo. Vou fazer três anos aqui dentro.

Eu, Rubens Assis da Silva, estou aqui há quatro anos. Meu apelido, como se chama, segundo nome, é Robson, mas todo o mundo a maioria não me conhece por Robson, é Rubens, né?

Meu nome é Fábio, mas a galera me chama de Fá. Estou aqui há dez anos, vai fazer onze.

Meu nome é ..., eu tenho ... anos, conhecido como Agapito.

JM: Uma pequena curiosidade de seu Dézio, não é isso?

Dézio.

JM: O senhor tem um ano e meio aqui?

É, mais ou menos.

JM: Então não participou do curso.

Não, não. Primeira vez

JM: Ah, certo.

Eu que chamei ele aqui pra tomar um...

JM: Pronto, é bem-vindo, também. Eu fiquei com umas dúvidas aí, porque vocês falaram que tiveram três tipos de tijolinho. Por que que entrou um tipo, e não deu certo, por que que veio outro tipo, e não deu certo, por que que não resolveu mudar de tipo de tijolinho?

Pra bloco?

JM: Não, não. Diz que teve três tipos de tijolo, não é isso? Primeiro teve um tijolo, depois teve outro tijolo, aí depois veio o tijolo ecológico, que foi o da Sahara.

O último foi o que mais evoluiu, que fez a maior parte das casas aí, foi com a última forma, né?

Foi basicamente por causa da bitola. O primeiro, teve um, “muciço”, que não tinha o furo, aí ficava... A estrutura, não tinha como concretar, entendeu? Aí tinha que fazer os cantos, puxar os cantos, pra botar pilar, essas coisas. Aí, ia sair mais caro. Aí fez um menor, furado. Era mais prático, mas ia gastar muito mais, porque, se eu não me engano, acho que era dez por seis, né?

Era dez por sete.

Era dez por seis, dez por sete.

E aí, era muito pequeno. Aí, se eu não me engano, parece que ia gastar 14 milheiros pra construir uma casa. Aí, ia dar mais trabalho pra fazer; pra fazer o tijolo e até pra assentar. Aí foi quando chegou a bitola desse de 25. Aí, é de 25 por seis, ou é sete...

É 25 por 12.

É, por 12, já furado. Então, além de evoluir, seria mais prático.

JM: Este outro menor também era ecológico? Era da Sahara também?

Todos os três tipos era ecológico.

JM: Todos da Sahara?

Era, todos os três.

JM: Ah, todos os três da Sahara.

Porque tem várias forma.

JM: Certo, certo. Agora deu pra entender. Sim, então já responderam outra pergunta aqui que eu tinha, que era: “como foi que apareceu, ou de quem foi a idéia de utilizar o tijolo ecológico”, né? Mas aí eu já vi que foi porque não deu certo outras experiências de tijolo, né isso? Aí, até chegou esse último de 25 por 12.

JF: Não, João. Repita a pergunta aí.

JM: Como foi que a apareceu a idéia de utilizar o tijolo ecológico?

JF: Então, não é essa resposta, não.

JM: Diga aí.

JF: Como é que surgiu a idéia de usar o tijolo ecológico?

JM: Ah, sim.

Bom, eu mesmo não tava aqui, porque eu vivo sempre viajando, mas pelo meu conhecimento, que eu aprendi aqui, que ouvi também o comentário, acho que é assim, que foi Araújo na época que vivia aqui, ele era dirigente regional, nera? Negócio desse aí. Aí, ele queria fazer esse assentamento aqui o único na Bahia, que em lugar nenhum na Bahia tinha um assentamento com tijolo ecológico. Aí, a preocupação dele, queria trazer praqui o tijolo ecológico, pra fazer o primeiro assentamento na Bahia.

JM: Já tinha outros assentamentos no Brasil com tijolo ecológico?

Tenho, tenho, na Brasil tenho.

JM: Já tinha?

Em São Paulo, a Escola Nacional, parece, é feita de tijolo ecológico, né? E tem outros lugares aí. Pode ter mais pequenos, mas não na Bahia.

Só no Estado de São Paulo.

Aí, a preocupação dele, ele queria isso aí, aí trouxe praqui o tijolo ecológico. Foi aí onde começou esse tijolinho pequeno, esse segundo e o terceiro. Aí foi dando certo, aí continuou até hoje.

Ele queria fazer aqui um... A maioria dos assentamentos, na Bahia e em outros lugares, são tudo bloco. É bloco e até hoje eu não sei se já mudaram. Mas aí ele queria fazer uma coisa diferente. Aí, inventou o tijolo ecológico, trouxe praqui o projeto, e...

JM: Todo o mundo aceitou numa boa?

Vamos supor que 70% apoio, não foi? Acho que mais ou menos 60 ou 70% do povo daqui apoio.

JM: De todo o mundo do assentamento?

Porque não tinha ainda o conhecimento do que era o tijolo ecológico, não sabia que ia ter muitas “perca”...

E pensando que dava menos trabalho do que deu, né?

E realmente isso, que achou que ia dar menos trabalho. Foi o contrário, né?

Foi o contrário, um gasto demais, muito mais aí.

Se alguém quiser continuar a pergunta...

Na verdade, o pessoal não tinha o conhecimento. O pessoal não conhecia, e aí chegou a única pessoa que sabia. E aí ele falou que ia sair mais barato, qualquer pessoa podia fazer, mulher, criança, entendeu? Aí o pessoal caiu na enxurrada. Aí, quando foi pra prática, aí começou a dificuldade, né? Primeiro nós tínhamos uma grande “perca” de cimento porque chegou uma grande quantidade que era pra construir, pra fazer o tijolo e ir já construindo as casas. Aí, primeiro os tijolo perdeu, aí foi demorando, o cimento a perder, nós perdemos mais de

mil sacos de cimento. E chegou uma carreta com saco, nós não conseguimos gastar todo, e o pouco de tijolo que bateu, perdeu a grande maioria.

JM: Por causa do traço?

Por causa do traço.

E o cimento ruim.

E o cimento também não ajudava, não.

Então chegou duas carretas de cimento, cada uma com 800 sacos. Desses 800 sacos, acho que nós não aproveitamos 500.

Cimento Mizu, aquele branquinho. Não vale nada, aquilo.

Aí, quando começou a procurar história, entendeu? A gente tentava de uma forma, não dava, tentava de outra, não dava. Quando o curso veio, quando o Thaba chegou, aí, teve assim... Teve tudo pra dar continuidade no tijolinho. Mas aí, quando foi pro orçamento, nós não tínhamos mais recurso pra construir as casas no tijolo. Aí, então, que fomos fazer um orçamento de bloco. Era a única forma que a gente achou, fazer de bloco.

EN: Mas é mais barato, ou é mais caro que o bloco?

Muito mais barato.

Muito mais barato.

EN: Por que usa menos cimento, é por isso?

Porque, no tijolinho, uma casa estava gastando, em média, 65 sacos de cimento. Fora mão-de-obra de construir tijolo, água, é... Óleo de máquina, que a gente tinha que usar o trator pra cavar o barreiro e carregar... Mão-de-obra pra fazer o tijolo... A água, que se gastava muita água pra molhar o tijolo... Energia que o triturador gasta... Ter que esperar uns cinco dias pra poder transportar pro pé da obra... Então, tudo isso, botando em conta, saía muito mais caro. O bloco chega aí, o bloco vem, já chega mesmo no pé da obra, então tem mais economia.

A casa de tijolinho ecológico era 60 sacos, né? E essa casa aqui é 35 sacos pra dar ela pronta. Olha a diferença!

É, começou com 35, mas agora já é 26 sacos pra dar a casa pronta.

JM: Por que diminuiu?

Porque não tá entrando reboco, nem nada.

Essa que foi rebocada eram 25 sacos.

JM: Certo. Então vocês sempre tiveram aqui as máquinas da Sahara pra prensar os tijolos. Desde o primeiro tipo.

Foi, sim

A máquina praticamente é a mesma. Só muda a forma. Qualquer máquina pode botar a forma de meio-tijolo, pode botar a forma de... Como é... Canaleta... A máquina é a mesma, só muda a forma.

Eu não sei, mas... Nós não compramos máquinas novas aqui?

Nós compramos na mão da Sahara.

As que estão aí, não?

Já levou.

As que estão aí acho que é nova.

Comprou duas? Quantas foi que Antônio Araújo comprou?

Foi três.

Foi as que continuou aí até o final, né?

JM: E está aí ainda?

Tá, né?

O Wellington, ali, que era o operador das máquinas ali, oh...

Quem sabe falas das máquinas é Wellington.

JF: João, tem mais dois aí que foram do curso. Chegaram agora.

JM: Se vocês quiserem sentar aqui, eu posso até ficar aqui em pé, do lado de **JF**. Eu não me incomodo, não.
(Acomodam-se os que chegam neste momento.)

JM: Bom. E aí, como foi que surgiu a idéia de trazer o Thaba aqui pra poder fazer o curso? Quem teve a idéia?
Antônio Araújo.

Quem teve a idéia foi Antônio Araújo.

JM: E aí, como foi a reação de vocês? Porque eu acho que vocês já estavam meio aborrecidos, né, porque não estava dando certo.

Tava mesmo.

JM: Tava aborrecido?

Tava.

JM: E aí, veio a idéia do curso. Vocês receberam bem a idéia do curso, ou não queriam o curso? Como é que foi?

Foi mais do que bom esse curso aqui pra gente.

JM: Mas, assim, quando ele veio com a idéia: “olhe, não está dando certo, vou trazer o pessoal aqui pra poder dar um curso”, vocês pensaram assim: “é, vai ser uma coisa boa”, ou “que nada, já está tudo errado, não vai dar mais certo”? Como foi que vocês reagiram antes do Thaba chegar, quando ele disse “vai ter um curso”?

Levamos um pouco assim de surpresa, porque na verdade ele não falou “vai vir um curso”, entendeu? O pessoal veio aí, o Thaba veio, pesquisou a área, ninguém sabia de nada. Ninguém sabia. Aí, foi quando o pessoal reuniu, teve uma assembléia que o pessoal reuniu, aí ele chegou, o pessoal já estava presente, né?, e veio e falou: “nós vamos trazer um curso de qualificação pra poder ajudar vocês construírem as casas de vocês. A intenção é ajudar vocês, e dar uma experiência pra quem não sabe, pra quem não teve a oportunidade de aprender, e também dar um impulso nas casas”. É tanto que a minha casa foi escolhida pra construir no curso, e eu cheguei a falar assim: “olha, eu não quero que a minha casa sirva de experiência”.

JM: Porque você não acreditava.

Era porque era uma coisa assim, meia no ar, entendeu? Aí, ... chegou pra mim, falou: “oh, Pingo, sua casa foi escolhida pra ser feita pelo Thaba”. Aí, “como assim?”. “Não, um pessoal que vai vir aí, vai dar uma aula, vai fazer um curso, e vai construir quatro casas, e a sua tá incluída”. “Oh, a minha casa... Eu não quero que a minha casa sirva de experiência, não. E outra: se o pessoal lá tem experiência no assunto, tudo bem. Agora, se eles vêm pra cá pra fazer uma experiência, pode tirar minha casa daí”. Aí, ele me garantiu: “não, o pessoal tem conhecimento, o pessoal é experiente no assunto e vem pra ensinar vocês”. Aí, eu pensei: “bom, se eles vêm pra ensinar, é lógico que eles têm conhecimento, né?”. Aí foi quando o pessoal veio, o Thaba veio, fez a palestra, marcou a data, foi quando começou. Mas eu acho que nem eles mesmos tinham algum conhecimento com o tijolo ecológico.

JM: Você acha que era a primeira vez com o tijolo ecológico?

Com o tijolo ecológico.

JM: Não, assim: tinham de solo cimento.

JF: Mas tinha um pouquinho.

JM: Tinha um pouquinho?

JF: Nós trabalhamos com uma máquina dessa. Fizemos uma experiência na baixa do Camurujipe.

JM: Ah... Mas os professores, não.

JF: Não, os professores vieram depois.

JM: Foi só você, Rubens e Lícia.

JF: E Gilson e Bibi. Mas foi uma experiência que não levou adiante, porque precisava de agilidade na hora em que a gente estava fazendo o trabalho. Usou-se pouco tempo e desistiu. Até porque o sistema ainda era mais atrasado do que o que se usou aqui. Há quantos anos... Quinze anos atrás.

JM: Sim. Aí, a sua casa. Você ficou receoso, mas, depois, você topou?

A princípio, eu fiquei, mas depois...

JM: Teve mais alguém aqui que a casa foi construída no curso?

Teve quatro pessoas.

JM: Não, mas que esteja aqui.

Não, só Pingo, mesmo.

JM: Mas então todo o mundo topou participar do curso, ou foi assim, porque tinha que construir as casas? Como é que foi? Vocês tinham vontade de tomar o curso?

Eu mesmo tinha.

Eu mesmo não tinha.

O meu desejo era esse mesmo, que eu nunca tinha pegado num diploma de nada. (risos) Oh, vou falar mentira, vou falar o contrário?

Foi uma experiência que aprendi a mais, aí cada vez se aprende mais. Nunca se sabe tudo na vida. Por mais que você é 99, nunca chega ao 100. Eu já tinha uma experiência no bloco, tijolo ecológico aí foi uma boa experiência que eu tive aí, então...

E nem só do tijolo, como de eletricista, de encanador, de tudo a gente participou. De pintura.

Foi uma experiência muito boa pra mim, muito boa mesmo.

E pretendo que eles venham de novo pra cá, pra ter umas outras coisas, né? Pra não acabar só aí.

JM: Bora ver aqui, a próxima pergunta aqui. Quais foram os critérios pra participar do curso? Como é que foi a seleção das pessoas que participaram do curso? Porque eu soube que foram 48, não é isso?

Foi.

JM: Foram 48 pessoas. Tinha mais gente que queria participar do que as 48 vagas? Como é que foram escolhidas as pessoas que iam tomar o curso? Era gente que já estava na construção? Como é que foi?

Alguns tava.

JM: Deixe ele falar aqui, que ele chegou agora e não falou ainda.

A prioridade foi mais pras pessoas que já tava construindo, e que quis também dar continuidade nas casas, queria logo pegar a aula prática pra dar continuidade.

JM: Então foi pra quem já estava construindo, já estava na história de construir as casas.

É, tava envolvido na obra.

Mas se deixasse a inscrição aberta aqui dentro: “quem quer participar do curso?”, oxe...

Era quase todo o mundo.

Tinha 100 pessoas aqui dentro, todos os 100 tava dentro do curso. O pessoal queria, depois que viu a gente dar continuidade, todo o mundo gostou. Todo o mundo queria ta dentro no curso.

Foi tanto que muita gente entrou no curso depois que tinha começado.

Eu mesmo entrei já quase no fim.

Algumas pessoas saíram, outras entrou. Foi assim

JM: O senhor viu o curso acontecer, e depois entrou? Conta a sua essa história.

Eu entrei já depois, faltava um mês e pouco pra acabar, já foi quase no fim, mesmo.

JM: Então, teve uma parte do curso que o senhor não pegou: parte de fundação, de marcação, de locação...

Foi... Trabalhei até na casa de Pingo, aí.

Teve muita gente que desistiu aí com um mês, dois mês...

Peguei mais uma praticazinha só na parte da encanação e da elétrica.

JM: E essa parte, que o senhor chegou a perder no início, de fundação, de marcação... Pegou depois com um colega, como é que foi?

Foi, depois eu fui fazer um trabalho lá no almoxarifado e aí **JF** foi quem... “Oh, rapaz, entre aí no curso”. Não foi, **JF**? Me convidou, e fui, e gostei. Foi muito bom o curso, trabalhar aqui.

JM: Mas o que eu digo é o seguinte: o senhor, depois que o curso terminou, continuou construindo outras casas?

Não, eu continuei assim, trabalhando de ajudante. Eu não pegava nas paredes, não.

JM: Ah, certo.

Mas ele via como compactava o solo...

É, eu vi.

JM: Eu queria se saber essa parte que o senhor perdeu do curso, se depois o senhor viu com alguém que tinha tomado o curso, se alguém tinha lhe ensinado.

É, eu vi. Tinha um menino mesmo, eu ajudei a compactar a casa do pedreiro ali. Ajudei, também.

JM: Mas sempre ajudante.

E você tava participando, acompanhando também, né? Antes. Ficava vendo aí. Depois que ele resolveu entrar. Mas só que ele já estava já acompanhando.

JM: Certo. Eu queria agora que vocês falassem um pouquinho de como é que foram as atividades do curso, mesmo. Assim: as aulas teóricas do curso. Vocês tiveram dificuldade na parte de teoria? Se foi fácil, se os professores eram acessíveis... Não se importem de que eu nem **JF** estamos aqui, não. Se quiserem falar aqui que fulano não explicou muito bem, sicrano explicava melhor... Porque tudo isso que vocês falarem aqui vai servir de material pra que os próximos cursos sejam melhorados. A intenção é sempre estar melhorando os cursos. Então, não precisa ter receio nenhum de falar o que vocês acharem aqui. Então, as aulas teóricas, porque a parte prática acho que vocês vão falar um bocado. Então, primeiro a parte teórica. O que foi que vocês acharam da parte da teoria do curso?

Pra mim foi mais de que bom, porque não podia ter melhor que aquilo, porque a gente nunca tinha participado de uma... um serviço assim tão tranquilo, todo o mundo brincando, tudo conversando, tudo na risada... Oxente, maravilhosos demais, rapaz. Pra mim foi decente, mesmo.

A gente tá precisando de outro curso desse aqui, porque foi bom demais, foi bom demais, ajudou muito aqui. Foi uma luz pra gente. Quem não sabia passou a saber, aprendeu alguma coisa. Eu mesmo, depois de velho, vim aprender a profissão de pedreiro. Com 54 anos, eu mesmo não esperava ser pedreiro hoje. Então, pra mim foi uma glória, né? Eu construí minha casa sozinho, o primeiro teto, e depois eu construí mais cinco, sem dor de cabeça. Pra mim tá bom.

JM: Bom pedreiro?

Bom pedreiro.

Rapaz, esse curso aqui foi um sol brilhante que Jesus Cristo botou nesse sem-terra nosso aqui. Nossa imagem lá fora tá maravilhosa. É tanta gente de fora, de outro país, que vinha visitar a gente aqui, chegava aqui, ficava alegre: “rapaz, que coisa linda, que coisa boa, que coisa bonita, nunca vi uma casa bonita dessa”. O pessoal de fora leva uma imagem dessa daqui lá pra fora, o Thaba sobe 100% na imagem dele, porque é uma coisa bonita. Ficou bonita essa imagem nossa aqui, oh, que nós fizemos. E se chegar outro curso bom praqui, nós vamos pra cima de qualquer curso bom, que seja bom pra gente. A gente vai pra cima, todo o mundo.

JM: Você ia falar alguma coisa. Diga aí.

Não, é sobre os professores. A gente não tem muito o que dizer deles, não.

JM: Ah, pensei que ia dizer alguma coisa! (risos)

O que eu posso falar, assim, é falar bem, né? Que a disciplina era boa, quando alguém atrasava no horário eles tinha que regular, e a gente... Fez com a gente aprendesse muito, né? Ter responsabilidade de chegar cedo, de cumprir os horários tudo certinho. Eles ensinava bem, também, entendeu? Tava ali, quando era dois, três, em cada casa, ensinou muito. Quem não sabia ele dava mais prioridade pra ensinar mais, e nisso a gente aprendeu.

Nas aulas teóricas só tem só a parte elétrica que eu não consegui pegar muito, por causa daquela Matemática.

JM: Quem mais aqui teve dificuldade com a parte elétrica por causa da Matemática?

Eu também. Essa parte aí de elétrica, encanação eu entendo um pouco, mas a gente foi estudar na aula teórica, eu tive bastante dificuldade. Eu não tenho muita leitura mais nessa parte teórica aí porque tem muita coisa ali que eu já sabia e não sabia. E você saber fazer uma instalação numa casa simples é uma coisa, e você ir pra uma aula

teórica, como foi passado lá, mesmo, é um pouco difícil. Foi da forma que ele ensinou lá, entendeu? Pra mim, eu tive bastante dificuldade. Agora...

JM: Só na parte elétrica?

Na parte elétrica...

JM: Ou teve alguma outra dificuldade?

A hidráulica foi bem.

EN: Mas por que? Qual a dificuldade?

JM: É isso que eu quero saber. Qual a dificuldade?

Dificuldade é porque... É mais na Matemática, mesmo. Esse negócio é mais na Matemática. Eu sinto bastante dificuldade. Até hoje eu tenho dificuldade em qualquer lugar que eu vou trabalhar em obra, esses negócios aí, que bota pra fazer esses negócios aí, eu não...

EN: Mas que Matemática era que ele pedia, assim?

Bom, assim... Vai ficar até um pouco difícil de eu lembrar dessa vez, agora, mas... (risos)

O que ele quer dizer é a que ele tem, né? Que é pouca pra ele aprender, porque as aulas que eles deram lá no quadro foi boa. Explicava tudo direitinho.

Quem tinha um conhecimento maior pegava tudo. Mas, no caso, eu só tenho o ensino fundamental. Aí, passava nas Matemática o a vale não-sei-quanto, o n vale não-sei-quanto, entendeu? Aí... (risos)

Porque assim, oh: se for assim, me entregar o projeto pra eu fazer a instalação dessa casa aqui, eu faço todinha.

JM: É isso que eu quero saber, se vocês tiveram dificuldade no projeto.

Disjuntor, interruptor, eu instalo tudo. Já fiz umas cinco casas aqui, depois do curso.

JM: Se der uma planta diferente pra vocês, se tiver o projeto elétrico lá, vocês acham que vocês conseguem fazer?

Agora, assim, eu tiro.

JM: Um projeto diferente?

Projeto diferente. Em Salvador mesmo eu fiz.

Agora, o negócio da bitola dos fios. Aqui vai pegar tal aparelho, tal aparelho. Aí vai ter que botar um fio bitola tal. Aí você vai ter que fazer a Matemática, de que disjuntor você vai botar ali. Aí é o problema. (risos)

JM: Pra poder ver qual é a bitola do fio, e qual o disjuntor...

É, a bitola do fio, e pra saber qual o disjuntor, foi nisso aí que eu me perdi.

JM: Teve alguém aqui que conseguiu aprender isso aí, ou todo o mundo ficou meio... (risos)

EN: Reprovado em Matemática.

Seu Antônio já é do ramo.

JM: E aí, seu Antônio?

Rapaz, é o seguinte. O sistema de aula aqui, na teoria, na prática, foi muito bom. Não tenho o que dizer. Eu entendia um pouco, não vou dizer que eu sabia muito. Eu vim no trabalho de pegar toda a prática, foi depois do curso. Em primeiro lugar, pedreiro. Segundo lugar a parte hidráulica, que eu já sabia lá fora, mas aqui pra dentro foi bom, que, com a reciclagem, boa pra mim. A parte elétrica eu sabia lá fora, mas aqui foi bom. E a parte de carpinteiro foi ótima. Eu não sabia fazer quase nada, e aprendi aqui dentro do curso. Pra mim, não tenho o que dizer. Os professores foram maravilhosos, muito pacientes. Souberam passar mesmo as coisas pra gente, tanto em prática como em teoria. É só isso.

JM: Mas o que eu digo, é assim. A pergunta que estava acontecendo aqui era a respeito do projeto elétrico.

Ah, não, isso aí eu não tive dificuldade, não. De cálculo...

JM: De cálculo o senhor não teve dificuldade?

Não, não, nada. Tudo tranquilo. O projeto... É tanto que até o projeto deles, que eles passou aqui no curso, ainda tenho aqui em mãos, tanto o da hidráulica quanto o da elétrica. De vez em quando, além de eu ter feito aqui com

eles, dentro da teoria do curso, eu ainda tenho esse projetos em mão pra eu ler, pra não esquecer daquilo que eu aprendi.

EN: A parte elétrica foram quantas aulas?

Durante o curso.

Muitas.

EN: Não, teóricas.

Muitas aulas.

Foi durante os quatro mês de curso, eles ficava passando isso aí.

Toda manhã a gente tinha de tarde no campo, quem estudava pela manhã, de manhã era na sala de aula, e tarde ia pro campo.

EN: E todos os dias tinha...

Todos os dias tinha...

A parte elétrica e a parte hidráulica.

A parte elétrica foi uma que teve mais aulas teóricas.

Foi.

Primeiro, foi a parte de pedreiro, e, segundo, a parte elétrica. Só pra você ter idéia, a pasta da parte elétrica é a que tem mais páginas.

EN: Foi distribuído um caderno?

Foi, é a que tem mais páginas.

Eu sempre leio todos eles.

Infelizmente eu não consegui aprender, e não foi por falta de professores. Foi uma deficiência minha, mesmo, de Matemática, que eu tenho.

JM: Teve mais alguém aqui, como seu Antônio, que conseguiu aprender mais um pouco de elétrica, ou todo o mundo ficou mais ou menos como Pingo aqui?

Eu fui um dos que aprendi a parte elétrica.

JM: Aprendeu bem?

Aprendi bem. Eu já entendia, então com o curso facilitou mais ainda pra mim.

JM: Isso que dizer que o senhor saberia calcular hoje o fio, o disjuntor, também?

Sabia tudo. E aí foi que eu saí mais... Sabendo mais direito ainda, mais conformado ainda, porque no curso foi que eu peguei mais a prática.

JM: Mais alguém?

Era mais fácil pegar um doido correndo do que pegar num fio elétrico. (risos) Era mais fácil pegar um doido correndo do que pegar num fio elétrico. Aí mesmo, no dia aí do curso, eu peguei tranqüilo, não sabe? Nem tava aí...

Teve uma vez, mesmo, que o professor botou pra gente pegar no fio ligado. Todo o mundo aqui não tava no dia dessa aula?

Tava.

Segurava aqui, aí o cara vinha com a chae, botava aqui, a luz acendia. O outro vinha... (risos)

Tomar coque, hein?

Bastava (...) Pra você ver a carga que você recebia. (...) Agora, a gente não sente, não. Quer dizer, se tiver preparado, também. Se tiver qualquer... Uma camisa molhada, um sapato molhado, um bocado de coisa, o couro come.

Se tiver descalço, toma choque.

Pega fogo.

Não é bom ninguém fazer isso não, porque (...)

Aquela botina que vem preparada pra isso mesmo...

Esse aqui pega do jeito que tá aqui.

Tu é doido? Não sou doido, não. Doido é você, rapaz. (risos)

JM: Mas vocês aprenderam também no curso alguma coisa sobre segurança no trabalho?

Aprendi.

Aprende.

JM: Então, comenta aí. Já que vocês estão falando disso aí, de pegar no fio. Fala aí.

Não pode deixar de usar o capacete, a luva, a bota preparada pra isso.

Fita isolante na parte elétrica, né? Sabe que isolante é fundamenta na parte elétrica. Muita gente aí faz muita gambiarra, faz uma instalação e deixa um fio descoberto aqui, outro ali... Causa até acidente, né? Esse tipo de coisa que acontece por desleixo. E pelo que vi, também, acho que gasta bem energia mais, né? Eu acho que sim.

JM: Gasta, gasta.

Gasta energia mais deixar o fio descoberto, esse negócio. Eu mesmo, já sabia isso aí, e já aprendi muito mais, porque tem coisas que a gente vê que não é isolante, né? E às vezes serve pra isolar energia assim, que eu não sabia. Explicou como é essa questão aí. O tal do sapato, um plástico, um negócio assim que isola, borracha, mesmo, vários tipos de coisa que a gente aprendeu aí. Eu, mesmo, aprendi muitas coisas.

JM: Eu disse que a gente ia hoje falar só do curso, mas já surgiu aqui uma idéia diferente, que eu não quero esquecer, já que a gente está falando de segurança. Eu soube que alguns de vocês já trabalharam depois do curso, fazendo também serviços de pedreiro, de eletricista, e tal. E aí, trabalhando fora daqui, como é ficou essa questão da segurança no trabalho, depois que vocês viram a importância disso no curso? Vocês conseguiram obedecer isso lá, ou às vezes não tinha o equipamento? Como é que ficou isso?

O capacete de todo o mundo ficou. Eles deixaram o material, não veio quem não quis.

JM: É, mas é isso que eu quero saber. Se vocês usaram, porque perceberam que é importante, ou se não usaram porque achou que é desnecessário... Como é que foi?

Isso já é a teimosia. Aqui no curso tem os professores orientando, pra regular, mas lá fora sempre a gente facilita.

Eu mesmo, depois que a gente concluiu o curso, eu continuei aqui fazendo, coloquei o cimento de minha casa, a da minha sobra ali, e o resto foi de bloco, foi mesmo parte de pedreiro. Mas essa questão da segurança aí aqui foi que era a mesma coisa, que eu sempre quando eu podia trabalhar de bota, luva, capacete, essas coisas, né, farda e tudo, eu trabalhava. Mas tem local que eu esquecia, como tava falando, esquecia mesmo, e causava sempre alguma coisa, um corte, um negócio assim. Agora, em Salvador mesmo, quando eu trabalhei lá, eu... Logo na primeira firma que eu trabalhei eu achava um absurdo, que a gente trabalhando numa firma de construção civil grande, não tava dando pra gente o equipamento de proteção. Eu sempre pedia lá ao engenheiro, porque era um pouco complicado, agente tava sempre pedindo ao engenheiro, ele achava que a gente tava pedindo demais as coisas, mas não é. Na lei mesmo, exige isso aí, não é? Porque se passasse um fiscal federal, alguma coisa assim, podia multar. É ruim pra eles.

JM: Essa coisa da lei, você sabia, já, ou você aprendeu no curso?

Não, eu já sabia.

JM: Já sabia que tinha que ter o equipamento.

Segurança no trabalho eu tô dentro não é de agora, né?

Existe uma área aqui no Estado da Bahia que, se o cara chegar na portaria sem os aparelhos, principalmente com o todo equipado, mesmo, não entra lá de jeito nenhum. Mataripe, mesmo. Pólo Petroquímico, vai. Vai entrar lá sem os equipamentos, pra ver. Entra nada, rapaz. Nego chega na portaria por que é obrigado na parte de fora, mas entra lá.

Se eu quisesse segurança, eu tinha que trazer de casa, comprar meus equipamentos, minha luva, não o capacete, mas lá tinha já o capacete lá, mesmo, que eu tenho aqui, tenho também lá em Salvador. Aí, eu tenho que comprar minha bota, minha luva... A luva sempre dava, que era o mais barato. Era a luva e alguma coisa básica mesmo assim, fácil de você perder. Agora, um capacete, uma bota, uma roupa adequada, eles não davam. O absurdo foi esse. Eu passei pra uma segunda firma lá que eles já... 70% eles me deram. Foi luva, uma bota de couro, outra de

borracha, e outras coisas mais, né? Foi que já vi que a segurança lá funcionava, mas não 100%, porque tem que ser pelo menos 90%, né?

Eu trabalhei dentro de uns 25 a 28 anos dentro da área de Mataripe, graças a Deus nunca fui chamado a atenção, porque não dava lugar mesmo. O que tivesse de coisa, tinha que levar. Não tinha esse negócio, não.

JM: Mas isso foi antes de o senhor vir pra cá.

Há muito tempo.

JM: Bora voltar, então, pro curso. Então, vocês falaram da parte teórica da eletricidade, e a parte de hidráulica? Foi difícil?

Não pra mim não foi, não.

Pra mim mesmo foi fácil, porque a parte hidráulica eu já sabia, e eu aprendi mais. Hoje eu não tenho dificuldade nenhum de fazer uma instalação hidráulica, em lugar nenhum.

JM: Alguém teve dificuldade aqui, na parte hidráulica?

Tanto aprendi aí, como em casa mesmo, minha hidráulica tá toda feitinha em casa. Tá tudo preparado.

JM: Quero ouvir aqui seu Florêncio, diga aí.

Eu tive dificuldade.

JM: E por que foi?

Porque eu disse logo ao professor que me botasse pra trabalhar de pedreiro. Sei lá o que é negócio de energia? Eu não queria aprender, não.

JM: Mas estamos falando de encanação, agora, de hidráulica.

Rapaz, eu também sou meio fraco em negócio de hidráulica. Tenho que falar a verdade. Eu também não me liguei muito naquilo, não. Não me interessei pra aprender aquilo ali. Não aprendi, não aprendi, não. Se der a cola, eu colo aquilo ali, mas não aprendi fazer aquilo. Sou profissional, eu sou homem assim: o que eu sei fazer, e entra no meio juízo aqui, eu digo "eu sei fazer", mas seu eu tiver em dúvida eu digo logo "eu não sei". Eu não vou dizer a você que eu não encano água pra dentro de uma casa minha. Pra minha eu sei fazer, mas se for pra eu trabalhar lá fora, na casa de uma pessoa, eu não sei fazer uma encanação. Eu não vou me gabar aqui no meio de vocês, e dizer: eu trabalhei no curso, sou um profissional, sou um encanador. Eu não sou. Falo logo a verdade, eu não aprendi.

JM: Teve mais alguém que nem ele, ou todo o mundo se sente seguro na parte de hidráulica?

Hidráulica eu me saí muito bem, fiz a encanação (...). Peguei o certificado de carpinteiro e hidráulica. Pedreiro, que eu me dediquei mais, e que eu aprendi mais, não peguei, peguei como participação.

JM: E por que foi?

Eu não sei. É avaliação dos professor, que viu, achou que eu não tinha capacidade de ser pedreiro, mas antes de eu vir pro curso, eu já fiz minha casa em Salvador, já trabalhei de pedreiro. Não era um pedreiro profissional, que eu não tinha certificado de pedreiro, e tal, mas aqui eu aprendi muito mais. Tanto que eu fiz minha casa (...), eu só e Deus, e tá lá, pra qualquer um ver.

JM: Aí, já puxou outro... Diga.

EN: Aqueles dois ali.

JM: Diga.

EN: Pra eles falarem também.

JM: Ah, pra eles falarem. Tem outros que estão calados, também.

EN: Bota pra falar.

JM: Essa história foi um assunto interessante: o certificado. Ele disse que ele se dedicou no curso de pedreiro, e estava com expectativa de receber o certificado de qualificação de pedreiro, e só recebeu o de participação. E ele não entende porque foi. Você não entende, né?

Eu não entendo.

JM: Porque que ele não recebeu o de qualificação. Teve mais algum caso desse aqui, que vocês se dedicaram no

curso, e que esperava receber, e que não entendeu o porquê? Ou se depois entendeu porque que não recebeu?

EN: Aí uma pergunta: quer dizer, a pessoa poderia participar, e teria um certificado, ou só de participação, é isso?

JM: É, são dois tipos de certificado, participação e qualificação.

EN: E a avaliação é feita como?

JM: É uma avaliação processual. E também tem algumas atividades que são... Você fizeram prova escrita aqui? Fez.

JM: Depende de cada comunidade. Isso eu vou ver com os professores depois, certo?

Acho que não teve alguém que... Mais assim, não, que nem ele.

JM: Por exemplo, ele recebeu o certificado de participação no curso de pedreiro. E ele disse que ele se dedicou, e que ele esperava o de qualificação.

Fiz minha casa, todo o mundo aí participou comigo lá no solo-cimento, compactemos tudo direitinho lá, e aí eu construí a casa e tá lá pra qualquer um ver, bem-feita.

JM: Mas o que está mais me chamando a atenção é que ele não sabe porque que ele não recebeu o de qualificação, se ele acha que se dedicou o suficiente pra receber o de qualificação. Teve algum caso aqui de alguém que... Diga.

Essa questão de ele não ter recebido o certificado de pedreiro, não foi? Pedreiro. Como teve muita gente aqui que até hoje eu fico em dúvida. Porque, o que acontece: aqui no curso, tinha muita gente, aqui, que não participava das coisas muito bem, e que recebeu o certificado, aqui.

JM: De qualificação?

É.

Ou de participação?

De tudo. Muitas vezes a gente via pessoas do curso mesmo, brincando no trabalho, outro fazendo coisa assim, sem ter necessidade, e recebeu tudo, normal. Uma coisa que eu não entendo é isso.

Por exemplo, Preá.

Preá.

Aí eu dou resposta a vocês todos. Desde quando esses professores vieram pra cá dar esse curso, que eles são gabaritado pra dar. Então, eles tinham primeiro que ensinar. Desde quanto eles têm gabarito pra ensinar, eles sabem muito bem quem tá desenvolvendo o serviço, e quem não tá. Se ele me certificou nas quatro áreas, é porque ele tem gabarito pra isso. Ele não é maluco de me dar quatro profissão sem eu fazer nada. Não existe, ele não é maluco. Ele tem gabarito pra fazer isso.

Outro exemplo, por exemplo...

Ele não me deu de graça. Não é bombom, pra dar de graça.

Dona (...), ela é uma pessoa que...

Ele viu potencial na área, por isso.

Dona Onildes é uma pessoa que se dedicava bastante na parte de pedreiro.

Era mesmo.

E não recebeu o de pedreiro.

JM: Recebeu o de participação?

Recebeu acho que de outros, e não o de pedreiro. Carpinteiro, que eu acho que ela nunca subiu em cima de um telhado, ela recebeu. É isso que eu fiquei sabendo, né? Eu acho que um errozinho assim, eu não sei porquê.

Dona Onildes trabalhava junto com a gente, tranqüilo. Ela assentava tijolo, fazia tudo.

Era uma pessoa esforçada, (...) e muitas vezes teve uma falha. Eu acho que teve uma falha dentro do curso, alguma coisa que não deu certo pro lado dela, e outros aí também. Tem muitos outros aqui que...

(...) A avaliação teve a parte da dedicação, e também teve algumas faltas, que faltou muito. Tem pessoas que

faltou uma etapa inteira. E passou o diploma. Aí ficou uma interrogação.

Na parte também... Eu, teve uma área que eu me dediquei mais, a parte elétrica. E cheguei até a falar pro professor: “olha, se tiver, assim, de eu priorizar uma área, vou priorizar a parte elétrica”, e não consegui passar. Agora, eu fiquei com uma interrogação porque o seguinte: no projeto, vinha assim mais como se fosses casas comunitárias, populares. Então, é como se não... Não teve exigência, muita. Porque teve a parte da residencial, popular, e predial. Como assim, que eu entendi falar, que as casas populares, você, não fazendo um erro muito grave, você passa numa boa. Então, a única coisa que eu me passei mais foi na parte teórica, que eu me bati, eu acho foi aí que eu tirei zero. Na parte teórica eu realmente tirei zero. Agora, na parte elétrica... E também teve uma falhazinha na parte elétrica, no dia, que a falha não foi minha. A falha não foi minha. Foi um erro dos outros que eu fui consertar, e aí paguei o pato. Como assim? Tinha outra pessoa do mesmo grupo, que estava fazendo a parte elétrica junto comigo, aí um único bocal que ela botou, botou errado. Botou, botou... O único bocal que instalou, instalou errado. Aí, eu fui consertar. Quando eu tava em cima do andaime, o professor chegou. Disse: “como é que você instala esse bocal assim?”. “Não, não fui eu, eu vou consertar agora”. (...) E ela pegou, passou. E ela instalou o bocal errado, pegou os dois fios ali e botou direto no bocal.

Ia pegar fogo, a casa de Pingo. (risos)

Eu mesmo, eu só passei naquilo que eu me dediquei. Eu como lhe falei, eu já sabia um pouco de hidráulica e elétrica, então, nem dei tanta ligança. Agora, o que eu participei bastante mesmo, me dediquei, foi a parte de pedreiro e carpinteiro, que eu me dediquei um bocado, mesmo, e consegui receber o certificado de pedreiro e carpinteiro. Agora, muita gente aí que não conseguiu... Teve seus motivos, mas não sei por quê.

Não explica o porquê, né? Como eu tava falando aí: teve também os motivos, né? Teve as participações, teve as faltas, teve os comportamentos, tudo isso foi implementado pro fim do curso, na hora da aprovação, não ter erro. Tudo foi implementado. Não foi uma coisa porque: “ah, porque o cara faltou dez dias, tem que dar, porque se não...”, não. Teve falta, teve comportamento no curso, teve. Tudo isso, teve. E lá foi dado. Tudo isso vai ser descontado no fim: comportamento, falta, tudo isso.

A única queixa que eu tenho das aulas é essa, porque eu fui consertar o erro (...) (risos)

Você pagou por ela. Aí, quer dizer, Pingo foi consertar... Ela foi tacar fogo na casa dos outros (...) Tá com o certificado na mão. (risos)

Ô, Pingo. Cada qual tá fazendo sua tarefa. Você tá fazendo a sua, não tem nada que fazer a dos outros. (risos)

E a casa do rapaz? Toca fogo na casa do rapaz, e aí? (risos)

JM: Diga aí, fale pra todo o mundo ouvir. O que você acabou de falar agora.

Se tá em grupo, tem que consertar o erro dos outros, mesmo. Se tá errado, e tá no mesmo curso, você não vai deixar o cara fazer errado, entendeu? Agora, erro de ele não receber o certificado profissional dele, foi uma falha dos professores.

JM: Tá certo. Eu queria ouvir, também, como Eduardo falou, a voz dos que estão aqui calados até agora.

Um aprende na teoria, o outro aprende na prática, né? Eu tenho dificuldade na Matemática. Mas, se for pegar na prática, é pouco tempo, eu tô fazendo tudo, assim.

Aí, é mesmo.

Eu melhor mais na aula prática, fazendo. É... Pra tirar uma conclusão, eu fazia ali defronte de... Eu sei fazer, mas muito diferente do que o curso ensinou. E quando foi na aula da instalação elétrica, a menina percebeu que tava todo o mundo ali na mesa fazendo, pegava um fio, pegava outro, pegava um fio, pegava outro. Eu ficava somente lá, eu como coordenador, eu era coordenador, né? Eu ficava somente lá olhando.

JM: Quem era coordenador?

Assim, que em cada equipe tinha uma pessoa pra ficar ali responsável, ficar somente olhando os meninos trabalhando, cada um no cuidado, e eu lá, de parte, olhando. É... Na teoria eu não aprendi nada, mas quando eu fui pra prática, lá em casa, mesmo, eu aprendi fazer tudo aquilo que os meninos fez no curso, eu fiz lá em casa. O curso pra mim tem uma significância muito grande. E na parte da hidráulica, eu me desenrolo bem.

Aprendeu na teoria e aprendeu na prática.

Muito bom.

E pedreiro e carpinteiro, o primeiro lugar.

JM: Foi mesmo?

Aí foi de uns que se empenhou mesmo nas obras aí, fez um bocado de casa, aí. Ele mesmo se dedicou mesmo pra fazer as casas, aí. Se casa de tijolo não foi à frente não foi por causa dele, porque ele mesmo pegava as pessoas, e bora, bora...

Se hoje eu fosse pra construir uma casa, construindo com meu recurso, eu não usaria tijolo cerâmico. Usaria o mesmo processo que o curso ensinou, da fundação até eu terminar, com o tijolinho.

JM: Por quê?

Por que eu achei, no meu... Na minha teoria, mesmo, assim, é... Muito embora com o custo alto, mas eu achei que desenvolve mais rápido, assim, do que uma casa assim... O que faltou pra desenvolver o tijolinho, foi só (...) o pessoal que dividiu.

JM: Mas não entendi esse negócio “desenvolve mais rápido”, não. Explique aí, explique aí melhor.

Assim: eu acho que, no processo do tijolinho, que foi explicado tudo, esquematizado desde o alicerce quando termina, pra começar as paredes, eu acho que vai mais rápido de que um tijolo. Porque a gente, a gente... Pra ter uma experiência da minha casa, a gente gastou doze dias pra botar em ponto de madeira. Agora, só porque o processo foi mais rápido, porque foi cola, né? A gente gastou doze dias pra botar a casa em ponto de madeira. Foi o mesmo pedreiro que trouxe o curso pra cá, foi Sérgio, né? Ele foi que levantou. Teve alguns erros que ele não fiscalizou muito pra fazer os pedaços de tijolo, fazer as canaletas, tudinho no serrote, aí teve que serrar coisa de serrote, eu fiz as canaletas todinha, quatrocentas e poucas canaletas no serrote. Mas eu achei que desenvolveu rápido demais, foi doze dias que a gente gastou.

JM: Quer dizer que a sua casa foi feita antes do curso, foi isso?

Foi antes, foi antes.

Foi a primeira casa, a dele.

Sim, mas eu só falei um pouquinho mais atrás do coisa, né, porque o...

JM: Mas é importante falar também disso aí.

Pronto. Se fosse eu, mode eu construir uma casa, se eu tivesse como, eu construía de tijolo ecológico. Da fundação, da maneira que o curso trouxe pra gente aqui, que eu achei muito ótimo, aquele trabalho ali.

JM: Oh, ele não falou ainda, ele diz que não concorda, agora eu quero ouvir.

O curso... A gente, no curso... O professor fez de um jeito que era pra suspender um metro de tijolinho, pra poder botar na altura de um metro. Aí, só no outro dia...

Não, não era de um metro, não. Era de cinquenta centímetros, geral.

Aí não podia botar, naquele dia, mais outro tijolo. (...)

Quando um pedreiro fizer uma casa de tijolo ecológico... São dois pedreiros, você vai fazer uma casa de tijolo ecológico, e eu de bloco. Quando você aprontar a sua casa de tijolo ecológico, eu já fiz duas dessa de bloco.

Eu acho, também.

Tem nenhuma diferença.

(...)

Eu quero dizer que, em termos de decência, de boniteza, não tem igual à de tijolo ecológico, não.

Aí, é.

Eu não tava falando boniteza, não. Eu tava falando do aumento das casas. Quem é que aumenta mais? Quem aumenta mais é a casa de bloco. Todo o mundo sabe disso.

Porque o bloco é mais alto, né?

Você vai comprar uma picape e um caminhão, quem carrega mais bloco: é o caminhão, ou a picape?

O caminhão.

Então, pronto.

Mas a teoria de cada um, né? (...)

Que tem pedreiro que levanta, bota, mil blocos em um dia. (...)

JM: Além de Rubens, que acha que construiria de novo em tijolo ecológico, foi só ele? Você faria também?

Faria.

JM: Por que você faria?

Porque, além de ser mais bonita, é... Como é que se diz? É rápido, é bom pra trabalhar, certo? Agora, depende da dedicação, entendeu? A casa de bloco, ela, por exemplo, se um pedreiro já tem a prática de trabalhar com bloco, ele vai desenvolver mais. Mas a casa de tijolinho, também, se o pedreiro tiver já a dedicação com o tijolinho, ele também desenvolve, entendeu?

Tudo é o material no pé. Se o material tiver no pé... É, se o material tiver no pé, porque as vezes agente fica em dificuldade de material, né?, pra gente trabalhar.

Se você pegar numa casa mais seu Rubens, de tijolinho, e outro pedreiro prático mais outra pessoa pra trabalhar numa casa de bloco, eu garanto que, no mesmo tempo que ele dá a casa de bloco pronta – pronta, to falando pronta, com telhado, rebocada – nós dá, nossa casa nós dá pronta também, frisada e...

Tendo o material no pé, dá.

Tem também um porém. Tem que ter uma pessoa botando a bombinha, né? A pessoa tem que botar, assim, a massa em cima do tijolo ecológico, e outro já vir... Tem que ter duas pessoas pra trabalhar no tijolo ecológico. Como o pedreiro, não. O pedreiro que faz de cerâmica, ele mesmo pega a colher dele ali, vai assentando bloco, e vai embora direto, né? Por isso que é mais rápido. Bota mil tijolos num dia, tem pedreiro que bota mil, tem uns que bota duzentos, e aí vai... Varia.

Eu tava pegando mais seu Rubens ali, nós com aquela bisnaga, né?, seu Rubens, de lona. Tava o maior horror, nós dois. Aí, eu inventei... Não tem aquelas garrafinhas de “bike”, aquelas garrafinhas de carregar água? Eu tirei aquele bico, botou nessas garrafas dessas pet de guaraná, enchia doze garrafas daquela, era só tirando o bico e... Rapidinho. Nós desenvolveu, não foi? (...) Você ia na obra, só via era a gente com a garrafinha, fazendo o serviço.

A diferença de trabalhar com o bloco e o tijolo é o seguinte: é que o tijolo, ele exige precisão, principalmente nível e prumo. O bloco exige, mas não é tanta precisão que nem o tijolo. O tijolo, se você ratear uma metragem aí, de um centímetro numa parede dessa, pode desmanchar tudo e fazer de novo. No bloco você tira, no tijolo não tira, não. Cinco centímetros, dois centímetros numa metragem, aí chega lá, vai botar um bloco, um tijolo inteiro? Não dá. Vai botar meio tijolo? Como é que você vai botar meio tijolo num canto? Não cabe, entendeu? Aí você vai serrar o tijolo. Ou você faz aquele negócio feio até em cima, ou então desmancha tudo e faz de novo. Então, o que o tijolo exige é precisão. A mesma coisa no nível: o tijolo tem que seguir no nível, de embaixo até em cima. Porque, como é que você vai botar uma caixa de tijolo em cima, pra fazer o telhado? Não tem como. A diferença de bloco pra tijolo é essa. Principalmente outra coisa, na questão da prática, assim: porque um pedreiro, com um ajudante bom, se ele assenta mil blocos num dia, no tijolo ele pode assentar até mil e quinhentos, ou dois mil. Só que não sei se vai dar diferença no desenvolvimento, né? A questão do tamanho. Vai também a bitola, porque tem tijolo pequeno, tem grande, né? Tem várias bitolas. Se você pegar um tijolo, assim, vamos supor, de quinze centímetros de altura por vinte e cinco, então ele vai dar quase na mesma coisa do bloco. Agora, se você pegar um tijolinho de dez por sete, só, aí, pronto. Aí, você vai assentar dois mil tijolos pra dar um metro de parede.

É, não adianta.

O problema do tijolo que foi aprovado aí, e que a gente trabalhou, acho que dava pra encarar. Só que o custo é mais, né? Aí, o custo é mais, porque só pra fazer oito mil tijolos é quarenta sacos de cimento.

É, quarenta sacos.

JM: É o que gasta numa casa, oito mil tijolos?

É, oito mil tijolos, quarenta sacos de cimento.

JM: A gente falou da parte teórica do curso, e a gente não falou da parte de pedreiro, de teoria de pedreiro. Alguém teve dificuldade, querem falar alguma coisa da teoria do curso de pedreiro?

Eu mesmo, pra mim foi ótimo, beleza.

JM: E carpinteiro?

Carpinteiro eu tive dificuldade, porque eu nunca tinha feito.

JM: Não, só a teoria, por enquanto só a teoria. Depois a gente vai falar da parte prática.

Teoria da parte de pedreiro, pra mim, foi ótima.

Foi o mais fácil que teve.

Foi bem explicado, ali, pra gente. Quem não sabia, acho que teve uma noçãozinha. Quem não sabia de nada, mas teve uma noção do que é que era, de tudo o que ele tava explicando ali, mas eu mesmo, pra mim, foi um tapa. (...) Quando eu fui pra parte teórica, na prática, quer dizer, pra mim foi beleza, foi legal. Apesar que eu nunca tinha trabalhado com tijolinho, mas já tinha noção. Já trabalhava no bloco, não profissional, quando trabalhando com bloco em Salvador. Mas quando foi no tijolinho pra mim foi beleza, não senti tanta dificuldade, não.

JM: Mais alguém quer falar? Você, rapaz, que está calado.

Eu acho que o curso de pedreiro, assim, aqui a gente fez esse curso foi mais pra tijolo ecológico, não foi pra tijolo de cerâmica. Então, eu tive dificuldade assim, na maioria das partes, na maioria do curso, eu tive dificuldade em todas. Em elétrica, em tudo, né? Todo o mundo teve assim, maioria da parte elétrica, também. Em tudo eu tive, porque a maioria do tempo era mais no tijolinho, fazendo tijolinho pra transportar. Mas eu mesmo peguei participação em elétrica e nos outros cursos eu fui classificado. Mas só que eu ainda tenho dúvida em tudo, assim. Eu, mesmo, não tenho coragem de pegar uma casa pra fazer, porque eu não tenho... Posso até fazer...

JM: Você ficava mais fabricando tijolo, era isso?

Era. Tinha mais... Ficava lá e cá, né? Mas tinha coisa que eu não peguei, mesmo, assim, mas eu acho que eu mesmo, na minha lógica, eu não pega nada pra fazer. Posso até ter uma noção de fazer, mas fico com medo de fazer, por que não tenho segurança. Mas eu tive dificuldade em tudo. Em parar pra aula prática...

JM: Tem mais alguém que nem ele?

Eu também, que eu nunca trabalhei de pedreiro, nada. (risos)

Eu mesmo não me autentico no serviço.

(...) Depois do Thaba eu já fiz a casa do meu irmão, ali, de tijolo ecológico, tô fazendo a minha agora de bloco, e vou levar. Se der certo (...)

Aprendendo mais, né?

Oxe, né?

E a diferença (...) que tá dizendo aí que demora mais, é porque a casa de tijolo ecológico é à vista. De bloco não, ainda tem o reboco. O erro você tira ali no reboco.

No caso do tijolinho, se errar... (...)

Na parede de tijolinho, se erra um milímetro, se errar um milímetro já mostra logo a diferença.

Porque é à vista.

(...)

JM: Sim, agora vamos falar da parte prática. Eu vou deixar vocês livres pra falarem. Da parte prática: vocês acharam que teve pouco serviço pra fazer? Que teve muito serviço pra fazer? Que foi fácil, que foi difícil? O transporte... Como é que foi? Vou deixar livre, aí: a parte prática do curso.

Pra mim, o tempo foi legal. Foi tranquilo.

JM: O tempo foi apertado, foi demorado? Se poderia ter sido mais curto, mais rápido... Diga aí.

Tinha que ser mais... Prolongado mais, assim.

JM: Por quê?

Eu mesmo não peguei quase nada, então, se fosse mais á frente um pouquinho, ia se encaixar mais um pouquinho algumas coisas que faltou, né?

Eu acho que poderia se estender em algumas áreas. Vamos supor assim: pintura a gente não teve tempo de estudar pintura, não deu tempo. A hidráulica também foi um tantinho curta. Entendeu? E aí, a gente podia separar algumas etapas que o pessoal teve mais dificuldade, como... Hidráulica o tempo foi curto, mas acho que foi suficiente; nem todo o mundo passou, mas aqueles separou assim, “eu vou fazer”, conseguiu aproveitar. A parte elétrica, como a maioria teve dificuldade, eu acho que poderia se estender mais. Agora, como pedreiro e carpinteiro, que foi mais fácil, né? Nós não terminamos a parte de pedreiro e carpinteiro? Tudo bem. Agora, essa aqui que vocês têm dificuldade pode se estender mais, prolongar mais, entendeu, junto com as aulas teóricas, e

prática também, a gente arranjava campo pra fazer a prática e teórica, pra que fosse mais proveitoso, por que... Foi muito proveitoso, mas podia ser mais, porque muita gente não pegou.

Agora, Pingo eu vou dizer assim. Digamos, se fosse assim. Foi quatro casas que o curso fez; se fossem oito casas, ainda mais a gente tinha praticado mais ainda.

Justamente isso aí que eu estou falando: as partes que mais teve dificuldade deveria ter prolongado mais, entendeu?

JM: Mas o senhor acha assim, que se fossem oito casas, ia fazer diferença grande de aprender mais, ou com quatro casas deu pra aprender e...

Eu acho que a gente aprendia mais. Mais ainda do que...

Quanto mais, aprendia mais. Assim, o tempo que teve foi suficiente pra qualquer um aprender, mas...

JM: Isso que eu quero saber.

Quem teve interesse, aprendeu.

Foi suficiente pra aprender, rapaz. Mas só que a cabeça da gente mesmo, que às vezes atrapalha um pouco, né? Agente também só teve as aulas lá no refeitório, no auditório, teve as aulas lá, e quando saía dali ia diretamente pra casa, fazer suas coisas, e nunca teve tempo de estudar, entendeu? Se todo o mundo que tomou o curso parasse em casa pra estudar, quando ele voltasse no outro dia pra tomar aula, ele já tava sabendo muito mais.

Ia vir mais prático ainda.

Eu tentei fazer isso, mas não consegui.

JM: Por que não conseguiu?

Porque não consegui, mesmo. Principalmente na parte elétrica.

A da elétrica, você é doido? Bagaceira. (...)

Era muita coisa.

Aquele negócio de... Quando mistura letra com números, pra mim, olha o resultado. Se for só letra, é letra. Se for só número, é número. Aí, eu vou. Mas se misturar letra com número, pra mim... (...)

Eu mesmo, particularmente, eu me esforcei muito na parte elétrica, agora quando falou teórica, xinga meu nome (...). Até porque ninguém aqui teve tipo a proximidade com planta. Quem já pegou numa planta de casa aqui, elétrica? Pra fazer assim, prática, quem já pegou, aqui? Eu acho que ninguém. Quando chegou essa novidade, todo o mundo ficou assim: “porra, não sei pra onde é que vai; um ponto desce, outro sobe, outro vai, outro cruza, outro faz um x, outro faz um jogo da velha”. Todo o mundo ficou com a planta da mão parecendo até que era um prato de comida, só olhando como é que fazia. Então, ninguém teve essa oportunidade de pegar numa planta elétrica pra implementar na prática, numa casa. Aí, na prática, no bruto, no olhar, todo o mundo faz; agora, com a planta na mão, que é o certo, todo o mundo fica naquele negócio, meio... Aí teria que ter o apoio, que é o professor, que é o instrutor. Mas mesmo assim, tomando a teórica lá, bem feita, a teoria bem praticada, mas mesmo assim, quando chegava aqui na prática, na casa, todo o mundo ficava naquele baleio, porque ninguém ia... O professor ia dizer assim: “tome o fio, e faça”. O professor chegava, falava, o instrutor: “tome aqui, a planta é essa, vá e exerça agora a função agora, em prática”. Como é que exerce, se eu não sei nem o que significa aqueles negócios? Uma planta desse tamanho, fio como a desgrama, de um lado e do outro, o outro cruzando, subindo, descendo, um bocado de pontinho... Aí eu ficava assim: “porra, não, professor; rasque isso aqui, jogue no lixo, agora me dê o fio que a gente trabalha”. Aí, é coisa. Por isso que teve muita dificuldade pra eu aprender, por isso: porque teve muita planta e coisa que ninguém nem sabia que existia. Que eu mesmo não sabia que existia planta. Eu ouvia falar em televisão: a planta de não-sei-o-quê-lá tá pronta, que não-sei-o-quê, apartamento... Mas aqui, mesmo, que eu vi, eu mesmo fiquei “baleado”, não sabia nem pra onde ia. Agora, me dediquei nas aulas, me dediquei. Agora, só que as plantas “matavam” todo o mundo. Não tinha jeito.

Na parte prática, eu me saí 100%.

Não teve um do curso que vai me dizer agora aqui que teve... Que tenha facilidade assim, de aprender na teórica, com a planta na mão. Quem foi que teve? Ninguém teve. Na prática, todo o mundo exerceu muito bem, agora, na teórica, com a planta na mão, ninguém teve facilidade. Porque não conhecia, não tinha entendimento daquilo.

Teve muita oportunidade.

Não existe, não. Não existe, não.

Teve muita gente que não aprendeu porque ficava se escondendo do trabalho.

Né “ficava se escondendo”, rapaz. Eu vou lhe dar hoje, aqui, uma planta elétrica pra você me dizer o que significa os pontinhos ali.

(...) Os professor que tinha que ficar de marcação com todo o mundo.

Não, que...

É, o serviço tava aqui, e muita gente ia se sentar lá, entendeu? Então, não é isso. Quem quer aprender vai pra cima.

À força? Não, à força, não é desse jeito, não. Tem que ter uma certa noção, você tem que ter um certo tempo pra aprender aquilo. Não é à força, não. À força, só no empurrão, só carro velho.

Se você não quer, como é que você vai aprender uma coisa que você não quer?

Não, não. Eu passei dois dias, na elétrica, eu passei dois dias só pra ler a legenda, pra quando chegar lá, no dia, na prática, não fazer errado. Dois dias só vendo a legenda, os pontos o que significava. Onde é que descia, quantos metros descia, quantos metros subia da parede, não-sei-o-quê-lá, se era isso, se era aquilo, dois dias praticando uma legenda. Vai, o cara me dá hoje um negócio sem legenda, sem nada, eu vou fazer como? Como que sabe fazer? Eu vou lhe dar aqui, agora, pra você me dizer. Não tem condição, não, rapaz, isso não existe não, rapaz. Eles lá, eles lá sabem o que estão fazendo, que eles aprenderam não foi há dez, nem doze muitos anos, já. Eu, você, que não sabe nem de o onde é que vem aquilo? Não venha pra cá me dizer que aprendeu, não.

JM: Isso é só com a parte elétrica, ou qualquer projeto?

Qualquer projeto. Se não tem entendimento? Eu, mesmo, tive dificuldade em todas as áreas.

Acho que, pra mim, tudo importante é o mais interesse. Quem tem interesse, acho que aprende melhor. Acho que é isso.

É a boa vontade.

Sim, aprende. Mas em cima desse interesse, como ele estava falando, não teve tempo pra todo o mundo se adaptar àquele sistema. Quem é usa planta dentro de casa, pra fazer casa hoje, aqui? Me diga, aí. Da fundação até o telhado. Me diga quem aqui tá aqui no meio, me responda. Você usa?

Quem usa planta?

Sim.

Eu já usei.

Aqui? Se não usar a planta, como é que vai fazer?

Sim, claro que você vai ter que observar a casa com a planta na mão. Mas, depois de levantar um metro de parede, você usa mais pra quê? Usa elétrica? Usa hidráulica? Não usa, porque você pensa que tem o entendimento, que você aprendeu no curso, mas não é. Não, não existe. A marcação e a fundação você tem que ter a planta na mão, se não você está errado.

Mas se a planta é o início da...

Sim, meu amigo, mas na locação e na fundação você tem que ter a planta na mão, pra não fazer errado. Mas, depois que levantar a primeira fiada, não existe mais planta pra ninguém. Existe?

Só no piso, no acabamento, pra aprontar um banheiro...

O pedreiro que está trabalhando aqui, ele já sabe aquilo ali de cabeça. Ele já sabe quanta metragem tem aqui. O pedreiro que está fazendo as casas, o resto das casas aqui, se o senhor chegar lá agora, e visitar, aqui é quarto, cozinha, banheiro...

Não, isso aí até em casa o cara estuda, que o cara estuda de noite, pra de dia exercer na prática.

JM: Você, fale aqui, vá, diga aí.

E também, na maioria das vezes, por exemplo, o cara quer mudar alguma coisa. Vamos dizer, a parte elétrica, o cara quer botar pra lá, botar pra cá, quer pegar essa tomada aqui e botar praquele canto; então não dá pra ir muito pela planta, entendeu? E também toda essa questão do aprendizado que vocês estão falando aí: existe a dedicação e as deficiências. Eu acho que eu fiquei com a parte da deficiência, porque eu me dediquei muito. Eu não perdi nenhuma aula, não tinha uma falta, nunca cheguei atrasado, entendeu? E, assim, não aproveitei 100%. Não foi por falta de dedicação, acho que foi pelas deficiências. O tempo foi bom, mas pra mim foi pouco. É

opinião minha.

EN: Você acha que esse curso deveria ter mais tempo?

Devia ser mais prolongado, em algumas áreas, entendeu? Em algumas áreas. Por exemplo, carpinteiro foi ótimo. Mas pintor, mesmo, não deu pra aprender nada de pintor, porque só tinha algumas portas, entendeu? Hidráulica foi curtinha também, as aulas de hidráulica foi quase nada. E elétrica, muitas aulas de elétrica, bastante, mas devia ter tido mais, porque o pessoal não conseguiu pegar tudo. Então, nessas áreas que tinha mais deficiência, eu acho que poderia ter prolongado mais. É opinião minha.

Mas, Pingo, complementando a sua fala, aí. Mas só teve poucas aulas dessas áreas que você falou porque o serviço era pouco na casa. A casa que a gente fez aqui foi uma casa simples, não tem cinco nem seis banheiros pra você ter 15, 20 dias de aula. Então foi um serviço simples, que foi um banheiro desse aí. Então teve poucas aulas porque o serviço foi pouco.

E foi, mesmo.

E a pintura, ficou participação pra todo o mundo porque a casa, além de ser tijolo ecológico, é à vista, então não tem reboco pra você pintar. Então, simplesmente o que era pra pintar era só porta e janela, então não tinha como dar qualificação à gente. Se for qualificar eu e você porque só pintou porta e janela, ave Maria, todo cachorro ia ser pintor, que chega lá mete a pata na lama, mete na porta, o cara já é pintor. Então, o serviço foi pouco, então as aulas tinham que ser poucas. Por que teve mais aula eletricitista, pedreiro e carpinteiro? Porque teve mais. Como tem mais trabalho, tem mais aula; menos trabalho, menos aula. Foi por isso. Não é nem dizer que teve menos aulas porque eles quis.

Eu acho que ele tá falando a verdade, mesmo.

JM: É isso mesmo?

É, é isso mesmo.

É. Quanto mais tempo de serviço, quer dizer que as aulas deviam ser mais, né?

JM: E você, que está calado, acha o quê?

Falar um pouco assim, da parte da planta, que ele falou, mesmo. Eu não sei se é isso mesmo que eu vou corresponder, mas eu mesmo já fiz uma única casa, que a casa que eu fiz não tinha fundação, mas eu já fiz várias casas aqui. Então, a casa da minha mãe, mesmo, eu fiz, eu fiz com planta. Se é o que ele tá querendo dizer aí, que mesmo a gente qualificado no curso, hoje, se for pegar uma planta pra fazer uma casa dessas aqui não vai acertar, isso?

Não, não é nem dizer que não faz. Fazer, faz, porque quem faz uma, faz mil. Como tem o ditado: onde passa um boi, passa uma boiada. Agora, tem determinados pontos. Você não vai pegar uma casa da fundação até o telhado com a planta na mão. Não existe. Tem que ter uma certa regalia. Não, não é com a planta na mão, entenda o significado da palavra. Eu vou botar um tijolo aqui com a planta na mão, é? Uma mão na planta, a outra no tijolo? Não existe. A planta na mão quer dizer... Você é maluco, é? Eu não to falando “botando um bloco com a planta na mão, botando um bloco com a planta na mão”. Não existe, como é que vai trabalhar? A planta na mão em termo, amigo, pegar de cima até o telhado com a planta na mão, isso em termo. Trabalhando em conjunto à planta.

A planta aqui, e a mão aqui...

Ele tá querendo dizer isso, o cara botando bloco com a planta na mão.

Isso quem tá dizendo é você, rapaz. Ele tá dizendo que está seguindo a planta.

Sim, se o cara inicia a casa com a planta, certo, mas só que tem o seguinte: o início de uma casa é uma coisa; o telhado é outra, hidráulica é outra, elétrica é outra, então são várias plantas numa casa só. Você vai fazer serviço hidráulico com a planta de telhado na mão?

Mas se você começa com a planta de uma casa, chegou no telhado, a parte do telhado já é outra coisa, já não é aquela planta. Não é?

É claro.

Se não, como é que eu vou trabalhar assim? Tem telhado, tem tudo ali.

A gente, mesmo, eu não sei se é capaz de gravar uma casa dessa daqui, mesmo sem a planta, e levantar. E eu faço.

Não é que... Faz, não; fez, já. E tem condição de fazer, por que não?

Se você usa a ferramenta de pedreiro pra levantar uma casa, então quando chega no telhado você vai trabalhar com a mesma ferramenta? Não tem como.

Então, vamos supor, o cara me dá uma casa pra fazer aqui...

A gente já tem um treino, a gente pega sem a planta.

Sim, vamos supor, vamos supor. A instalação elétrica...

Isso aí já tá virando um negócio de uma zoadá. Vamos fazer assim, pra o negócio ficar bem feito, conversa um de cada uma vez, pra não virar zoadá. Se não, vou coordenar isso aí.

(Risos.)

Eu acho que o pessoal não tá entendendo o que o cara tá querendo dizer, e ele não tá sabendo explicar. Por que assim: ele quer dizer que nem todo o mundo tem condições de ler uma planta, o que ele quer dizer é isso. Ele não quer dizer pra trabalhar com uma mão na massa, outra na planta, não é isso. Você vai fazer uma instalação, e o cara vai lhe entregar o projeto. Aí, pra saber onde vai ser tomada, onde vai ser interruptor, onde vai ter um bocal, é isso que ele tá querendo dizer, né isso?

É claro. Porque, vamos supor, um exemplo: a casa que nós fizemos no curso aqui, foi dois circuitos, não foi? Mas se o cara me der uma planta hoje aqui, eu não quero saber. Eu pego a planta, jogo no mato, pego, estico dois fios aí, saio distribuindo pra tudo quanto é lado aí, e pronto, tá feita a instalação. Mas não é da forma certa. Então, se o cara me der a planta, não vou saber executar o serviço com a planta na mão, quer dizer, da maneira que a planta tá mandando fazer. Eu vou fazer do jeito que eu sei fazer. É o quê? É o errado, na lógica. Então, escute o que eu estou querendo dizer: “nem todo o mundo sabe trabalhar com a planta na mão”, não o cara botando um fio com a planta na mão, ninguém é maluco. Pelo amor de Deus, meu amigo. Ninguém é quadrado, né?

Eu não entendi o jeito que você tava falando aí.

JM: Tem alguém aqui que se sente seguro pra pegar uma planta e fazer como está na planta? De elétrica, por exemplo. Não, vamos por partes. Uma planta do projeto arquitetônico, que diga, o de pedreiro. Alguém aqui pega a planta e segue como está na planta, pra marcar uma casa, pra subir?

Eu sigo.

Eu sigo.

JM: Alguém não consegue? Todo o mundo aqui consegue ler?

Eu, não.

JM: Pra tirar as medidas e marcas, você não consegue?

Aí, fica até mais fácil, né? Pra dizer, assim: em geral, a planta completa, não. Sempre tem alguns pontos que a pessoa se passa.

JM: Certo. O projeto de hidráulica. Se vocês pegarem a planta, vocês vão saber ler pra fazer do jeito que está lá?

Hidráulica eu não acerto, não.

JM: Tem alguém aqui que acerte?

Eu acho que 50% eu posso acertar. Hidráulica, nunca pratiquei aqui depois do curso. Eu já fiz várias casas, mas nunca parte hidráulica, assim, da forma que está na planta.

JF: As construções de agora, estão fazendo a parte hidráulica?

Estamos.

A parte hidráulica que tá fazendo é botar o vaso, um lavatório ali, e joga pra fora.

JF: Não, a parte de água.

Não. A parte de água vai fazer agora, que canalizou aí, fez a instalação.

JF: Então, vocês estão fazendo só a parte de esgoto, como estava previsto antes?

É isso que eu estou dizendo: se estiver errado, a minha está feita, lá, pra quem quiser ver. Se estiver errado, tá errado.

JM: Então, ele falou que acerta 50%, mas acho que ninguém aqui tem segurança pra fazer como está na planta, a parte hidráulica e de esgoto, de água e esgoto.

Hidráulica, eu mesmo, eu não tenho.

É capaz de eu chegar a 80%.

Faz, faz.

Na minha casa eu me garanto; agora, na casa dos outros...

JM: O projeto, agora, bicho-papão, o de elétrica. Tem alguém que pegue o projeto de elétrica pra fazer como está na planta?

Eu faço.

Eu faço, me garanto.

JM: Marcando interruptor, fio, tudo certinho como está na planta?

Eu marco e me garanto.

Também faço.

Eu não faço pela planta, não. Se eu for fazer, é deficiente.

JM: Você não disse que faz do jeito que você faz, puxa dois fios, puxa pra lá, puxa pra cá...

Eu vou lhe dar a opção dos outros, não a minha opção. Falei mais ou menos assim: que nem todo o mundo tinha condição de pegar a planta e fazer como tá na planta. Mas, se me der uma planta hoje, aqui, eu me desembolo.

JM: Você faz, como está na planta.

Não, eu estou opinando por mim, rapaz.

JM: Sei. Mas tem mais alguém aqui que consegue fazer como está no projeto?

Até hoje, eu nunca tentei, e também eu acredito que eu não consiga, ainda, não.

É como eu to falando: estou falando do meu estilo; dos outros, não. Eu posso fazer com de elétrica, mas de pedreiro e carpinteiro eu não faço nada. E aí? Vai me dizer o quê? Que eu estou certo, ou que eu estou errado? Não, estou sendo sincero. Talvez no curso eles sigam da forma certa, mas hoje, se eu pegar, eu não faço certo. E aí?

Você não está falando por você, você está falando pelos outros.

Sim, eu falo em modo em geral.

Você tem que falar por si.

Eu falo em modo em geral.

Tem gente aí que tem a capacidade de fazer como está na planta. Então, se eu me garanto, você não tem que falar por mim. Você tem que falar por você.

Sim, eu me garanto.

Então, pronto.

Mas eu vejo as possibilidades dos outros, por isso que eu estou falando.

JM: Diga. Quer falar o quê?

Se eu pegar o projeto pra fazer, eu não faço, não. De nenhum. Nem de pedreiro, nem de carpinteiro...

(Risos.)

EN: E o senhor?

A parte de pedreiro e encanação, eu vou.

EN: Pela planta. E elétrica?

Carpinteiro, também dou um jeito. Não me perco.

JM: É isso que eu quero saber: telhado, e tal. Se vocês pegarem um projeto, sabem fazer, como está no projeto?

Vai depender do projeto. Tem telhado que a gente nunca viu, mesmo.

Se for assim, um telhado simples desse, eu faço. Agora, se vai fazer, por exemplo, um quiosque.

Redondo.

Só um exemplo: se vai fazer um telhado de três águas.

JM: Sim, eu estou falando de uma coisa simples, do jeito que vocês viram no curso.

Agora, uma coisa simples, uma tesoura, aí eu faço.

JM: Tem mais alguém aqui que faz do jeito que está no projeto?

Do jeito que está aí, eu me garanto, também.

Se for dessa planta que nós temos aí, eu faço.

JM: Não, uma planta parecida. Não quer dizer que seja a mesma planta.

Eu sei. Tanto faço, como já fiz, também, em Salvador.

O que ele quer dizer, assim, é que... O que eu quero dizer, o que todo o mundo quer dizer: que surge a dificuldade pra ler as plantas. Seja ela de qual forma for, porque se eu faço a minha casa de um jeito, não é obrigado ele fazer do mesmo jeito. Plantas diferentes. Então surge essa dificuldade de ler as plantas, entendeu? Agora, por exemplo, a gente tem a capacidade de fazer. Se tiver uma ajuda de alguém ali, no caso, entendeu?

JM: É justamente isso que eu estou perguntando: a dificuldade de ler a planta.

É só isso, a dificuldade de ler.

JM: Mas eu sei que todo o mundo aqui faz.

Faz.

JM: Sem ler, ou lendo, todo o mundo aqui faz.

(...)

JM: Bora lá. Vocês receberam no curso uma bolsa de estudos, não foi isso?

Foi, sim.

Foi.

No valor de R\$ 100,00.

JM: Isso. Qual foi a importância, qual foi o significado dessa bolsa pra vocês, no curso? Assim: foi importante? Se não tivesse a bolsa, vocês não fariam o curso? Ajudou, mas não era importante? Essa bolsa foi boa? Vá, diga aí.

A bolsa teve um significado importante pra gente. Mas na precisão que a gente estava aqui, mesmo se não tivesse – é bom que tenha, né? – mas mesmo que não tivesse, a gente tinha...

Podia nem todo o mundo fazer, porque da bolsa. Mas o mais importante não era a bolsa, importante era o curso.

Algumas pessoas, a bolsa não era importante, o curso era mais importante. Mas, pra outras pessoas, a bolsa era mais importante.

JM: Teve gente que fez o curso por causa da bolsa?

Isso.

O que eu queria dizer era isso.

JM: Fale aí, vá.

Tinha muita gente na época que tava sem dinheiro, e tal, né? Então esses R\$ 100,00 já dava pra comprar alguma coisinha pra ir passando, né? Pelo menos, pra família em casa. Porque, no período da dificuldade pra muita gente aí... A gente se alimentava aqui no refeitório, né? Mas a família em casa? Aí, esses R\$ 100,00 já dava pra comprar qualquer coisa pra família ir passando.

JM: E vocês acham que essas pessoas que estavam no curso por conta da bolsa, que essas pessoas atrapalharam o curso, ou que não atrapalhou, que depois as pessoas terminaram entrando no curso e aprendendo junto? Como é?

Não atrapalhava.

JM: De qualquer forma, também, a pessoa ficava encostada lá, né? Tá ali só por causa da bolsa, tá lá encostada... Como é que foi? Atrapalhou, ou não?

Tava por causa da bolsa, mas tava trabalhando. Entrou por causa da bolsa, mas a bolsa incentivou, entendeu? Incentivou ele a tomar o curso. Mas trabalhou, também.

JM: O senhor concorda?

Concordo. Desenvolveu... A pessoa desenvolve mais, né?

Com bolsa, ou sem bolsa, eu tinha entrado no curso.

Mas o curso foi bom, mas a bolsa também era bem-vinda, n'era não? Porque o pessoal que tinha filho, aí, passava o mês trabalhando, porque tinha que trabalhar, pra ganhar. O cara eu não disser que era bem-vinda, tá mentindo.

Pra mim, a bolsa ficava em terceiro lugar, porque assim: primeiro, era a casa, porque era a minha casa que eu tava fazendo; segundo, era o curso, que era bom, que era uma coisa que eu tava fazendo; terceiro, vinha a bolsa. Não desimportante, mas... Porque a bolsa acabava, a experiência não acaba nunca, e minha casa é pra sempre.

Eu sei que, do dinheiro do curso, eu fiz foi um tanque. Fiz um tanque, lá em casa. Me serviu, olhe... Oh, meu Jesus Cristo! Apanhava era água aí, olhe... Todo o mundo em falta de água, aí, e eu estou com o tanque lá, transbordando de água. Do curso. Então, me ajudou.

Porque muita gente que tava aqui no curso não tinha condições de largar sua família em casa pra vir tomar o curso. Mas, já que surgiu esses R\$ 100,00, veio tomar o curso. Os R\$ 100,00 ajudou, entendeu? Fez com que essa pessoa viesse. E se não tivesse os R\$ 100,00, aquela pessoa não ia deixar os filhos com fome em casa pra vir fazer curso, entendeu?

Pai de família não pode trabalhar o mês todo, e não receber nada. Aí não dá.

E enquanto ele estava estudando, também, no curso, não tinha como ele trabalhar, ele ganhar em outro setor, pra substituir, né?

É necessário que o pai de família ganhe uma pontazinha pra suprir família.

JM: A gente está chegando no final. Olha só: eu sei que foi feito aqui, também, algumas reuniões, uma parte do curso que foi o que serviu pra que vocês fizessem o planejamento, pra depois construir o restante das casas aqui da vila, não foi isso?

Foi.

JM: Então, agora eu queria que vocês falassem um pouquinho desse planejamento. O que vocês entenderam, se o que vocês falaram era ouvido, era respeitado... Como é que foi? Conta a história de vocês, quero ouvir de vocês.

Só foi feito na teoria.

Bom dia, meninos. Vou entrar um pouquinho de intrusa, já no final. O que você falou foi muito importante, realmente, só que as pessoas realmente não estavam respeitando a qualificação dos meninos. Inclusive lá no almoxarifado tive várias estouradas feias mesmo, com as pessoas, que eu acho um desrespeito com o ser humano, porque os meninos estavam lá ralando no curso, tudo direitinho, pra aprender, né isso? Então, cada um deles tinha uma qualificação diferente. A gente sabe aqueles que se envolveu mais, sabe aqueles que não se desenvolveu... Mas, em cima disso aí, a gente via a experiência de cada um. Então, em termos de respeito, os companheiros aí vão falar depois, em termos de respeito, os companheiros daqui, infelizmente, os daqui de dentro, os moradores, não respeitam. Não respeitam a qualificação que o companheiro tenha. Acha que aquela qualificação deles só serve só pra eles. Então, por causa desses problemas aí, teve um pouquinho de impasse. Teve um pouquinho de dificuldade no desenvolvimento das casas.

JM: Depois, né?

Depois. Porque, em cima do respeito, como eu falei anteriormente, as pessoas têm que respeitar a opinião de cada um, a sugestão de cada um, desde quando eles estavam sendo qualificados praquilo ali. Então, quando as pessoas não têm informação, por criticar aquilo que não participou, realmente, às vezes, deixava os meninos furiosos na construção das casas.

JM: Mas, assim: é porque você está chegando agora, e eu falei pro pessoal aqui, no início, que essa reunião daqui era só pra falar do curso. Assim, o que aconteceu depois do curso a gente vai falar na próxima reunião.

Ah, tá bom.

JM: O que eu estou perguntando, assim, do planejamento, é porque foi feito um cronograma, e dividiu isso aqui em zonas, equipes de quatro pessoas, não foi isso?

Isso.

JM: Então, eu estou perguntando disso aí durante o curso. Vocês concordaram com o que foi feito? O que vocês falaram pra esse planejamento acontecer foi ouvido, ou não foi ouvido? Vocês achavam que tinha que ser diferente? Sem pensar no que aconteceu depois. O que aconteceu depois a gente vai falar só na próxima reunião, só o que aconteceu depois. Eu quero hoje terminar a reunião aqui com o que o Thaba fez aqui dentro, estando aqui presente. Depois que foi embora, a gente vai falar na próxima reunião. Então, essa parte de planejamento, essa divisão de equipes de quatro pessoas, e a divisão do loteamento, da vila, pra poder construir. Como é que isso foi pra vocês? Vocês concordaram, não concordaram, acharam que ia dar certo, que não ia dar certo, acharam um trabalho perdido... Como é que foi?

Essa parte aí foi uma parte que era prioridade pra gente, aqui. Mas no dia que o Thaba saiu, que a gente fez uma reunião, aí começou as pessoas mesmo que estavam envolvidas na equipe, começou a desviar um pouco. Cada um queria fazer individual. Acho que algumas pessoas queriam fazer a sua parte individual. Aí desmoronou o planejamento que a gente fez pra conseguir o andamento do processo daqui, do curso. Mas aí, algumas pessoas quis fazer individual, suas coisas. Aí, por aí, foi andando muito lento. Algumas pessoas querendo tentar prosseguir aquilo ali, mas não conseguia juntar as pessoas que estavam naquele planejamento.

JM: Se a gente for começar a conversar sobre isso daí, vai dar cinco horas da tarde e a gente não termina isso aqui. Eu queria... Porque o senhor está falando, Rubens, do que aconteceu depois, que as pessoas fizeram individual. Eu estou falando do curso. Não teve uma reunião, não teve algumas aulas que eram só de planejamento? Assim o pessoal me disse lá. Rubens vinha pra cá, com Rogério, eu acho, pra falar do planejamento das casas. Não é isso? Não teve essa atividade no curso?

Teve.

Teve.

JM: Então, eu estou querendo saber dessa atividade. Porque a gente falou da parte teórica, já falamos da parte prática, e agora a gente está falando da parte do planejamento pra que depois vocês construíssem as outras casas. Ainda no curso, sem pensar no que aconteceu depois. Certo? Então, a gente vai falar agora só do curso, assim, dessa parte de planejamento.

Assim... Nós tomou o curso, certo? Na expectativa de fazer as outras casas, entendeu? Mas só que, depois, houve uma mudança muito grande aqui dentro. Que nós tava fazendo as casas de tijolinho, aí depois mudou pra bloco, e aí, nessa mudança, aí já cortou verba, o dinheiro que era pra ser feita a casas, pra pagar pra fazer a casa já não tinha mais, entendeu? Então, tudo isso aí foi fazendo com que as pessoas do curso desistisse.

Ficou só no planejamento, mesmo. Só ficou ali, na reunião, mas não foi à frente.

Porque mudou, entendeu? Mudou. Fez outra coisa, que era pra fazer as casas em mutirão, e aí atrapalhou um bocadinho.

Acho que, quando coincidiu um pouco da supervisão foi que... Foi o que Antônio me passou, né? Acho que é mais ou menos assim: que ele queria que a gente fizesse o curso, e prosseguisse em grupos. Por exemplo, quatro pessoas vai fazer a casa de fulano, quatro pessoas construíssem outras casas ali. O que eu entendi foi mais ou menos isso.

JM: É isso que eu estou querendo saber. Se vocês concordaram com isso aí, se foi uma boa idéia.

JF: Qual foi o diálogo que vocês tiveram com a equipe.

JM: É, até chegar àquele resultado lá, como foi a conversa que vocês tiveram?

Eu estou por dentro um pouco, assim. É porque a gente somos culpados de muitas coisas, né? Porque ele propôs a opinião lá, o planejamento que eles fizeram, e a gente também, muitos concordam, outros não concordou, então, a gente, na época, fugiu um pouco. Muitos não cumpriu aquilo ali, achou que fazer individual estava certo, outros achou que... Eu mesmo, se eu tivesse um grupo... A gente formou um grupo, aí, de quatro pessoas, ou foi três, né? Foi quatro. Quatro pessoas pra gente pegar dez casas, ou cinco casas, e tocar o barco pra frente. Mas isso não foi à frente, porque logo depois teve essa mudança aí também. E aí, fugiu completamente do planejamento do curso.

JM: Eu estou vendo aqui que a conversa... Vocês estão começando a falar do que a gente vai falar na próxima reunião. E aí, eu vou perguntar muito mais coisas de como que aconteceu isso daí, assim: por que o pessoal

resolveu trabalhar sozinho, quem foi que continuou trabalhando em equipe, essas coisas todas que eu quero saber. O que Paula falou, que o pessoal não teve compreensão...

Da maneira que você falou aí, deu a entender isso aí que agiu em nós todos, entendeu? Como foi o planejamento depois que terminou o curso.

JM: Não.

Eu entendi dessa forma. Só que você voltou e falou planejamento interno.

JM: Isso. Porque não foi feito os encontros no curso, pra planejar como seria depois? Então eu queria saber justamente desse pedaço aí.

Você quer saber mais ou menos a reação de cada um, durante o planejamento.

No caso, ele quer saber o seguinte: o que cada um de vocês pensaram em relação a planejamento de trabalhar em conjunto. Não é isso?

JM: Exatamente. Mas, pelo que eu estou vendo, isso aí vai, necessariamente...

Está um pouco apagado da memória.

JM: Não, não é que está apagado da memória. É que vai estar ligado ao que aconteceu depois. Não vai ter como a gente conversar aqui sobre isso, sem conversar sobre o que aconteceu depois, pelo que eu estou percebendo aqui, não é isso?

É.

Foi formado, foi formado os grupos, se é isso aí que você está querendo saber. Foi formado os grupos. Mas só que depois, entendeu? Cortou o dinheiro que era pra ser pago...

(Risos.)

Se não foi isso, não tem como explicar.

(...)

JM: Por que que a casa de Pingo foi escolhida? Foi sorteio? E as outras três? Foi sorteio? Como é que foi?

Não.

Porque era mais próxima uma da outra.

JM: Era tudo perto daqui?

Era tudo próximo, e era mais fácil pra facilitar o trabalho.

Quem tinha os tijolos, já.

Quem tinha os tijolos produzido, já.

Agora, viu, João, veja só. Porque assim: às vezes, a gente peca por a gente aceitar muita coisa. A gente peca por a gente aceitar muita coisa. Muitas vezes, lá, que eu não participei da aula teórica deles, lá dentro. Mas, muitas vezes, o professor passou aqui e tirou o grupo, digamos assim: botou Agapito, botou Pingo, botou Naldinho e botou seu Zé Mateus. Mas, muitas vezes, seu Agapito, não sentiu firmeza nem em Naldinho nem em seu Zé, só sentiu firmeza em Pingo, né? Então, pela forma das pessoas vir dizer assim: “olhe, forme equipe de quatro”, na equipe de quatro vai estar fulano, beltrano, beltrano, beltrano, então quer dizer que esse, com aquele receio de distorcer aquele grupo, então vamos dizer que, de uma certa forma, dificultou pra eles. Porque eu acho uma coisa comigo, porque se eu não me dou bem contigo, não tem mistério de eu ficar contigo, e acabou. Tem que abrir a boca: “olhe, não vai dar certo, professor, com fulano e sicrano”. Tantas vezes, aqui, os companheiros, aqui, que depois do planejamento que teve, ficou alguma zoadinha vaga. Porque: “ah, tirou eu, fulano e beltrano, mas eu não queria trabalhar com fulano, queria trabalhar com cicrano”, você entendeu?

JM: E isso não foi dito na hora.

Isso não foi dito na hora, então eles aceitaram. Então, o que que acontece? Quando foi depois do planejamento, direitinho, não foi adiante porque eles não queriam Benedito, eles não queriam seu Florêncio, e eles não tiveram a boca de abrir e dizer assim: “olhe, eu não quero ir com Florêncio, não quero ir com Benedito, eu quero ir com fulano e cicrano. Então, quer dizer, que por eles ficar calados, dentro da sala de aula, aí, quer dizer, que surgiram os problemas, e principalmente afetou o grupo. E aí foi bem mais por isso aí, entendeu?

JM: Eu estou vendo que não vai adiantar a gente falar sobre isso hoje, não. Já fica pra próxima.

EN: Vamos almoçar.

JM: É, a gente já tem uma hora e 45 conversando, foi muito bom.

(...)

Antes de você terminar aí, também, vocês podem ficar tudo aí sentadinho, que a gente vai trazer as panelas de lá pra cá, e vai servir vocês, tá certo?

JM: Pra a gente encerrar, pra a gente finalizar, eu quero saber o seguinte: qual foi a avaliação geral do curso? O que é que vocês acharam, o que é que faltou, o que foi bom, o que pode melhorar. Eu sei que muitos de vocês aqui já falaram, certo? Sobre isso tudo que eu perguntei aqui, agora: avaliação geral, o que é que faltou, o que é que foi bom, o que é que pode melhorar. Mas está aqui aberto esse espaço, como assim, uma forma de a gente fechar a reunião de hoje e, também, eu quero dizer que, se tiver alguém aqui que queira falar alguma coisa, mas que não queria falar na frente de todo o mundo, que queira conversar comigo depois, sozinho, também é possível, certo? Todas as informações que vocês quiserem colocar, que seja importante para a pesquisa, vale a pena. Então, agora é só um momento assim, de a gente fechar, e de vocês fazerem uma avaliação do curso, sem pensar no que aconteceu depois. Essa parte do planejamento e do que veio depois a gente vai conversar na próxima reunião. E aí, quem quer falar? Aliás, vou fazer diferente. Eu vou começar por quem falou pouco.

Tenho nada pra dizer, não.

JM: Sim, eu quero que você diga o que você gostou do curso, se o curso foi importante, se não foi importante, se você aproveitou alguma coisa, se não aproveitou...

Quando eu cheguei pra trabalhar já tinha acabado a marcação, aí eu fiquei só dois meses, e saí. Aí, eu trabalhei pedreiro e carpinteiro...

Não estou ouvindo nada, fale um pouquinho mais alto, aí.

A marcação eu não peguei, só.

JM: E a parte que você pegou, como é que você avalia? Foi bom, pra você?

Foi.

JM: Estava dentro de suas expectativas?

Tava.

JM: Você. Vou começar por quem está falando pouco.

Eu gostei, que foi bom pra mim, não só pra mim, mas pra casa de todos foi bom. Importante, né? Se outro “visse”, ia ser bom, também.

JM: O senhor também falou pouco.

Ih, falei tanto... Pra mim foi importante. Se “visse” outro agora, eu ia pegar do início, que era pra praticar mais alguma coisa.

E, sobre a avaliação? Porque ele avaliou o curso, assim.

Foi bom. Avaliação, pra mim, não tenho o que dizer, não. Eu não peguei a fundação também, que nem ele falou aí, mas o tempinho que eu trabalhei...

JM: E não pegou por quê?

Eu não sabia.

JM: Quando você soube, foi depois?

Foi. Já tava trabalhando, já tinha feito a fundação.

Posso falar um pouquinho?

JM: Diga.

Eu acho o seguinte, eu acho que o curso devia ter avaliado mais um monte de pessoas que... Eu concordo no meu grupo, também, uma vez, e eu às vezes eu ficava quebrando a cabeça. Eu procurava Dias, e falava: “Dias, como é que é que eu faço, rapaz? No meu grupo tem pessoas que não quer trabalhar, quer muitas vezes ficar sentado, batendo papo. Como é que nós vamos fazer isso?” Então, eu acho que no curso, mesmo, eles devia um pouco avaliar essas pessoas assim, entendeu? Porque às vezes você faz o trabalho, tem dez pessoas numa equipe, e só seis trabalham pelas quatro. Aí ficam quatro pessoas, às vezes: “ah, não sei o quê, tal”, fica batendo aquele papo,

fuma um cigarro, “vamos sentar um pouquinho, conversar”... Muitas vezes eu via que essas pessoas não eram avaliadas. Acho que deveria eles avaliar um pouco também essas pessoas, porque tem gente que, às vezes, trabalhou tanto, tanto, tanto, e foi avaliado e no final saiu como... Não recebeu o certificado que queria, não... Mais ou menos por aí, entendeu? Dá pra entender? Mais ou menos isso. Acho que deveria melhorar um pouco isso aí.

JM: Olha, isso que o senhor está falando é importante, porque já é uma coisa que pode melhorar nos próximos cursos. Não é só dizer assim: “o curso foi bom, foi bom, foi bom”. É bom, é bom ouvir também que o curso foi bom, mas ouvir o que é que pode melhorar é muito importante, talvez seja mais importante do que ouvir que o curso foi bom. Seu Antônio, não é isso?

É.

JM: Diga aí. O senhor falou pouco, também. Como é que o senhor avalia o curso?

Pra mim, rapaz, não poderia ser melhor. Eu trabalhei numa equipe de doze. Logo de cara, me escolheram eu pra tomar conta desses doze, trabalhar com companheirismo. Por eu ser o mais velho do grupo, não sei, porque eu só trabalhei com essa juventude aí. Um, dois, três, quatro... Não, você foi do outro grupo. Os outros não estão aqui. Eu dialoguei muito bem com eles, acho que eles dialogaram muito bem comigo, não teve desavença nenhuma, entendeu? Dentro do setor de serviço. Eles me obedecia, o que eu falava. Os professores estavam ali, pra poder organizar a gente, das melhores maneiras possíveis. Um setor, em termo de produção, dentro do setor de trabalho, todos eles produziu: uns mais, outros menos, mas dentro da equipe sempre acontece esse tipo de coisa. Uns com mais interesse, outros com menos interesse, mas todo o mundo trabalhando. Não teve maior dor de cabeça. Eu comecei com a equipe do início, até o final, trabalhando com a mesma equipe.

JM: O senhor sempre coordenando?

A mesma equipe. Até o meado fui eu. Do meado depois, foi ele que passou a coordenar, porque não poderia ficar uma pessoa só. Dentro do meu grupo não teve problema nenhum, não.

JM: Seu Zé Carlos. Diga aí. Chico, não é isso? Diga aí, a sua avaliação do curso, assim, de uma forma geral, bem rapidinho.

A avaliação foi boa. A equipe que trabalhou comigo era boa, era ótima. Um esse aqui, outro aquele ali, mais e mais, só que gente que tinha mais sabedoria, também; já tinha experiência. Então, pra mim, foi uma coisa boa. Só o que eu tenho a dizer foi isso, mesmo.

JM: Deixa eu ver quem mais aqui não falou, falou pouco... O senhor, aqui.

(Risos.)

A única coisa que eu tenho de falar foi o mesmo que ele falou aí, que nós trabalhamos juntos, né? Desenvolveu. Eu procurei me entender com as pessoas, e procurei fazer minha parte, aprender, como eu aprendi algumas coisas aí. Qualquer lugar que eu chegar não passo vergonha, não. Se depender de morrer de fome por falta de trabalho, já sabe que, o que vier, eu passo por cima. Topo tudo.

JM: Diga aí, Rubens, sua avaliação geral do curso.

A minha avaliação foi ótima. Assim, com quem eu trabalhei, terminei o curso coordenando, né? Foi boa, não teve que... Assim, se tivesse algumas pessoas meio desligadas assim, do trabalho, e não tivesse assim, a efetivação de algum professor, por causa que a gente leva de consideração que o curso foi ótimo pra gente, e a gente tinha que estar empenhado, né? Mas não era assim, aquele negócio que o professor chegava assim, dizendo: “vamos fazer”, querendo cativar, né? Não teve. Foi uma avaliação muito boa, a gente se empenhou maravilhosamente. Foi muito bom.

JM: Você.

A minha avaliação que eu tenho, do curso, foi muito boa, trabalhei com um grupo também excelente, o coroa ali, e o que eu tenho a dizer é que foi produtivo, nós produziu, deu pra aprender várias coisas, e seguir em frente.

Benedito.

JM: Isso.

Pra mim, não podia ser melhor, de jeito nenhum, que, graças a Deus, todo o mundo começou amigo, terminamos amigos, sempre. Aí, tocar a bola pra frente. Pra mim foi bacana, tranquilo.

Pra mim já não foi muito bacana, porque eu não aprendi quase nada.

(Risos.)

Tá de onda.

JM: Sim, tem que dar a opinião, mesmo, falar a verdade. Vá.

Aprendi quase nada, não, mas pra mim foi ótimo, também. As pessoas que estavam mais eu foi todos pessoas amigas, e pronto.

O que você não sabia, hoje você já faz, né? Rebocar uma parede, já trabalha melhor levantando um bloco, já aprendeu alguma coisa.

O que eu queria aprender mesmo, eu não aprendi, que foi levar o gabarito da casa, né? Pegar do chão, mesmo, que até botar tumba, seu eu puder pagar uma pessoa pra tirar uma tumba pra mim...

(Risos.)

JM: E por que não? Por que ficou fazendo bloco? Ou, fazendo, tijolo?

Não tinha muito tempo, assim, não. Às vezes eu tinha tempo, também; às vezes era meio relaxado.

Ia segurando o fio descascado.

(Risos.)

Foi isso aí.

Caiu fora.

JM: Quem mais, aqui? Seu Florêncio.

Ah, o curso pra mim, parece que foi um anjo que caiu do céu. Trabalhei, vamos dizer assim, com ele aí, todos eles, a gente era da família, mesmo, e fizemos várias casas aí, e se viesse pra aqui dez cursos daquele, todos os dez eu, com bolsa ou sem bolsa, eu ia pra cima de um curso desse, pra aprender mais, porque o mais sabido do mundo era Salomão, né? Nasceu aprendendo, morreu aprendendo, e não acabou de aprender nunca. Então, se viesse curso pra aqui, eu ia trabalhar pra entrar no curso, pra aprender mais coisas. Ai, que viesse aí um curso aí com outras qualificação diferente de cada! Oxe, eu entrava no curso pra aprender mais. Só isso. Uma beleza, o curso.

JM: Sua vez.

Foi bom, o curso. Aprendi bastante, né? Peguei mais em prática, o que não sabia, aprendi um pouco. Não sei tudo, mas... E não foi melhor porque tudo o que foi discutido na sala de aula pra gente seguir em frente não deu, a maioria das coisas não deu certo, por causa de problemas no assentamento. Em termos de nossa aprendizagem aqui, de todo o mundo aqui, pra todo o mundo foi bom, todo o mundo gostou, certo? Se tiver mais oportunidade é bom, melhor ainda pra gente.

JM: Só falta Pingo, né?

É.

JM: O senhor não participou, né? Do curso.

Não.

JM: Diga, só falta você. Vai.

Faltou esse aqui, oh...

JM: Quem foi?

De novo?

JM: Ah, é verdade!

Não, eu falei, já, rapaz.

JM: Não...

(Risos.)

Eu falei, já, rapaz.

JM: Fale, fale, fale...

A minha avaliação geral, primeiro, do curso, foi bom até demais, até porque pessoas que não tinham certa amizade, certo vínculo, eu peguei aqui, dentro do curso. Muita amizade, brincava, dava risada, mas tudo dentro

das normas, dentro do curso. E aprendi muita coisa que eu não sabia. Sabia aprender, fazer uma casa, mesmo, só no olhar. Não sabia nem o que era colher de pedreiro; pra mim, colher era de pegar comida pra comer, entendeu? Aprendi muita coisa. Os instrutores, também, a gente pegou muita amizade. A gente pegou muito vínculo com os professores, com os instrutores, a gente gostou. E que venha mais, como está dizendo. De que venha, a gente está aqui pra aceitar, de coração aberto. A gente abraça a causa, e vamos trabalhar em cima disso. Independente do que for, a gente vai trabalhar em cima disso. Só isso.

JM: Diga.

Foi muito proveitoso, o curso. Acredito que eu aproveitei assim, 90%. Os outros 10% foi...

Foi a menina que mexeu no coração dele!

(Risos.)

... Fraqueza minha, mesmo. Mas, assim... E ainda tenho aquela tese que aquelas áreas que a pessoa tem mais deficiência, acho que deveria se prolongar mais, né? Porque tem aquelas que a pessoa tem mais facilidade, e as de mais dificuldade. Tipo, na área que tem mais dificuldade, priorizar mais. As que as pessoas têm mais dificuldade, tem que prolongar mais essas áreas. E que não aprenda tudo, 100%, mas que venha a aprender mais.

JM: Vai falar alguma coisa, Eduardo?

EN: Não, agradecer.

JM: Foi ótimo, viu? Foi muito bom, mesmo, o papo, aqui. Vocês não tem idéia de como foi bom.

EN: Vai marcar o outro dia, já?

JM: É, vamos marcar, isso que eu quero fazer. A gente tem um outro encontro desse pra fazer, pra falar justamente sobre o planejamento e o que foi que aconteceu depois: quais foram as mudanças que aconteceram, se houve desentendimento, se o pessoal... Quem foi que conseguiu seguir o planejamento, quem não conseguiu, por que não conseguiu... Isso tudo que a gente vai tratar no próximo encontro.

E ainda tá faltando gente aqui, ainda, né?

JM: Mas esse número aqui está ótimo. Olhe como a gente está aqui. Assim está bom.

O próximo encontro vai ser quando?

JM: É isso que eu quero saber. Vocês que marcam. O dia é melhor é sábado de manhã, é isso? Continua sendo? É.

JM: Se vocês quiserem marcar no sábado que vem, pra mim está ótimo.

Ótimo, também, né?

Pra mim, está bem.

Por mim, tanto faz.

JM: Pode ser? Pode ser? **JF?**

(Risos.)

Esse **JF** é uma onda, viu?

Dá continuidade de um sábado pro outro é bom.

JM: É, que não esfria, né?

É, não esfria.

JM: Então, vocês já sabem do que que a gente vai tratar no próximo sábado. E aí, já vão pensando aí, durante a semana, nas coisas que aconteceram.

Os acontecimentos pós-curso, né?

JM: Isso, os acontecimentos após o curso. Como foi que vocês construíram as casas que vocês fizeram, quem aqui... Por exemplo, ele aqui já teve uma experiência em Salvador... Essas experiências que vocês tiveram depois do curso. Teve gente que foi trabalhar aqui, como é o nome?

Pataíba.

JM: Isso, isso aí. Essas coisas que aconteceram depois do curso, é que é interessante saber, também. Ou seja: o

que foi que o curso mudou na vida de vocês, de que forma ele mudou. Agora, que saber o que aconteceu depois do curso. Beleza?

Vou fazer uma retrospectiva do curso passado.

É o que a gente colocou em prática depois do curso, né?

JM: Exatamente, é isso aí.

O que foi melhor mesmo no curso que a gente pegou foi o curso de tijolinho ecológico, né? Depois, na prática, mesmo, quando a gente saiu do curso, nós foi pra bloco.

JM: Olha, vamos deixar essa conversa pra semana que vem, certo? Vamos comer, que deve estar todo o mundo aí morrendo de fome. Beleza? Obrigado a vocês.

(Palmas.)

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DO SEGUNDO GRUPO FOCAL COM ASSENTADOS

Participantes:

JM: João Maurício Santana Ramos, pesquisador

JF: Joaquim Frederico Ferreira Fontes, técnico em construção civil do Thaba

Falas não identificadas: assentados do Menino Jesus

Local:

Assentamento Menino Jesus, Água Fria – BA.

Data:

16 de maio de 2009

JM: Como a gente tinha combinado na última reunião, hoje a gente vai falar do que aconteceu depois do curso, né? Como que as casas foram construídas e o que foi que o curso trouxe de melhoria pra vida de vocês. Pra quem não tava aqui na última reunião, na última reunião a gente falou sobre o curso. Só que sobre o que cada um achou do curso, as dificuldades que cada um teve durante o curso, e como é que foi que se desenvolveu dentro do curso, a parte de avaliação, os certificados, a gente conversou sobre isso. Ou seja: o que aconteceu antes de o Thaba chegar, e durante o período que o Thaba ficou aqui, que foi o período do curso. Hoje a gente vai conversar somente sobre o que aconteceu depois do curso, porque o curso vocês tomaram pra aprender a fazer o levantar, construir as casas, a parte elétrica, hidráulica, esgoto, e tal, pra que depois vocês próprios construíssem as casas, não foi isso?

Foi.

Foi.

JM: Então, eu quero saber, dessa construção, assim, como é que foi a direção dos trabalhos. Teve alguém que ficou à frente dos trabalhos?

Depois, você tá falando depois?

JM: Isso, tudo o que a gente for conversar aqui, agora, é depois. Quem foi que ficou à frente, assim, organizando? Teve alguém que ficou organizando a construção?

Não, não.

JM: E como foi que aconteceu, assim, essa... O dinheiro chegou, e quem foi que comprou o material?

O dinheiro chegou?

JM: Sim, tinha um dinheiro pra construir as casas, que o Incra repassou, não foi?

Não, na verdade recebemos o material, vinha do Incra.

JM: Sim, vocês não viam o dinheiro, vocês viam o material. Mas vocês não sabem quem comprava o material?

Não.

Aí, o seguinte: depois que Araújo foi embora, até certo tempo ficou Paula e Samuel (...) depois que ele saiu, chegou o limite dele.

JM: E eles faziam o quê? Paula e Samuel?

Eles... Dona Paula é que ficava no almoxarifado, controlava o material. E Samuel que ficava no campo.

Mestre da obra.

Era o mestre da obra.

JM: Sei.

Aí, depois que Samuel saiu, entregou, aí ficou por conta. Ficou por conta, assim: tinha uma casa pra fazer, o dono estava com pressa, aí procurava um pedreiro, pagava um pedreiro: “vamos fazer minha casa, aí”, aí fazia a casa. Acertava lá o preço...

Dava mais uma pontinha, mais, ao pedreiro.

Mas assim, aleatório, né? Melhor dizendo.

JM: Não foi um trabalho organizado?

Não.

Não.

Eu quero falar, também.

JM: Diga. Ela quer falar. Tem espaço pra todo o mundo falar.

Aí também a gente fez uma assembléia, porque ficou essa questão, assim, de ter ficado solto, como Pingo falou, aí, as construções. A gente fez a assembléia, e achou melhor colocar pra os núcleos de família. Aí os núcleos, cada grupo de dez, aí essas pessoas, que tinha pedreiro no grupo, aí ia fazendo esse trabalho, de estar construindo a casa daquelas pessoas. Entendeu? Cada grupo de dez se reunia. Por exemplo, o núcleo de família são dez pessoas, dez famílias, dez pessoas; e aí, tinha três pedreiros naquele núcleo, e aí naquele núcleo tinha três pessoas que não tinha casa, não tinha construído a casa ainda; aí saía aqueles pedreiros, junto com o dono da casa também, claro que ele ia ajudar, ia estar fazendo essas casas.

JM: Certo.

E, agora, uns deu certo, uns grupos estão dando certo, alguns grupos, mas outros não.

JM: Por que tem grupo que está dando certo, e tem grupo que não está dando certo?

Porque, assim, depende também de cada coordenador, né? É porque tem aquele coordenador do grupo que pega no pé, mesmo, que está junto, está rente, e outras pessoas que deixa assim, um pouquinho solto, não dá muita ligação.

JM: Certo. E essa divisão de grupo de família, como é que é isso? Tem alguma coisa a ver com a divisão que o Thaba fez? Porque eu trouxe isso aqui pra vocês se lembrarem do planejamento.

Não.

JF: Esses núcleos de família, como é que eles são feitos? Eles eram uma coisa anterior, já existiam?

Olha, já existiam os núcleos de família.

JF: Já é uma estrutura que vocês usavam, anterior.

Isso.

JF: Já é natural de vocês.

É. Aí a gente colocou agora, também, pra fazer as casas assim, uma forma de estar adiantando mais, entendeu?

JF: Uma forma de organização, de puxar os grupos de família pra ajudarem.

Isso.

JM: E esses grupos de família, eles são formados como, assim? Por pessoas que moram próximo? Como é que é formado? Ou por afinidade?

Não, é por pessoas da comunidade.

Fala aí, Clarindo.

Deixa eu explicar, um pouco. Porque, assim, logo quando existiu o movimento, o movimento tinha, e como tem, até hoje, as divisões de base. Quer dizer, base, é dividir por comunidade, por grupos de família. Por exemplo, assim...

JF: Essa divisão, então, já existia no início do assentamento?

Isso, com certeza. No início, já, do movimento. Que, assim, se a casa de Pingo tem dez pessoas, e está Pingo sendo um dos líderes da casa dele, como que é o coordenador, então ele que vai assumir aquele grupo. Mas só que as divisões não é pela própria casa dele. Por exemplo, é a casa de Preá, Preá é uma família, Nalva é uma família, Ninha é uma família, então vai ajuntando aquelas dez famílias, dez pessoas.

JF: Mas não tem nenhum critério, assim: você, você e você vão fazer esse grupo, ou...

JM: Atenda logo, atenda, atenda.

(Um celular tocou.)

Um momento. Alô? Clarivaldo. Quem tá falando? Quem tá falando, por favor? Não, foi não. Tá. Desculpa aí.

(...)

JF: E como é que foi, assim: esse grupo aqui vai ser essa família, essa família e essa...

JM: Como é que isso é resolvido?

Não, porque assim: é porque o movimento, ele, quando divide as famílias, entendeu? É uma questão de base, de base pra trabalhar todo o mundo junto, fazer uma construção junta. É uma família.

JF: Entendi. Agora, assim: tem, aqui, 50 famílias. Como é que eu divido de dez em dez?

Como é que divide?

JF: Não tem nenhum critério, não?

Não, não tem critério, é a divisão mesmo de família.

(...)

Como juntar? É basicamente assim: por exemplo, aqui tem gente de vários local, de vários lugar, várias região. Aí, como a intenção é todo o mundo viver, conviver em harmonia, aí, por exemplo, seu Bené é de Serrinha, e ele é de Coité. Aí, vamos pegar os caras de uma região, e botar junto, pra trabalharem tudo junto. É uma maneira de se conhecer e se aproximar, né?

JF: Pra não ficar assim, só o grupo da mesma origem, né?

É porque, se não, vem, vamos supor, dez pessoas de Serrinha. Aí, vão tirar logo: “não, eu quero ficar mais fulano, eu quero ficar mais fulano, porque já me conhecer”. Mas aí, vai ficar um povo já concentrado. Aí, pega dois de Serrinha, dois de... E bota junto. Aí, é uma forma de...

É uma mistura, fazer uma mistura.

Controlando.

Agora, seguindo sobre como ele falou ali, que entre essas pessoas do grupo, se foi pelo Thaba, não, porque muitos desses não foi envolvido no curso. Não foi envolvido no curso.

JM: Eu perguntei porque ali tem um mapa do loteamento...

É isso, eu estou entendendo.

JM: Ali foi dividido também de 10 em 10.

Isso, isso, correto. Então, o que a gente vê hoje, pelo que era no início do curso do Thaba, pra hoje, é que mudou muitas coisas, mudou.

JM: O que foi que mudou?

Um exemplo: porque quando nós fomos reunir, 40, ou foram 48, pra tomar aquele curso, muitos deles tomou, gostou, outros não gostou, outros não tá no meio de nós, mas. Mas ainda se encontra algumas pessoas que foi contemplado com o diploma, certo? E realmente, ficou essas pessoas pra dar andamento nas outras casas que tinha que ser concluído, entendeu? Mas, pelo que a gente vê, isso não avançou.

JM: E por que isso não avançou?

Isso que ficou uma pergunta: por que não avançou? Porque não houve um acompanhamento preparado pra esse pessoal que foi diplomado, entendeu? Não teve acompanhamento.

JM: Agora, o que é que você chama de acompanhamento preparado?

Entendimento.

Pra mim, um acompanhamento é estar o material posto no lugar, entendeu? E ter um mestre acompanhando a gente pra dizer assim: “oh, vocês tomaram o curso, estão diplomados, então vocês estão disposto a fazer o trabalho”. E, realmente, não teve isso. Em real foi isso, entendeu? Aí, muitos pergunta pra gente: “ah, quer dizer que vocês tomaram o curso, foram diplomados, mas não tem pra sair pra lugar nenhum com esse diploma”, porque é o que acontece, muita gente fala, certo? E, pra mim, e pra outros aí, a gente vê que até próprio, mesmo, as nossas casas aqui, não teve, assim, um acompanhamento físico pra poder a gente estar ali, junto, entendeu? Porque a gente tivemos uma discussão, até mesmo entre o próprio movimento, que as pessoas que foram tomar o curso seria remunerado, que, na verdade, foi essa. E não teve remuneração, até hoje. Então, por isso...

JM: Ninguém foi remunerado?

Não. Então, por isso que as coisas desandou. Esfriou, esfriou. Por isso que a companheira falou. Hoje, cada um tá fazendo suas casas, por grupo. Então, aí é onde vêm os grupos, que os grupos estão se reunindo, e estão fazendo suas casas. Mas, mesmo assim, tem gente que é do curso do Thaba que faz parte do grupo, que está inserido no grupo, mas, também, não é todos, não são todos, entendeu? Então, eu acho que, no meu “a ver”, tá faltando mais, assim, uma aproximação, um desempenho, entendeu? As pessoas que foi capacitado se reunir, até junto mesmo com vocês, porque tem pouco tempo, eu tava falando, falando com os meninos: “oh, eu acharia era tão bom que o pessoal do curso viesse até aqui reunir, entendeu? As pessoas pra ter mais uma fala, um entendimento, pra ver se as coisas mesmo anda”, muito antes de vocês vir. Eu sempre falava de Fred, e dos meninos, pra procurar incentivar as pessoas, entendeu? Acho que está precisando, ainda, é isso, entendeu? Mas as casas tá aí, tá indo, tá indo pros grupos, tal, tá saindo as casas. Agora, entre nós mesmo, que tomou o curso, foi capacitado, recebeu o diploma, eu acho que tá precisando mesmo de ter uma incentivação mais ampla, porque é muito importante.

Agora, teve assim, né? Teve pessoas que tomou esse curso, acho que não tinha quase noção nenhuma, e, depois desse curso do Thaba, eles conseguiram fazer um bom trabalho. Roney, mesmo, Roney, ele construiu várias... Acho que foi a casa dele, e a casa de Vaninha. Foi. Um trabalho muito bom. Naldinho... E o pessoal gostou muito do trabalho deles. Então, isso foi, pra eles, um avanço muito grande, né? Porque eles aprenderam, mesmo. Teve também Moacyr, né? E essas pessoas... A gente tá falando, assim, das pessoas que não tinha entendimento, não tinha conhecimento, né? E, aí, essas pessoas deu pra pegar muito bem.

JM: Certo

Até eu, mesmo. Eu não tenho um entendimento, assim, porque eu tenho a pior raiva de dizer assim, oh. Eu, quando pegava na colher de pedreiro, até mesmo pra jogar um negócio lá, que, quando a mão, a mão doía. Falei: “eu quero conta com isso, nada?” Pra mim, o curso que eu tomei, eu aprendi bastante, entendeu? Gostei, mesmo. E, pelo que eu não sabia, hoje já sei. Não sei muita coisa, né? Porque precisava mais um cursozinho, e tal. Mas, pelo que eu não sabia, hoje, com o conhecimento, pra mim tá ótimo.

Se demorasse mais um pouco, né?

Se demorasse mais um pouco, que foi três meses, né? Praticava mais.

Eu, mesmo, não tenho noção de nada. Só sei que com isso, né? Com esse curso, eu consegui, junto com outro rapaz lá, construir a minha casa.

JM: A senhora construiu alguma casa, além da sua?

Não, só a minha. Só a minha, junto com outro rapaz.

JM: Certo.

Mas aí, pra mim, né? Foi uma grande coisa, porque eu nunca imaginava que eu ia fazer aquele trabalho, um dia. Aí foi que eu consegui fazer tudo direitinho, frisar, e aí, sei que foi muito bom.

JM: Deixa eu ouvir, aqui, outras pessoas. O senhor, fale alguma coisa.

Pra mim, a mesma palavra dos meninos, aí. Foi uma beleza, rapaz. Eu, também, graças a Deus, peguei na minha casa mais um pedreiro, lá, fiz minha casa toda, e tá lá minha casa, maravilha, mesmo, boa, mesmo.

JM: O senhor estava no curso. Como é que foi a relação do senhor com o pedreiro? O senhor pagou o pedreiro? Como é que foi?

Não, não paguei, não. O pedreiro fez minha casa, mesmo. Quem pagava era o movimento.

JM: Ah, o movimento pagou?

Foi, sim. E saiu bacana, minha casa.

JM: E esse pedreiro, ele tomou o curso, ou não?

Tomou, sim.

JM: É alguém da equipe aqui, do curso?

É, um que chama Si, Nego Si. Ele não tá aqui, não.

JM: Certo.

Ele é bom, mesmo. Levou uma obra lá, bacana, eu e ele.

JM: Certo.

Ele já fez muitas casas.

Já, fez várias casas, ele, muitas casas.

E uma, que ele já era pedreiro, mas depois que ele fez esse curso, desenvolveu muito, como outros também que tá no curso, também. Que já era pedreiro, mas pegou muita prática, entendeu?

JM: E a casa da senhora? Que a senhora disse que fez com um pedreiro também, não foi isso?

Foi.

JM: Foi do curso também? De pedreiro?

Não, só eu que fiz o curso, mas o rapaz, não

JM: Ele era de fora?

Não, ele é daqui da comunidade. E ele até que construiu a casa dele também. É daqui do assentamento. E ele construiu a casa dele também, com tijolinho ecológico. Aí, ele foi lá, aí tinha alguma coisa assim, né? Que ele fazia, aí eu falava a ele como era, por causa disso, que eu tinha tomado o curso, né? (Risos.)

Arquiteta.

(Risos.)

Eu acho que uma das pessoas também que tomou o curso e construiu casas também aqui foi Benedito.

JM: Fala aí, fala aí.

Não, eu construí a minha, e a do vizinho lá, também, fui eu que levantei. (...) E peguei mais três, só que as outras três que eu peguei, uma mesmo tava quase no meio, eu peguei mais Pingo, não foi, Pingo? A mulher mandou dizer que... Falou que o filho dela tava vindo pra adiantar a casa, não foi, Pingo? Pra terminar a casa, não-sei-o-quê. Aí, parei. Fiz mais duas.

JF: Mas aí tava sendo pago pelo movimento?

Tava.

JM: Não era pelo proprietário da casa, não.

Não, pelo movimento, mesmo, porque tinha, cada um que desse a casa pronta, tinha R\$ 750,00. Pegasse de fundação a telhado.

JM: E o senhor levava quanto tempo pra fazer? Quanto tempo levava pra fazer a casa?

Vaí depender, porque nunca se pegava certo, nunca se pegava direto, direto, direto.

JM: Diga mais ou menos, assim, quanto tempo leva.

JF: Num trabalho contínuo, sem parar, quanto tempo?

Bom, 14, 15, 16 dias, dá pronto.

JF: Essa de tijolinho?

De bloco.

De bloco.

As de tijolinho acabou.

No tijolinho, a gente começou, que nem a casa de Pingo, mesmo, a gente, o curso foi a gente que fizemos, aí. Mas, pra fazer mesmo, depois disso aí que parou tudo, o tijolo parou tudo...

JF: Mudou o sistema

Mudou o sistema. Não prosseguimos.

JF: Em 16 dias vocês deixavam já coberta?

Já, tranqüilo, se direto, é.

JF: Rebocada, e tudo?

Rebocada, não.

Sem o reboco, sem o reboco. Que, com o reboco, gastava mais.

JM: Agora... O senhor falou que era R\$ 750,00.

É.

JM: Pra equipe toda, ou por pessoa?

Por pedreiro, por pedreiro. O dono da casa não ganhava nada, não.

JM: O dono da casa não ganhava, não.

O dono da casa tinha por obrigação de ajudar. Era ajudante.

JM: E participantes desse sistema de construir, sendo pago pelo movimento, há alguém que não participou do curso, daqui do assentamento?

JF: Que tenha sido pedreiro.

JM: Assim, algum pedreiro que não passou pelo curso, e que construiu também, que recebeu.

Muitos, muitos.

Muitos deles. Tem gente de Pataíba, gente daqui de Coité, mesmo.

Muitos.

JM: Mais do que os que fizeram o curso?

Não, como eu tava te dizendo, que não foi todo o curso que participou das casas. Alguns. Mas a maioria mesmo, mesmo que seja assentado aqui de dentro, participou mais, entendeu? Fazendo. Porque, do curso mesmo, foi poucos.

Não, a maioria.

Do curso?

A maioria do pessoal do curso trabalhou nas casas.

Eu sei Chico Torto, Nego Si, Plínio, Pingo, ele aqui, seu Rubens.

O capenga.

Naldinho.

Um bocado.

A maioria.

É.

Foi mais o povo do curso mesmo, rapaz.

O menino aqui mesmo de dona Maria, Moacir. A maioria, foi a maioria, o pessoal do curso.

Foi, mesmo.

(...)

Teve outro também que, hoje ele não está aqui, mas que trabalhou em casa aqui, também: esse... Como é... Paulo.

Aquele senhor forte, que morava aqui, também, ele trabalhou em casa. Seu Manoel.

Sim, Manoel.

Zé da Cruz.

É, Zé da Cruz, também. Foi a maioria.

É, tá certo, muitos participou. Agora, hoje, analisando, não participa mais.

Mas porque tem uns que já estão fora hoje, já saíram, então viajando, trabalhando fora. Outros foram embora, mesmo, desistiu.

JM: Mas deixa eu entender melhor. Assim: dos que fizeram o curso, vocês lembram que foram divididos em dez equipes de quatro pessoas, não foi isso?

4 de 8.

Foi de 8, não.

JM: Não, no curso.

Ah, depois, depois.

(...)

Oito, doze pessoas, dependendo.

Não, dentro do curso foi dividido por 12.

Ele tá falando do planejamento.

Ah, foi por quatro.

Quatro grupos de doze, deu 48 pessoas.

Mas isso aqui, esses grupos aqui, acho que nenhum funcionou, não.

JM: É isso que eu quero saber, se esses grupos funcionaram.

Acho que não funcionou, não.

(...)

JF: Não, não, não. Essa linha de cima eram as equipes de pedreiro.

Elas não funcionou, não.

JF: A linha de baixo eram as de carpinteiro. A de cima que é a principal, que é a de pedreiro. Algum grupo desses aí funcionou?

Hum-hum.

(...)

JF: Peraê, peraê... Benedito, Fábio, Cristiano e Edleuza trabalharam juntos?

Não.

JM: E por que os grupos não funcionaram?

Não, porque... Eu acho assim pra mim, que tinha aquele grupo de quatro, às vezes um achava que o outro não ia querer obedecer ele mandar dizer: "oh, vamos fazer isso". Ele não ia gostar. A gente não ia se entender, mesmo, aí desfez tudo.

É, é mais ou menos assim. É como diz o ditado: duas mulheres na cozinha não dá certo, ou salga a comida, ou deixa sem sal.

Primeiro grupo que foi feito comigo, mesmo, foi Pingo e coisa, depois Pingo já foi pro grupo de... Parece que de Edleuza, ou não sei de quem foi lá, aí misturou tudo, e acabou.

JM: Mas vocês trabalharam em grupo. Trabalharam em grupo, ou algumas vezes trabalharam sozinhos? Como é?

Ah, sozinho.

Depois do curso?

JM: Isso, depois do curso. Tudo que eu perguntar aqui, é depois do curso.

(...)

Depois do curso, falhou tudo.

Trabalhava dupla...

JM: Então, era assim: cada casa era uma casa.

Era.

Eu peguei mais Pingo numa casa, nós pegou, foi poucos dias, quando deu parece que cinco dias de serviço que eu dei lá, aí, a mulher disse que o filho dela vinha pra terminar a casa, não-sei-o-quê, aí, também...

Aí ficou assim, um clima, assim, uma expectativa durante uns quinze dias. Aí ficou assim: um procurava o um, outro procurava o outro.

Quando ia procurar o outro, o outro já tava com outro grupo.

Aí, também, procurava o outro, não achava mais, aí um chegava pro outro, sabe? Ficou aquele lance, expectativa. E na verdade, na verdade, não chegou nem começar.

Nem começar, foi isso que eu estou dizendo.

Até onde eu sei, nenhum começou. Aí, às vezes um esperando dois, três, tava junto com ele. Mas aí, tinha um que não tava.

Já não gostava, um não gostava.

Aí, já começava a reclamar: “ah, eu não vou no grupo de fulano”, “ah, fulano eu não quero mais”, “ah...” Aí, chegava o dono de uma casa, chamava um pedreiro: “vamos lá, fazer minha casa”. Aí o cara ia lá, e fazia a casa dele. Aí, pronto, aquele grupo já estava desinteirado. Aí, acontecia o mesmo com outro. Aí, pronto. Nisso aí, foi...

Desarrumando, desarrumando...

(...)

Começou a se reunir agora, como Nalva falou, nos grupos de família, que, de uns quatro meses pra cá, reuniu, olhou. Já outro grupo, já não é esse aí. Os grupos de família, ou núcleos, já, que começou porque já tava já chegando, já, já estamos terminando, as casas, aí chegou ao entendimento pra poder procurar outra forma pra terminar as casas mais rápido. Aí, o que aconteceu? Tem grupo que as casas já está 100%, e tem outros que só tem duas, três casas. Tem outros falta uma, duas.

O grupo de Rubens, mesmo, falta uma casa.

Aí, assim: vamos por grupo. Aquele grupo que tiver com as casas 100%, beleza. Os que não tem, os que tá terminando, é responsabilidade do grupo terminar a casa. Isso não quer dizer que, vamos supor, Benedito é de outro grupo, não possa entrar, não possa ajudar. Mas, aí, já é um cumprimento dele, lá.

JF: É um consenso.

É, tem que entrar num consenso. Mas as dez casas é responsabilidade do grupo. Se faltar nove, responsabilidade do grupo. Se tiver as dez casas...

É responsabilidade, também.

É responsabilidade do grupo. Aí, o meu grupo eu acho que tá em fase de acabamento, acho que duas ou três casas, no meu grupo. E tem grupo aí que já tava completo, e tinha outro grupo que só tinha uma, duas casas prontas, aí é que tava atrapalhado. Hoje, na verdade, foi o grupo que mais funcionou.

E também rolava aquela conversinha do dono da casa, que chegava assim, dizer: “venha fazer minha casa que eu te dou 100 contos por fora”. O cara tava no outro grupo, larga e ia fazer a casa do outro. Aí atrapalhou tudo. Houve isso também, que o cara oferecia ao ponto “faça minha casa, que você ganha o dinheiro do movimento, e eu te dou 100 contos por fora, ou 200, ou 150”. Aí o cara pegava os 750, ganhava mais 200, claro que o cara ia fazer, o cara precisava. Desarmava o grupo. O que desarmou mais também foi isso aí, oh. Foi pouca gente aí que deu dinheiro ao cara de fora pra fazer a casa deles, aí? Eu disse logo ao meu pedreiro: “olhe, eu não tenho nada, sou lenhado, só tenho os R\$ 750,00 do movimento; você faz minha casa?”. Ele disse: “eu faço”. “Então, eu não tenho nada pra dar”. E ele fez minha casa. Mas os outros botavam uma pontazinha por fora. Você sabe, na terra...

JM: Fez a casa do senhor em quanto tempo?

Hã? A minha casa?

JM: Sim.

Não levou nem 15 dias.

Não levou 15 dias, não. Você sabe: no céu, Cristo, e, na terra, isto (esfregou o polegar e indicador da mão direita, simbolizando dinheiro).

(Risos.)

JM: Agora, me diga aí, então: como é que foi definido quais casas seriam construídas primeiro?

Construídas primeiro? Foi as do curso.

Não.

JM: Não, depois do curso.

Ah...

JF: Qual era a sequencia?

Quem tinha os blocos.

JM: Sim, mas os blocos não vinham do movimento?

Vinha, mas tinha que descarregar o caminhão. Quem tava na frente, com os blocos, já ia construindo a casa.

JM: Os blocos cerâmicos?

É, os blocos cerâmicos.

Cada grupo de dez pessoas descarregava quatro caminhão, sendo 4.000 blocos pra cada casa. Então, botava 4.000 aqui, 4.000 na casa do outro que estava descarregando, 2.000 na casa da moça. Aí, vinha outro caminhão, tirava mais dois, inteirava aquele, 4.000, e aí botava nas outras duas casas, e aí ia até o fim.

JM: Sim, mas como é que resolvia? Vamos botar o bloco primeiro aqui nessa casa, depois na outra casa...

Era por grupo.

Se o cara estivesse no caminhão, trabalhando. Se ele estivesse descarregando o caminhão, que o caminhão era 10.000.

JF: Espera. No grupo, você descarregou em quatro casas.

Quatro caminhão pra dividir pra...

JF: Um caminhão pra quatro casas.

JM: Quatro caminhão pra dividir pra quê?

Vinha quatro caminhão.

JF: Ah, sim, sim, sim, sim.

Que é 40.000 blocos. Então, desses 40.000, era pra dez pessoas, pra dez donos de casa, que é 4.000 de cada casa.

Cada um grupo de dez.

JF: Aí, distribuiu num grupo. Nesse grupo de dez, aqui, distribuiu pra cinco casas. Como é? Começava primeiro por qual?

Aí cada um pegava um.

É, cada um pegava, não tinha negócio de...

Ele tá perguntando assim. Eu acho assim, que a preferência é pras pessoas que estavam morando aqui, que tá definitivo aqui, entendeu? Que tava morando, mesmo. Porque tem aquelas pessoas que ficam um pouco aqui, depois viajam, ficam um pouco lá e um pouco cá. Tem aquelas que veio, mesmo.

JF: O primeiro critério era esse.

É.

Mais apropriado era esse, quem tava morando aqui.

(...)

JM: Quem tinha o quê?

O material no pé da obra.

Também.

JM: Sim, mas o material não era esse que chegou de caminhão?

Sim, mas tinha o bloco. Aí, faltando cimento, ou, às vezes, pegar areia, na estrada.

(...)

JM: E quem dava o cimento?

O movimento, mesmo.

JM: Sempre o movimento.

É.

Às vezes tinha isso, mas faltava algo. O dono da casa tinha que dar os pulos nisso aí. Às vezes tinha tudo, mas faltava água, faltava areia. Aí, Se faltasse, aí, o cara pulava, pegava outra casa.

JM: Então, o dono da casa tinha que providenciar água e areia?

Água e areia, só.

É.

JM: Água e areia, só, e o resto o movimento dava?

É, tudo o movimento dava.

(...)

JM: A gente tava conversando sobre a ordem de prioridade das casas.

JF: E a areia, pegava onde, a areia?

Na estrada.

Na estrada.

JF: Pegava na estrada?

Como eu cheguei no final, quer dizer, no meio da conversa, estava meio de fora, era essa mesmo, entendeu? Estava trabalhando por grupo de dez.

JM: Grupo de família, que ele tá dizendo.

É, o grupo de família, de dez. Aí digamos que a gente pegava assim, dez pessoas, né? Primeiro o caminhão chegava, tinha que estar envolvido aquelas dez pessoas. Não importava que fosse marido, mulher, menino, tinha que estar envolvido aquelas dez pessoas. Se no primeiro caminhão Benedito não descarregasse, e ele estava na lista de dez, não se preocupasse que, no segundo caminhão, ele não participava. Por que não participava? Porque tinha que ser 4.000 blocos pra cada pessoa, entendeu? E os 500 blocos, a gente mandava depois. Era 4.000 blocos, e os 500 blocos mandava...

JM: Eram 4.500 blocos por casa?

Eram 4.500 blocos por casa. Casa de dois quartos, e três. 4.500 geral. Entre corte, e tudo, né? Aí, quando a pessoa não pegava o primeiro, ele não poderia participar do segundo.

A não ser que ele pagasse o dia do outro.

Isso. Porque aí saía do controle do orçamento. E os meninos aceitavam aquela pessoa no grupo se eles quisessem. Aí, quando a gente começou a trabalhar dessa forma, e tudo, que a gente tava trabalhando por rua, lembra?

Lembro.

A gente pegou a Avenida Brasil, pegava a rua de seu Benedito, pegava essa rua nossa, aqui. Mas aí, começaram a questionar que estava errado. Aí, que foi que fez? Começou a trabalhar por grupo. Foi onde desandou as coisas. Que, quando começou a trabalhar...

JM: Peraê, deixa eu entender um pouquinho. Então, de início...

Começou a trabalhar por rua.

JM: Por rua, distribuir o material por rua.

Isso. No caso, assim: primeira rua era a nossa, aqui. A segunda era a de Nalva, a terceira, a de Benedito, a quarta, a de...

JM: Aí não deu certo.

A gente estava trabalhando dessa forma. Até a gente estar trabalhando dessa forma, estava ok. Mas eles foi, começou a questionar que tinha fulano que não morava aqui, que recebia bloco, aquela coisa toda, e por um lado, tava certo, porque eu acho que, quem quer terra, tem que estar na terra, não é verdade? Não pode estar

simplesmente como os turistas. Aí, a gente mudou o quadro. Quando a gente começou a mudar o quadro, começou a ter aquela desunião, entendeu? Aí, mesmo assim a gente começou, como é? Andar. O material pra vocês, pago, vocês fazem que está pago. Cimento, isso, e isso, e isso. Só que as casas, hoje, nós chegamos num ritmo, que hoje a gente era pra estar com as 198 casas prontas, mas só que o individualismo aqui, às vezes, é demais. Na questão, eu tava tomando banho, ouvi Clarivaldo falando, ele falou a verdade, na questão dos grupos, né? Da desunião das pessoas. Quer dizer, se estivesse todo o mundo pensando numa equipe, as coisas ia andar, mas, infelizmente, pensando eu, no outro, no outro, aí as coisas não anda, mesmo. Aí, hoje, nós chegamos numa fase final de que a gente tem que fazer as casas, 198 casas têm que ser feitas de qualquer jeito. Então, agora, eu acho que é o momento, de agente pegar, agora, se unir todo o mundo, mesmo. Pra terminar as 198 casas, né?

JM: Vocês faltam quantas?

Hoje nós estamos com 187 casas entre pronta e começada. 187. Falta um monte de casa pra começar do chão, entendeu? E, pra completar...

JF: Tem alguma no meio do caminho, não?

Oh, 187 casas são as casas que já tá pronta...

E semi-pronta.

Você entendeu? E em construção.

JM: E essas que estão em construção, quantas são?

As que estão em construção são em médio de umas... Em construção, tem uma média de quê? De umas nove a dez. Porque as outras casas que tem, tá faltando piso, faltando reboco...

Reboco?

Faltando piso, faltando banheiro, faltando fossa, entendeu? Aquelas que o pessoal fez, suspendeu e esqueceu lá no tempo... Inclusive essas casas está prejudicando as que está pronta. Entendeu, agora?

JM: Prejudicando como?

Prejudicando, porque se o Incra vem aqui, e faz uma vistoria na casa de Ninha, e na casa de Ninha está faltando piso, banheiro e fossa, aí chega na casa de Norma, tá ok, né? Daqui a três ou quatro meses, o Incra vai chegar aqui e vai encontrar a casa de Ninha da mesma forma. Aí, a casa de Ninha está prejudicando a comunidade. Como se não bastasse um cidadão, vai fazer dois anos agora, o camarada tá fazendo uma casa. Dois anos! Entendeu? Dois anos, quer dizer... Dois anos fazendo uma casa. E quando chega lá em casa pra pegar material, quer, por cima... “Pode pegar”, como eu falei pra um, semana passada, eu falei: “engraçado, tu passa dois anos pra tu fazer sua casa”. Quando ele começou o primeiro trabalho, até o inicial, até agora? E, quando chega, quer que você saia correndo pra poder buscar material.

JM: Ele participou do curso?

Não participou do curso, mas não dizia questão. As pessoas que participou do curso, alguns dele estão ativo, estão na luta.

JM: Esse caso, a pessoa está construindo há dois anos, mora onde?

Turista.

(...)

E o pior não é nada, é que essas casas que tá faltando piso, que tá faltando banheiro, faltando fossa, alguma coisa, em vez de na gente estar adiantando outro tipo de casa, não; a gente tá atrasando, pra poder fazer aquela. Aí...

(...)

Por que sabem que sabem quem foi, e tá escondendo, não dizer?

(...)

Seu Florêncio, a questão aqui, agora, não é estar escondendo. Sabe qual é a questão? É que a gente vai ter uma reunião só com essa pessoa.

Direito tem quem direito anda, minha gente.

Só com essa pessoa que a gente vai ter uma reunião. E o Incra foi bem claro dessa última vez.

JM: Quais pessoas? As pessoas que estão sem casa, ainda, ou as pessoas que tomaram o curso?

Não, as pessoas que estão nesse sistema que eu falei.

JF: Pendente nas obras.

Com pendência, né? Então, com onze casas pra começar do chão. E os blocos já tá no pé, oh... Tem umas que já tem um mês, tem umas que já tem dois, tem umas que já tem três semanas. E uma pessoa que chegou aqui ontem – é por isso que eu digo que é tudo força de vontade – chegou aqui ontem, seu Antônio aqui vai fazer quatro meses, agora, já está dentro da casa dela. Uma coisa de pressionar a filha de dona Augusta? A menina de dona Augusta chegou aqui, tem quanto tempo que ela tem aqui?

Mais de dois mês?

Seis mês.

Acho que é seis mês.

Seis meses. Agora, pra começar, mesmo, o material dela chegou, ela meteu a mão e fez a casa. Tanto ela quanto Maria José. Quem foi a outra pessoa? Janete, não foi? São pessoas que, quando o bloco chegou, se preocupou.

As duas de lá de...

Isso. Com certeza.

Dou o maior ponto a esse tipo de gente.

Agora, as pessoas que quer, o bloco tá lá, no pé, tá nem aí, oh. Como Nalva passou essa semana, perguntou ao cidadão, o cidadão falou que is esperar os outros fazer. Então o bloco dele vai ser pego, você entendeu?

Ah, ele quer pronta, né, a casa?

Vai ser pego.

Porque se a gente, João, todo o mundo aqui se mobilizou, todo o mundo aqui se mobilizou, todo o mundo correu atrás pra poder fazer as casas, eu acho que não é justo...

(...)

A casa vai ser feita, agora, se ele vai ser o dono, ninguém sabe.

Isso. O senhor falou certo, seu Florêncio.

Vamos ver se ele vai ser o dono da casa. Ele tá achando que ele vai pegar, ficar lá fora, botar a chave na porta, e dizer: “tome sua casa”? Ah, é assim. Ele vai ter casa, mesmo.

Oh, gente, eu posso falar um pouquinho?

JM: Claro.

Vocês me desculpa, agora, a questão que as casas amargou aí, que não desenvolveu, a questão é essa: diz que não tinha mais dinheiro pra pagar os pedreiros, viu? Então, o pessoal, olhe...

Parou.

Parou, viu? E essas casas que tá andando, que dentro de um mês, ou dentro de dois mês, ou dentro de quinze dias tá fazendo, é porque o dono da casa quer morar na casa e tá pagando aos pedreiro pra fazer a casa. Foi a questão da minha menina. Ela queria morar na casa, não tem dinheiro pra fazer a casa, aí ela disse: “eu vou fazer”. E tem dinheiro depois? Eu não sei nem a finalidade, o que foi que responderam, se tem dinheiro, se não tem. Eu sei que ela botou pedreiro. O mais tardar foi três semanas, a casa tava pronta. Foi por isso que as casas parou e não teve desenvolvimento. Foi por causa disso, viu? Se eu prejudiquei, alguém me perdoe.

Não...

(...)

É a verdade.

(...)

Não prejudicou, não, porque eu falei isso aí neste instante, também.

É a verdade, é essa.

Por falta de recurso.

Por falta de recurso que as casas não tão desenvolvendo.

É, foi isso, mesmo. Uma pontazinha por fora, o cara vai fazer a casa. Foi o que eu disse aqui.

Se tivesse, tava todo o mundo concluído. Não tá...

Não tá. Aí fica: “vamos fazer as casas por grupo”. Uns combina, outros não combina, “ah, eu não vou lá, não, porque tinha dinheiro, o dinheiro foi não-sei-pra-onde, e eu não vou tomando casa, não”. Pronto, a história é essa.

Tem sentido, mesmo, o cara fazer uma casa pro cidadão de graça, entregar a ele na chave, e ele passar pra dentro de casa, e um pai de família estar lá, se arrombando, construindo a casa dele.

Isso é verdade.

Vai comer o quê?

(...)

Nessas crises, ninguém come.

Não é? Minha menina, mesmo, fez a casa. Vá perguntar a ela a situação que ela está. Devendo, né? Só que o pedreiro esperou, viu? Pra ela fazer, pra ela ir pagando. Aí, a questão.

JF: Não tem perigo de o pedreiro tomar a casa dela, não?

Não, ele não toma, não.

(Risos.)

Ele não toma, não.

JM: Deixa eu perguntar uma coisa. Eu já perguntei isso, mas eu estou com dúvida, ainda. Vocês falaram que a maioria do pessoal que tomou o curso participou da construção das casas, né? Né isso? Agora, eu quero saber o seguinte: vocês falaram que teve gente também de fora que veio construir, trabalhar aqui dentro, nas casas.

Veio, e teve muita gente de fora, mesmo.

JM: Eu quero saber: esse pessoal, que veio de fora, foi em maior número, ou em menor número...

Menor.

Menor, menor.

Me lembro aquele rapaz daqui, mesmo, de fora, fez a casa dela, parece que ele fez outra casa.

Ele fez a minha casa, foi a casa da minha menina...

E teve outra aqui... Solange. Parece que a casa de Solange.

Foi em menor número. Ele quer saber em menor número.

(...)

Quando terminou o curso, o que ficou claro pra gente, na época, que era Araújo, era que todo o mundo aqui terminasse as casas em equipe. O curso do Thaba veio pr'aqui pra poder profissionalizar os pedreiros daqui de dentro, pra terminar as casas, não foi isso?

Foi.

Só que, infelizmente, isso não aconteceu, você entendeu? De uma certa forma, de um jeito ou de outro, não aconteceu. Quando eu falei pra Fred, que dia foi? No dia que eu tive com ele, eu falei pra ele que se eu não trabalhasse no almoxarifado, que eu não tomaria esse curso. Eu não falei isso? Ele até questionou: “por quê?”. Eu falei: “porque sabe que eu não tomaria esse curso? Porque, pra mim tomar esse curso, por onde, pela bolsa?”. Pra mim, não interessava em nada. Porque eu acho assim, que a pessoa tem que tomar o curso, ia ser um saber, uma profissão, pra poder se desenvolver em cima daquela profissão, foi o que eu compreendi essa lógica na semana passada. Compreendi essa lógica na semana passada. Que, vamos supor, hoje eu cheguei numa firma. Aí, chega eu e Benedito, Benedito tem um diploma, eu não tenho. Logicamente que vão preferir Benedito, não a mim, porque Benedito tem o diploma, não é isso? Então, o que que adianta, a pessoa tomar o curso e simplesmente esquecer num canto? Pra mim, isso acho que não é vantagem nenhuma. E eu sou bem coerente com o que eu falo, nesse ponto, aí, que eu mesmo não tomaria. Não tomaria, porque muitas pessoas que tomou o curso – muitas não, algumas – algumas pessoas que tomou o curso muitas vezes não tem essa responsabilidade de dizer assim: “a gente vai tomar o curso pra fazer as casas do assentamento”. A não só as do assentamento,

eles também crescer em si. Eu acho que, na época, o Thaba veio pr'aqui com esse interesse, nesse interesse aí, mas... Muitos companheiros aqui ajudou, bem verdade, aquela coisa toda, mas é como falar aí na questão do recurso. Atrapalhou um pouco, também, porque quando tava tendo recurso, João, aqui é um assentamento que você mesmo vê como é que está, né? É um assentamento que não tem recurso nenhum. Então, quer dizer que quando faltou recurso, as pessoas que estavam ajudando também se recuou, porque quem é que vai trabalhar com fome, né isso? Tem pessoas aqui, como dois pedreiros questionaram pra mim, que tinha ido fazer uma casa em mutirão de um camarada lá, o cara não ofereceu nem um pouco de café. Muitas vezes o camarada já traz de casa, né? Naquela demanda, tudo, com fome, tudo, naquela situação. Então, quer dizer, fica difícil, né?

Vou com boa vontade pra fazer a casa do cara, chego lá, o cara nem copo de água quer dar. Lá, o cara se vire.

(Risos.)

É a crise, amigo.

Olhe, por mais crise que tenha, eu acho que um prato de comida ele não quebra ninguém. Eu lhe digo por esse moço aqui, oh. Preá. Hoje eu estou dentro da minha casa, dou graças a Deus primeiramente a Deus, em segundo ele, também. Porque na época, eu falei: "Preá, vamos fazer minha casa?", "vamos". Eu falei: "oh, Preá, é 230, né? Eu to só com 200", não foi assim? Mas café, almoço, merenda, tudo era comigo. E hoje, como é que diz? Estou dentro da minha casa...

JM: 230, como assim, 230?

É assim: pra fazer 8.000 tijolinhos, pagava R\$ 230,00, entendeu? Pra fazer 8.000 tijolinhos. Pagava R\$ 230,00.

JM: O movimento pagava?

O movimento pagava R\$ 230,00.

JF: Pra equipe, né?

É, pra equipe. Aí, aqueles 230 era dividido pra três, ou pra dois, dependesse...

JM: Em quanto tempo?

(...)

JF: Não, não, uma casa. 8.000 blocos, 8.000 tijolos.

Rapaz...

JF: Entre calha e tijolo.

20, 25 dias, pegando seguro.

Se pegar seguro.

JF: Quanto?

20, 25 dias.

Se pegar seguro.

E tem aquela demanda de, todo dia uma máquina, entendeu? Se batendo...

(...)

JF: E tem o revezamento também da equipe, por conta da...

Por isso mesmo que não pode pegar direto. Uma máquina tem que tirar num dia de seis, largando doze, pegando uma, uma e meia, até quatro, quatro e meia, cinco, tinha que tirar, no mínimo, 1.000 a 1.200 tijolos por dia, o que daria mais ou menos uma semana de uma casa pronta, quer dizer, cada máquina com oito dias dava uma casa pronta. Mas tinha aquela demanda, tal, de meio-dia, fazer traço, que o traço levava quase uma hora pra traçar, aquele negócio todo, aquele processo, até... Aí, demorava mais, aí passava dez, quinze, até vinte dias. Às vezes faltava cimento, também, às vezes faltava solo, pegava de trator.

JF: Sem faltar, sem faltar, sofre umas interrupções porque tem revezamento de equipe. Uma equipe produzia, tinha uma demanda, outra equipe já tinha outro compromisso.

Talvez de quinze, de dez a quinze dias tava pronta a casa.

É, até antes de quinze dias.

Quanto tempo?

Dez, quinze dias.

Agora, que as máquinas era pouca.

E espaço.

JM: Espaço pra... Cobertura?

A gente botava, vamos supor, assim, 1.200 tijolos aqui, nessa carreira. Mas já tem mais quatro máquinas produzindo, com outro espaço. Aí, no mesmo dia faz a mesma quantidade. Onde é que vai botar mais 1.000 tijolos, 1.200 amanhã? Aí, tinha que ter, esperando, botar uma quantidade menor, pra poder botar 500 ali, 500 mais tarde, e ter que esperar, no mínimo, mais três ou quatro dias, dando manutenção dia e noite do jeito que eu fiz, com dois, três dias o tijolo já podia ir pro lote, que só podia curar com três ou quatro dias, que é solocimento, tem que botar pra secar, blá, blá, blá, aquele processo do cimento. Aí, por isso, também.

JM: Acho que alguém aqui falou, não sei se foi o senhor que falou, falou em R\$ 750,00.

É.

Por casa, por casa.

JM: A mão-de-obra era 230?

Não, essa é a questão do tijolinho. Mas a casa de bloco, que eu estou falando.

JM: Ah, sim.

Tijolinho era pago em dinheiro, a mão-de-obra do pedreiro era outra, pra construir.

R\$ 750,00 era a casa de bloco.

Não, tanto faz, era qualquer uma.

JM: 230 era pra equipe que...

Fabricar o tijolinho.

JM: Pra equipe, pra dividir na equipe.

É, três pessoas por equipe.

Que tava fazendo o tijolo.

JM: E 750 era por pedreiro, por cabeça.

Pra construir a casa.

JM: Mas era por pessoa.

(...)

Se fosse dois pedreiros que tava trabalhando, o dinheiro era dividido pros dois.

Pros dois.

750.

Isso era pra construir a casa.

(...)

JM: Se fosse quatro pessoas...

Dividia pros quatro.

Agora, tinha que estar na chave, a casa. Com tudo.

O dono da casa era o ajudante.

Assim, o preço era tabelado. A fundação era um preço, levante era um preço, telhado era um preço, porta era um preço... Tudo tabelado, entendeu?

JM: Isso foi definido como?

Se somar, vai chegar...

JM: Sei, mas isso foi definido como?

Isso foi definido quando começou a construção dos tijolinhos.

Logo, derna do início.

Pelo movimento, mesmo, foi definição deles, mesmo. Pelo movimento, mesmo, os preços já veio tudo de lá.

Aí, assim. Fundação (...) era R\$ 90,00, levante era 270, entendeu? Aí, ia.

JM: Mas foi o movimento que planejou isso? Quem botou esses preços?

Isso já veio dentro do orçamento.

(...)

Já tem os preços separados, entendeu? O valor que seria pra cada casa.

JF: Mas como foi feito? Pela direção do movimento?

Sim, isso que eu to dizendo, também.

Também.

JM: Então, vocês não participaram.

Não, mas a direção vai até o Incra, e lá se consulta.

JF: Mas esses valores foram feitos por vocês, mesmo, aqui, não?

É, foi feito pela direção. É, correto.

Quando chegou na nossa mão, na mão de todo o mundo, aqui, já foi feito desse jeito, né?

(...)

De acordo o orçamento.

Já veio a demanda de lá, né?

Tirou o material, que não era problema do material, e chegaram no consenso de que o preço da mão-de-obra só daria pra fazer aquilo ali, que é pouco, mas foi onde dava dar. Então, aí, não coube o assentamento discutir isso. A gente sabe que veio de lá. Se foi a direção...

JF: Na verdade, comprou os materiais, e reservou uma parte para pagar a mão-de-obra.

Se fosse discutir aí, ninguém ia concordar aqui. Isso aí já veio de lá meio que direto, já pra ninguém discutir, mesmo.

É como Benedito mesmo falou, porque se viesse a discussão, pra discutir com a comunidade, aí a comunidade ia ter já um outro sentido de discussão, mas só que a demanda já veio de lá, mesmo, deles próprios, entendeu? Já veio com orçamento tudo certinho, o orçamento é esse, teve reunião, já veio tudo tabelado, assim, assim, assim, assim, aí falou "vocês aceita?". A galera ia dizer o quê, que não? Já tava tabelado.

Como Nivaldo falou, era fundação, alvenaria e contrapiso, R\$ 90,00, porque o resto, aí, agora é com ela.

(...)

JF: Eu cheguei a entrar em contato com essa tabela, porque Antônio me pediu pra que eu fizesse um estudo em cima daqueles valores. Não tinha o que fazer.

Ele tinha que citar anônimo, mas já falou.

JF: (...) Por curiosidade, como é que vocês pagam o pessoal? (...) Dos R\$ 5.000,00 reais, que é o valor, vocês tinham duas opções. Uma era entregar pra uma empreiteira vir fazer um circo aqui, e fazia um projeto diferente do de vocês. A outra era fazer a opção que foi feita aqui, que é comprar os materiais e, dos materiais, tirar um valor para mão-de-obra. A divisão de como pagar a mão-de-obra ia dar no mesmo, porque ia ser 750 do mesmo jeito, não é isso? A questão do valor de cada serviço é que eu acho que foi...

(...)

Inclusive o Rubens era pra estar aqui com o Thaba, também, sobre esse projeto, também, o tempo todo.

JF: A gente teve contato com esses valores então, antes de a gente chegar aqui. Já estava definido, porque era não para as coisas do curso, mas era para...

(...)

É, porque o curso já foi outro departamento.

JF: Ele chegou até a me pedir que eu desse uma analisada nos valores. Só que os valores, ele não tinham nada a ver com a realidade da construção civil. Era um valor que tinha, e era só esse valor pra construir.

(...)

Foi tanto que, na discussão do curso, teve gente que questionou de acordo o padrão, não foi isso? Tipo: “e o curso pode aumentar o padrão das casas?”. Não. Aí... Como é o nome do cabeludo?

Adilson.

Adilson falou: “não, não pode porque a discussão que teve entre o movimento, o padrão é esse, então vamos fazer a planta”.

JF: Cinco tipos de projeto, se eu não me engano, foi isso. Era dentro desses cinco tipos de projeto.

É. Dos cinco projetos, o cara escolhia qual era que ele queria.

JF: Esses projetos já estavam prontos, e João foi quem botou no desenho para a construção, no formato da planta. Fez uma adaptação, não foi isso, João?

JM: Foi, sim. É... Que eu vou mais perguntar aqui? Em que momento foi que vocês resolveram trocar de tijolo ecológico pra bloco? Vocês já falaram que era o bloco mais barato, né isso? Que a construção com o bloco sai mais barata. Mas como foi? “Oh, vamos largar isso aí, o tijolo ecológico, vamos partir pra o bloco”. Como foi essa decisão?

Porque assim, olhe. Muito tempo antes desse projeto, a maioria da comunidade queria as casas que fosse de bloco, viu? A gente teve essa discussão aqui com a comunidade, em assembléia, e tudo, entendeu?

JM: E por que o bloco? Por que o pessoal preferiu o bloco?

Mas, assim. Quando chegou pra ter essa discussão do tijolinho, aí acharam que o projeto já tinha feito do tijolinho, e que era um projeto bom, mais rápido, entendeu? E as casas ficava bonita, entendeu? E aí, foi um projeto que já tinha avançado, eles lá já tinha feito esse projeto todo.

JM: “Eles lá” você fala a direção do movimento?

A direção do movimento. Então, chegou pra comunidade, discutiu, tal. Algumas pessoas da nossa comunidade não aceitou que fosse feita de tijolinho. Mas como o projeto já tinha feito, “não, vamos fazer a experiência pra ver se fica bonito”. Fez a primeira experiência, como tem casa hoje daquela primeira experiência que tinha feito, que as casas tá em pé, realmente. Aí, acharam que tava avançando. Mas, eu mesmo, eu sou um de franco, que eu sempre disse, derna das primeiras discussão, que casa mesmo boa é de bloco, porque se as casas é feita de bloco, hoje em dia não tinha casa nenhuma mais pra fazer.

Mas não é isso, não.

JM: Por que casa boa é de bloco?

Eu acho que já é um costume, nós que já moremos nesses locais, nossas cidades, entendeu? Casa daqueles tijolo que bate de forno, e tal, outros de bloco, então é melhor ir pelo costume. Entendeu? E a casa de bloco é que adianta. Adianta mais, é mais rápida. Aí, o que aconteceu? O projeto foi indo dos tijolinho, e chegou num ponto que a comunidade teve que parar pra analisar, porque, se fosse dar prosseguimento, com dez ano, vinte ano, as casa não tava feita. De tijolinho.

JM: Não tava andando.

Não, não tava andando.

E, além de tudo, gastava, só pra fazer tijolinho, 40 sacos de cimento, né?

É. Então, que aconteceu? Aí, teve mudança de direção, mudança de dirigente, tal. Então o novo dirigente chegou pra comunidade, e que discutiu com a comunidade, e que discutiu também com o Inca, entendeu? Que esse projeto realmente não ia à frente, que ia demorar muito, e que os recurso das casa do Pronaf tinha que sair, agora, tinha que sair assim: as casas estando pronta. Então, que foi que ele fizeram? Chegou pra comunidade, e conversou com a comunidade, e aí buliram na ferida de alguns, né isso? Buliram na ferida de alguns, e que chegado ao ponto da comunidade toda, geral, concordar que a casa fosse feita de bloco. Entendeu?

JF: Já tinha quantas casas construídas nesse momento?

Na época só tinha 55 casas, não foi, Paula? Quantas já tinha feito de tijolo?

Pronta?

Pronta.

37.

Pronto.

Com a de vocês.

Pronto. Pronto, 37. Daí, dessas 37, aí parou, e partiu pra ser feita de bloco.

JF: Então tem 150 casas construídas no novo sistema, né?

Não, não, foi assim. Clari falou isso: 55 em coisa, né? Agora, pronta, na época que pararam, mesmo, só tinha 37 pronta, e tinha material comprado pra terminar as 55.

Então foi por isso que parou geral e concluiu...

JF: Então foram 55 de tijolo ecológico, e o restante...

E o restante, agora, de bloco. Então, por isso que aumentou muito a produção.

JM: Depois do bloco.

Depois do bloco. Entendeu? Depois do bloco Então por isso que está essa questão hoje, que o Incra tá exigindo as 198 casas prontas pra fazer a primeira parcela do Pronaf. Pronto, é essa a questão.

E nós também, nesse tijolo ecológico, nós teve muita “perca” de material. Fizeram um tijolo aí, não prestou, foi um monte de cimento...

JM: Isso bem bem no início, né?

No início. E aí, disseram que o recurso que tinha não dava pra fazer as casas de tijolo ecológico. Fez uma conta, assim. Só dava pra gente fazer as casa nossa em bloco. Não dava pra acabar de completar as casas de tijolo ecológico, não, que não tinha isso aqui, oh. E, sem isso aqui, não rola nada.

(Risos.)

JM: Vocês, que estão aí, calados, estão concordando com isso que se falou? Tá tudo certinho?

(...)

JM: Porque, às vezes, a gente tá contando uma história... Não quero dizer que vocês tá... Não estou duvidando de sua palavra, não. Mas, ele vai lembrar: “olhe, foi isso aí que você tá falando, mas teve outra coisa”, vai lembrar de outra história pra contar, pra complementar, entendeu?

(...)

Foi assim mesmo, né? Aí teve a reunião, né? Como ele falou aí, teve a assembléia, e aí discutiu na assembléia, e aí a maioria, né? A maioria, todo o mundo, achou que deveria mudar mesmo, pra fazer de bloco, porque ia adiantar mais.

JM: Certo.

Porque mesmo que seja, até pra carregar o material, o barro, pra gente fazer, não tava tendo como, porque não tinha transporte, tudo isso, né? Acabou ficando que não tinha como, mesmo, avançar. A gente tava tendo muita dificuldade.

(...)

E no bloco, já botava...

JF: E, de charrete, transportava o tijolo para cada casa.

(...)

JM: Diga.

Na verdade, na verdade, mesmo, de um certo modo, desde o início, o pessoal reclamava do tijolo ecológico. Aí, o que aconteceu? Houve uma mudança de direção. O pessoal já tava uns com um pé na frente, outro lá atrás. Pegaram esse ponto fraco da direção, porque o pessoal antes não tava tendo muita liberdade de discussão, entendeu? Pegaram o ponto fraco da direção no momento de remanejamento. Foi na primeira oportunidade que teve, quando o novo dirigente veio, o pessoal pegou e botou ele na parede: “nós não queremos mais essa casa

assim, nós queremos de bloco, pra poder adiantar o lado”. Na prática, funcionou assim. Foi tanto que o dirigente, o anterior, se injuriou aí...

Se angustiou.

Mas, aí. Aí, quando o dirigente novo chegou, que o pessoal reuniu: “não, nós vamos fazer de bloco”, ele não teve como voltar atrás, porque ele estava chegando, entendeu? Ele não ia contra o povo naquele momento.

JM: Ah, sim, entendi. O dirigente anterior que não queria que mudasse pro bloco.

É, que era o autor do projeto.

JM: Certo.

E, de uma certa forma, o pessoal não tinha muita liberdade pra entrar na discussão. Na verdade, as coisas já vinham mais já definidas, entendeu? A verdade é essa.

Já vinha mastigada, tinha que engolir.

Ele não gosta que a gente fale isso, mas essa é a verdade.

JM: Mas aqui é o espaço de falar a verdade.

Aí, o que aconteceu? O pessoal aturou esses dois anos, durante todo esse mandato dele. Quando o novo dirigente chegou, a primeira oportunidade que a comunidade teve, botou ele na parede. Fizeram o orçamento, o pessoal já tava tudo... Fizeram o orçamento, entendeu? O Incra veio, esclareceu também, o Incra chegou, esclareceu, disse: “olhe, se vocês quiser as casa de você, vocês procure uma forma nova, porque essa aí vocês não têm condição de fazer”. Não tem recurso, o material não dá, nós já tinha mais de dois anos construindo casa, não tinha 50 casa pronta. Entendeu?

(...)

Quando o dirigente chegou, o pessoal pegou, esclareceu pra ele: “tá assim, assim, assim, assim”, porque ele tava chegando, também, tinha que tomar pé da coisa, né?

JF: O Incra foi antes da chegada dos dirigentes. Então, o Incra esclareceu, e aí vocês fizeram a reunião com o novo dirigente.

Com o novo dirigente.

JM: E você fala, tinha mais de dois anos e não tinha construído 55 casas. Mas, mais de dois anos, desde o início.

Desde o início.

JM: Aí, tá contando também com o período do curso, tudo, né? Desde quando começou a fazer, que teve perda, e tal.

É.

(...)

Aí, quando o pessoal chegou, e decidiu praticamente por unanimidade fazer as casa de bloco, aí foi um ponto fraco, a comunidade pegou dele, ele não teve como recuar. Entendeu? Aí, foi quando as coisa andou. Na verdade...

JM: Isso foi mais ou menos quanto tempo depois do curso? Depois que terminou o curso?

Pouco tempo.

Foi pouco tempo. Três, quatro meses depois, não foi?

O curso terminou quando?

JM: Terminou em março de 2007.

Em abril já tinha, já, a primeira convocação do bloco.

(...)

Foi um mês depois. (...)

Foi.

JF: Foi, a direção trocou logo depois.

Isso tem o quê? Tem dois anos, né? Que acabou o curso, né? Aí, quantas casas já fizemos, quantas casas. Isso prova.

(...)

É, tinha 55.

JM: 55 em dois anos, e depois, em menos de dois anos, cento e tantas casas.

(...)

E hoje tem uma diferença maior. De tudo isso, ainda tem uma diferença maior ainda. Sem contar que, antes, a obra ainda tinha uma quantiazinha, o cara fazia ali, tinha uma ajuda de custo

Tinha uma máquina, um trator, também, e hoje não tem.

Não tem mais, né?

JM: Antes, quando, você fala isso?

No início.

(...)

Só produziu 33 casa.

37 casas.

37 casas.

É.

Contando com as quatro do curso.

Depois que mudou, aí ainda teve, passou uns meses, ainda a gente ainda pendengando.

Acho que tinha uns blocos de tijolo feito.

É. E daí, de dezembro pra cá...

Setembro, acho que foi setembro. De setembro em diante que começou mesmo a acelerar.

E aí, ainda teve que entrar a discussão de quem ia ser o fornecedor de material, ele teve que vir aqui...

Entregar orçamento.

Fez orçamento, porque esse orçamento de bloco, nós tinha no início, quando se falou no projeto. De bloco. (...) Quando chegou agora, quando a gente começou bloco, aí foi andando, coisa e tal, deu uma... Quando chegou dezembro, aí você vê a grande diferença, aí. De dezembro até agora, ou que diga, assim, mais ou menos de novembro até agora, não se tem mais dinheiro na obra. E o pessoal tá fazendo. Se gastava um mês, um mês e meio pra se construir uma casa de tijolinho. Hoje, 25 dias dá pronta.

25 dias tá pronta.

(...)

JM: E o custo, oh!

É, muito menos.

(...)

De uma casa de tijolinho se faz duas.

(...)

Mais de 50% menos.

A ajuda de custo da mão-de-obra diminuiu, também. E Isso, a produção caiu um pouco, mas não parou.

Não parou.

Não parou nunca.

JF: Hoje não tem mais essa ajuda?

Não.

(...)

Não tem nada.

(...)

Hoje é na cara dura.

(...)

Hoje se faz assim: se junta um grupo, vai lá, dá um dia, outro vai lá, dá mais dois dias, constrói e pára. Aí... Ah, mas aí, você me dá uma ajuda porque porta, esquadria, esse negócio, o cara vai.

JF: Ajuda mútua, né?

É, ajuda, mesmo.

JM: Mas não é uma coisa organizada, não. É assim, uma conversa de um com o outro. O que eu falo, assim: o movimento, ou a associação, não entra nessa questão, não.

É.

Não, não.

(...)

Bom senso. Se tiver bom senso, ele ajuda. Se não tiver, também...

(...)

É os núcleos.

JM: Dentro dos núcleos, eu sei. Mas cada núcleo é responsável por resolver os problemas dentro do núcleo.

Isso.

É.

JM: E o fato de vocês... Aí vocês mudaram – a gente chama assim – a tecnologia, né? O tijolinho é uma tecnologia, o bloco é outra tecnologia, outro tipo de construção. O fato de vocês terem mudado o material, é... Se vocês tivessem tomado o curso no bloco, seria melhor, ou não teve diferença de vocês terem tomado o curso no tijolinho e depois passar pro bloco?

Assim. Olhe, pra mim foi bom o tijolinho, que já é uma prática nova, entendeu? Mas a gente trabalhar entre o tijolinho e o bloco, eu vou pelo bloco. Porque o bloco é a maneira mais fácil de se trabalhar, e a maneira também de ser adiantado.

JM: Certo, mas eu quero saber o seguinte: se o curso... Se você sentiu alguma dificuldade. Porque no curso você trabalhou com o tijolinho, e depois passou pro bloco. Teve alguma dificuldade de mudar o material?

(...)

A execução do tijolinho, como Clari falou aí, é uma prática nova. Se fosse, o curso fosse, na época, fosse no bloco, eu acho que teria um... Não é que não teve aproveitamento. Teve, muito, excelente aproveitamento. Mas nós estaria com aproveitamento de 1000%, porque o curso deixou pessoas que talvez não soubesse nem fazer, aprontar uma massa. E deixou profissional.

Isso. Concordo, também.

No tijolinho, que é mais complicado.

Que é muito mais complicado.

É muito mais complicado.

É.

E deixou profissional pro bloco. Quer dizer: a pessoa que não tinha uma noção de pedreiro, de carpinteiro, de encanador, não tinha noção, né? Entrou, se esforçou, e tá aí, hoje, construindo, mesmo. Pega, marca, e dá beleza.

Como eu falei, que eu não sabia nem pegar numa colher. Hoje eu sei.

JM: Você não teve dificuldade nenhuma de mudar.

Não.

(...)

Nalva, mesmo, ali, se for pra levantar uma parede...

(Risos.)

(...)

JM: Sai uma perfeição.

Rapaz, eu, sai.

(...)

Eu acho que eu, também, sai. Com a ajuda de alguém. Se eu tivesse dando continuidade, se tivesse funcionado aqueles grupos, né? Que foi descumprido, praticar, eu sei que eu tinha avançado mais, eu tinha ido longe. Porque ali a gente começou, né? E aí formou os grupos pra trabalhar, né? E aí, depois, acabou acontecendo tudo, aí só que eu fiquei de fora. Não saiu como as outras pessoas, que é como eu falei, né? Que eu só trabalhei na minha casa. Mas, se tivesse dado certo, levado adiante, eu também tava junto, tava rente, tava fazendo, também.

JM: Esses grupo aí, que vocês está falando?

Sim

O meu caso, também.

JM: Agora, e no seu núcleo... Núcleo de família, né? Que chama.

Sim, núcleo de família.

JM: Aí, não tinha outra casa que precisasse fazer? Ou tinha, mas você tinha que fazer outros serviços.

Tem. Tinha, não. Tem.

(Risos.)

Tá devendo, viu?

JM: E como é que fica sua participação aí, pra resolver esse problema?

É porque, assim. Tem uma pessoa que tem, o coordenador desse grupo.

JM: Do grupo, certo.

Entendeu? Então, esse coordenador, que ele puxa. Também. Junto com o dono da casa. E aí, se ele, o coordenador, ele organizar o grupo pra fazer a casa, eu estou lá pra ir trabalhar junto, também.

JM: Certo. Mas, por enquanto, não aconteceu.

Por enquanto, ainda, não.

JM: O coordenador está aqui?

Não.

(...)

Assim como trabalhou no tijolinho, trabalhar no bloco também, né, Nalva? Aí, tem as duas práticas.

Sim, mesmo porque a gente gosta mesmo de trabalho coletivo.

(...)

JM: Faltam quantas casas no seu grupo?

Meu grupo faltam duas, três. (Risos.)

(...)

JM: Os coordenadores de cada núcleo, eles são pessoas do curso? Não, né? Não necessariamente. Ou tem que ser do curso?

Eu sou um coordenador, sou do curso.

Não, não é do curso, não.

JM: Mas nem sempre são do curso.

Nem sempre são do curso.

Não.

(...)

JM: Porque o núcleo, ele organiza outras coisas, que não é só construir de casas.

É.

É, por aí.

Coisas internas do movimento.

(...)

JM: Deixa eu ver, aqui. E quem foi que já trabalhou fora, com o que aprendeu aqui no curso? Quem já fez algum serviço fora daqui?

Como, de pedreiro?

JM: Sim.

Aí, agora, do curso, eu creio que, até agora, ninguém.

Tem, tem sim.

Tem.

(...)

Moacir.

Roni. Estão tudo trabalhando fora.

Trabalhando fora, e foi do curso.

Então, no meu pensar, o curso aí tem 100%.

Tem uns quatro ou cinco, aí.

Tem. Foi muito bom, muito bom, mesmo. Pena que não... Era pra ter mais.

(...)

JF: Vem um aí de corte e costura, os meninos já estão tudo...

(Risos.)

Ai, que maravilha.

(...)

JF: Preá, mesmo...

(...)

Eu sou homem, quero costurar de ninguém.

(...)

Aí, oh. Eles estão fazendo um belíssimo trabalho, aí, também, nos grupos. Eles aí, nos grupo. Ele também pode falar muito sobre isso.

JM: Eu quero ouvir também a história de vocês.

(...)

Eu participei daqui, do curso aqui, mas foi pela metade, que eu estava envolvendo em outras áreas. Inclusive eu não peguei certificado, não peguei nada. Eu sou profissional.

JM: Já é profissional.

Eu sou profissional.

JM: O senhor já era já era antes do curso. O senhor já trabalhava na construção civil.

Eu sou profissional em outro curso. Eu sou profissional. 20 anos.

JM: Certo.

Né? Em parte elétrica, hidráulica, tá entendendo? Levante, em tudo. Aí, eu ajudei aqui pra poder incentivar o pessoal, aí. E foi até bom você lembrar aí dos coordenadores, que ficou envolvido pra poder ajudar no andamento das casas.

JM: É justamente disso que a gente está conversando.

O meu coordenador, mesmo, eu nunca fiz uma reunião de núcleo com ele, aqui, sobre as casas. Que o coordenador, mesmo, é quem está envolvendo a área, junto das casas, que é eu, Samuel, mais outros companheiro, aí, que vai, parte pra cima, e tá terminando as casas. Que você chegou lá, você viu nós, né?

JM: Na lida.

E sucessivamente é assim, tá entendendo? Um bocado foi à frente, um bocado abandonou. Que se tivesse tudo em correria, você chegava aí, pegava. Ele já veio aqui várias vezes aí, e viu como é que estava o andamento das coisas. Aí, ninguém se mobilizou mais. Eu, quando eu não estou aqui, que estou lá fora, na correria com o movimento, quando eu estou aqui dentro, eu estou fazendo alguma coisa, justamente na construção civil. Inclusive eu tenho um dever, na negociação que a gente fez, justamente pra isso. Né? Pra liberar as casa. É por isso que eu assinei um documento, eu estou desempenhado pra isso. E estou esperando a revolta vir, pra gente poder chegar à frente. É por isso que eu estou envolvido nas casa, por isso. E, aí, o barco tem que tocar pra frente.

JM: Tá certo. Mas, me diga. O senhor é remunerado por essas casas que o senhor está construindo agora?

Não. (...)

JM: Como é?

A gente fez um acordo com o Incra pra gente construir essas casas no mutirão.

JM: Certo.

Como entrou a palavra do coordenador, que ele está mobilizado pra isso, pra organizar os grupos, e partir pra construir as casa. Entendeu? E não é todos que tá aí mobilizado pra isso, que a gente tá construindo aí no mutirão o resto das casas.

JM: O senhor está construindo só do seu núcleo de família, ou participa também da construção de outros grupos de família?

Não, na nossa parte, do meu núcleo já tá concluída, já estou ajudando outros núcleos aí que não tem nada a ver na história. Tá picando o barco. (...)

JM: Certo.

Na base do mutirão.

Fazer acontecer.

É. Que era pra estar todo o mundo nesse esquema. Mas não tá. Entendeu?

JM: Agora, a casa é uma coisa importante, porque a partir da casa é que vai sair o financiamento, não é isso?

É.

A minha preocupação é isso, que eu estou aí, oh...

JM: Eu sei.

De popa em vento por causa disso.

JM: E por que o senhor acha que as pessoas não estão empenhadas, já que é uma coisa que é tão importante para o assentamento como um todo? Por que o senhor acha que as pessoas não estão empenhadas?

Eu sou aquele cara que eu, o que vem, eu gosto de meter as caras. É preguiça. Preguiça. O cara tá aí, na área, ele tá são, ele não tá doente. Né? Não custa nada, né? Desenvolver o trabalho, né? É no meu caso, que eu acabei de falar aí: quando eu não estou lá fora, fazendo alguma coisa, estou aqui dentro, ajudando. Não custa nada, pra desenvolver.

JM: Que que vocês acham? Por que que as pessoas não estão empenhadas pra construir, pra que venha o financiamento? Será que o pessoal não tem vontade que venha esse financiamento pra plantar? Que que vocês acham?

Eu da minha vez, ele tá certo. É falta de interesse da comunidade, mesmo.

Eu não falo nem falta de interesse, eu falo que é preguiça.

Se todo o mundo tivesse coragem de ir pra cima, mesmo...

É preguiça, que seus neguinho fez suas casa e brucutu, tá lá quietinho. Não se mobilizou, que a casa dele tá pronta. Tem que ajudar a fazer a dos outros. Que a Petrobras chegou aqui, fez umas casa deles aí, oh. Se pronta, ficou quietinho.

Aí, eu penso o seguinte: vontade de projeto, eu acho que todo assentado tem vontade de que o projeto venha. Mas tem que saber também se o assentado tá projetado pra receber o projeto, porque quem é que não gosta de dinheiro?

JM: Mas pra se empregar bem, né?

Isso. É por isso que eu digo que o assentado tem que estar projetado, um projeto, ele tem que estar projetado pra receber esse projeto. O desempenho da casa é uma coisa que eu falo com franqueza: se o dono da casa não se mobiliza, não pega na frente, não tem como o núcleo de família ir pra frente, porque tem assentado aqui – que ele não tá aqui, mas se ele estivesse, eu falava, até na frente dele – que abre a boca e diz que o Incra é que tem que fazer, nós que tem que fazer. Então, eu penso, do meu lado, assim. Se eu quero, corro atrás. Se ele fala isso perante a uma, duas pessoas, como já falou na minha frente, e eu fiquei calado, não disse nada a ele, eu, não é eu que vou sair daqui, formar um grupo e chegar na casa dele: “olhe, seu fulano, hoje nós vamos fazer sua casa”. Não. Eu já penso diferente. Porque, se eu chegar com um grupo pra fazer a casa, ele vai cruzar os braços. Talvez nem uma água ofereça.

Correto, correto.

Agora, se ele chega assim, e diz: “vamos reunir um grupo, que eu quero que amanhã vocês vão lá me dar uma ajuda”, nós estamos junto. Ou por um lado, ou pelo outro. Agora, como tem uns que pára, e diz: “eu, não, eu quero é que faça minha coisa”, eu já entendo por outro lado, porque o Incra deu até um prazo assim, à gente, que seria viável, e não aconteceu. Eu já penso o seguinte: logo que o companheiro tá lá dentro de um lote, independente que ele tenha aqui três, quatro anos, cinco anos, que esteja na discussão, tá junto, tá contribuindo, mas chega uma hora que é a hora da contribuição maior – que a gente é vivendo, aprendendo, e cabra morrendo sem saber nada; então, todo dia o cara tem que empurrar a bola pra frente – Ele chega e diz assim, que não vai, eu vou chegar pra ele e vou dizer: “não, nós vamos construir sua casa”? Não, minha decisão aí é ao contrário. “Você não quer?” “Não”. Porque nós tivemos uma reunião e a discussão ficou a seguinte: “depois que fizer a casa, a gente vamos ver se fulano vai morar dentro dela”. Aí, eu discordei na hora, e discordo, todo o tempo eu discordo, porque, depois de pronta, o que é comido é esquecido. Depois que o cara achar a casa pronta, ele vai ter o advogado pra ir lá, alguém vai chegar pra dizer: “não, mas fulano é bonzinho, fulano é isso e aquilo, fulano tem dez anos aqui dentro, fulano tem três anos, fulano foi pra isso, fulano foi pra aquilo”, e deixa ele dentro da casa. Fulano não quer ajudar, não quer chegar junto, não quer pegar, mesmo? Porque um saco de cimento tem 50 kg, se for eu pegar, sozinho, me arrebento, mas, se juntar todo o mundo aqui, dá o mínimo, né? Se ele vai cruzar os braço, e quer que eu vá lá, ajudar ele, eu sou do contrário. “Fulano não quer; quem quer? Ah, tem outro companheiro que quer? Tira aquele cabra ali daquele lote ali, tira”. Ele pode ter dez anos, vinte anos, ele pode contribuir, fazer a parcela dele, mas só que a hora da gente juntar pra unir, fazer, levantar, é aquela hora. Porque não adianta você estar só forçando, forçando, e não levanta. Chega a hora, “vamos levantar, agora”, e o cara vai pra trás? Tira ele, bota outra pessoa, porque a gente tá vendo pessoas aqui que tá com um ano, que tá com sete mês, tá com oito meses, tem um ano e meio, que já estão morando dentro de casa. E tem pessoas que tem três anos...

Três anos?

Três anos, quatro anos, cinco anos aqui dentro, e tá tudo de braço cruzado. Então, uma pessoa dessa... Eu vou ser sincero e dizer a vocês: eu sou meio cismado quando a pessoa tá me chamando de companheiro, porque eu tenho, aprendi uma coisa: eu sou muito antigo, que companheiro pra mim é boi de carro...

No meu caso, também.

Esse, eu não tenho ele como companheiro, nem vou ter nunca. O amigo não é aquele... Eu tenho essa concepção comigo: eu sou seu amigo? Sou. Sou amigo da comunidade, estou dentro da comunidade? Sou. Mas eu não vou esperar a comunidade chorar, eu tenho que avisar à comunidade que vai acontecer alguma coisa pra ele chorar. Então, amigo não é aquele que chora junto; amigo é quem evita o choro. Então, eu acho o seguinte: uma pessoa dessa não é meu amigo, não reconhece uma luta, porque cruzou os braços muitas vezes, porque – a gente tá com um projeto aqui dentro, não adianta correr, vai vir projeto pra nós que estamos aqui, porque nós estamos aqui sentado, vai vir projeto pra nós, porque nós estamos debatendo um assunto. Não. Se vir de bem, se vir um

projeto pra nós, vai ter que abranger 212. E, se vir de mal, atinge os 212. Então, hoje a gente tem uma média assim, que nós estamos chegando numa reta final, agora, final de quê? Tá beleza? Um final dramático, triste. Porque a maioria tá fazendo isso: cruza os braços, e chega e diz: “não, mas vocês têm que fazer minha casa”, onde nós estamos tendo material posto dentro dos lote, onde nós temos – o almoxarife que está aí, que é o material que mais se usa – é o cimento e bloco, tá pronto. Não falta. Se faltar um dia, no outro dia, dois dias, tá chegando lá. E aí, o companheiro cruza os braços, e diz: “não”, nós temos que fazer. Na minha concepção, no meu pensar, é o seguinte: “não quer?”, “não”. A gente não vamos brigar por quantidade, vamos brigar por qualidade. Que aquele que tá ali, não é uma qualidade boa, tira ele, coloca outro, porque nós temos que partir é o seguinte: acreditar que é uma coisa sem desempenho, o pessoal tá desempenhando... A única cobrança que se faz aqui dentro, só faz uma: projeto, que venha sair o Pronaf, que venha sair esse dinheiro. Agora, alguém já se projetou futuramente estar instalado, estar alicerçado pra, quando aquele projeto vir, saber o que vai fazer? Não tá. Então, pra um projeto, qualquer projeto que entrar aqui, ele vai ter que entrar como? Ele tem que ser via... Primeiro tem que estar um projeto, esse projeto das casa, pronto, pra dar andamento o outro.

É isso.

Ninguém nasce, e amanhã começa a andar.

É a minha preocupação, justamente, é essa, né? Em cima dessas palavras que você falou aí. Que nós tem um compromisso aqui, ou queira, ou não, construir as casa. Agora, no frígir dos ovos, depois, que vai selecionar, mas que nós, acima de tudo, primeiro é construir as casa. Ou queira, ou não. Tem que construir, que é projeto.

Pra mim, essa seleção começava antes da construção.

Mas, se for nessa aí, nós não constrói, que nosso dilema aqui é o quê? Construir, pra prestar conta pro Governo essa aí, e pronto. Nós tem que construir, tá certo, Clarivaldo? Que é pra nós prestar constas pro Governo.

Se ele não tem coragem de fazer a casa dele, ele tem condições, ele tá preparado pra receber o Pronaf?

Não tá.

Não tá. Um desse não é sem terra. Vai pegar o dinheiro, vai jogar fora.

Que a gente tem que prestar conta aqui pro Governo, de quê? Desse projeto aí, né? Nós tem que prestar conta pro Governo dessa construção das casa. Que, se prestou conta, vem outro. Mas, se nunca prestou conta, não concluiu, como é que vai vir outro? Então, acima de tudo, ou que entra gente, ou que sai, nós tem que construir, pra poder prestar conta pro Governo, pra nós correr atrás de outro projeto. Que o meu dilema aqui é esse. No frígir dos ovos aí que a gente vê se o cara entra pra dentro de casa, ou não, ou outro pessoal aí, e vê o que é que faz. Mas, que as casa tem que ser construída, tem.

Eu já tenho uma concepção assim: que a pessoa tá tendo tudo, tá tendo material, tá tendo a comunidade, um núcleo de família pra ele, “oh, nós vamos fazer sua casa”, ele não tá se importando. E quando, se caso esse projeto chega, ele vai pedir alguém pra administrar o projeto dele?

Ele não sabe nem pegar no dinheiro.

(...)

Porque ele tá hoje tendo tudo: tá o material, e a boa vontade – o pessoal tá sendo solidário, eu digo direto, o pessoal daqui é solidário uns com os outros; tem os atos pesados, e os mais leves, é assim mesmo – e ele não se desempenha pra fazer a casa dele. Aí, vai entrar um projeto. Ele vai ter como expandir o projeto dele? Ele não vai querer que quem construiu a casa dele administre o projeto dele. Não vai, porque ele vai dizer logo: “epa”; quando se fala nisso, se tem guerra. Não, então ele não vai querer. Então, eu estou achando o seguinte: se ele não quer hoje uma ajuda pra construir uma casa dele, ou se quer, pra poder entrar o projeto, eu também não acho viável ele estar dentro, só pra estar dizendo assim: “não, eu estou dentro do projeto, eu estou no projeto de um assentamento, e isso e aquilo”. Eu entendo o seguinte: se ele não tem hoje o bom-senso, a vontade, o desempenho que a comunidade tá tendo de chegar, dizer: “não, vamos aqui, eu lhe ajudo, eu lhe dou um dia hoje, um amanhã”, o outro: “eu passo dois dias, não vou lhe cobrar nada, ou que lhe devo alguma coisa”.

Só está esperando chegar o Pronaf.

Então, quando o projeto chegar, ele vai querer também que nós vá lá administrar? Vai lá, que não vai. Então, se ele não serve agora, pra mim, mais tarde também, é um abraço.

JM: Você falou uma coisa, Maurício, eu quero perguntar a opinião do pessoal, pra ver o que o pessoal acha, porque eu tava achando diferente, até pela conversa. Falou uma coisa assim: “o pessoal aqui é solidário”. Eu quero saber. Você acha isso, e os outros? Vocês acham que o pessoal aqui é solidário, mesmo?

Isso que é importante saber, se é, né? Eu comecei a entrar nesse assunto aí.

JM: Eu não, eu quero saber. Maurício disse que é, Maurício disse que é. É a opinião dele.

Se é, era pra estar tudo pronta, as casa.

JM: Eu quero saber a opinião dos outros. Vocês acham o quê? Que, assim, numa necessidade, um vai ajudar o outro? Porque eu estou chegando aqui, eu estou vendo uma coisa meio individual.

Tem, sim.

JM: Cada um por si, às vezes ajuda, mas é cada um tocando a sua vida. Ou vocês acham que aqui tem um sentido assim, também, de comunidade, de... O que é que vocês acham?

Existem ambas as partes. Agora, é como tava falando aqui. Eu estou vendo ali que Nalva tá com, vamos supor, Nalva tá com o telhado da casa dela pra ser feito. Mas, se ela não está se importando, não faz sentido eu chegar lá e fazer a casa dela.

É.

Entendeu? Agora, existe também aquela pessoa que não tem condição de nada, mas tá com a mão na cabeça: “quero fazer minha casa, eu preciso da minha casa”. Muitos já estão com a casa pronta.

Isso.

Então, o povo aqui, eu considero que o povo aqui é solidário. Existe o individualismo, mas assim: não tem como ser 100%, né? Sempre 100%. Existe aquelas pessoas assim, que já colaboraram muito, já contribuíram, e hoje se afastaram. A gente não pode falar desse povo, né? Que já deram a contribuição deles, ou pouco, ou muito, mas deu, e aí, se afastou. Fica difícil da gente cobrar desse pessoal. E existe aqueles que não carregou uma palha. Então, a mágoa da comunidade é em cima deles. Entendeu?

JM: São poucos, ou são muitos?

Uma boa parte.

Tem um bocado, aí.

JM: É uma parte que faz diferença.

É uma parte grande.

E grande. Como ele falou aí, né? A gente sabe que é verdade, né? Que a gente sabe que tem pessoas que são solidárias, tem muitas pessoas aqui, né? Que nem tem eles, e outros aí muitos mais, né? Muitos deles aí que são solidários, que estão trabalhando, estão indo à luta. Mas tem aqueles que não, que não fazem, mesmo, se acomoda, que a gente sabe que em todo lugar existe esse tipo de gente, né?

JM: E que é uma boa parte. É uma boa parte, ou é pouquinha gente?

Eu acho que é a minoria.

Deus o livre e guarde fosse a maioria.

Não é a maioria, não.

JM: Sim, eu sei que não é a maioria, se não nada andava, aqui.

É, mas é uma boa parte.

(...)

JM: É uma parte que faz diferença.

Isso.

(...)

Faz muito estrago.

Fazer o quê?

Faz um redemoinho.

Um estrago terrível

Faz, é assim mesmo. É tombos e barrancos...

A gente vamos empurrando.

É.

E a gente chega lá.

É isso.

JM: Deixa ver que mais tem aqui pra perguntar a vocês. Então, no curso, foi feito esse planejamento aí, que eu botei pra vocês se lembrarem. Vocês estão usando isso aí? Porque Rubens me disse que foi o seguinte: que, pra poder fazer esse planejamento, eles perguntavam a vocês assim: “pra fazer a locação, quanto tempo leva?”, aí o pessoal dizia: “leva um turno”; “pra fazer a fundação, quanto tempo leva pra fazer a fundação, o alicerce?”, “vai levar, que diga, dois dias”, aí, botava lá, dois dias; “pra poder fazer a marcação, vai levar quanto tempo?”, “ah, leva um turno”, “pra fazer o levante até um metro?”. Então, foi pensado assim, por etapa. Foi isso que aconteceu? Foi perguntado a vocês que estavam no curso, foi isso? Foi assim, mesmo?

No levante dessas casa, aí?

JM: Sim. E aí, a partir daí, a partir da parte prática do curso, é que foi feito esse planejamento aí, né? De quanto tempo levaria pra poder construir uma casa. Vocês estão aproveitando isso daí pra alguma coisa, ou... Serviu de alguma coisa fazer esse planejamento, pensar assim, quanto tempo vai levar pra subir uma casa?

Não, serviu. Serviu, como está servindo.

JM: Serviu pra quê?

Né? É como no caso, mesmo. Hoje, se você for pegar a casa de tijolinho, e for dar em 15 dias, você não dá em 15 dias. Não dá porque a mão-de-obra é muita. Entendeu? Agora, a diferença do tijolinho pro bloco, entendeu? A diferença já é muita, porque você pega uma casa hoje, da marcação, à fundação, ao levante, estourando, 20 dias. Né? Estourando, 20 dias.

JM: Certo.

Entendeu? Eu acho que tem que se trabalhar é por isso aí, mesmo. É de acordo o que tem aí.

Até onde eu sei, eu acho que os que estão trabalhando, nenhum se espelhou naquele planejamento ali. Eu acho que não.

Eu não. Eu acho que vocês, que aprendeu aí, naquele espelho serviu pra vocês: prumo, nível, medição, então serviu.

(...)

Ele tá falando o rendimento?

JM: Só planejamento, planejamento.

(...)

JF: Foi feito pra, depois do curso, vocês tocarem a casa no sistema anterior.

(...)

Porque mudou, né? Mudou de tijolinho ecológico pra bloco.

(...)

JM: Isso, isso que eu quero saber.

(...)

... o telhado, quanto tempo ia levar, até fazer a soma de tudo isso, ver quantos dias durou uma casa pronta.

JM: Exatamente. Pelo que eu estou vendo, mudou o material, e não foi feito novo planejamento. Assim, vocês sabem o que vocês vão...

Planejamento é o mesmo.

JM: Não, em termos de prazo.

JF: O tempo.

(...)

Ah, por isso que eu estou meio confundindo. Planejamento e prazo.

(...)

O tempo de construção de cada etapa.

JM: De cada etapa. Não foi feito esse planejamento, isso aí...

Pra quantos dias dá uma casa dessa, de outro modelo, que foi de bloco, né?

JM: Não, ele tá dizendo que dá em 20 dias, mais ou menos 20 dias faz uma casa.

A gente... Que não foi feito um plano pra ver se realmente dá isso.

JM: Isso. Se quando mudou...

Se fez um plano.

JM: Exatamente. Não foi feito um plano. Foi começando a fazer...

Não, não fez um plano.

JM: Certo.

Até porque a escavação, o cara chega de manhã, marca e cava. De tarde, já começa a dar andamento no alicerce. Um dia e meio...

Eu mais ele aqui, eu mais ele aqui, em 15 dias nós pega uma no chão, e dá pronta, coberta. Em 15 dias, eu mais ele. Em 15 dias.

Em 15 dias, estourando.

Nós dá, pega do alicerce, cava da fundação, e dá com telha no lugar.

Aí, sendo duas pessoas de trabalho, vai pra 30 dias.

JM: Tá beleza. E aí, seu Samuel? Conte aí alguma coisa, porque eu sei que o senhor tem muita coisa pra dizer, dessa construção aí.

Antes de começar mesmo a falar as coisa, eu queria, assim, um pouco, assim, que você explicasse assim, o início, né? O porquê que você veio aqui, qual o objetivo, né? Pra gente está sabendo realmente as funções de quê, que eu estou vendo aí meio misturado: fala de ecológico, de bloco. A gente não tem o seguimento em cima daquilo que a gente tem que falar. Infelizmente, a gente tem que ter o objetivo de vocês, para que a gente solte, realmente, né?

JM: Eu vou explicar. É porque o senhor está vindo hoje, não veio na outra, mas na outra eu tinha explicado, mas eu explico agora, sem problema nenhum. É o seguinte: eu estou fazendo um mestrado. O mestrado é um curso da universidade, que é depois que eu me formei. Eu sou arquiteto, e eu estou fazendo um mestrado. No mestrado, a gente tem que fazer uma pesquisa de campo. A gente escolhe um tema qualquer, e tem que fazer uma pesquisa. Então, qual é a minha pesquisa? É saber o que foi que as pessoas acharam do curso, se o curso valeu alguma coisa, e o que foi que as pessoas fizeram depois do curso, como foi que o curso ajudou pra construir as casas. Esse é o objetivo da pesquisa. Então, com essa, com isso aqui que ele— esqueci o nome do senhor, desculpe.

Valteir.

JM: Valteir tava aqui falando, isso aqui é um gravador. Essa conversa aqui da gente está sendo gravada, pra depois, eu vou chegar lá em Salvador, vou escutar, e vou escrever um livro, até março, que chama dissertação de mestrado.

Muito bonito.

JM: E pra quê esse livro? Primeiro, pra que fique registrado a história do curso e a história da construção das casas aqui do assentamento. E também pra que outras pessoas, outros assentamentos, que vierem a construir as casas, possam ter isso escrito, pra ter uma experiência registrada, e que não aconteçam os mesmos erros que aconteceram aqui. E também pra que o pessoal do Thaba possa melhorar o curso. Então, o objetivo é esse daí. É servir de exemplo pra outras coisas que venham acontecer na frente.

Em cima da falação que, realmente, depois que o curso saiu, o desenvolvimento da casa, e a mudança que mudou de ecológico pra bloco, é porque isso aí é uma coisa muito fundamental em cima do objetivo anterior de pensamento positivo na administração, realmente, do MST, né? Porque nós... Qual é nosso pensamento? É que as nossas casas... Até a época que foi escolhido para que fizesse uma mudança na parte da construção. As empresas pega nossas construção e não acaba. Come o dinheiro, e... Tá ali Santo Amaro, ali, com as casas, tá tudo inacabada, né? E outros, outros assentamentos que a gente tem. Então, na época, Araújo... surgiu essa oportunidade de conhecer o tijolo ecológico, aí ele queria, realmente, que nós crescesse junto da questão, pra nós estar construindo essas casas, nem só nesse assentamento, como outros assentamentos também, né? É o qual que,

se acontecesse o objetivo correto, a administração fosse legal em cima do pensamento positivo de corrigir erros e consertos, a coisa ia dar andamento, e hoje esse objetivo dos alunos que fez esse curso, já estaríamos em outra condição que está aí, profissionais dentro do assentamento, fazendo também o trabalho, né? Quer dizer: que aí dava o andamento. Mas, segundo as organizações administrativas de construção, aqui nunca aconteceu, porque nunca teve um acompanhamento, realmente, legal, assim. Eu vim pra aqui em 96, não foi?

96.

96, foi.

Eu vim pra aqui em 96, já tinha dois anos...

2006.

2006. Ah, 2006, foi. Já tinha dois anos que essa obra tava iniciada. Quer dizer: aí, quando veio a mudança, quando veio o tijolo ecológico, era uma coisa fabulosa que ia dar um objetivo bom, porque o pensamento era ser coletiva, as casa. Coletivo, o trabalho coletivo. É o seguinte: o individualismo que ele falam aí, de as pessoas querer as casa, não querer, porque, no início, uma pessoa que, como pessoa, é muito boa pessoa, gente fina e legal, mas como é profissional, ele não sabia nada, era o Sérgio.

Exatamente.

Que deixou ele tomar conta dessa obra quase três anos, dois anos e tanto.

JM: Ele fazia o quê na obra?

Ele fazia... Era responsável pelas máquina de tijolinho ecológico.

Administrava.

JM: Certo.

Medição, organização, planta de casa, diz que era arquiteto, e não sabia fazer nada. Então, quando eu cheguei aqui, nessa época eu cheguei aqui, ele não tinha conseguido levantar uma casa ainda, e a população do assentamento tava revoltada, não queria as casa. Ninguém queria as casa, porque não ia fazer casa com aquele tijolinho, e a coisa não andou, né? Não tava andando. Tinha só o alicerce pronto. Aí eu cheguei, devagarzinho, conversando com um, conversando com outro, e tentando aprender também, né? Porque eu não sabia, não conhecia tijolo ecológico. E, com mais ou menos dois meses, um mês e pouco a dois meses, eu entrei pra poder somar em relação pessoal do trabalho do tijolinho. Foi quando eu falei: “Sérgio, eu quero fazer uma casa, rapaz; eu já estou aqui com três meses, só fazendo alicerce. Você tem que passar a informação pra eu conhecer a casa, pra dar andamento na obra, que eu não sei como assentar esse tijolinho”. Que, na época, ele botaram tijolinho modelar. Modelar, ele é... Não é furado.

Maciço.

Maciço. Mas a administração tão errada, que no fim lançou um pensamento possitivo, de botar uma pessoa, assim, como que seja economista, pra saber se a construção com o tijolinho, o tijolinho batia com a petrificação do cimento, com a nossa erosão, aqui, com a erosão da nossa argila. Aí, não, ele chegou, e meteu as caras, e foi fazendo tijolinho, que tem cento e tantos mil tijolinhos, na época. E tava tudo perdido, aí, no vão. Então, quando eu cheguei, que eu aquela revolta, eu vi os bloco, eu falei pro pessoal, pra Araújo, falei: “olhe, não se faz casa pra morar família em cima de um material desse, tudo podre desse jeito, aí é muito problema, e...”; “ah, Samuca, faz uma casa, vamos ver se faz uma casa aí, pra poder aproveitar”; “não dá pra aproveitar isso aí, não; é uma responsabilidade muito grande que a gente tem no serviço com fazer uma casa, que vai morar família lá dentro”. Então, uma preocupação na cabeça de Araújo, que é o dirigente da época. Aí, foi quando surgiu uma revolução, assim, em termo administrativo, pra poder melhorar a situação do tijolinho. Foi quando eu falei pra Sérgio: “Serginho, você tem que ver, se você conhece o quê, erosão?”. Ele disse: “rapaz, eu tenho conhecimento, mas bem longe”. Eu falei: “você tem que ver se a petrificação do cimento, com a erosão que nós tem na nossa vila, é que está acontecendo, o cimento está pouco pra essa argila”. “Então, se botar muito cimento, vai rachar”. Eu falei: “não sei se vai rachar, mas vamos fazer a proporção”. Se nós tem, se é 15 por um, a proporção é 15 por um, colocava 15 latas de barro pra uma lata de cimento. Aí, realmente a obra ia ficar uma obra barata, né? Porque o gasto ia ser pouco. Aí quando eu mandei fazer, eu fiz com ele essa proporção de cinco itens, né? Quatro itens. Fez uma de dez, quinze, uma de oito, e uma de sete. Fez três porção. Foi a que foi aprovada, foi a de seis. A de sete, sete por um. Procedimento que não foi aprovado, os tijolo jogou distante, e tal... Foi um tijolo que não quebrou, e começamos construir dessa forma, já... Um conhecido foi até São Paulo, ele foi até a fábrica, teve uma aprendizagem lá, realmente, com a empresa que faz...

Na Sahara.

Na Sahara, que faz a máquina, explica, tudo direitinho. Aí, de lá pra cá a gente já veio tomado em cima disso, né? Porque a gente... Se tinha alguma dúvida, a gente tirou lá, e chegou e foi pra prática. Só que, na época, não teve, assim, essa pessoa que tivesse a cabeça de fazer uma análise em cima de gasto que ia ter a casa, e se ia dar pra, realmente, construir com o dinheiro que tinha.

JM: Certo.

Então, deixaram correr. Deixaram correr, e o couro comeu, e o pessoal foi pra cima. O pessoal contou até dez que, quando a manutenção não existia, e existir manutenção não existia, porque era devagar, mas, quando tinha manutenção, os companheiros tava carregando barro nas costa, carregando na carrocinha, e batendo seus tijolo dia e noite, de madrugada, e o povo foi pra cima. Uma coisa muito, muito interessante. Agora, segundo: a desorganização administrativa de produtividade, de material, que foi muito material comprado, o modelo adequado, né? Inclusive porta pra dentro de casa, cimento chegou aqui vinha 800 sacos de cimento, que perdeu cimento, e tal. Essas coisa assim é que realmente compunham a obra.

Ficou caro.

Ficou cara, a obra. Então, foi quando chegou a mudança de dirigente do MST que, aqui, o dirigente do MST da obra, eu reconheço que seja assim, vamos supor, um patrão, né? Porque é ele que...

Administra.

Que lida com o Incra, e corresponde com o assentamento. Essas pessoas também deixou a desejar, porque não davam assistência, realmente, diretamente. Eu fiquei aqui três anos, dias, fiquei... tinha momentos que a gente chegava a tremer de não conseguir resolver os problemas, realmente. Nossa companheira aí trabalha comigo, e ela trabalha até hoje, teve momento dela chorar, de tentar resolver os problema, tentar colocar as coisa no lugar, mas não tinha parede pra bater. Né? O fato do pessoal do Thaba, que veio aqui também: na época que pegou nessas casas, era Araújo, mas já tava na época de fazer a mudança de dirigente. Araújo nem aqui, participar das casas que o Thaba fez, não veio, tá ele aí de prova. Não veio porque... Então, as coisas não anda, porque o cabeça da coisa não tá participando diretamente, né? Telefone, a gente tentava telefonar, e dona Paula: “mudou o telefone”, dona Paula... Não aparece, e tal, as coisa foi ficando cara, né? Ficando cara, porque uma obra dessa vai fazer cinco anos, a tendência é cair no que caiu, mesmo, né? Mas, pra finalizar o papo: foi uma coisa muito importante, 100% a presença do Thaba aqui dentro, porque nós tinha aqui vários jovens, muitos companheiros, e que hoje realmente tá na meia, profissionalismo, de pedreiro, né? Mesmo porque não tá mais, parou ali de fazer o ecológico, mas ele foi pra cima, fazer a casa de bloco, aonde eles aprendeu a prumada, nivelção, e tal, foi dentro do Thaba. Né? Muito importante, e eu mesmo, eu tenho que agradecer muito, realmente, porque eu sou assentado há 27 anos, e foi uma coisa que, se realmente é do nosso pensamento positivo do MST correr da forma, do pensamento de tirar o atravessador... Lá no Incra, quando tem as firma, as firma tá tudo lá, oh, querendo a concorrência, né? Pra pegar o dinheiro do povo, pra trabalhar, pra roubar, pra estragar, pra fazer o que querem, algumas porqueira. No qual, o Thaba tá aqui, que nós tem casa de qualidade, mesmo não é de primeira qualidade, mas, segundo os outros assentamento, essas casa aqui são muito boas. Casas grandes, com boas condições de vida. O companheiro fez a casa do jeito que ele queria, mas teve alguma liberdade. (...) Araújo puxou pra gente ser o responsável por fazer as casa. Mas o que deixa a desejar, realmente, mesmo, é a administração conjunta. Porque, se você é uma pessoa que tem o bofe grande...

JM: Que tem o quê?

O bofe grande...

É gente que tem natureza de segurar.

Tenta fazer uma coisa, tenta fazer outra, não consegue, e vai, um mete o pau num canto, borracha de outro, e você tá aí, e derrepente chegou com essa história... E não dá mais, e não dá mais, e não dá mais. Aí, foi quando eu saí, também, peguei pra igreja, não foi por causa do povo daqui, não foi por ninguém daqui, realmente, peguei raiva por causa do dirigente, não sabia trabalhar. Ele fez uma acusação realmente diferenciada em cima de mim, eu não sou pessoa... Eu parto... Quando eu nasci, meu pai disse: “nasceu um menino homem”, e eu sou homem até hoje, e respeito muito as qualidade, né? Então, pra não ter problema, afastei, né? Mas não afastei realmente da comunidade, to fazendo as casa da comunidade, dos companheiro, e vou conseguir fazer até acabar, que o meu método é ajudar. Eu sou aceitado, como aceitei, e a gente já é acostumado mesmo com o coletivo.

Na luta.

Né, irmão? Na luta.

JM: Então, a mágoa do senhor é porque não está sendo coletivo, é isso?

Hã?

JM: Deixa eu entender com o senhor. É porque o senhor falou uma coisa no início, que me chamou bem a atenção. Que o senhor disse que trazer a história do tijolinho pra cá seria bom, porque seria uma construção coletiva.

Sim, sim.

JM: E a mágoa do senhor é porque não tá sendo coletivo, é isso?

Não, não é, porque o coletivo não funcionou. Não funcionou.

JM: Sim. Porque que o senhor acha que não funcionou?

Não funcionou, simplesmente, por falta de, do início, fazer que o povo acreditasse no tijolinho ecológico, que tava construindo, né? O povo não acreditou, durante dois anos. Então, porque o cara tá em casa, “não vou bater tijolo lá, bater tijolo pra fazer uma casa com uma porqueira dessa?”. Então, não funcionou no início. E, durante esse período, ela não parou de funcionar, a obra. Um fazia, outro fazia, o trator quebrava, ficava encostado uns três mês, aquela coisa, ficou, né? Na paralela. Agora, como eu coloquei: se fosse o coletivo que, do início desse certo, né? Os tijolo chegasse, o povo acreditasse que os tijolo era bom, que ia fazer a casa, aí, tinha certo, não tava essa experiência, e as casa já tava era pronta. A casa de tijolo ecológico, fazendo da forma correta, que é preciso, o qual eu falo hoje, eu sei fazer, e alguns companheiros sabe, é uma casa muito rápida. Muito rápida, e a família toda pode trabalhar na casa, independente de ser pedreiro, ou não. Segundo tem um profissional em uma casa, ele domina, tem serviço pra quatro, cinco pessoas. A casa ecológica, considero igual mexer com farinha. Mandioca, se tiver 50 pessoas, trabalha na farinheira. E a casa ecológica? A casa ecológica trabalha cinco, seis, oito, dez pessoas, dependendo ter uma pessoa ali pra estar vendo os manejo de prumada

JM: Pra estar orientando.

Tem um outro lado do ecológico, que sai muito caro. Entendeu? O problema todo é esse aí.

JM: O pessoal falou que fica mais caro do que o bloco, né?

É muito caro. Tanto sai muito caro pra confeccionar um, e demora demais pra você fazer uma casa dessa.

Ocupa três pessoas.

Que três?

No máximo.

Ah, sim.

Foi o que a gente tava conversando aqui, nesse instante.

Você pagava pra pegar a argila, tu pagava pra poder carregar, pra cavar, pagava três, quatro pessoa na máquina, pra depois, pagava pra tirar dali, levar até o pé da obra, e chegava lá na obra, aí começavam, que demorava demais. É uma coisa bonita? É. É uma coisa assim, com bastante segurança? É. Mas isso é casa pra barão, esse material aí.

E o bagaceiro de cimento que se usava pra fazer uma casas dessa?

Isso é casa pra fazer área de lazer em beira de praia, essas coisa, moço Só sei que é muito caro, viu? Só o cimento que você gastava aí pra confeccionar, você gasta hoje pra levantar uma casa dessa toda.

Não gasta, não gasta.

Não, sim. Que, de primeiro, você gastava o dobro, só de cimento.

36 sacos.

Era. Pra fazer uma casa de tijolo ecológico.

Uma casa dessa, até com 28 sacos de cimento, o cara faz.

Você tá entendendo? O problema todo era esse aí. Nego não quer botar a culpa no lugar que tem que botar. Tem que botar a culpa em cima daquilo ali. O problema todo foi esse aí. E demorava demais. Você, quando demora pra tirar uma carreira dessa dele de fora a fora, você tirava duas desse outro aí.

É isso mesmo.

Tira duas.

Ou mais.

Pra você, o material é mais fácil você labutar, o bloco. É tudo, não tem comparação, não.

Ainda com a altura de 50 cm, ainda tem que vir, voltar e ir enchendo.

Isso é um negócio que dá muito custo, é muito caro. Quando foi ver, um tijolinho daquele, acho que dava pra comprar...

Mão-de-obra demais.

Com o dinheiro de um tijolinho daquele, acho que dava pra comprar três bloco.

O que gastava num tijolinho...

Né, não? Tá eles aí, que eles sabe disso aí. E a mão-de-obra pra você construir isso aí, que tá Fred aí, que sabe, que participou aqui, sabe. Agora, um negócio bonito, é. É bastante segurança, bem-feito, é. Essas casa de tijolinho ecológico, inclusive a minha, eu garanto, eu bato laje na minha casa, e já dou outra em cima. Eu bato, que a casa quem fez foi eu, com todos critérios que vem pra construir ela. Fiz em cima do padrão, certinho, tudo bonitinho. A questão é que sai cara, uma casa daquela. Então, o dinheiro que o Governo mandou não dava pra fazer isso.

Pra suprir.

Tinha muito desperdício de material, tinha muito desperdício de material, tá entendendo? Então a desculpa toda é essa aí, o cara tem que por o dedo dentro da ferida por qual for o motivo. O problema todo é esse aí. Agora, se fosse pra construir, fazer toda no mutirão, aí, sim, dava. Tá entendendo? Mas não foi. Todo o mundo tem de ganhar, né? E a verba pouco, viu? Imagina! Né, não? Era pouquinho!

E, pra completar, o tijolo era tão custo que, até pra você deixar no ele ponto certo de botar na casa, você gastava de dois a quatro litros de água, só em um tijolo.

Pra você curar ele.

A recomendação de tijolo com solo, gastava uma média de dois a quatro litros de água, por tijolo.

Pra curar o tijolo.

(...)

Acho que era muito mais.

Ele tem um segredo: você não podia deixar ele no tempo. Você tinha que acabar de tirar de dentro da forma, e empilhar ele lá, e tinha uma quantidade certa de empilhar.

É.

E depois abafar com a lona, molhar e abafar, molhar... Isso aí tudo é...

Não podia deixar no sol, que ele rachava.

(...)

Água no tamanho certo, no tempo certo, na quantidade certa, porque se jogar de manhã, e depois de jogar, tinha... Se fazer agora, só podia jogar daqui a 40, uma hora de relógio, que já tava mais ou menos durinho, que, se acabar de jogar, acabou, limpou a barra, derrete, vira lama de novo.

É.

Aí, tudo isso é custo, e tempo...

(...)

E a quantidade de bloco, de tijolo que derreteu aí?

É, aquele cimento, o tal do CP-III.

(...)

JM: Foi bem legal aqui, viu? Deu pra clarear bastante coisa aqui, do que aconteceu. Agora, resta fazer só uma última pergunta pra vocês, pra gente terminar. O curso serviu pra 48 pessoas, né isso? Vocês acham que esse curso teve algum, assim, impacto, influenciou no assentamento como um todo? Que tipo de... O que foi que... Que influência foi essa? Ou o curso serviu somente pras 48 pessoas que tomaram o curso? Como é?

Não, é assim...

JM: Serviu assim, pra fortalecer o assentamento, pra aproximar as pessoas, ou...

Assim: nem só o assentamento, mas geral, em outras comunidades também.

JM: Por quê?

Entendeu? Porque fui um curso muito proveitoso, e teve gente de outras localidades que ficou muito curioso. A curiosidade foi tanta, que muita gente vinha e perguntava que curso era esse. Entendeu? De onde veio o curso. E a gente explicava de onde era o curso. Teve gente de Maracaiá, mesmo, daquiá sete quilômetros, que se interessou até participar desse curso.

Foi, muita gente perguntou, mesmo.

Mas, só que, na verdade, o curso foi feito só pra área de assentamento. Entendeu? Então foi por isso que o curso, ele abrangeu outras localidades.

JM: Quem mais que...

E muita gente também do assentamento que, logo, logo, no início, não quis participar, realmente não quis.

Foi.

Mas, depois que o curso tava em andamento, aí muitos do assentamento quis se expor, mas as vaga era pouca, era só pra 48. Entendeu?

Esse curso ele é bom, bom porque ele aperfeiçoou muitas pessoas aqui dentro, né? E teve deles aí que recebeu até o diploma, e tá desenvolvendo o diploma. Tem muitos dele aí que começou tocar o barco, continuou. Aqueles que quis desenvolver, deu continuidade, e tá aí. No caso, mesmo, tem um rapaz aí, que foi pra lá pro lado do Rio Grande do Sul, como é o nome dele?

Roni.

É Roni. Ele aprendeu, e tá lá.

Fez a casa dele.

Foi. Já tá no Rio Grande do Sul, trabalhando, em cima da construção civil. Trabalha lá. Então, um menino que não sabia o que era prumo, não sabia como é que fazia um traço de massa, nem nada. Então, o Thaba veio aqui pra dentro, tá entendendo? E aí deu um avanço muito grande, e isso aí foi bom, que o Thaba veio aqui, que incentivou, deu um fogo, tá entendendo? O Thaba esteve aqui, foi bom por isso. Tá entendendo? Que incentivou.

JM: Você tá dizendo que incentivou as pessoas que participaram do curso. E as outras pessoas? Se mobilizaram, ficaram animadas com o curso?

Ficaram.

(...)

JM: Não, o senhor não falou hoje, ainda. Diga aí, vá. (Risos.)

Nada, rapaz. Todo o mundo se agradou.

Esse aí é seu Benedito, você sabe, né?

JM: Eu sei.

Seu Benedito. Será que é seu Benedito?

(Risos.)

Né, não. Aquele é o outro.

(Risos.)

JM: Qual foi a influência que o senhor acha que teve, assim, pras pessoas que não participaram do curso?

Eu acho, assim, tenho certeza, assim, que “nego”, a maior parte achou importante, achou bonito, e tal, essa responsabilidade da gente, além de fazer o curso, ainda trabalhar com as casa, aí. Como Samuel mesmo sabe...

Deu continuidade.

Ele deu continuidade. Isso pra mim foi uma vitória, como eu disse, semana passada, que eu nunca tinha pegado num diploma na minha vida, e aqui, graças a Deus tenho meus três ou quatro aí, tranquilo.

Pra mim, ainda, esse curso – não sei – mas deveria voltar novamente, fazer mais uma experiência. Nem só com nós, que tomamos o curso, mas com outras pessoas do assentamento, incluindo também a gente que tomou o curso. Entendeu? Não sei como deveria ser feito isso, mas eu acho que tem uma possibilidade, né, Fred?

(Risos.)

Apesar de quê, que eu mesmo não recebi o meu certificado, né? Mas tem nada, não.

(...)

(Risos.)

Viu? A influência maior pros companheiros do assentamento que não participou do curso, a influência maior foi construir as casa rápido; teve mais pedreiro qualificado, e a gente ia fazer, mais rápido, as casa, né? Tinha mais profissional pra estar locando essas casa, e indo pra frente, né? Mas, naquela emergência, por isso que eu coloquei, que não surtiu efeito “colesterol” amplo, mas porque...

(...)

E tava tudo na expectativa, né? De que o Thaba ia formar mais pedreiro pra dar continuidade no andamento das casa.

E acontece que a gente fizemos o estudo em cima de um tipo de material, e, no fim, mudou, e foi, até.. Adiantou até mais o lado da gente.

Mas foi como eu falei aqui, no início. O curso veio pr’aqui, pra isso aí, mesmo, né?

Pra incentivar.

Pra incentivar as pessoas. Agora, só, como eu falei no início: infelizmente, nem todo o mundo pensou por esse lado, mas as pessoas que ficaram gostaram, e estão gostando até hoje, né?

JM: Tá certo. Mais alguém quer falar alguma coisa?

JF: Oh, João.

JM: Diga, Fred.

JF: Vou dar uma informação, que o pessoal falou, pensando no curso, e, da outra vez que a gente esteve aqui, Paula há um tempo vem falando sobre a possibilidade, que tipo de curso é possível se conseguir pr’aqui. Nossa área é só a área de construção civil, os cursos que nós fizemos aqui. Essa semana ela esteve lá, eu falei com ela: “Paula, se você tá em Salvador, dá uma sentadinha, visita a gente, dá uma sentada e conversa com Rubens”. Que, de repente, a gente não tem nenhuma idéia, mas, de repente, a gente junta as idéias, e vai ver onde é que se vai puxar um curso que seja interessante pra vocês. Que, infelizmente, não pode ser o mesmo curso, que a gente não teria nem financiador pra o mesmo curso, e também não teria público pra o mesmo curso. E não poderia repetir o curso com as pessoas que já fizeram o curso, mas com outros cursos que sirvam pr’aqui. Aí, o que a gente fez? Aí, eu disse: “então, vamos fazer o seguinte: a gente vai fazer um formulariozinho, tipo uma enquete, pra saber de vocês, identificar o sexo, a idade das pessoas, o nível de escolaridade”, o que mais?

O que quer aprender.

Enfim... E, assim, três cursos que a pessoa gostaria que fosse feito aqui. Pra ser feito. Paula distribui aí com o pessoal, de preferência com os cabeças de família, porque, se não, seriam uns 300 formulários, né? Então, ver com os cabeças de família, pra dizer assim: “bom, não serve pra mim, mas serve pra um filho”. E assim, curso tal e tal. E aí, o que a gente faz? A gente sempre esteve do lado de vocês, sempre vai estar. A parceria da gente não acabou. E aí, a gente vai futucar, junto com vocês, lá em Salvador, se tem algum órgão que possa fazer um curso que vocês vejam que há necessidade de fazer aqui para todos. E onde é que a gente pode buscar esse curso, onde é que a gente pode buscar. Vamos ver se a gente consegue fazer isso. Da nossa parte, do nosso núcleo, não dá pra fazer mais cursos aqui. Os cursos que a gente faz já foram feitos. Mas a gente pode chegar lá, junto com vocês, e vamos futucar lá, ir nos buraquinhos onde...

E, quem sabe, nesse meio, pode aparecer até uma coisa que a gente não tá nem esperando, e chega aqui em cima do ponto de... Né, Samuca?

Eu gostaria de agradecer realmente a presença de estar ajudando a gente a fazer os cursos... Muito bom, né?

JF: Vamos estar à disposição de vocês, para poder ajudar vocês, mesmo que não seja da nossa alçada.

(...)

Eu fui convidado pra reunião que teve aí do pessoal da EBDA, né? Eu achei assim, realmente, você colocou... Eu achei, não; eu acho que a verdade é essa. Então, tem um grupo assim, de pessoas administrativas do poder público do povo, que é Incra, EBDA, Cora, Car, às vezes até sindicato... Especificamente do assentamento, né? Um assentamento com dez anos! Não falei, mas se tivesse, eu já tinha “falo”. Tomar vergonha, trazer um projeto de 20 litros de feijão pr’aqui.

Mas, rapaz...

Isso aí custa nada. Pra mim, é uma vergonha!

(...)

Ocupar um carro de um órgão que mexe com o dinheiro do povo, pra chegar, oferecer 20 litros de feijão, e 10 litros de coisa...

Numa área de assentamento de 212 família.

É mole?

O povo tem que estar pensando em produzir toneladas, gente! Vocês têm que pensar produzir toneladas! Nós tem que mostrar pro Governo que nós pediu a terra pra trabalhar.

Isso aí, o bom é isso.

Quando eu vejo a pessoa que nem vocês, pessoas nessa idade quando vocês, que oferece os crédito, de qualquer Car, essas coisa, nós tem medo de puxar essas coisa. A nossa necessidade, nós sabe. Agora, depende disso aí, oh. Pessoas que tá lá dentro do órgão, que realmente tá vendo a necessidade e corre de curso que tem o trabalhador e o lavrador. Eu te garanto que, junto do projeto do feijão, os fazendeiros, vizinhos, deputados federal e estadual, estão com a terra aí toda cheia de feijão nosso lá, pra plantar, sem o custo de um conto deles.

Talvez até colhendo, né?

(...)

Deu o feijão, deu o milho, deu a semente, mas não tem a terra pronta.

Pois é.

E aí, como que os assentado passa? Passa como? Primeiro lugar que passa é como preguiçoso. Depois, o companheiro não tem a terra pra plantar o feijão, vai perder, come. É ladrão, porque comeu o feijão. E, terceiro, fica tudo...

(...)

Porque, no nosso caso aqui, Fred, a gente não começa a casa de cima pra baixo, né? A gente começa a casa de baixo pra cima. Eles chegaram em cima da hora, pra dar feijão na reunião, com semente. Se eu não estou pronto pra receber a semente? Pra isso, nós tinha que ter terra pronta. Primeiro, no meio do ano eles tinha que ter vindo aqui, feito a reunião, perguntar pro povo: “onde é que é a roça de vocês?”. Vumbora lá, trazer um trator, dois, desmatar, preparar a terra, que: “olhe, quando for no inverno, a semente de vocês vai vir; você quer quatro ou cinco tarefas?”.

(...)

Em cima. Aí, no caso, vocês, quando veio pr’aqui, primeiro vocês veio aqui, viu o local, montou primeiro a estrutura, tá entendendo? Pra, depois, vocês começar. Né? Como é que vocês queria já construir sem estar com a estrutura montada? Não pode. Então, isso aí é tudo ilusão, é mentira por cima de mentira. Então, tem uma coisa com a outra, deixa o povo um pouco revoltado. Tem umas questão que você fala: “o povo que tá meio dividido, não-sei-o-quê”, mas não é. É falta de juntar todo o mundo, pensar de uma maneira só.

Eu concordo com o que Valteir falou, porque eu tava mais Paula viajando, né?

Eu nem fui, por causa disso.

E quando eu cheguei, que eu soube disso, eu fiquei assim, chateada pela forma como é.

Não to aqui questionando, né? Eu estou falando que é uma forma que não vai pra frente.

E concordo com seu Samuel na questão do feijão, entendeu? É como Valteir falou, quer dizer: por que não vieram antes? Como d’agora, mesmo, deixaram um formulário, pra poder preencher, o que o assentamento, o que é que a comunidade acha que tá precisando. Tudo bem, tudo é uma forma de viabilizar, ajudar a gente. Mas acontece, quando esses negócio chega em prefeitura, chega lá, simplesmente coloca debaixo do pano.

Dentro do arquivo.

Então, ou a gente aqui do assentamento, a gente se organiza, pra organizar uma associação, pra gente correr atrás, ou nada vai pra frente. Então, neguinho fica aqui o tempo todo esperando projeto, entendeu? E eu concordo plenamente com o que seu Samuel mais Valteir falou, que a realidade é essa. É porque o pessoal de fora pensa que tá todo o mundo aqui bobo, todo o mundo aqui besta, ninguém sabe o que é nada, né isso? Ninguém tem estudo, ninguém tem nada. E o pessoal daqui aprendeu, João, dar resposta calada. Não pense você, não. O pessoal aqui aprendeu a dar resposta calada. Você sabe como é que é dar resposta calada? Você tá lá, oh, falando, falando, falando, falando, falando lá na frente, numa assembléia, seja lá onde for, gastando o seu latim e tudo, e, simplesmente, eles olha assim, ignora.

JF: Latim, é?

É.

Vira as costas.

Então, a resposta deles é calada. E o assentamento hoje tá assim.

Você tá gravando isso aí? Não é pra gravar isso aí, não, que isso aí é coisa nossa, aqui, viu, Fred?

JF: Ih, agora já era.

Não, não pode gravar isso, não.

(Risos.)

(...)

Grava tudo o que for falado aqui! É pra gravar, mesmo!

Mas ninguém aqui tá falando nada com medo, e ninguém aqui tá falando nada prejudicando ninguém. A gente tá falando aqui em cima da realidade.

(...)

Roupa suja se lava é na fonte.

E o pessoal aprendeu dar as costas aqui toda hora.

(...)

A barriga já não agüenta mais.

JM: Tá todo o mundo com fome, né? Bora fazer o seguinte: a gente come logo, e continua conversando. Porque, assim, o que eu precisava colher aqui, eu lá colhi.

Estou com a terra aí, toda pronta. Mas se vier pra cá com negócio de “mendigagem”, de dois, três quilos de feijão, eu largo esse diabo lá, não recebo mais.

(...)

JM: Eu só quero que vocês me ajudem numa coisa aqui, oh. Me digam o nome das pessoas que estavam aqui.

JF: Vai vir dois, três, não. Vai vir quatro quilos.

Quatro quilo, eu não quero, não.

(...)

Licença, aqui, rapidinho. Oh, enquanto você tá pegando o nome do pessoal, vou botando a comida dos meninos, viu?

JM: Pode botar.

Gente, a comida de vocês a gente bota. Quem quiser comer mais, depois, pode repetir quantas vezes quiser, porque a gente fez pensando que viria mais pessoas, mas...

(...)

ANEXO C - TRANSCRIÇÃO DO GRUPO FOCAL COM INTEGRANTES DA EQUIPE DO THABA

Participantes:

JM: João Maurício Santana Ramos, pesquisador

MR: Maria Rosângela dos Santos Lemos Jacó, assistente social

AA: Adilson Brito de Arruda Filho, engenheiro de produção civil

LA: Lícia Edna Zellely Matos Andrade, arquiteta, coordenadora do Thaba

GO: Gilberto Alves Olivera, licenciado em construção civil

Local:

Escritório do Thaba, Museu de Ciência e Tecnologia, Av. Jorge Amado, s/n, Imbuí, Salvador – BA.

Data:

10 de agosto de 2010

JM: Então, essas aí foram as dúvidas que ficaram, a partir do levantamento que eu fiz lá, com eles, né? Vamos combinar uma coisa: evitar de falar duas pessoas ao mesmo tempo, porque depois, pra transcrever duas pessoas falando ao mesmo tempo, é horrível. Só isso.

MR: E que graça tem?

(Risos.)

JM: Vamos lá.

AA: Como o Thaba foi convidado a ministrar os cursos em Água Fria. Bem, estávamos no Thaba eu e Fred, no começo do ano 2006, provavelmente em março de 2006, final de tarde, quando chegou até a sala do Thaba o senhor Antônio Araújo. Veio dizendo que conheceu alguém que falou do Thaba, que o Thaba qualificava as pessoas na área da construção civil. Ele chegou aqui, se apresentou, falou que era dirigente do MST, que era representante dos assentados do Assentamento Menino Jesus, e que tinha já iniciado a produção dos blocos, dos tijolos de solo-cimento, e que queria iniciar na próxima semana o curso de pedreiro...

JM: Uma semana depois.

AA: É, porque dentro de um mês ele queria iniciar a produção das casas. Esse foi o primeiro contato, foi assim que houve o início, toda essa conversa. Aí a gente marcou depois, que ele pudesse vir aqui no outro dia, conversar com os coordenadores, Rubens e Lícia, pra que a gente programasse uma viagem, primeiro, conhecesse a realidade local, pra daí a gente traçar um plano de ação.

JM: Certo. Mas você não sabe como foi que ele chegou.

AA: Quem indicou ele pra vir pr'aqui, eu não sei. Ele não nos falou isso. A gente procurou saber, mas ele não nos falou.

JM: Vocês sabem?

LA: Não.

JM: Ainda vou entrar em contato com ele, mas...

AA: Ele chegou aqui, batendo na porta do Thaba.

LA: Ele sabia que o Thaba, através do CEPED, tinha feito trabalhos com solo-cimento, e veio pedir orientação, né? Agora, quem indicou ele, não sei.

AA: Na verdade, ele chegou aqui... Ele nem chegou aqui falando em relação ao solo-cimento, na época. Ele chegou aqui falando do curso de qualificação: “eu sei que vocês qualificam pessoas, a gente veio aqui pra poder qualificar, e rapidamente, o pessoal lá”.

JM: Certo, ok. Vamos pra outra. Gilberto viu isso, não?

LA: Como foram selecionados os assentados... Em relação à primeira pergunta, ainda.

JM: Diga.

LA: A gente...

JM: Lícia, se você puder falar um pouquinho mais alto, vai facilitar pra mim.

LA: Nós fizemos a visita. Antes de fazer a visita, a gente falou que poderia buscar parcerias. Ele disseram que já estavam executando blocos, tijolos de solo-cimento. O Thaba explicou pra eles que precisava verificar como é que estavam sendo fabricados, os traços, a cura. Ele trouxe alguns blocos antes da nossa visita, a gente mandou romper no CEPED, e viu que a resistência estava muito baixa.

AA: Foi na visita que a gente trouxe.

LA: Foi na visita, né?

AA: Foi.

LA: Que nós trouxemos alguns blocos. Então a gente foi ver essa questão, explicamos pra ele que tinha alguma experiência com solo-cimento, e fizemos a visita.

AA: Perfeito.

LA: E tivemos a idéia de montar um projeto, e eles buscariam, junto à Petrobras... Não se ele tinha algum contato com a Petrobras. Se lembram?

AA: Já tinha algum contato aí, com a Petrobras. Eles já tinham.

LA: A terra lá é perto da terra da Petrobras, eu acho, a fazenda. Isso a gente pode checar com Rubens. Se a fazenda é terra... Por que era de uma indústria, mas tem poço de petróleo próximo; por isso que a Petrobras financiou. A gente montou uma proposta de assessoria técnica, em relação tanto ao solo-cimento, à fabricação dos blocos, como à qualificação dos alunos.

AA: Mas, na primeira visita de Antônio Araújo aqui, a gente questionou a ele o porquê do tijolo de solo-cimento, e falamos pra ele que poderia ser mais rápida, a construção, e melhor, a questão do curso, se fosse com o bloco tradicional, melhor até na aprendizagem dos alunos. Mas ele falou que era uma coisa que já tinha sido definida com a comunidade, que já estava já iniciado o processo de produção, que não tinha mais como voltar atrás.

LA: Ele colocou uma coisa importante: que o processo de produção, que já tinha sido iniciado, foi fundamental no processo de organização deles. Porque como eles estavam na terra, não tinha financiamento pra fazer a parte de agricultura, ainda, a questão do tijolo ecológico, e também a questão da organização comunitária deles. Era uma forma de eles se organizarem pra produzir alguma coisa, já que eles não podiam produzir ainda os produtos agrícolas. Então, esse foi um dos motivos que ele manteve, mesmo a gente mostrando pra ele que não ia ter praticamente economia nenhuma, e ia ter um sobre-trabalho enorme na fabricação desses blocos. Né? Mas ele disse que era importante para o processo de organização dos assentados, que ainda não estava produzindo nenhum produto agrícola.

JM: Certo.

LA: Essa foi uma das questões da definição, também.

AA: Como foram selecionados os assentados que participariam dos cursos?

LA: Participariam.

JM: Participaram, né? Já participaram.

LA: É.

AA: Bem, na verdade a gente solicitou que eles, que a organização do MST indicasse os alunos para participar do curso. Ou seja, que eles pré-selecionassem esses alunos, que eles já conheciam melhor a comunidade do que a gente. E eles nos indicaram 48 alunos, já foi o número exato pra iniciar o curso.

JM: Certo. No mesmo número de vagas.

AA: No mesmo número de vagas. Perfeito.

LA: E eles selecionaram baseados nos trabalhos que eles já desenvolviam lá, e do conhecimento deles. É uma recomendação: compromisso com o movimento, né?

AA: Pessoas que não iam aprender o curso e sair pra trabalhar fora, que iriam aprender o curso e continuar no assentamento tocando em frente o projeto.

LA: Esse foi o critério que eles procuraram usar. E a gente respeitou. Aí, não fizemos seleção, não é isso?

AA: Não fizemos, exatamente.

MR: Embora alguns alunos, alguns indicados, depois de um tempo não ficassem no curso, por conta de questões envolvendo inclusive o movimento, né? Foram embora, não tinham mais interesse na proposta. Mas, mesmo assim, os que entraram também foram indicados pela direção do movimento.

JM: Os que entraram pra substituir.

MR: Pra substituir.

AA: Alguns alunos queixaram-se da duração do curso, afirmando que conteúdos mais complexos, como o curso de eletricista, mereciam mais tempo. Isso procede? Por quê? Bem, alguns cursos realmente necessitariam de mais tempo, como o caso de eletricista. Porém, neste projeto a gente não exigiu, ou, melhor, a gente não solicitou nenhum pré-requisito pra esses alunos, e a escolaridade do grupo era muito baixa. Portanto, a gente não poderia se aprofundar muito no curso de eletricista. Então, foi um curso básico de instalações elétricas prediais, vista a clientela, lá. Digamos que, desses 48 alunos, tinha uns quatro a cinco alunos que pudessem ir pro curso mais aprofundado, mas a grande maioria não tinha condições de absorver a grande carga teórica e técnica do curso de eletricista. Então, foi um curso mais básico, pra que eles pudessem aprender, mesmo assim, aprender, e puderem executar as atividades.

MR: O que a gente observa como dificuldade é por conta do grau de escolaridade que eles tinham, mesmo. Embora tivessem interesse em aprender a profissão, eles não tinham base pra aprofundar mais.

JM: Na conversa que eu tive com eles, muitos reconheceram que eles não tinham “Matemática suficiente” pra poder aprender. Disseram o seguinte: que quando era só letra, que tava tudo bem; era só número, que tava tudo bem; mas quando misturava letra com número...

(Risos.)

MR: É por aí.

AA: Percebe-se que quase a totalidade dos alunos ficou com dificuldade em leitura e interpretação de projetos. A que isso se deve? Em outras experiências de curso, essa situação já se repetiu?

GO: Isso, essa dificuldade é justamente pelo que foi dito anteriormente, a baixa escolaridade. Nossos projetos, dos que eu já participei, esse foi o que teve essa característica. Teve mais essa característica de escolaridade, né? Entendeu? Então, não se repetiu justamente por isso. Porque, como nós fazemos a seleção, nós procuramos ter, pelo menos, o mínimo de escolaridade. Isso daí, como Adilson falou, não teve essa solicitação de escolaridade, aí houve dificuldade em leitura e interpretação de projetos, assim como outros, também, mesmo; Matemática básica, o curso de eletricista, o curso de encanador... Então, acho que foram os pontos onde teve maior problema de dificuldade de aprendizado.

JM: Quer dizer: nos outros cursos, nas outras experiências, você acha, então, que o aproveitamento do pessoal na parte de leitura e interpretação de projeto é maior do que foi lá em Água Fria.

GO: É maior, porque tá ligado diretamente com a escolaridade.

LA: Mas Gil, curiosidade: e após a conclusão do curso, eles aprenderam, depois de executarem? Porque você dá a leitura e interpretação de projetos antes de eles executarem, embora dê em sala de aula, como exercício. Mas, depois que executaram o projeto, como é que ficou essa questão? Eles continuam não lendo?

JM: Eles assumem que têm muita dificuldade. Se for pra fazer na prática, eles fazem, como estão fazendo, como fizeram as casas lá. Mas seguir um projeto, se der um projeto diferente pra eles... Alguns falaram assim, pra mim: que sabem marcar, que vão saber “dar a saída da casa”, como eles falam. Mas, depois disso, eles esquecem a planta, e puxam um fio pra cá, um fio pra lá...

LA: É verdade.

GO: Agora, isso daí, João, já é um avanço, que eles conseguiram, que pelo menos fazer a marcação da casa, né? Então, isso aí já é algo que eles aprenderam na parte de leitura e interpretação de projetos, né? E, também, teve outra dificuldade, também, que pra esse tipo de construção, também, as próprias medidas que eram utilizadas, mesmo, em milímetros, isso dificulta, também. Porque outras turmas que nós tivemos, com o grau de escolaridade maior, as plantas até em centímetros, é mais fácil de compreensão, principalmente quem nunca pegou isso aí. Então, eles têm baixa escolaridade, e pegaram plantas com medidas mais complexas pra ler, pra marcar, né?

JM: Por conta do tijolo.

GO: Exatamente.

JM: Da precisão.

GO: Exatamente.

LA: O sistema construtivo é muito mais complicado.

AA: Devido à modulação que o tijolo necessitava.

LA: E tem mais detalhes no sistema construtivo do que no bloco convencional, né? Aquelas vigas intermediárias...

GO: E o convencional de leitura e interpretação de projeto, o aluno, ele enxerga melhor, porque é o dia-a-dia dele. Ele entra numa casa, ele vê aquilo ali. Então, é justamente o quê? Ele vê aquilo que tá projetado, e consegue visualizar até no dia-a-dia. Então, ali era uma novidade pra eles.

JM: O sistema construtivo.

GO: Exatamente. E seria uma novidade até pra outras turmas de escolaridade maior. Então, isso aí foi um ponto, junto com a escolaridade, também, que dificultou a aprendizagem deles, também.

JM: De leitura e interpretação de projetos.

GO: Exatamente.

AA: Outra área relatada como de dificuldade foi o curso de eletricista. Isso aconteceu em outros cursos, ou foi um caso específico de Água Fria? A que se deve essa dificuldade?

AA: Essa resposta já foi comentada, já.

JM: É, já.

AA: Em outros cursos, a dificuldade é um pouco menor, que a escolaridade é um pouco mais alta. Mas há alunos, realmente, que conseguem aprender, perfeitamente, há alunos que não conseguem ir tão a fundo. Entendeu? Mas a grande questão do pré-requisito aí é a escolaridade, que isso é um pré-requisito fundamental.

JM: Certo. Vocês, pelo contato que vocês tinham no assentamento, vocês conseguiriam identificar pessoas que tivessem um grau de escolaridade mais alta, e que não participaram do curso, e que, talvez, se tivessem participado, contribuiriam melhor nessa questão?

AA: Observe: durante o curso, nosso contato maior foi com os próprios alunos. Nós não tivemos muito contato com pessoas fora do curso. Algumas, sim, mas nem todas, pra gente selecionar pessoas que pudessem estar participando. A gente não sabe informar isso aí. Provavelmente, não deveria ter. Provavelmente, não deveria ter.

JM: Certo.

LA: Talvez essas pessoas com maior escolaridade estivessem num cargo, dentro do movimento, de organização, que não tinha tempo pra freqüentar o curso diariamente, porque ele tinha papéis dentro do assentamento que exigem escolaridade, né? Que exigem estar fazendo contato externo, e aí, talvez por isso o pessoal que freqüentou o curso é o pessoal com escolaridade baixa, ou sem escolaridade.

AA: Exato. Percebe-se que houve uma dinamização nas relações interpessoais, com a aproximação de pessoas, e estreitamento de laços que já existiam. Que comentários podem ser feitos a esse respeito?

MR: Bom, quando a gente chegou no assentamento, acreditou que essa relação já estivesse estabelecida, por conta de eles já estarem ali há algum tempo, de eles terem um objetivo comum – que seria a construção das casas do assentamento –, mas a gente percebeu que eles eram muito isolados.

JM: Então, você teve essa percepção antes.

MR: Sim. A gente já percebia que, assim: dois se conheciam, três se conheciam, mas nem todos tinham esse contato.

AA: Não tinha uma unidade.

JM: Não tinha uma vivência, ainda, de comunidade.

MR: Não. Vivência de comunidade, eles não tinham. E quando a gente – não me lembro se foi com vocês – que a gente separou as equipes, quando a gente separou as quatro...

JM: As equipes de curso?

MR: Sim.

AA: Sim, de curso, foi. Primeira semana.

MR: Pras casas, a seleção.

AA: Durante o treinamento.

MR: A gente levou em consideração isso, também, né? Então, a gente conseguia ver: “vamos ver, aqui, como é que a gente faz”. Então, a gente tentou agrupar eles, primeiro, por essa afinidade que surgiu, na primeira semana de atividade, né? Que é natural. Então, conversa mais com um, conversa menos com o outro. A gente tentou respeitar isso, mas, também, a gente começou a separar assim: se tinham mulheres e homens, vamos fazer um grupo equilibrado, pra que, depois, eles possam tocar a construção das outras casas, que, nesse momento, era o objetivo maior, né? A gente estava qualificando em quatro casas, pra eles construírem as 212, que seria a composição total do assentamento. E passamos a desenvolver todo o trabalho de acompanhamento, pra que eles continuassem trabalhando juntos. No decorrer do primeiro mês, alguns alunos desistiram do curso, não gostaram da proposta, priorizaram outra atividade. Entraram novas pessoas, também indicadas pela direção do assentamento, mas também a gente sempre respeitou essa questão da relação entre eles. Na primeira semana teve um casal que a gente separou... Chico.

AA: Boiadeiro?

MR: Chico, Chico. A gente separou Chico da esposa, justamente porque a gente levava em consideração que, se os dois ficassem juntos, o rendimento não fosse tão bom. E no final do primeiro mês a gente viu que não deu certo. E, quando a gente juntou os dois, o rendimento mudou, né? Embora ela tivesse a postura de ser sempre a ajudante dele, mas ela teve um rendimento melhor do que quando tava antes, na equipe separada dele.

LA: Oh, Ró, teve alguma atividade lúdica que ajudou nessa relação interpessoal, ou não?

MR: Sim. Além das atividades lúdicas, né? Dinâmicas que a gente fazia, teve a própria mística, que eles pediram à gente pra que a gente mantivesse. Você sabe o que é mística, né?

JM: Sei. Os hinos, os cantos que eles fazem sempre, antes de todas as reuniões.

MR: E, no final de cada mística, a gente aproveitava também a reação deles – uns brincavam demais, não queriam cantar o hino – e discutia esses assuntos também perante todos.

AA: E, também, a própria movimentação que um curso desse dá, que um curso desse proporciona dentro do assentamento, ou seja, você passar quatro meses, quatro dias por semana – sexta, sábado, domingo e segunda –, todos juntos, de sete da manhã, sete e meia da manhã, até cinco da tarde, isso acaba aproximando as pessoas.

LA: Isso, também, levando em consideração que o almoço era junto, era preparado por eles. Podia falar um pouco sobre isso. Até pra reclamar do almoço, era uma forma de unir.

AA: Exatamente.

(Risos.)

MR: Sim, a nossa dinâmica ia desde o café da manhã, né? Que a gente servia com todos eles, até o lanche da tarde. Então, assim: o café da manhã...

JM: É o café da manhã, sim. Quais eram as refeições?

MR: Era o café da manhã, o lanche, o almoço, e o lanche da tarde. Então, tinha um grupo do assentamento que fazia a refeição, mas a organização de distribuição, como é que ia ser feita a fila, tudo isso partia deles, mesmo. Então, a organização da distribuição era feita com eles. Todo o processo, era sempre eles que estavam à frente. E a gente percebeu, logo quando chegou lá, que, assim: o índice de alcoolismo, embora fosse proibido o uso de bebida alcoólica no assentamento, mas a gente percebeu que era muito alto. E, no decorrer do curso, esse índice de alcoolismo, mesmo, no assentamento, com esses alunos que ficaram envolvidos no curso, diminui muito. É porque assim: enquanto eles não estavam fazendo atividade agrícola, eles estavam se qualificando. Então, até nesse sentido, o curso serviu pra poder melhorar a dinâmica deles.

JM: Não tinha tempo pra ficar no bar. É isso?

(Risos.)

AA: Por exemplo: no primeiro final-de-semana que a gente chegou lá, pra trabalhar sexta, sábado, domingo e segunda, quando nós chegamos no domingo pela manhã, no primeiro final-de-semana, no domingo pela manhã, houve uma queda altíssima na frequência dos alunos. Digamos, mas de 15, 20 alunos, faltaram no domingo de manhã, devido a alcoolismo.

JM: Eles tinham bebido no sábado à noite.

AA: No sábado à noite.

MR: E muitos que chegaram, já estavam era álcool puro.

AA: Álcool puro. E, um mês depois de iniciadas as atividades, você já via que já tinha caído muito. No domingo, já era uma atividade normal, como era na sexta, no sábado e na segunda. E, depois, ficou um dia normal de atividade para os alunos.

JM: Certo. Agora, Rosângela, você falou uma coisa que me chamou a atenção: que vocês perceberam que havia um isolamento grande, quando vocês chegaram lá.

MR: Sim.

JM: Eu acho que existe até hoje uma cultura muito individualista no assentamento como um todo. Os lotes são individuais; cada um que terminou cuidando da construção da sua própria casa, não foi uma coisa coletiva, organizada. O que é que você acha disso? O que vocês tiveram lá, vocês acham que realmente há esse individualismo?

MR: Olhe só: a visão que a gente teve, que pelo menos, eu tive, quando a gente chegou lá, é que era um grupo de pessoas que foram colocadas ali. E só. Sem relação entre eles. A única coisa que eles tinham em comum era vontade de trabalhar na terra. Era só isso. Pessoas de realidade diferente, né? De cultura diferente.

JM: Locais diferentes.

MR: Locais diferentes. E a vivência lá, no cotidiano, não tem uma atividade que agregue muito. Por exemplo: a gente, com o curso, a gente trabalhava a unidade.

JM: Habitacional.

MR: Não, a unidade deles, das pessoas. O conjunto. Trabalhava eles como um todo.

JM: Ah, sim, certo.

MR: Entendeu? Não era o individual. Então, assim: era uma equipe que ia construir uma casa, independente de quem fosse o dono daquela casa. Né? As atividades que a gente desenvolvia, as atividades lúdicas, também a gente levava em consideração isso: “vocês são um grupo”, né? Durante a mística eles discutiam muito isso. Mas só. As pessoas que não estavam envolvidas no curso só se reuniam quando tinha alguma informação pra poder passar, né? Alguma viagem pra poder fazer. Mas não tinha nenhum...

LA: Alguma passeata, né? Alguma coisa assim.

MR: É

GO: Um trabalho comunitário.

MR: Isso. Não tinha nada que unisse eles.

GO: Agora, tem uma característica, no nosso curso, que os alunos, vamos dizer assim, que eles se apegam à construção. Se apegam, assim, com carinho, com aquilo que eles estão fazendo, né? Que eles estão vendo que aquilo é produto deles, né? Principalmente no aprendizado, então acontece muito isso. E lá – foram quatro construções – teve alguns casos específicos, por exemplo: a casa de Antônio, mesmo, quando estava com problema de saúde, a gente percebia que os alunos tinham um maior carinho por aquilo ali, aquele grupo de alunos que estava responsável por aquela construção. Então, justamente por isso. E, em alguns momentos, a gente percebia até que eles cuidavam até do entorno do lote, que ele tinha algumas coisas plantadas lá, e percebia que eles tinham um cuidado. E tinham casos, também, como a casa de...

AA: Clarivaldo.

GO: Clarivaldo, que ele estava como aluno naquela equipe, e, em alguns momentos, os alunos reclamavam da participação dele.

JM: Que estava construindo a própria casa.

GO: Que era justamente o contrário da casa de Pingo.

AA: Exato.

GO: Que tinha uma participação bem efetiva na construção da própria casa, e, logo no final, o pessoal que ainda fez uma surpresa pra ele, que tirou do local que ele morava, pegou a mobília dele toda e colocou dentro da casa, no dia na mudança.

AA: Dia da inauguração.

GO: Dia da mudança. Então, a gente percebeu lá justamente isso, o envolvimento da equipe naquela construção ali. Aí, você vê, com esses três exemplos, foram três coisas diferentes, então, que mostra, realmente, que os alunos se apegam com aquilo que eles estão fazendo, né? Agora, a partir daí, do que Rosângela falou, se depois teve um processo comunitário, um processo de relação interpessoal, talvez... Aí é que a gente não tem como falar, né? Talvez o problema tenha sido justamente isso aí, porque, durante o processo de qualificação, a gente percebia que os alunos estavam mais integrados. E o fato de eles almoçarem todos juntos, mesmo, não deixou aquela coisa de, tipo, quatro equipes separadas, entendeu? Então, o processo de alimentação, de lanche, do café da manhã e do almoço ajudou todos se aproximarem. Talvez, o problema tenha sido depois, não terem a continuidade disso daí.

JM: Certo.

LA: Mas isso aí foi um trabalho com 48 assentados, num assentamento de 212 famílias. Então, foi um número restrito. Esse grupo, durante o trabalho, já saiu com espírito de grupo muito maior. Agora, em que que isso refletiu, nas suas famílias, e no conjunto como um todo, é que a gente não tem esse controle, esse acompanhamento. A gente acompanhou o grupo dos 48 alunos, né? E mais o pessoal que trabalhou no almoxarifado, alguns agregados.

MR: Embora o fato de serem quatro construções levasse eles a uma competição, mas era uma competição saudável. Então, eles ficavam muito comparando o nível que tava a construção deles pro nível que tava a construção das outras equipes. Mas era uma competição saudável, porque eles conversavam entre si, eles diziam: “não, oh, precisa melhorar o acabamento, você viu o acabamento de não-sei-quem? Ele tá usando esse material. Você não quer tentar também?”. Então, assim: a relação desse grupo, com certeza, mudou do que que era antes, né? Eles começaram a se identificar enquanto grupo, mesmo.

LA: Vamos pra próxima?

JM: Vamos.

LA: Como foi feita a avaliação? Houve prova escrita?

AA: Bem, nesse caso do MST, nós não usamos do recurso da prova escrita, até por causa da questão da escolaridade. Mas a avaliação foi feita, pelo acompanhamento diário do aluno, verificando como estava esse aluno ao entrar no curso, e o desenvolver de cada atividade dele, tanto em sala de aula, quanto na parte prática. Então, essa avaliação foi justamente esse acompanhamento diário e cotidiano desse aluno, em cada atividade a ser feita, vendo não só a questão do desenvolvimento da atividade com as ferramentas, mas também do desenvolvimento profissional dele, da questão da postura, da atitude que ele tinha perante a equipe, perante a atividade que ele estava exercendo.

MR: Foi uma avaliação processual, né? Além disso, a gente avaliava também a postura na hora da refeição, né? Se ela era cooperativo, se ele ajudava o companheiro, ou se ele só se preocupava consigo. Às vezes, parece que a certificação tá ligada só ao desempenho relacionado à profissão, né? Então, muitos chegaram a pensar assim: “poxa, mas eu já trabalho nisso, então vou receber certificado de qualificação, porque eu só quero aqui pegar o certificado”. Na verdade, durante o processo, eu acredito que ele percebeu que não era só isso, não era simplesmente ter a habilidade da profissão, né? O nosso curso, ele tem que ter o envolvimento, ele tem que ter o compromisso, ele tem que respeitar o companheiro. Então, são quesitos que a gente vai colocando a todo momento, e vai avaliando a cada atividade que ele faz.

LA: A evolução de uma postura profissional.

MR: É.

JM: A gente tá falando aqui de uma questão que está aí embaixo, mais adiante, que é a próxima pergunta.

MR: A próxima pergunta.

JM: É a próxima pergunta. Que comentários podem ser feitos acerca da insatisfação de alguns participantes, que esperavam receber o certificado de qualificação, e receberam o certificado de participação?

AA: É justamente isso daí, que alguns achavam que, por estar trabalhando bem com a ferramenta, já estavam sendo profissionais, mas um profissional não é só trabalhar bem com a ferramenta. Toda a questão de postura, de atitude. Por exemplo: semanalmente, a gente trabalhava a questão do líder da equipe, que era aquela pessoal responsável por ir ao almoxarifado, retirar os materiais e ferramentas necessários pra atividade daquele dia.

JM: Toda semana?

AA: Toda semana.

JM: Trocava o líder.

AA: Tinha alguns alunos que não queriam, de jeito nenhum, ser líderes. Então, algumas vezes, alguns repetiam. Mas a gente percebia, também, às vezes, que alguns alunos, mesmo sendo bons alunos na parte da execução da atividade prática, eles não queriam lavar as ferramentas ao final do dia, não queriam voltar até o almoxarifado – quer era um pouco distante – pra entregar, então deixava sobrecarregados alguns colegas nessa hora. Então, isso não foi uma postura profissional. Então, mesmo tendo habilidade, ele não foi um profissional completo.

JM: Certo.

AA: Isso leva ele a não receber, então, o certificado dele de qualificação, mas só o de participação.

JM: Isso foi dito pra eles, na época.

AA: Foi dito pra eles, na época.

MR: Todo o tempo.

LA: Durante todo o curso.

AA: Durante todo o tempo.

MR: Durante todo o curso.

JM: Eles alegam que alegam que não entendem porque receberam o certificado de participação, em vez do de qualificação.

AA: Inclusive, tivemos alguns alunos que, na última semana do curso, abandonou o curso, que ele já suspeitava que iria receber o certificado de participação, e não queria passar por isso – que eles achavam que era um constrangimento – perante o grupo: “como é que você passou aqui quatro meses, e não se qualificou?”. A gente quer mostrar que não é um constrangimento, mas que ele não obteve o resultado esperado.

JM: Certo. E nos outros cursos, existe a prova escrita?

AA: Em alguns cursos, sim, em outros, não. Vai de cada localidade, vai de cada comunidade.

JM: E qual é o critério, Adilson?

AA: O critério, principalmente, é a questão da escolaridade. Como é que a gente – como é que eu posso dizer? – identifica aquela turma.

JM: Então, a prova escrita...

AA: Agora, a avaliação processual, ela é muito mais eficaz do que uma simples prova escrita. Em algumas cidades, a gente prefere abolir a prova escrita, porque a processual é muito mais significativa, que ela avalia o aluno em cada atividade, dando conceitos a esse aluno.

JM: Então, vocês fazem um acompanhamento, têm o registro.

AA: Um acompanhamento de todos os alunos.

LA: Agora, Adilson, mesmo onde é aplicada a prova escrita, é também feita a avaliação processual, que tem um peso maior que a prova escrita.

AA: Exato, exatamente isso.

JM: Era justamente isso que eu ia perguntar. Então, a prova escrita é uma ferramenta a mais de avaliação.

AA: Uma ferramenta a mais.

JM: Complementar.

AA: Que não é, e nem nunca foi, a primeira ferramenta, entendeu? É apenas mais uma.

LA: Quais os critérios para formação das equipes que dariam continuidade à construção das casas?

JM: Quem formou essas equipes?

MR: É a parte de planejamento.

LA: Foi discutido com eles, né?

AA: Foi discutido com eles, mas...

LA: Eu me lembro que vocês discutiram, assim, também a questão da habilidade. Tinha pela afinidade, que já trabalhavam juntos, mas, quando uma equipe precisava de uma pessoa que puxasse mais, puxava o aluno de

outra equipe, pra que eles formassem equipe que tivesse condições de continuar as casas depois. Eu me lembro disso; agora, não sei os outros critérios. Se mantiveram as mesmas equipes depois da qualificação...

MR: Porque, na verdade, subdividiu

AA: Subdividiu.

LA: Subdividiu, né? Que eram menores.

AA: Subdividiu.

MR: Essa parte de planejamento, a gente ficou mais fora. Então, assim: eu me lembro que, em algum momento, a gente chegou a discutir essas questões, mas a gente não fechou isso. E a gente fez, montou as equipes aqui, e voltou pra eles, pra discutir entre eles.

AA: Não, foi justamente o contrário. Eles propuseram.

MR: E a gente trouxe pra cá.

AA: E a gente reavaliou.

JM: Foram eles que formaram as equipes?

AA: Eles que formaram as equipes.

GO: Inicialmente, né?

LA: Inicialmente.

AA: Inicialmente. Não as das quatro casas, mas as da própria agrovila toda.

LA: Eram equipes de dois, ou de três?

AA: De quatro alunos.

LA: Então, me lembro disso. Eles propuseram, de acordo com a afinidade deles, e com as relações que eles estabeleceram lá, e os professores avaliaram junto com eles, em equipe – eu me lembro da sala discutindo isso –, que algumas equipes estavam muito assim, fortes, e outras... Que podia dividir, entendeu? Botar uma pessoa que... Aquele que teve mais facilidade no curso de pedreiro junto com outro que teve menos facilidade, mas reforçava um pouco de elétrica, de esgoto, das quatro profissões, de forma que saíssem... Isso foi muito discutido, mesmo. Foi construído junto, né? E, no final, se formou equipes com o consenso de todo o mundo: dos professores e dos alunos.

MR: A gente passou umas duas semanas.

AA: Umas duas semanas, isso aí.

LA: Isso foi reavaliado várias vezes, uma construção conjunta, vendo não só questões de afinidade, mas também da produtividade e do nível que cada um conseguiu de qualificação, mesmo.

MR: Certo.

JM: Então, a proposta inicial deles foi modificada.

LA: Sim.

JM: Mas com o consentimento, com a participação deles.

MR: Sim, com a participação.

AR: Com a participação deles.

LA: Tudo fruto de um processo.

JM: É, porque essas equipes não deram certo, depois. Eles passaram a trabalhar de forma individual. E eu perguntei pra eles: “por que as equipes não deram certo?”. Eles disseram: “ah, porque não queria trabalhar com fulano, não queria trabalhar com sicrano”, então ficou uma coisa meio solta, pra mim, essa informação deles. E aí, a partir daí, eles começaram a trabalhar de forma individual.

LA: Eles devem ter exercitado, e sentido as dificuldades.

MR: É.

AA: É.

LA: Não foram as equipes iniciais, não. Não sei se mexeram em todas, não me lembro, mas, em algumas, foram mexidas.

JM: Mas eles disseram que não ficou nenhuma daquelas equipes. Eu levei pra lá os papéis com os nomes das pessoas, pra eles lembrarem as divisões das equipes, e eles disseram que nenhuma das equipes permaneceu.

LA: Eu acho que aí, a questão desse trabalho coletivo, de equipe, se tivesse tido um acompanhamento nesse sentido, tinha mais chance do prosseguimento.

AA: Tinha tido prosseguimento.

LA: Porque aí, quando a gente saiu, interrompeu esse trabalho de formar grupo, de trabalho coletivo. Eu falo porque ficou individualizado por equipe.

MR: E até, lá, eles tinham uma referência, que era a gente, né? Então, tinha a quem se reportar, tinha como discutir as dificuldades. E, quando a gente sai, o mais fácil é você se separar.

LA: E foi proposto esse acompanhamento, que a gente achava necessário, mas não foi possível viabilizar, né?

MR: Por falta de recurso.

LA: Por falta de recurso.

JM: Não sei se é essa a próxima pergunta. Veja aí.

LA: O que previa o projeto de acompanhamento da construção das casas da vila? Por que ele não foi adiante?

(Silêncio. Risos.)

MR: Fale alguma coisa.

GO: Pelo menos, a nossa participação aí já tava... Na verdade, não teve participação nisso aí.

AA: Bem...

LA: Tem que se considerar também que teve um problema, eu não sei exatamente, não me recordo – talvez vocês, quês estavam no dia-a-dia – mas teve problema no assentamento. Não só no assentamento, mas no movimento do MST, na época.

MR: Foi.

AA: Mudança de direção do assentamento.

LA: Mudança de direção do assentamento... Quer dizer, houve um impacto grande, nesse sentido, entendeu?

MR: É.

LA: E isso, com certeza, mexeu, também, nessas coisas. Não é só a questão do curso, é a conjuntura como um todo. Acho que Rubens talvez possa lhe esclarecer isso melhor. Eu não me lembro exatamente, já tem algum tempo. Mas houve mudança a nível nacional, a nível estadual, e no próprio assentamento, com retirada da liderança, de uma forma que não foi muito acordada, né? E tudo isso mexeu na questão do trabalho.

MR: Mexeu.

LA: Quem entrou no lugar, embora fizesse um discurso de continuidade, mas a postura não era de continuidade do trabalho que o outro tinha iniciado, né? Eu prefiro que você esclareça isso com Rubens, porque ele tem exatamente isso como é que foi. Mas houve impacto nesse sentido, também.

AA: Tem, também, com certeza.

LA: Inclusive, no final do curso, não tinha ninguém do assentamento acompanhando, que no início estavam acompanhando, e, no final do curso, a gente ficou continuando o trabalho lá, sem nenhum acompanhamento da direção do assentamento, justamente por conta desses impactos internos que tiveram, e de lá do próprio movimento. A gente terminou o curso sozinho.

AA: Com certeza, porque quem começou o projeto foi uma direção do assentamento, mas, ao terminar, já tinha sido tudo desestabilizado. E o pessoal que assumiu a direção nem se aproximou da gente, achando que a gente estava ligado ao pessoal anterior.

MR: É.

LA: Entendeu? Então, houve uma rejeição ao nosso trabalho, da direção que entrou, inicialmente. Depois que já tinha acabado, foi que eles vieram entender que uma coisa não tinha nada a ver com a outra.

JM: Que o trabalho era apartidário.

AA: Exatamente, com certeza.

LA: Não era partidário, não era ligado à direção, era um trabalho de organização comunitária daquele grupo, independente de quem era a direção, de quem eles estavam juntos dentro do movimento, ou não.

AA: O compromisso da universidade era com a qualificação daqueles 48 alunos, entendeu? Agricultores, participantes do movimento, mas, porém, alunos, para a universidade.

LA: Independente de que facção do movimento eles participavam.

MR: É.

JM: Certo. Vamos ver, então, a outra.

GO: Como o Thaba vê a resolução dos assentados em mudar o sistema construtivo?

LA: Eu acho que de uma forma positiva.

AA: Positiva. Já era previsto. A gente já tinha sinalizado ao próprio MST sobre as vantagens e desvantagens de se trabalhar com o tijolo ecológico, e de trabalhar e não se trabalhar com tijolo cerâmico. E a produtividade do bloco cerâmico, ela é mais rápida, ou seja, a gente consegue levantar uma casa em menos tempo. O nível de precisão do tijolo de solo-cimento era muito maior, porque ele tem que ter um espaçamento preciso de dois milímetros, não só pela questão da dilatação, mas, principalmente, porque, se a gente mudar o espaçamento, um furo não vai coincidir com o outro; que, depois, na hora de colocar os pilaretes, não vai casar. Então, a precisão tem que ser muito mais alta, e isso reduz a velocidade da execução da obra. Então, a gente já previa, de certa forma, isso aí.

LA: Além do sobre-trabalho, que eles tinham que fabricar os blocos, produzir os blocos. Havia uma rotatividade de mão-de-obra na produção dos blocos. Se tentou minimizar isso, mas ainda havia. Então, você tinha que treinar novas pessoas sempre, pra produzir os blocos. Então, a qualidade dos blocos... O controle de qualidade desses blocos era muito complicado. E pra eles fazerem sem a nossa assistência, por mais que eles tivessem conhecimento, à medida que cada um ia fazendo a sua casa, eles, de certa forma, se distanciavam um pouco da produção do bloco, né? Porque eles estabeleceram inicialmente que cada família ia produzir o bloco da sua própria casa. Então, a rotatividade de mão-de-obra na produção, e a qualidade desses blocos, as dimensões do bloco, fazer esse controle, era muito complicado. Já era previsto, e a gente tinha sinalizado, mas eles insistiram nesse bloco de solo-cimento, por conta de que era a única coisa que movia eles, de uma forma mais coletiva – não como um todo do assentamento, mas pequenos grupos – e isso ajudava na organização comunitária. Entendeu? Então, a gente viu de forma positiva, porque eles enxergaram... Primeiro, eles mudaram o sistema construtivo pra um sistema mais simples, eles verificavam que eles dominavam – com o curso que eles tiveram, no sistema mais complicado, eles dominavam perfeitamente esse sistema mais simples –, diminuiu o trabalho, porque eles adquiriam o bloco – em termo de custo, não tinha grande diferença de custo pra produção.

AA: Ficava até mais barato.

LA: Inclusive, era mais barato comprar o bloco pronto do que fabricar com todas essas dificuldades. As máquinas já estavam ficando desgastadas, também, né? As máquinas que o assentamento tinha, a manutenção dessas máquinas era complicada. A gente viu como uma tendência natural, vir pro bloco cerâmico.

JM: Diga, você ia falar o quê?

AA: Esqueci.

(Risos.)

JM: Vamos lá.

GO: Como o Thaba avalia a autogestão da construção das casas da vila?

JM: É, isso aí, eu tenho que explicar um pouquinho essa pergunta, porque a intenção dessa pergunta é falar que não foi aquilo que tinha sido planejado pelo Thaba; que as equipes se desfizeram logo no início, por conta de falta de afinidade entre as pessoas; e que depois eles passaram a trabalhar por rua, a distribuição de materiais se dava por rua, pra fechar toda aquela rua, a construção das casas daquela rua. Mas aí, isso também começou a ser questionado, porque estavam recebendo casas pessoas que não estavam morando no assentamento, e as pessoas que tinham necessidade da casa, porque já estavam morando lá, começaram a questionar isso. Então, eles passaram a responsabilidade para os núcleos de família, que é uma estrutura dentro da própria organização do assentamento, de dez família que têm que discutir os seus problemas internos. Então, cada núcleo desse ficou responsável por construir as casas daquele núcleo, da forma com que eles conseguissem construir.

AA: Observe. O Thaba fez um projeto pra que eles pudessem dar continuidade, sob um acompanhamento, sob nosso acompanhamento. Nós não pudemos executar esse acompanhamento, devido à falta de recurso. A gente não conseguiu um agente financiador pra essa segunda etapa do processo. Mas, mesmo eles tendo modificado a forma como foi feita essa auto construção, essa autogestão da construção da vila, a gente avalia de forma positiva, porque, mesmo não sendo da forma como a gente propôs, eles conseguiram alcançar o objetivo maior, que era de construir as 212 unidades. Pelo que você me disse, foram construídas 197.

JM: 194.

AA: 194. Então, pra gente, é de forma muito positiva, isso.

LA: Eles tiveram a capacidade de fazer um planejamento diferente, e que, bem ou mal, funcionou, entendeu? De mudar, não ficar preso a uma coisa que não estava funcionando. Entendeu? E modificar isso, pra alcançar o objetivo.

JM: Na verdade, eu acho que não foi um planejamento, Lícia, que eles fizeram. Eles apenas mudaram a organização. Não houve um planejamento, assim: esse núcleo de famílias vai ter que fazer essas dez casas até tal data. Isso não existiu. Não existiu a questão do prazo, de planejar metas, objetivos. Isso aí não existiu, eu já verifiquei com eles. Eles realmente mudaram a questão de como fazer, como se organizar pra poder fazer.

AA: Mas, mesmo assim, acho que é de forma positiva que a gente vê isso.

LA: Construíram todas as casas.

JM: Já, já todas as casas. 194, né? Eu não sei por que não construíram as 212.

LA: Já tinham algumas, já tinham algumas construídas, quando a gente começou o trabalho.

JM: Sim, mas não são essas, não.

MR: Mas, mesmo assim, não dá 212.

JM: Tem alguma coisa do contrato que eu vou ver com Paula. Eu espero ir lá no próximo final-de-semana, pra poder ela explicar por que não foram as 212, foram 194.

LA: Ainda tem família sem casa, é?

JM: Não sei. Imagino que não.

LA: Talvez tenham até saído.

AA: Não tinham 212 famílias, na época.

MR: Não tinham ainda 212.

AA: Tinha 180 famílias, cento e...

GO: Eram 212 lotes.

LA: Eram 212 lotes.

AA: Lotes, 212 lotes. Famílias, não.

JM: E eles avaliam de forma negativa a construção das casas.

MR: É?

JM: É, porque eu acho que eles tinham a expectativa de ser num tempo menor, num tempo... E também porque acabou o dinheiro pra renumeração de quem estava construindo as casas. As últimas casas foram construídas no sistema de mutirão. Então, às vezes alguém ia lá, dava um dia, dava dois dias. Então, eles avaliam de forma negativa. E ele estavam precisando de acabar as casas, pra poder vir o dinheiro do Pronaf, pra eles plantarem. Então, a avaliação deles é de forma negativa. Eles falam nos textos: “ah, não foi pra frente a construção das casas por causa disso, por causa daquilo... Mas eu também avalio de forma positiva. Porque construir mais de 100 casas no prazo de um ano, é um prazo curto pra eles construírem.

AA: Com certeza. E sem o acompanhamento de uma assessoria técnica.

MR: E assim, sem nenhuma assessoria técnica, né?

AA: Com certeza.

MR: Foi com o instrumento que eles tinham na mão.

JM: Pronto. Vocês querem complementar alguma coisa? Era isso.

LA: Não.

JM: Então pronto, tá bom, tá ótimo.

ANEXO D - QUESTIONÁRIO APLICADO A ANTÔNIO DE ARAÚJO FILHO, DIRIGENTE REGIONAL DO MST À ÉPOCA DOS CURSOS MINISTRADOS PELO THABA EM ÁGUA FRIA

Data de recebimento das respostas, por e-mail: 27 de agosto de 2010.

1. Como você enxerga a situação habitacional dos assentados do MST no Brasil, os recursos do INCRA para habitação, e sua aplicação?

De um modo geral os assentados não moram bem, ou seja, as condições de moradia não satisfazem a necessidade das famílias, basta uma rápida olhada para vermos que são residências pequenas para comportar famílias grandes, ainda estas famílias demoram muito tempo para acessar o crédito de moradia, vivendo em moradias temporárias que acabam virando definitivas, e muitos recebiam os créditos e só reformavam as habitações antigas, tanto que hoje a demanda por reforma habitacional é tão grande quanto a construções novas.

Os recursos antes liberados pelo INCRA para habitação eram insuficientes para se construir casas populares que atendessem a capacidade dos membros das famílias de agricultores que em geral são numerosos. Contribuindo também para a falta de qualidade fatores como a própria gestão e administração dos recursos, levando que alguns casos não se aplicavam na construção, principalmente no período em que a política de aplicação dos mesmos se dava pelas prefeituras e sem participação e controle da comunidade. Ou em outras circunstâncias quando o recurso era repassado diretamente para o indivíduo sem nenhum controle coletivo. Daí ocorria à inexistência de projetos inacabados e também de construções precárias. Até hoje existem assentamentos antigos com casas de pau-a-pique. Hoje já há mais controle quanto a sua aplicação.

Outra questão a ser considerada é que o órgão governamental não tem uma política de planejamento geográfico dos locais de construção da habitação. Ocorrendo em muitos casos a escolha de locais inadequados, pois não se faz um estudo da área e da localização das agrovilas, ficando às vezes muito distantes de locais de lavouras dificultando o deslocamento do agricultor e melhor organização do tempo de trabalho, entre outras dificuldades.

Falta de organização dos espaços sociais nas agrovilas: escolas, campo de futebol, quadras, igrejas, etc.. A falta de planejamento destes espaços fica a depender dos assentados individualmente ceder os seus terrenos.

2. Que razões levaram à escolha do tijolo ecológico e da autoconstrução para erguer as casas do Assentamento Menino Jesus? Já existiam experiências semelhantes no MST?

Foram várias as razões, dentre elas fazer algo diferente fugindo dos modelos padronizados e predefinidos pelo INCRA.

Sair da tutela das empresas de construção, que ficam com parte dos recursos como lucro diminuindo no tamanho das unidades habitacionais e na qualidade das mesmas;

Montar uma estrutura permanente de profissionais em construções alternativas através da capacitação e profissionalização de assentados na construção civil;

Geração de emprego e renda para famílias dos assentados através da continuidade da fabricação dos tijolos para venda a terceiros;

Apelo ecológico por utilizar produto menos agressivo ao meio ambiente;

Fazer com que os assentados gerissem os recursos evitando atravessadores e assim ampliar a aplicação dos recursos nas residências;

Baixar custo de mão-de-obra através da mão-de-obra familiar e coletiva;

A experiência educativa de autogestão e organização do trabalho;

Ao propor este projeto de construção “ecológica” alternativa, nos baseamos no projeto da escola nacional Florestan Fernandes do MST em São Paulo, onde utilizamos o mesmo método sendo hoje uma referencia internacional tanto pelo tipo de construção como pelo método na utilização de Mao de obra (toda coletiva e voluntaria).

Valorizar as habilidades dos profissionais dos assentamentos;

Valorizar a opinião e a participação da família assentada na construção da sua residência.

3. Como surgiu a idéia de convidar o Thaba para ministrar os cursos de formação profissional aos assentados?

Tínhamos a Idéia de fazer algo diferente nesta linha ecológica e de maneira que pudéssemos também formar os assentados e filhos de assentados para aprender outras profissões ou aprimorar as habilidades que possuíam. Conhecemos o trabalho do Thaba através de Raidelson na época funcionário do INCRA onde nos colocou a par que eles tinham conhecimento em construções alternativas e experiência em cursos de profissionalismo nesta área da construção civil. Apresentamos a proposta inclusive já apontando a Petrobras como parceiro o Thaba comprou a idéia e firmamos as parcerias.

4. Como você avalia a experiência do Thaba no assentamento?

Muito boa. Foi realizado um trabalho para além da construção de uma vila. Foi organizada a indústria dos tijolos ecológicos, o almoxarifado, o trabalho nas obras, permitindo uma eficiente organização da divisão do trabalho. Houve uma integração solidaria entre os profissionais do Thaba e os assentados, que foram profissionais e acima de tudo e demonstraram muita capacidade.

5. Como você avalia a mudança do sistema construtivo das casas da vila, que passou a empregar o bloco cerâmico tradicional?

Infelizmente nem todos os militantes e dirigentes do MST tem a mesma estratégias e mesma visão ao se tratar de idéias inovadoras. Portanto foi um retrocesso no entendimento e na perspectiva de fazermos um projeto diferenciado que nos qualificaria para dar seqüência em outras áreas gerando equipe de profissionais preparados em moradias alternativas. Para mim a questão econômica de custo ficaria em segundo plano, o principal era a formação e qualificação, e o processo educativo de uma construção habitacional que combinava práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e social. Mas neste caso combinou também

com custo pelo tipo de construção definido e tempo para conclusão do projeto, pois as casas tradicionais levam menos tempo para a construção e isso se somou a ansiedade de alguns assentados e em ter um retorno imediato da construção.

Se analisarmos hoje, sem dúvida alguma as moradias construídas com tijolo ecológico superam em beleza, resistência, conforto e outros fatores. Além de voltar ao método tradicional e empresas terceirizadas, foi abortado o objetivo de o assentamento menino Jesus tornar-se um assentamento modelo e inovadora e propiciar melhor qualificação, participação social dos trabalhadores assentados.

O projeto da construção também procurou desenvolver um novo modelo de estruturação das agrovilas, já sendo considerados os espaços de estradas, ruas e locais sociais necessários.

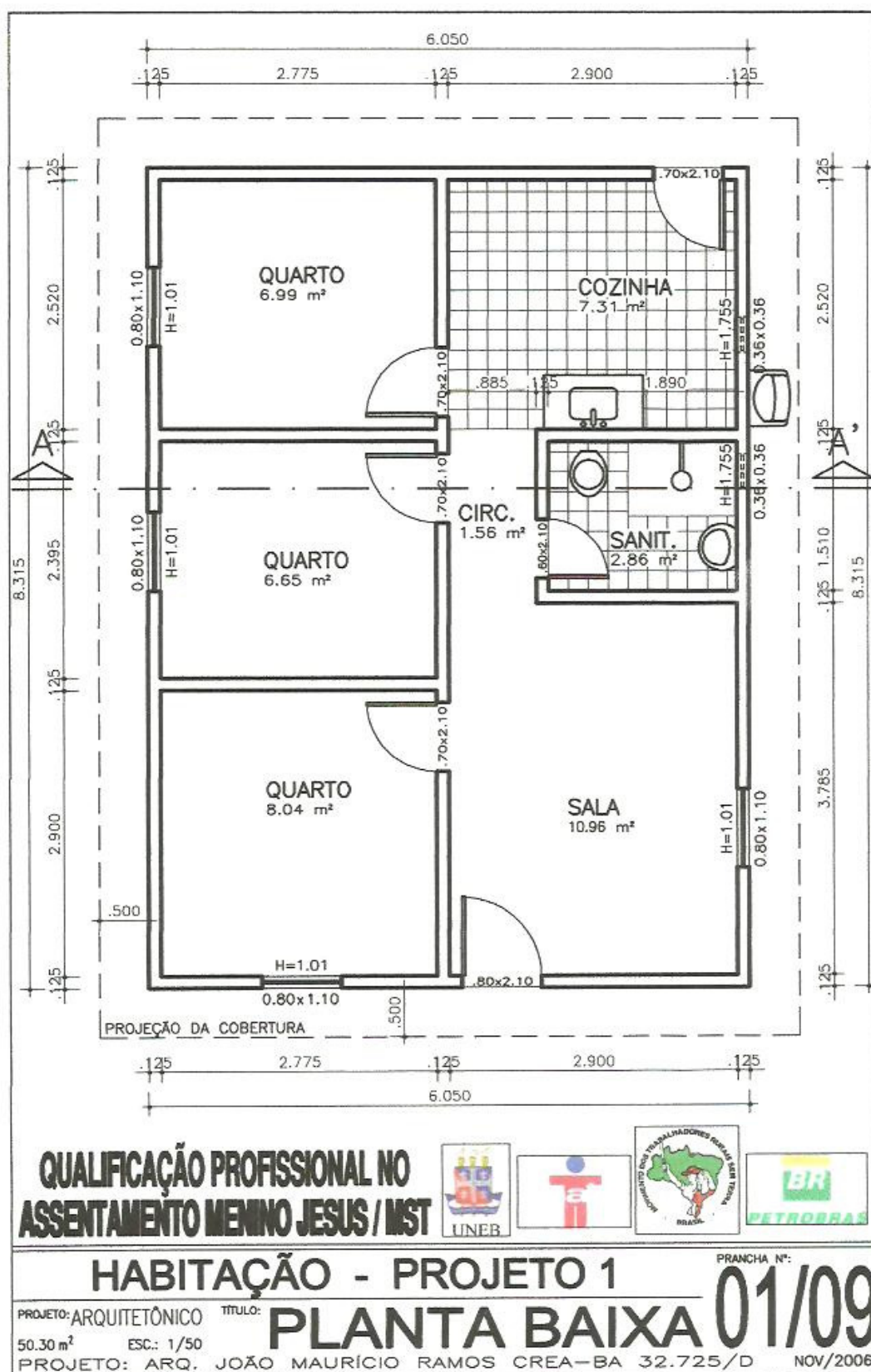
6. Como você avalia a autoconstrução das casas do Assentamento Menino Jesus?

Avalio positivo, apesar das inúmeras dificuldades tanto na questão de autogestão do projeto, como no entendimento coletivo do objetivo central onde nos tornaríamos referência para demais projetos futuros, como pra comunidades que poderiam adotar este tipo de construção. O novo sempre é difícil de aceitar, mas isso depende muito do nível de consciência dos assentados na condução dos encaminhamentos. Quando quem estiver à frente não quer, fica difícil manter uma idéia inovadora, pois muitos preferem a maneira mais fácil e nem sempre o caminho mais fácil é o caminho melhor.

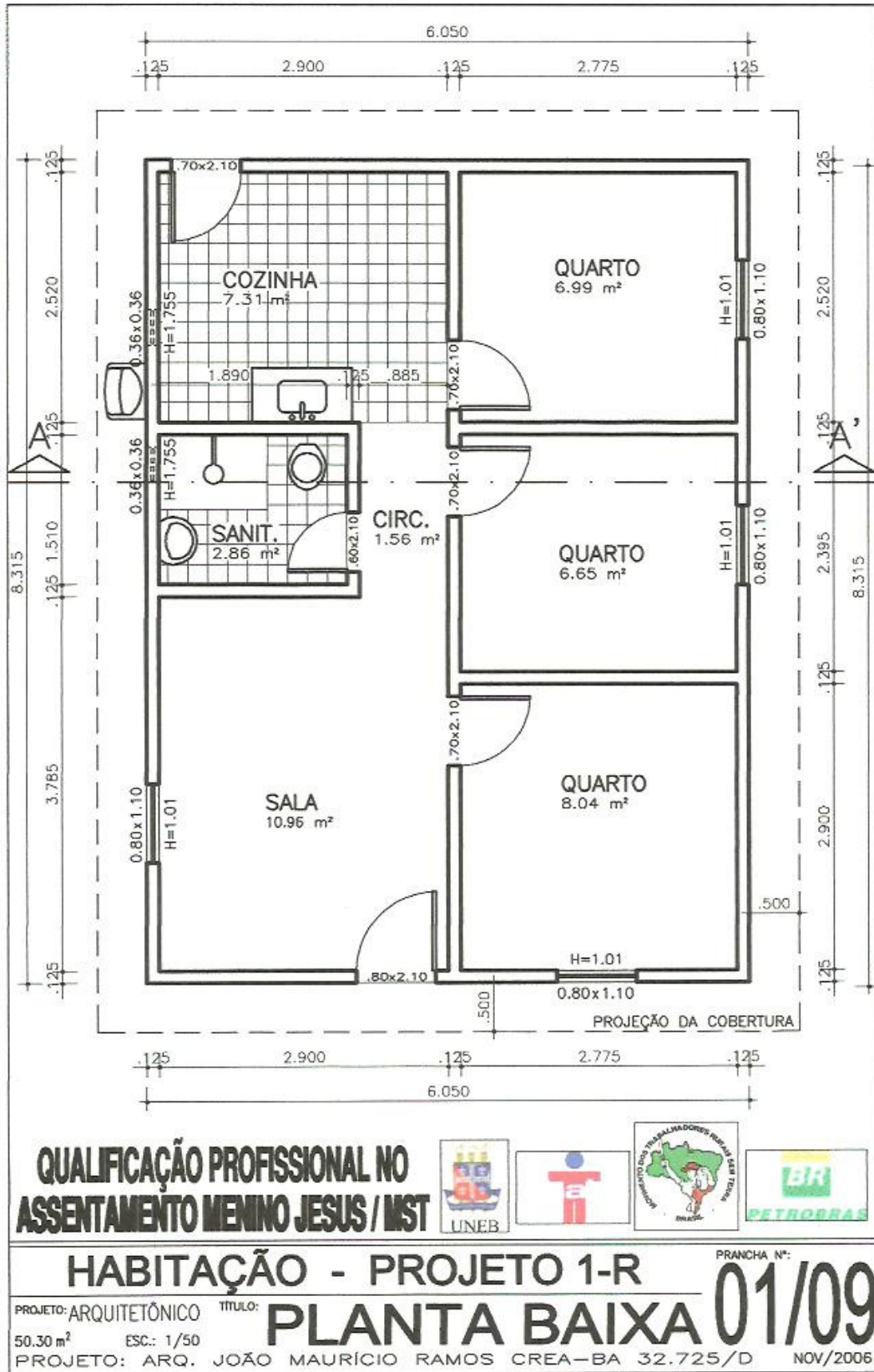
Por outro lado todos os assentados que foram beneficiados com a construção afirmam que se tivesse que optar optaria novamente para construir suas moradias com essa técnica.

A parceria com o Thaba e Petrobras ajudou no entendimento de que precisaríamos ter o controle e conhecimento para gerirmos nossos recursos e aplicá-los com eficiências. Mas ainda nos falta entendimento coletivo a nível de organização para nos desafiarmos a aceitar novas idéias e métodos que favoreça a autogestão de nossos assentamos.

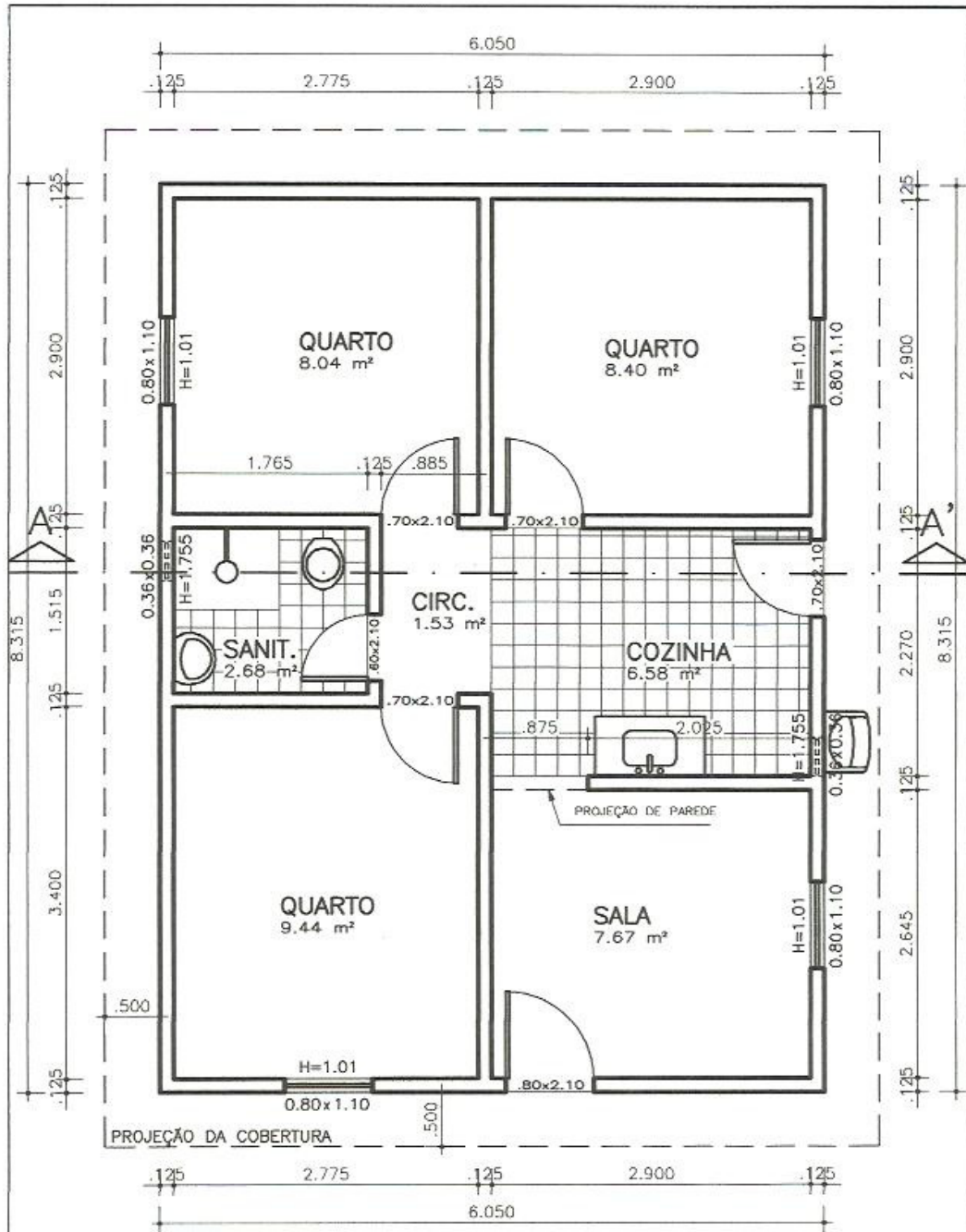
ANEXO E - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS - PROJETO 1 (SEM ESCALA)



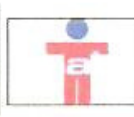
ANEXO F - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS - PROJETO 1-R (SEM ESCALA)



ANEXO G - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 2 (SEM ESCALA)



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS / MST



HABITAÇÃO - PROJETO 2

PRANCHA Nº:

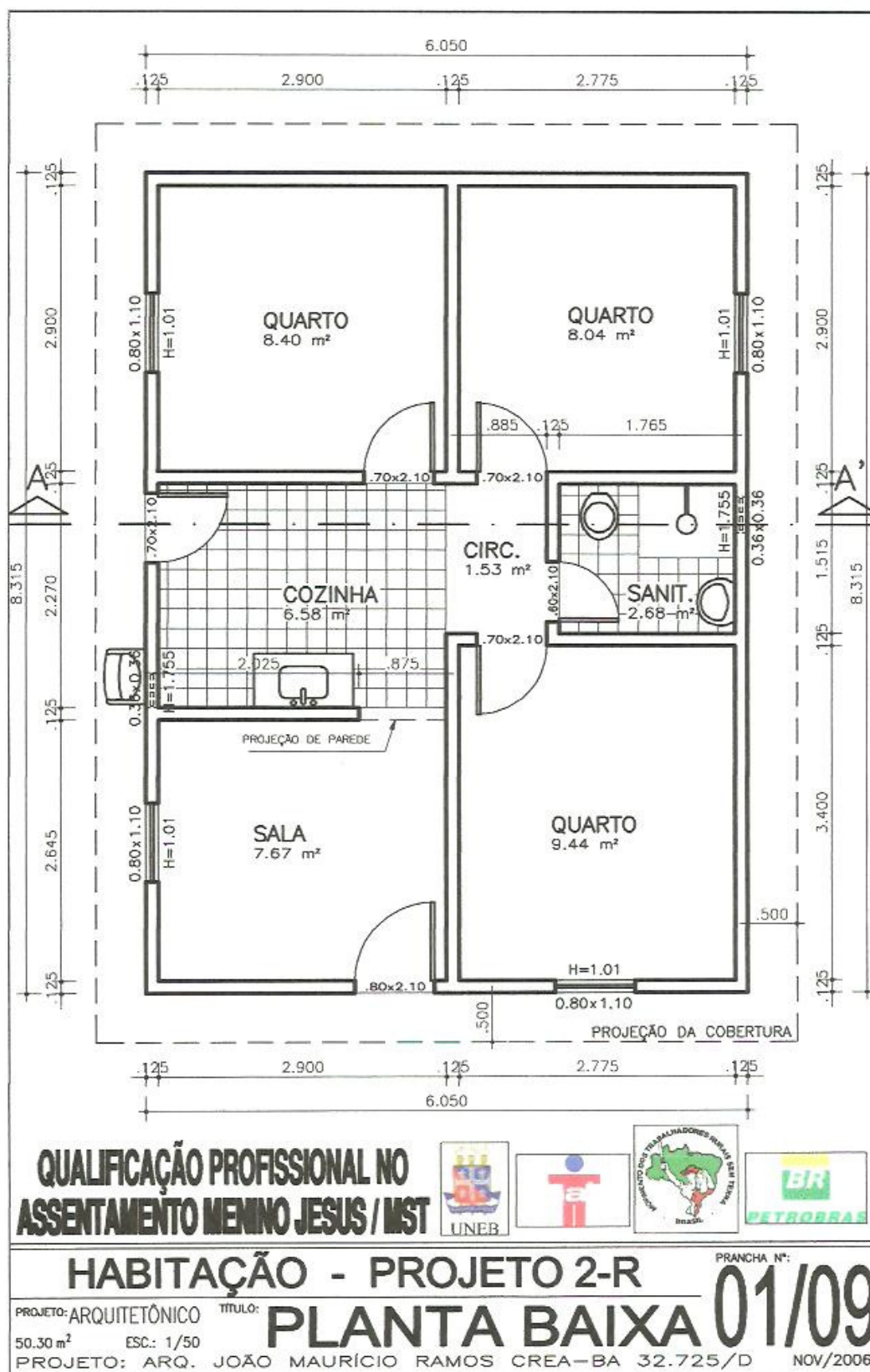
01/09

PROJETO: ARQUITETÔNICO
50.30 m² ESC.: 1/50

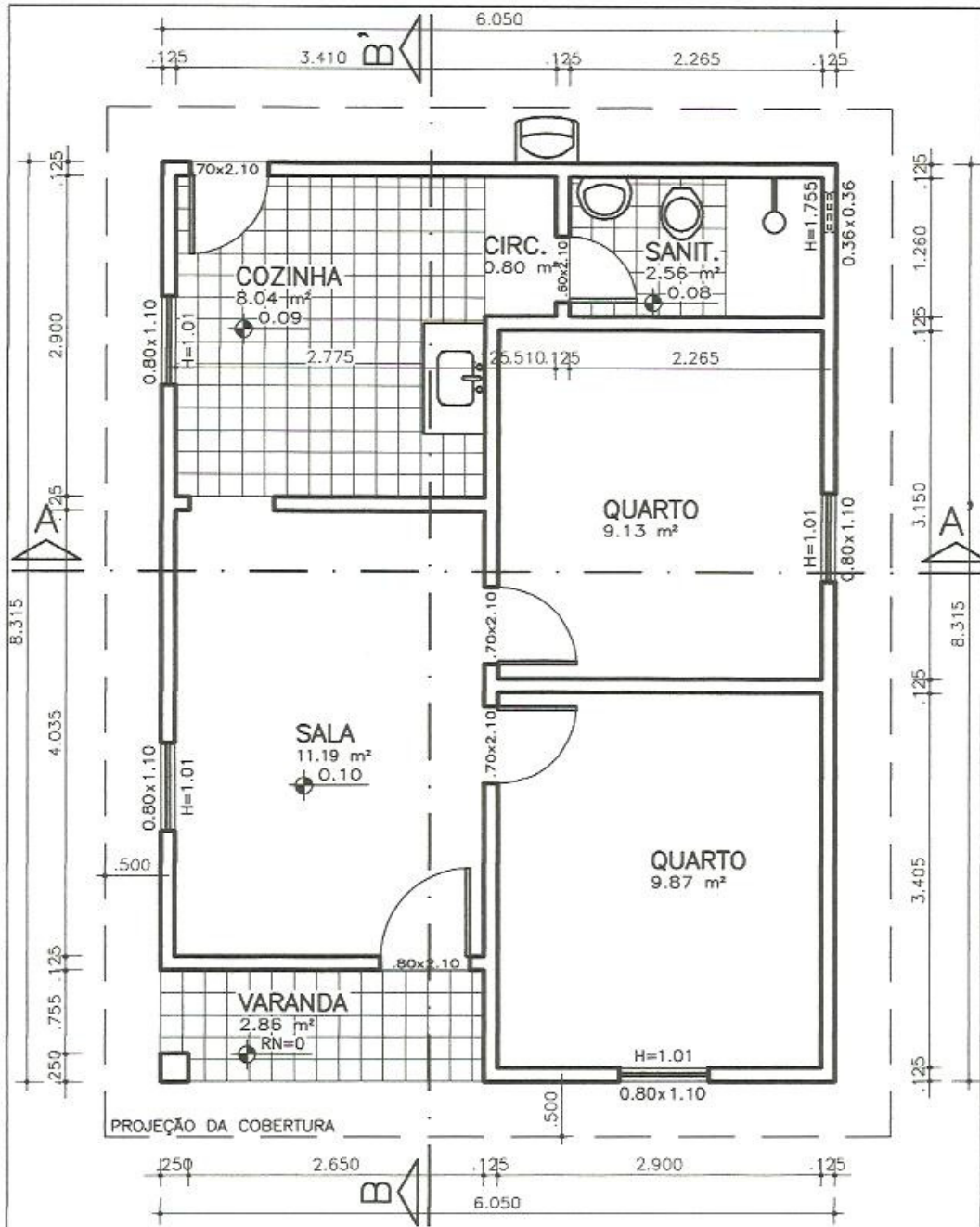
TÍTULO: **PLANTA BAIXA**

PROJETO: ARQ. JOÃO MAURÍCIO RAMOS CREA-BA 32.725/D NOV/2006

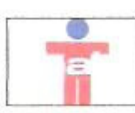
**ANEXO H - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO
MENINO JESUS - PROJETO 2-R (SEM ESCALA)**



ANEXO I - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS - PROJETO 3 (SEM ESCALA)



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS / MST



HABITAÇÃO - PROJETO 3

PRANCHA Nº:

PROJETO: ARQUITETÔNICO

TÍTULO:

PLANTA BAIXA

01/09

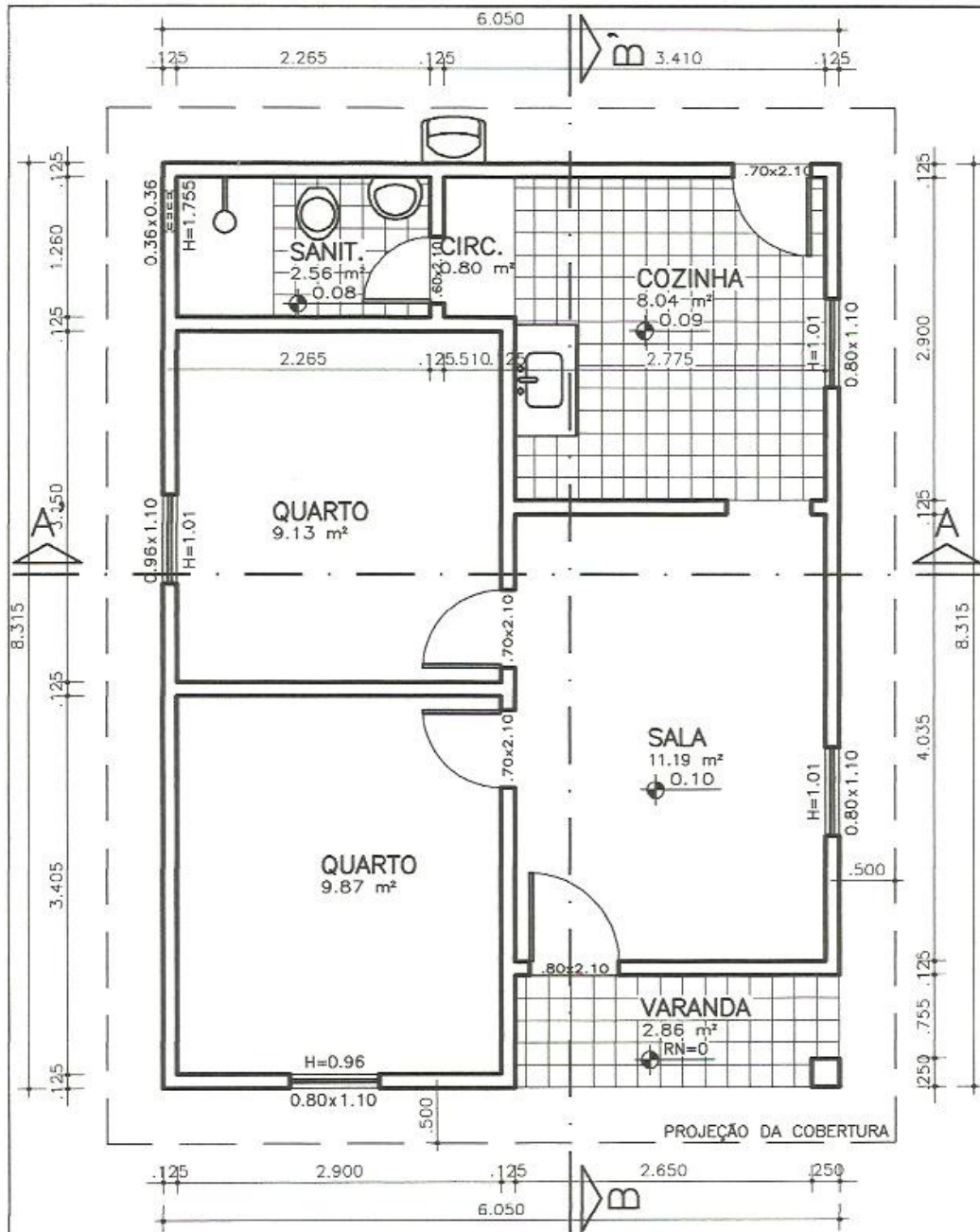
50.30 m²

ESC.: 1/50

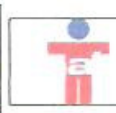
PROJETO: ARQ. JOÃO MAURÍCIO RAMOS CREA-BA 32.725/D

NOV/2006

ANEXO J - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS - PROJETO 3-R (SEM ESCALA)



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS / MST



HABITAÇÃO - PROJETO 3-R

PRANCHA Nº:

PROJETO: ARQUITETÔNICO TÍTULO:
50.30 m² ESC.: 1/50

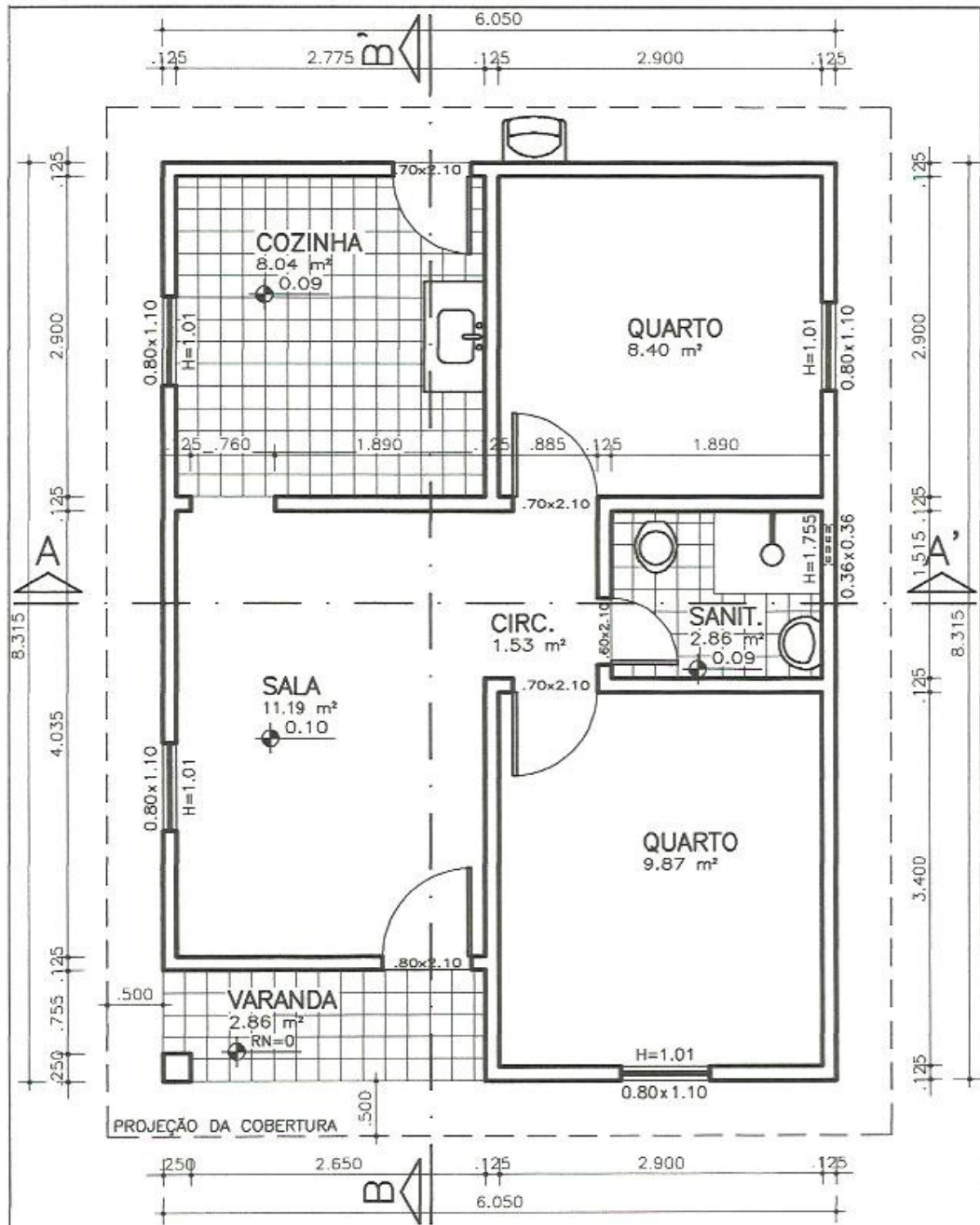
PLANTA BAIXA

01/09

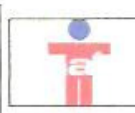
PROJETO: ARQ. JOÃO MAURÍCIO RAMOS CREA-BA 32.725/D

NOV/2006

ANEXO K - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS - PROJETO 4 (SEM ESCALA)



QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO ASSENTAMENTO MENINO JESUS / MST



HABITAÇÃO - PROJETO 4

PRANCHA Nº:

PROJETO: ARQUITETÔNICO
50.30 m²
PROJETO: ARQ. JOÃO MAURÍCIO RAMOS CREA-BA 32.725/D

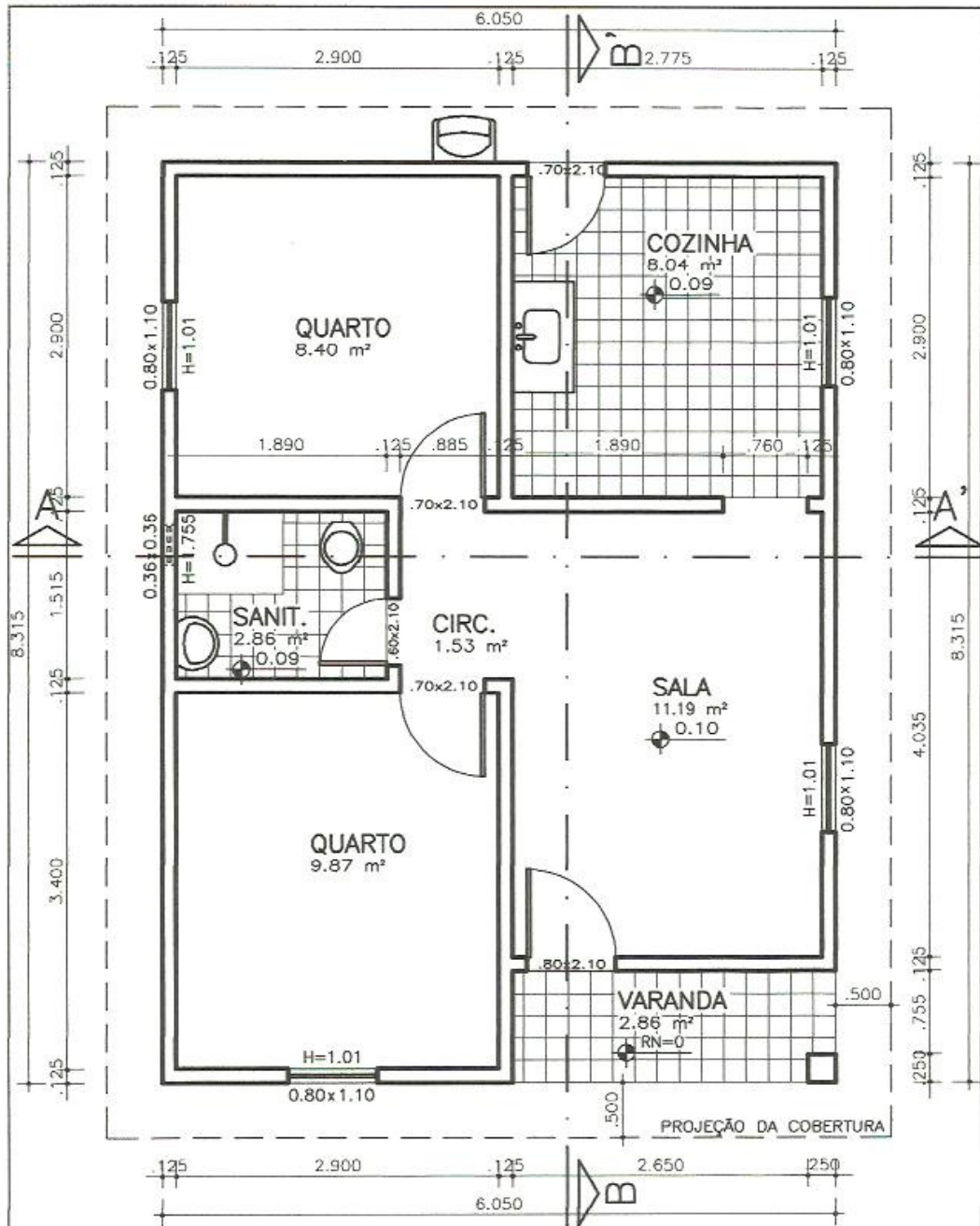
TÍTULO:

PLANTA BAIXA

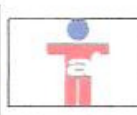
01/09

NOV/2006

ANEXO L - PLANTA BAIXA DE CASA DO ASSENTAMENTO MENINO JESUS – PROJETO 4-R (SEM ESCALA)



**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO
ASSENTAMENTO MENINO JESUS / MST**



HABITAÇÃO - PROJETO 4-R

PRANCHA Nº:

PROJETO: ARQUITETÔNICO

TÍTULO:

PLANTA BAIXA

01/09

50.30 m²

ESC.: 1/50

PROJETO: ARQ. JOÃO MAURÍCIO RAMOS CREA-BA 32.725/D

NOV/2006

ANEXO M - ETAPAS CONSTRUTIVAS DAS CASAS DO LOTEAMENTO MENINO JESUS (SEM ESCALA)

